UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

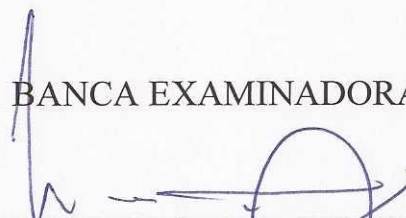
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

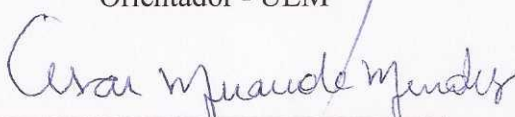
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

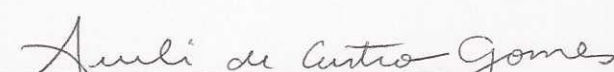
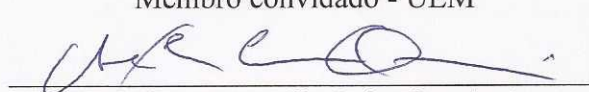
AS ABORDAGENS SOBRE POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA BRASILEIRA (1934 – 2010): PERMANÊNCIAS, TRANSFORMAÇÕES E RUPTURAS

Tese apresentada por NAJLA MEHANNA MORMUL, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço Habitado.

Orientador: Prof. Dr. MÁRCIO MENDES ROCHA

MARINGÁ-PR
2013

AS ABORDAGENS SOBRE POPULAÇÃO NA GEOGRAFIA BRASILEIRA (1934-2010): PERMANÊNCIAS, TRANSFORMAÇÕES E RUPTURAS

Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Aprovada em **13 de setembro 2013.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha
Orientador - UEM

Prof. Dr. Cesar Miranda Mendes
Membro convidado - UEM

Profª. Drª. Sueli de Castro Gomes
Membro convidado - UEM

Profª. Drª. Amélia Luisa Damiani
Membro convidado - USP

Prof. Dr. Fábio Betioli Contel
Membro convidado – USP

Dedico esse trabalho aos meus pais Fayez Kassem Mehanna (in memoriam) e Therezinha Mehanna, ao meu esposo Wilian e as minhas amadas filhas Adriele e Arielle.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que este trabalho fosse realizado é algo engrandecedor. Pois nos possibilita enxergar o quanto precisamos dos outros, uma vez que as coisas realizadas e vividas só fazem sentido se forem compartilhadas. Escrever uma tese é algo que exige mais do que vontade e conhecimento, exige doação - e se doar é algo difícil -, mas enobrece. Foram muitas horas destinadas para a realização desta pesquisa, essas suprimidas do convívio com a família e amigos; noites sem dormir à espera de que, ao final deste árduo trabalho, o esforço tenha valido a pena.

Agradecer é um ato de generosidade, de reconhecimento e de humildade, sobretudo, um ato humano, um ato de amor. E, sendo assim, está repleto de sentimentos, de valores morais, culturais e sociais. Enfim, valores que foram introjetados em nós e hoje nos moldam como seres humanos e influenciam na forma como vemos e entendemos o mundo, as pessoas e os acontecimentos.

Agradeço muitíssimo a Deus pela dádiva da vida, ela é um presente precioso, todavia, na maioria das vezes não sabemos vivê-la. Somos seres em constante transformação e a cada minuto nos modificamos, e vamos construindo nossa história. História esta escrita com alegrias e tristezas e mediada pelo tempo biológico e pelo cronológico. E esse tempo ao passar leva com ele muitas experiências, mas também nos deixa tantas outras, entre elas a o conhecimento e a maturidade que nos ajudam a entender, ou melhor, compreender as pessoas e a vida.

Agradeço imensamente a minha família que sem dúvida é o esteio da minha existência. Os apoios recebidos das minhas filhas e do meu esposo foram o combustível que me mantiveram firme no intuito de redigir esta tese de doutorado. Sem eles e o apoio incomensurável que me deram certamente não teria chegado ao fim desta pesquisa. A razão pela qual nos propomos a escrever pode ser as mais variadas possíveis, mas acredito que não são as razões, mas sim os motivos, que nos fazem prosseguir e que nos mantém firmes até o fim.

Agradeço a minha mãe pelas incansáveis orações, sua fé e amor me mantiveram em pé nos momentos mais difíceis. Agradeço aos meus irmãos, minha sogra meu sogro, meu cunhado e meus poucos, mas queridos amigos pelo apoio e solidariedade ao longo desses anos.

Agradeço ao meu pai Fayez Kassem Mehanna (in memoriam) que me ensinou pelo exemplo o valor e a importância da dignidade, da honestidade e da persistência, se hoje posso me considerar uma pessoa resiliente, devo isso a ele.

Agradeço a todos os professores que me mostraram o valor da educação, da minha infância até os dos dias de hoje, em especial aos professores da banca, pela dedicação e disponibilidade das horas roubadas para a leitura desta tese. Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEM, os quais contribuíram para a minha formação profissional, mas, sobretudo, pessoal.

Agradeço muito aos professores entrevistados Odeibler Santo Guidugli, Heinz Dieter Heldeimann, Rosa Ester Rossini, Amélia Luisa Damiani e Hélion Póvoa Neto, que muito me ajudaram e me auxiliaram na elaboração da pesquisa, proporcionando uma experiência riquíssima e engrandecedora. Devo-lhes meus mais sinceros agradecimentos, primeiro pela disponibilidade, gentileza e atenção dispensada; e segundo pelas sugestões e ideias que contribuíram para a elaboração desta tese.

Agradeço a todos os meus alunos pela paciência e cumplicidade destinada a mim durante esses anos, pela compreensão em relação à entrega das provas corrigidas com atraso, pela demora na entrega de notas e até pelos meus lapsos cometidos por conta do acúmulo de trabalho.

E agradeço imensamente ao meu orientador Márcio Mendes Rocha, que, numa feliz escolha do destino, entrou na minha vida acadêmica e sem dúvida fará parte da minha história. Obrigada professor por me orientar, aconselhar e me acalmar durante esses anos. É uma pessoa admirável, sua sabedoria, garra, disposição e determinação são exemplos de que na vida, quando se tem um objetivo, tudo vale à pena.

Coloquei todo o meu empenho, não em criticar, deplorar e maldizer as ações humanas, mas em compreendê-las. O homem não é um império num império.

Espinoza

RESUMO

A presente tese tem o objetivo de discutir como a população enquanto tema e a disciplina Geografia da População foi trabalhada pela Geografia. Para isso optamos em realizar uma recuperação histórica sobre os principais fatos que propiciaram o desenvolvimento da ciência geográfica e assim buscar identificar o lugar dos estudos populacionais. Nosso problema reside no fato de que a Geografia da População, principalmente, no que se refere ao Brasil (1934-2010) vem perdendo espaço tanto na pesquisa quanto no ensino. Nesse sentido, adotamos como metodologia inicial a pesquisa bibliográfica ou documental, visando recuperar o conhecimento científico acumulado e desvelar o problema. A pesquisa realizada é teórica e metodológica, tendo ao mesmo tempo um caráter exploratório e investigativo. Para tanto, realizamos um levantamento através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) dos Programas de Pós-Graduação em Geografia em nível de Mestrado e Doutorado no Brasil, referente ao ano de 2010 e acessamos a graduação dessas Instituições para verificar os planos de ensino e averiguar como se encontra o ensino de Geografia da População. Também foram realizadas entrevistas com pesquisadores geógrafos, que dedicaram boa parte de sua trajetória acadêmica em pesquisar esse tema. Ainda, por intermédio do banco de teses e dissertações da CAPES, diagnosticamos o volume de trabalhos defendidos que envolviam a temática população entre os anos de 1987 a 2010 e analisamos duas revistas geográficas de abrangência nacional: a Revista Brasileira de Geografia (1939 a 2005) e o Boletim Paulista de Geografia (1956 a 2005), para verificar a publicação sobre Geografia da População no que tange o volume e a periodicidade. Objetivando qualificar a análise realizamos pesquisa em fonte de papel com os professores que atuam na rede estadual de educação do Paraná, especialmente, professores que trabalham no oeste e sudoeste, para avaliarmos o ensino da população nas aulas de Geografia. Tendo como pressuposto as Diretrizes Curriculares Estaduais de Geografia (DCE/PR) e os livros didáticos públicos de Geografia do Ensino Fundamental II (6º a 9º ano) e do Ensino Médio (1º a 3º ano) adotados no último triênio. Por meio dessas opções metodológicas obtivemos maior familiaridade com o tema, pois a forma de abordagem dos dados permitiu traduzir algumas informações por meio de gráficos, tabelas e quadros com o objetivo de não só serem classificados, mas principalmente analisados. Adotamos como método o materialismo histórico dialético, por acreditarmos que ele possibilita a investigação e análise dos fenômenos em sua totalidade. Ao passo que permite verificar que o processo é dialético, portanto, está em constante transformação. Logo, a presente tese oportunizou que entendêssemos melhor a população enquanto tema da Geografia, e também o surgimento da Geografia da População. Assim, verificamos as diferentes abordagens teóricas e metodológicas e os momentos históricos onde esse campo do conhecimento sofreu transformações na Geografia brasileira. Bem como, entender os motivos que levaram a Geografia da População perder "espaço" na ciência geográfica, o que está vinculado ao próprio processo de desenvolvimento da Geografia e da formação de geógrafos e professores, que atuam como disseminadores e formuladores do conhecimento geográfico. Neste sentido, acreditamos que esta tese nos permite pensar geograficamente e agir localmente, já que almejamos entender e contribuir no desenvolvimento dos estudos populacionais na Geografia. Todavia, buscamos incitar a reflexão e ação acerca desse tema, pois defendemos que ele merece maior atenção da Geografia e dos professores-pesquisadores, uma vez que há muito a se fazer e contribuir tanto para o desenvolvimento da ciência geográfica quanto para a Geografia da População.

Palavras-chave: população, Geografia, Geografia da População, ciência geográfica.

ABSTRACT

This thesis aims discuss how the population as a subject and discipline Population Geography were worked by Geography. For this we chose to perform a recovery on key historical or events that led to the development of geographical science and thus seek to identify the place of population studies. Our problem lies in the fact that the Population Geography, especially regarding Brazil (1934-2010) has been losing ground in both research and teaching. Accordingly, we adopted as the initial methodology literature or documentary, aiming to recover the accumulated scientific knowledge and uncover the problem. This research is theoretical and methodological, having both an exploratory and investigative. Therefore, we conducted a survey through the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) of the Graduate Program in Geography at Masters and PhD level in Brazil for the year 2010 and accessed the graduation of these institutions to check teaching plans and find out how is the teaching of Population Geography. Interviews were conducted with researchers geographers, who devoted much of his academic research on this topic. Still , through the bank of theses and dissertations from CAPES, diagnosed the volume of work advocated involving the subject population between the years 1987 to 2010 and analyzed two Brazilian journals in geography: Revista Brasileira de Geografia (1939-2005) and Boletim Paulista de Geografia (1956-2005), to verify publication on Population Geography regarding volume and frequency. To qualify the analysis conducted research paper source with the teachers working in the state of Paraná education, especially teachers working in the west and southwest, to evaluate the teaching population in Geography lessons. Based on the assumption Curriculum Guidelines for State Geography (DCE/PR) and public Geography textbooks of Elementary Education II (6th to 9th grade) and High School (1st to 3rd year) adopted in the last three years. Through these methodological choices got more familiar with the topic, as the way to approach the data allowed translate some information through charts and tables in order to not only be classified, but mainly examined. Adopted as a method of historical materialism dialectic, because we believe that it provides research and analysis of phenomena in their entirety. While it shows that the process is dialectical, therefore, is constantly changing. Therefore, this thesis provided an opportunity we understood better the population as an issue of geography, and also the emergence of Population Geography. Thus, we see the various theoretical and methodological approaches and the historical moments in which this field of knowledge has been transformed in Brazilian Geography. As well as understand the reasons that led to Population Geography lose "space" in geographical science, what is linked to the process of development of Geography and geographers and training teachers, who act as disseminators and formulators of geographical knowledge. In this sense, we believe that this approach allows us to think geographically and act locally, since we wish to understand and contribute to the development of population studies in Geography. Nonetheless, we tried to incite reflections and actions on this complex and challenging issue because it deserves more attention by Geography teacher-researchers, since there is much to do and so much to contribute to the development of geographical science as for Geography Population.

Key-words: population, Geography, Population Geography, geographical science.

LISTA DE QUADROS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE FIGURAS

TABELA

Sumário

INTRODUÇÃO

Os homens encontram nas próprias crises a força para superação. O ser humano sabe fazer dos obstáculos, novos caminhos, porque à vida basta o espaço de uma fresta para renascer. Nesta tarefa, o primordial é negar-nos a sufocar a vida que podemos dar a luz. Defender, como heroicamente fazem os povos ocupados, a tradição que nos revela quanto de sagrado há no homem. Não deixarmos desperdiçar a graça dos pequenos momentos de liberdade que podemos desfrutar: uma mesa compartilhada com pessoas que amamos, umas criaturas que amparamos, uma caminhada entre árvores, a gratidão de um abraço. Gestos de coragem como saltar de uma casa em chamas. Não são atos racionais, mas isso não importa: nos salvaremos pelo afeto.

Ernesto Sábato

Para dar materialidade ao projeto de pesquisa apresentado para ingresso no curso de Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá - UEM, intitulado inicialmente “As Diferentes Abordagens sobre População ao longo da história da Geografia no Brasil 1934 – 2010: permanências, transformações e rupturas”, sob a orientação do professor Dr. Márcio Mendes da Rocha, buscamos agregar o interesse em realizar a pesquisa com as condições reais para sua efetivação.

Trata-se de um desafio tanto pelo caráter predominantemente teórico da pesquisa, o que exigiu um esforço teórico e metodológico consistente e coerente, tanto pelo intento em se trabalhar pelo viés epistemológico da Geografia sem com isso recorrer à descrição, narrativas, ou uma retomada desvinculada da problemática que move o objeto da tese, sem a qual a pesquisa se tornaria sem efeito. Uma vez que trataria de um levantamento teórico que talvez pouco contribuísse para o enriquecimento do tema, sobretudo, porque isso foi feito por muitos pesquisadores e de forma responsável. Diante do exposto, enfatizamos a necessidade de discutir o objeto a partir da perspectiva da práxis, isso nos levou a questionar, inclusive, os motivos dessa temática, sendo posta em segundo plano, em especial, quando analisamos o caso da pesquisa em população na Geografia.

A proposta inicial apresentada para o ingresso no curso e a tese agora realizada, mantém uma peculiaridade que não foi modificada, ou seja, a ambição de construir uma pesquisa pelo viés da criticidade, buscando entender os caminhos percorridos pelos estudos populacionais na Geografia e acima de tudo, a crença de que enquanto professores-pesquisadores possamos avançar no que tange as análises sobre população na ciência geográfica. Acrescentando a ela elementos importantes que tornam esse tema atraente e interessante, tanto sob o ponto de vista teórico quanto prático. Nesse sentido, as atividades realizadas durante o curso de doutorado foram importantes, pois possibilitou a troca de ideias, experiências, aprofundamento teórico e, ainda, a revisão da literatura.

No doutorado novas trilhas do conhecimento apareceram. As disciplinas cursadas ajudaram, mas as cursadas no Mestrado também foram importantes, pois me permitiram ter maturidade teórica para organizar e sistematizar a tese. Já que eram disciplinas com perfis filosóficos, o que assegura uma análise mais acurada dos dados e, ainda, complementa o estilo de pesquisadora mais reflexiva.

Outra questão importante para a construção da tese foi o contato com o Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização (NEMO) o qual o professor Dr. Márcio Mendes Rocha é o líder, trata-se de um espaço importante no processo de formação, tanto dos

graduandos quanto mestrandos e doutorandos. No NEMO temos a possibilidade de dialogar com diversos pesquisadores, trocar experiências, e fazer amigos.

A Revista Percurso (DGE/PGE-UEM) da qual sou parcerista e autora, também é um espaço de aperfeiçoamento, uma vez que ela representa a união de um grupo comprometido com as questões de mobilidade e as de âmbito interdisciplinar, o que traz um enriquecimento para todos os membros.

O espaço acadêmico é diversificado, há nele discrepâncias de ideias e opiniões, sem as quais, muitas vezes, não haveria mudanças e avanços. Entretanto, nesse espaço tão heterogêneo, encontramos grupos afins que desenvolvem importantes trabalhos. Para desenvolver a pesquisa proposta além das leituras, da troca de experiências, outros conhecimentos se tornaram relevantes, escrever uma tese não significa somente "sentar e escrever" é unir as vivências, experiências e conhecimentos em busca de entender o objeto evidenciado. Acreditamos que nisso resulta a especificidade do trabalho, ou seja, enxergar no objeto aquela linha tênue que separa o que já foi falado e escrito sobre o tema, com aquilo que enquanto pesquisadora enxergamos. Neste sentido, a participação em eventos, e a publicação de trabalhos não é um ato mecânico, mas sim reflexivo, fruto daquilo que se almeja, ou já conquistou, por esse viés a atividade da pesquisa ganha expressão, ganha sentido.

Entendemos que a construção de uma pesquisa perpassa pelo posicionamento do pesquisador frente ao objeto por ele investigado. Porém, para a pesquisa ir além de uma mera investigação ou uma atividade teórica, é necessário que o tema trabalhado contribua tanto no âmbito profissional quanto social, promovendo reflexões, caracterizando-se como objeto de constante aperfeiçoamento, no qual o resultado que se espera seja mais do que a titulação que almeja aferir. Faz-se necessário o compromisso e comprometimento do pesquisador frente ao objeto de sua pesquisa. Dessa forma, pesquisar algo ganha significado na medida em que isso represente uma atitude transformadora, e relembrando o professor Paulo Freire (1921 - 1997), que possa conduzir a uma ação libertária[1]. Com essas poucas palavras espero ter conseguido expressar que a presente tese é resultado de empenho e dedicação e, sobretudo, um pouco de mim, naquilo em que acredito, e especialmente, no que me apoio para continuar estudando, pesquisando e trabalhando por uma Geografia e uma sociedade melhor.

---

[1] Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de ser mais. A reflexão e ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser do homem (FREIRE, 2011, p.72)

A presente pesquisa é fruto de uma constante inquietação a respeito da Geografia, em especial, no que diz respeito aos estudos populacionais e o futuro da disciplina Geografia da População, suas transformações, permanências e rupturas. Desse modo, objetivamos entender a interdependência entre o passado e o presente, com vistas de entender o passado, perscrutar o presente e sinalizar o futuro. Para isso buscamos o caminho da história da Geografia para encontrar as respostas necessárias, tendo como pressuposto que os estudos populacionais foram e são produzidos a partir das relações sociais e econômicas de cada época.

Essa inquietação está associada a uma vivência particular, já que, como professora de Geografia, questionava-me: por que a Geografia da População, enquanto disciplina, encontra dificuldades em se legitimar nas grades curriculares? Pois, muitas vezes é vista como uma disciplina suplementar. Na prática, com base nos postulados teóricos e metodológicos da Geografia e por meio da experiência adquirida, constatamos que a história da Geografia poderia nos auxiliar a encontrar as respostas desejadas.

Acreditamos que para enveredar na história da Geografia, seria prudente iniciar o estudo por meio de levantamentos de fontes documentais, que possibilitariam uma maior apreensão dos acontecimentos, que produziram a história da ciência geográfica. Assim, buscamos nas fontes bibliográficas e nas pessoas que marcaram a Geografia no século XX, no mundo ocidental, sobretudo no Brasil, os fundamentos teóricos para desenvolver essa pesquisa. O século XX foi selecionado, por ser o século em que a Geografia passou a ser ministrada em nível superior no Brasil. Esse século foi, sobremaneira, importante para a consolidação das ciências de forma geral. Porém, é importante salientar que estendemos nossa análise até a primeira década do século XXI.

Diante disso, e motivada a esclarecer essas inquietações, procuramos conhecer obras de diferentes pensadores e, assim, ao final de cada leitura, um leque de novas possibilidades se abria e se desvendava um universo complexo e desafiador.

Como se trata de uma pesquisa pautada predominantemente em fontes bibliográficas, foi feito um prévio levantamento do que havia sido publicado no Brasil que contemplasse a Geografia e, em especial, a Geografia da População. Simultaneamente, foi realizado um sucinto levantamento do que já havia sido publicado sobre o tema proposto, ou seja, os estudos populacionais. Com o Estado da Arte, constatamos alguns trabalhos que versavam sobre o tema, mas muitos não contemplavam, especificamente, o que desejávamos, porém foram válidos, porque nos aproximaram do assunto, além de

contribuírem para elucidar nosso propósito. Dentre os autores pesquisados destacamos: T. Malthus (1766-1834), A. Comte (1798-1857), K. Marx (1818-1883), Ratzel (1844- 1904), La Blache (1845-1918), J. Brunhes (1869-1930), L. Febvre (1878-1956), M. Sorre (1880-1962), P. Deffontaines (1894-1978), G. Trewartha (1896-1984), P. Monbeig (1908-1987), P. George (1909-2006), A. Azevedo (1910-1974), J. Beaujeu Garnier (1917-1995), W. Zelinsky (1921), E. Morin (1921), P. Petrone (1924)M. Foucault (1926-1984), Y. Lacoste (1929), P. Singer (1932), R. Moreira (1941); entre outros, que foram importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa. Em sua maioria, estudiosos conhecidos na Geografia por suas contribuições. Além de pesquisadores de outras áreas, que escreveram sobre população e Geografia da População. As obras encontradas contribuíram para que pudéssemos analisar de modo contextualizado e amplo a Geografia. E assim buscar de forma dialógica, destacando os principais aspectos políticos, econômicos e sociais que envolveram os estudos populacionais na Geografia, especialmente a Geografia brasileira.

Nesse sentido, esse trabalho tem o objetivo de contribuir para a reflexão acerca dos estudos populacionais à luz da Geografia, bem como discutir a disciplina Geografia da População, ao longo da Geografia brasileira no período de 1934 a 2010. Para isso, buscamos tanto nos autores clássicos da Geografia, quanto nas diferentes abordagens teórico-metodológicas, identificar a construção, organização e as transformações ocorridas nos estudos de população. E, ainda, através do ensino e pesquisa de Geografia da População no Brasil entender o passado e, principalmente, o presente e quiçá sinalizar o futuro dos estudos populacionais na Geografia brasileira.

Como os documentos não falam por si, buscamos nas fontes pesquisadas os subsídios necessários para fundamentar essa investigação, e fertilizar nosso objeto. Para a concretização da pesquisa, escolhemos realizar um recorte temporal entre os anos de 1934 a 2010, enfatizando, os principais desdobramentos políticos, econômicos e sociais do período, que marcaram os estudos da população e a disciplina Geografia da População no Brasil.

Esse recorte temporal tem um motivo expressivo, visto que o estudo pretendido exigiu uma constante reflexão acerca do objeto pesquisado. Diante disso, muitas indagações surgiram a partir do momento que nos propomos a tal empreitada. Não obstante, seria pretensioso querer dar conta de toda a realidade que cerca o objeto, para qual o tempo é exíguo diante da riqueza do tema. Acreditamos que uma primeira prevenção a isso foi circunscrever um recorte temporal, para que fosse realizada uma tese

que priorizasse o aspecto qualitativo do estudo, sem menosprezar o fator quantitativo do período estudado. Desse modo, o período escolhido justifica-se porque o ano de 1934 marca o nascimento do primeiro curso de Geografia no Brasil, condição importante para a construção dessa tese, e a partir disso, dialogar com os anseios e preocupações de hoje. E o ano de 2010 além de marcar o início do curso de doutoramento coaduna com o nosso anseio em entender a questão dos estudos populacionais na atualidade, sobretudo, porque partimos da premissa da práxis como mediadora no processo de interconexão entre o passado e o presente.

Dessa forma, estudar as variadas abordagens sobre população ao longo da Geografia brasileira (1934 – 2010), e o desdobramento desse processo foi de grande valor. Compreendemos, também, que pela envergadura teórica o presente estudo exigiu a delimitação de categorias, entre elas destacamos: a mediação, a contradição, a luta de classes e a mobilidade.

Entendemos que as categorias dão visibilidade aos fenômenos, revelando seu movimento e marcando o aspecto histórico do objeto. Elas expressam movimento, contradições e os nexos com a história. Na construção de um texto narrativo predomina a sistematização dos dados em ordem cronológica, já para uma análise histórica defendemos que as informações estão inter-relacionadas às categorias históricas, com as quais se analisa o objeto. Contudo, algumas categorias não encontram respaldos teóricos, o que incita o pesquisador a elaborar outras categorias com o intuito de entender os desdobramentos do objeto analisado. Desse modo, usamos a palavra população, também como categoria, uma vez que ao analisarmos a população partimos de uma série de conjunturas da qual nosso objeto passa ter materialidade, assim o emprego desse termo enquanto categoria alimenta e move a construção da pesquisa, sobretudo, por meio das ideias que vão sendo tecidas. Indo além, indicamos a possibilidade de abordar a população como uma categoria "trans-histórica", o que significa que a priori há um trânsito implícito e explícito dessa categoria na Geografia, que nos permite um melhor esclarecimento acerca desse tema. Contudo, essa discussão é algo que precisa ser aprofundado e deixámo-la como possibilidade futura de estudo.

Ao propormos um estudo sobre como a população foi trabalhada na Geografia buscamos fazer uso das categorias citadas, pois, não queremos perder de vista que as análises populacionais, bem como as políticas públicas a ela destinadas são reflexos dos interesses dominantes de cada época. Principalmente, porque os conteúdos da Geografia da

População, assim como, os interesses sobre a população no mundo e no Brasil foram se transformando de acordo com o tensionamento das relações de poder e produção de cada contexto histórico.

Portanto, ao desenvolver essa pesquisa sob a perspectiva histórico-crítica, reconhecemos que foram muitos os fatos analisados e os desafios que precisaram ser superados. Embora a população não tenha sido a preocupação mais iminente dos estudos de Geografia, salientamos sua importância tanto para o entendimento da própria ciência geográfica quanto para verificarmos de que forma as relações humanas estão imbricadas no espaço geográfico. Uma vez que entendemos que população é um tema importante, porém verificamos que a Geografia vem contribuindo pouco, no que diz respeito aos estudos sobre população.

Por isso, indagamos: por que a Geografia da População foi perdendo *status* dentro da Geografia? Nesse sentido, imergir na Geografia nos possibilitou entender e analisar a construção e desenvolvimento da ciência geográfica, inclusive, lançando mão de fatos que ficaram à margem da história e, assim, encontrar possíveis respostas para nossa inquietação. Por isso, utilizamos o método de investigação histórico-crítica, porque entendemos que seja capaz de suscitar os acontecimentos relevantes do período. A fim de compreender as diferentes abordagens da população na Geografia e na Geografia da População, e, os principais imbróglios que marcaram a história da Geografia em nosso país. Vale salientar que a importância do método reside na possibilidade em entender algumas formas do pensamento humano. Todavia, sabemos que essas manifestações de pensamento nem sempre aparecem de forma clara. Na maioria das vezes sofrem distorções ou são camufladas ou subvertidas por quem as pronuncia. Diante disso, temos que ter cautela ao interpretar as matrizes de pensamento, bem como suas manifestações em outros campos. E um dos meios para evitarmos essas "armadilhas" repousa na escolha do método, pois por meio dele podemos melhor compreender e identificar as formas dominantes de pensamento.

Acreditamos que a opção quanto ao método utilizado está imbricada diretamente com o posicionamento do pesquisador frente ao objeto investigado. Desse modo, nesta tese buscamos trabalhar com as fontes de modo contextualizado, apreendendo a realidade e destacando os fatos como construções históricas produzidas pela ação humana.

De posse das informações necessárias, fez-se um banco de dados, ou seja, criou-se uma metodologia de trabalho na qual os materiais usados (livros, artigos, capítulos,

revistas, entre outros) foram organizados levando em consideração o ano e temática principal. Contudo, buscamos trabalhar com as informações obtidas de modo articulado, para isso fizemos uso da dialética, já que entendemos que os fenômenos históricos não ocorrem de modo linear e cronológico, mas sim de forma cíclica e contínua o que exige do pesquisador e também do leitor um constante ir e vir, já que entendemos que um fenômeno não supera totalmente outro. O emprego dessa forma de redação está em consonância com as escolhas e o perfil de pesquisa que desenvolvemos o que para muitos causa desconforto, já que o modo como optamos em escrever esta tese, não é muito comum em textos acadêmicos, nos quais o peso da "cientificidade" se sobrepõe ao "eu" de quem escreve.

Desse modo, nosso objeto a população na Geografia e a Geografia da População [2], foram implicados no marco da realidade da qual faz parte. Pois, articulamos os dados adquiridos sem fazer uso de separações estanques, pelo contrário, buscamos unir as informações por meio do emprego das categorias históricas. Para tanto, foi imprescindível selecionar as fontes, separando aquilo que é primário, do secundário.

As fontes primárias são os materiais sobre os quais a análise repousa e a partir deles é retirada boa parte das informações necessárias ao estudo. Entre elas destacamos os programas da disciplina Geografia da População ou áreas correlatas dos cursos de Pós-Graduação de Geografia credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e seus temários, referências e aspectos teórico-metodológicos. E, as entrevistas realizadas com professores de Geografia que desenvolveram importante parte de sua produção geográfica no contexto dos estudos populacionais: Odeibler Santo Guidugli, Heinz Dieter Heldeimann, Rosa Ester Rossini, Amélia Luísa Damiani e Hélion Póvoa Neto. Nas quais foi possível verificar o que pensam sobre o tema questionando-os: como estão os estudos populacionais na Geografia? E, para onde vai a Geografia da População? Elencamos ainda como fontes primárias o banco de teses e dissertações da CAPES pelo qual foi feito um levantamento das pesquisas afetas à população em Geografia. E o Boletim Paulista de Geografia (1956 -2005) e a Revista Brasileira de Geografia (1939 - 2005), nos quais objetivamos ter um parâmetro de como está a publicação sobre população na Geografia. E também a pesquisa realizada junto aos professores da Rede Estadual de Educação que atuam no oeste e sudoeste do Paraná, a fim de verificar o ensino da população das aulas de Geografia na escola.

---

[2] É importante salientar que a temática População aparece na Geografia, antes de se tornar uma disciplina acadêmica, ou um ramo específico da Geografia, por isso é tratado a População na Geografia como um primeiro momento de entrada no tema e posteriormente a questão da disciplina Geografia da População.

Já as fontes secundárias são aquelas que cumprem o papel de auxiliar a análise realizada por meio das fontes primárias. Entre as fontes secundárias destacamos a leitura de algumas obras[3] de importantes pesquisadores como: Vidal de La Blache, Friedrich Ratzel, Karl Ritter, Emamuel Kant, Maximilien Sorre, Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines, Albert Demangeon, Pierre George, David Harvey, Boa Ventura de Souza Santos, Pierre Bourdieu, Horácio Capel, Lucien Febvre, Antonio Gramsci, Thomas Kuhn, Henri Lefebvre, entre outros. Por intermédio delas, buscamos analisar as permanências e as possíveis rupturas existentes no pensamento geográfico com o intuito de identificar e sopesar a população, seus temas, abordagens e sustentação teórico-metodológica.

Na mesma direção no que concerne ao uso das fontes secundárias buscamos compreender o contexto da criação da disciplina Geografia Humana e Geografia da População, suas transformações, conteúdos e métodos. Para tanto, recorremos à leitura das obras[4] de alguns estudiosos brasileiros como: Pasquale Petrone, João Rua, Aroldo de Azevedo, Manuel Correia de Andrade, Antonio Carlos Robert de Moraes, Armem Mamigoniam, Neide L. Patarra, Tamãs Szmrecsãnyi, Josué de Castro, Marilena Chauí, Antonio Christofoletti, Rosa Ester Rossini, Odeibler Santo Guidugli, Amélia Damiani e outros.

As leituras e análises feitas nos conduziram a novas leituras, não somente da população na Geografia, mas também como vem dialogando com outras ciências: Economia, Sociologia, Demografia, Psicologia, Filosofia, entre outras. E, assim, almejamos entender a dinâmica da Geografia da População.

Nessa pesquisa procuramos analisar os desdobramentos dos estudos populacionais na Geografia brasileira, enveredando nas matrizes teóricas que a subsidiaram, visando explicitar a impossibilidade de naturalizar fenômenos políticos, econômicos e sociais. Trata-se de uma pesquisa teórico-qualitativa que teve a intenção de realizar uma análise dialógica e reflexiva acerca da construção do pensamento geográfico sobre a população, sendo esta, ativa, dinâmica e modificada no tensionamento permanente pelo domínio das relações produtivas.

A análise dos programas das disciplinas de Geografia da População ou áreas correlatas - já que muitas vezes os estudos populacionais na Geografia não aparecem sob o "rótulo" Geografia da População-, nos permitiu identificar as principais abordagens

[3] As obras estão citadas nas referências.
[4] As obras dos autores citados encontram-se listadas nas referências.

teórico-metodológicas e problematizar o tema. Com isso foi possível verificar a incidência dos estudos sobre população no ensino e na pesquisa. As entrevistas foram utilizadas para corroborar, refutar e analisar os dados obtidos nos programas das disciplinas e ainda investigar os novos rumos da Geografia da População, sem citar a riqueza de informações que foi possível extrair por meio delas. Foi feito uso também do recurso das citações longas, para explicitar o que os professores-pesquisadores pensam sobre a disciplina Geografia da População, seu futuro e sua importância para a Geografia e as principais dificuldades com o ensino e pesquisa em população. O uso de citações longas foi utilizado por considerarmos de extrema relevância as informações nelas contidas para o entendimento do nosso objeto. De forma alguma elas foram postas para preencher lacunas e tão pouco de modo aleatório, consideramos que tanto as contribuições dos professores pesquisadores como as interlocuções com autores como Michel Foucault foram valiosíssimas para o enfretamento e entendimento das muitas questões que margeiam o campo dos estudos populacionais.

Esse trato com as fontes primárias e secundárias nos deu um substrato teórico importante para entendermos como a Geografia poderia contribuir para entendermos o espaço ocupado pela população, em especial, no que diz respeito ao seu futuro dentro da ciência geográfica. E, ainda, a importância da interdisciplinaridade, uma vez que esse tema propicia o diálogo da Geografia com outras ciências, como a Demografia, a Sociologia, a Economia, entre outras.

Dessa forma, ratificamos que foi por meio dos autores clássicos, das obras afetas à Geografia da População, das entrevistas realizadas, dos programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil (2010), das publicações[5], do banco de teses e dissertações da CAPES e da pesquisa/conversa com os professores de Geografia que atuam na rede estadual de educação (oeste e sudoeste do Paraná), que nos propomos a (re) pensar às finalidades dos estudos populacionais na Geografia brasileira.

Por conta do recorte temporal escolhido optamos em construir nossa pesquisa retomando alguns fatos importantes desse período, tanto em escala nacional como mundial. Já que entendemos que os acontecimentos sociais, econômicos e políticos que ocorreram

---

[5] Lembrando que as publicações analisadas foram o Boletim Paulista de Geografia e da Revista Brasileira de Geografia, reconhecemos que essas publicações não representam o todo, mas nos dão um panorama interessante sobre o tema na ciência geográfica. Sobretudo, porque nosso foco não era analisar as publicações, mas reforçar a tese sobre o esvaziamento da pesquisa em população na Geografia brasileira e desta forma, estes dados foram úteis.

no Brasil não estão isolados do contexto histórico internacional. Porém, tornou-se também importante retomar algumas discussões referentes à própria gênese da ciência moderna e com ela a Geografia. Seus pressupostos teóricos, para que pudéssemos reconstruir parte de sua trajetória, em especial, no que concerne à relação do homem com a natureza. E a construção de conhecimentos inerentes ao papel ocupado pela população ao longo da Geografia, e o surgimento da Geografia da População.

O anseio em encontrar os momentos de permanências, transformações e rupturas da população na Geografia, especialmente da Geografia da População possibilitou-nos amplificar, dissecar nosso objeto, perscrutando suas possibilidades, limites e contradições. Acreditamos que essa tese terá mais sentido se for capaz de dialogar criticamente com a realidade, isto é, com as aspirações e preocupações de hoje ou com as demandas que vêm se mantendo no processo de produção da vida humana.

Diante do exposto buscamos articular o conhecimento pré-existente com os apreendidos e, assim, relacionar a teoria com a vida. A pesquisa inicia com uma breve recuperação de Geografia moderna no mundo ocidental, e a partir disso foram tecidas algumas considerações com a população. Em seguida, apresentamos uma discussão acerca da ciência geográfica, à questão da Geografia Humana e da Geografia da População, buscando dialogar com a história da Geografia, enfatizando a questão populacional.

Sendo assim, estruturamos a presente pesquisa em 4 (quatro) capítulos, os quais permearam questões relevantes para o desvencilhamento do problema levantado. O primeiro capítulo da pesquisa apresenta uma breve discussão a respeito da ciência geográfica, seu desenvolvimento e suas imbricações com a população. Abordamos, também, a relação entre a Geografia e o capitalismo, por entendermos que esse exercício pode dar mais "corpo" ao nosso objeto de pesquisa, e também por se tratar de uma abordagem necessária para situarmos a Geografia no contexto de produção da história humana. Ainda, analisamos o papel desempenhando pela Geografia escolar na transição do século XIX para o XX como um dos meios de legitimação do poder da burguesia. E, discutimos a fragmentação existente na Geografia, ou seja, a separação em Geografia Física e Geografia Humana, as diferentes abordagens teórico-metodológicas e o caso da Geografia da População, nesse ínterim. No momento, o objetivo foi abordar essa questão, por consideramos que ela é relevante para o entendimento do nosso objeto. Uma vez que ela pode ser entendida como resultado da fragmentação da Geografia, especialmente, da chamada Geografia Humana, por isso a necessidade de reconhecer os limites e

possibilidades da dicotomia para além dela. Todavia, porque o diálogo com a população se feito de modo fragmentado como apregoa a ciência moderna, pode se limitar as explicações generalistas que pouco contribuem para o "avanço" da ciência geográfica.

No segundo capítulo, abordamos a contribuição de outras ciências para o entendimento dos estudos populacionais, já que reconhecemos que os estudos populacionais é área de interesse, também, de outras ciências, ao que mesmo tempo que buscamos tecer sucintas análises acerca da população nos diferentes momentos históricos. Analisamos o processo de institucionalização da Geografia acadêmica, seus desdobramentos teórico-metodológicos e a disciplinarização do conhecimento geográfico. Discutimos o papel da Geografia da População nas diferentes concepções do pensamento geográfico. Logo, houve a preocupação em situar nosso objeto à luz dos principais fatos que ocorreram no Brasil a partir da criação do primeiro curso superior de Geografia, resgatando dessa forma as memórias da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo. E, por conseguinte, apresentamos uma argumentação a respeito do ensino e pesquisa de Geografia da População no Brasil. Para tanto, recorremos aos acontecimentos que marcaram a institucionalização da Geografia brasileira, e buscamos abordar as diferentes concepções atribuídas a Geografia de População no transcorrer da história da Geografia no país.

No terceiro capítulo, buscamos debater a disciplina Geografia da População seus momentos de maior incidência no meio acadêmico e suas inter-relações com outras ciências, como meio ou alternativa para seu fortalecimento no seio da ciência geográfica brasileira. Ainda realizamos a análise dos programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil, com o objetivo de verificarmos as abordagens teórico-metodológicas existentes, bem como refletir acerca do estudo da população na Geografia. Por meio das entrevistas realizadas buscamos encontrar as possíveis respostas para as inquietantes indagações: por que os estudos de população foram perdendo espaço dentro da Geografia? Qual é o futuro da Geografia da População? Ainda, foram analisadas as publicações relacionadas aos estudos populacionais na Geografia, através das coleções do Boletim Paulista de Geografia (1956-2005) e da Revista Brasileira de Geografia (1939-2005), e também do levantamento realizado no banco de teses e dissertações da CAPES, das pesquisas realizadas que versaram sobre população na Geografia desde 1987 até 2010. Dessa forma, tentamos mapear como estão distribuídos os estudos de população no Brasil, sua incidência no ensino e na pesquisa brasileira, para que pudéssemos a partir da sistematização dos dados,

das leituras e entrevistas realizadas, projetar alguns caminhos para os estudos populacionais na Geografia. Averiguando a atual situação da Geografia da População e sua importância para a ciência geográfica.

No quarto e último capítulo, realizamos breves considerações sobre como os professores que atuam nas escolas públicas estaduais (oeste e sudoeste do Paraná), trabalham com a temática da população, para isso traçamos um panorama de como se encontra o ensino da Geografia, tendo como pressuposto a diretriz predominante e os livros didáticos adotados. Abordamos, também, as relações existentes entre a Geografia da População, os estudos de migração, os estudos do urbano, e os estudos de mobilidade e mobilização, como via de fortalecimento da temática na ciência geográfica. Por meio desse estudo pudemos verificar que o tema população está diluído em vários outros campos da Geografia, na qual os geógrafos e professores de Geografia encontram maior adesão teórica e metodológica. Ainda, objetivamos trazer para o debate a questão da Geografia da População e a produção do conhecimento científico, entendendo que esse processo envolve relações de poder e revelam de certo modo as influências políticas e econômicas que estão de certo modo ligadas no processo de pensar e fazer Geografia na atualidade, percebendo a universidade como um campo de discussão de ideias, de construção e fortalecimento das áreas de conhecimento. Salientando, inclusive, as relações políticas e corporativistas presentes nos ambientes de produção de conhecimento e com isso verificando a situação da Geografia da População.

1

O CONTEXTO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA E OS DESAFIOS DE SE ESTUDAR A POPULAÇÃO

Já não se pede à ciência que compreenda o mundo ou o melhore alguma coisa. Pede-se-lhe que justifique instantaneamente tudo o que faz. Tão estúpida neste terreno como em todos os outros, que explora com a mais ruinosa irreflexão, a dominação espetacular promoveu o abate da árvore gigantesca do conhecimento científico com o único fim de dela talhar uma matraca. Para obedecer a essa última exigência de uma justificação manifestamente impossível, mais vale não saber pensar incomodamente e, pelo contrário, estar-se bem exercitado nas comodidades do discurso espetacular. E é com efeito nesta carreira que a ciência prostituída destes tempos miseráveis encontrou agilmente, com muito boa vontade, a sua mais recente especialização.

Guy Debord

Ao pensarmos a temática da população percebemos o quanto esse tema é ao mesmo tempo emblemático e complexo. A leitura que nos propomos a realizar está pautada numa concepção que os estudos de população são intrínsecos à Geografia. Uma vez que, não entendemos o espaço geográfico sem população, assim como não entendemos população sem o espaço geográfico. Nessa consideração, aparentemente simples, podemos indagar: como nós, enquanto geógrafos, professores de Geografia, trabalhamos com essa questão?

À medida que saímos em procura de respostas para as inquietações que compreendem nosso objeto, a população na Geografia e a Geografia da População, deparamo-nos com vários desafios e na vontade de superar alguns deles, nos lançamos em busca de respostas. Nossa intenção não é indicar caminhos, mas acima de tudo problematizar o tema, em especial, no que tange ao papel que compete a nós geógrafos e professores de Geografia. Ainda, buscamos entender esse processo e verificar de qual ou quais formas a temática da população foi se delineando à luz da Geografia.

Nesse sentido, optamos recuperar brevemente a história da Geografia com o intuito de abranger nosso objeto e encontrar as respostas que almejamos. A tese que ora nos propomos construir visa entender como a população, bem como a Geografia da População, foi e vem sendo trabalhada pela ciência geográfica - seus "retrocessos e avanços". Além da recuperação histórica que nos propomos fazer, existe a vontade em contribuir de forma significativa para pensarmos a população pelo viés da Geografia, mostrando como podemos por meio da população entender melhor o espaço geográfico, suas transformações e com isso, talvez, acenar quanto ao futuro dos estudos populacionais na Geografia.

Se ainda perdura a necessidade de explicar o porquê de desenvolver uma pesquisa assim, respondemos que é por acreditar que o tema população é importante e, além disso, pela sensibilidade de perceber que esse estudo está se "esvaziando" dentro da Geografia. Uma vez que, ao falar da população, não me refiro somente aos outros, mas antes de tudo, a nós mesmos. Certa vez ouvi dizer que se a Geografia não servir para nossas vidas, seja no sentido de melhorá-la, como no sentido de ajudar-nos a entender os processos históricos, econômicos, sociais, culturais do qual a humanidade é o cerne, ela não serviria para nada, e vou ao encontro dessa afirmação, uma vez que acredito que o conhecimento deva ir para além da intelectualidade acadêmica.

Assim, ao estudar a população há possibilidade de preencher algumas lacunas do que se entende por Geografia, Geografia da População e o que ela compreende. Não

obstante, a defesa em relação à tese desenvolvida, não dispensa a probabilidade de averiguar se realmente os estudos populacionais e a manutenção da disciplina de Geografia da População, são relevantes. E, ainda, reforço ao dizer que a maneira com que os dados quantitativos são convencionalmente trabalhados na Geografia ao se estudar as questões afetas a dinâmica da população, causam-nos estranheza. Ao passo que, ao invés de aproximar a realidade dos sujeitos, a afasta, sobretudo, por imperar uma ideia pronta e acabada de população. Não queremos com isso dispensar o uso da quantificação nos estudos populacionais, mas sim buscar entender de que forma, geógrafos e professores de Geografia, têm trabalhado com as informações estatísticas presentes nos estudos sobre população.

Para tanto, consideramos necessário recuperar brevemente o contexto da criação da ciência geográfica. Como é sabido, o século XIX foi o período de criação de várias ciências e entre elas a Geografia. Em meio a uma convulsão de ideias e de mudanças que alteraram a forma de pensar e entender o mundo e as relações humanas, o conhecimento geográfico passou a ser discutido de forma mais sistemática.

> Kant dividiu as ciências em dois ramos, as cognitivas e as empíricas e a Geografia foi colocada nesse segundo grupo. A Geografia de então, era feita pelo que os sentidos, a visão principalmente, passavam ao estudioso da matéria e continuou assim! O legado empirista kantiano unido à herança cartesiana vem, através dos séculos, deixando a Geografia fora da perspectiva de movimento que caracteriza qualquer objeto estudado no campo das ciências, em particular das Ciências Sociais. Faz permanecer na imobilidade dos lugares, paisagens, espaços, territórios, como se eles tivessem só uma apresentação e o seu conteúdo vai ser desvendado por profissionais de outros ramos da ciência. Quem tenta trabalhar as noções geográficas embutidas na conotação de movimento é tido pelos conservadores como um não geógrafo (RIQUE, 2004, p.45).

O uso do senso comum, fortemente empregado na Geografia acabou por abordar tudo em separado, contribuindo inclusive para sua fragmentação. Essa divisão acabou por limitar o universo e suas abordagens. A compartimentação entre física e humana, colaborou para que as pesquisas na Geografia ocorressem de modo independente, retirando o homem da natureza. Porém, já há algum tempo alguns geógrafos começaram a estudar o homem relacionando com o meio físico, como é o caso de Volney (1820) que preocupado com os problemas da sociedade propõe uma reflexão sobre a história, buscando compreender como o meio natural influenciava os usos e costumes dos povos, tornando-se pioneiro dos estudos de Geografia Humana. Japiassu (2012) alerta que “a história das ciências nos ensina que as disciplinas humanas funcionam sobre um modo mais ou menos

reticular, apresentando uma espécie de elã comum" (JAPIASSU, 2012, p.14). Nessa mesma direção Carvalho (1999, p. 2-3) complementa:

> No chamado campo das ciências humanas ou sociais, os vínculos que tais histórias nos revelam, quando o interesse é o de entender, por exemplo, o desenvolvimento da geografia restringe-se aos liames (concordantes ou não) estabelecidos entre figuras como Humboldt, Ritter, Ratzel, La Blache, etc., com seus respectivos pensamentos, ou então, caso o interesse se volte para outras disciplinas particulares, ainda dentro desse mesmo campo das humanidades, como a antropologia, a sociologia ou a historiografia, são outros os agrupamentos que vemos desfilar, tais como aqueles pertencentes às "linhagens" usualmente estabelecidas a partir da evocação dos nomes ou das formulações de personalidades como Durkheim, Malinowski, Febvre, Bloch, etc., apenas para citar alguns.

É manifesto que os temas referentes ao conhecimento geográfico foram por muito tempo objeto de curiosidade e investigação dos homens. O conhecimento da Terra e sua dinâmica acompanhou o próprio desenvolvimento da humanidade. Não queremos com isso nos apropriar de uma visão maniqueísta da história, ou seja, entender o desenvolvimento da história como se fosse uma máquina na qual cada engrenagem se posta em seu devido lugar e funcionaria perfeitamente, desde que fizessem a manutenção necessária. Consideramos que foram as motivações humanas, somadas as suas necessidades que colaboraram para o desenvolvimento da Geografia enquanto ciência, como bem lembra Simões (2003, p.89):

> [...] a fase de progresso da Geografia, que passa pela antiguidade grega e o império romano, até chegar ao começo do século XIX, caracteriza-se pela união do espírito de aventura, necessidades materiais, curiosidade e desejos dos homens, para criar as escolas de cosmografia, as "sociedades geográficas", as expedições científicas e a Geografia militar.

Outra questão pertinente quando nos referimos à ciência geográfica, refere-se à abordagem sistemática da Terra. Desse modo, há na literatura relato de pesquisadores como Simões (2003) que afirmam que o nascimento da Geografia pode ser situado na própria origem do homem. Embora, tenha alcançado a categoria de ciência no século XIX, pela contribuição do conhecimento acumulado pela civilização grega e pelas necessidades e interesses do momento, pois a produção do conhecimento é ativa e se altera com as transformações e mudanças que ocorrem no mundo.

Os gregos[6] tinham domínio de uma série de conhecimentos astronômicos, como a distinção entre planetas e estrelas, o movimento da Lua em redor da Terra, entre outros. A necessidade de entendimento da constituição e formação do universo e do planeta Terra motivou a criação de inventos e realização de experimentos, que colaboraram de forma efetiva na produção de determinados conceitos e novos conhecimentos.

Ao passo que os conhecimentos de caráter geográfico se ampliavam e a curiosidade em entender a dinâmica natural da Terra também se estendia. Nasceram diversos estudos a respeito da dinâmica dos rios, da distribuição das chuvas, das estações do ano, entre outros. Inclusive, os gregos foram os responsáveis pela divulgação do sistema planetário geocêntrico com a obra **Almagesto** datada do século II d.C.

> Geografia: ciência da Terra. Etimologicamente, descrição da Terra. Sob esta expressão tão remota e aparentemente tão simples, apresenta-se um ramo do conhecimento cientifico marcado por enormes polêmicas. Sua origem remonta à Antiguidade Clássica. A geografia nasce entre os gregos que são os primeiros a registrar de forma sistemática os conhecimentos ligados a esse ramo do saber. São eles, aliás, que começam a rotular as informações relativas à superfície da Terra de Geografia. Estrabão parece ter sido o primeiro utilizar o termo. Para alguns autores, Erastóstenes (275-195 a.C), diretor da biblioteca de Alexandria, foi o primeiro autor da obra intitulada Geografia, muito embora a obra de Estrabão (200 anos mais tarde) seja mais consistente. Heródoto é apontado por vários autores, não só como o pai da historiografia, mas também da Geografia. Entretanto, o saber geográfico é ainda anterior os gregos, pois pode ser detectado até mesmo nas sociedades primitivas onde os deslocamentos e as migrações bastante remotas levam ao conhecimento mais amplo da superfície terrestre e à tendência ao registro ou à transmissão desse conhecimento [...] (PEREIRA, R. 1999, p. 51-52).

Vale destacar, que há na literatura evidências da existência de estudos geográficos anteriormente aos produzidos pelos gregos. Porém, nossa preocupação não são as datas, nem a atribuição de méritos para uma determinada civilização em detrimento de outra. Por entendermos as complexidades da produção de conhecimentos, sendo que sua sistematização decorre da junção de múltiplos fatores. Assim, não é ordem dos fatos que determina sua validade, mas o contexto em que foram produzidos, por isso acolheu a importância de compreender as raízes da Geografia, especialmente, para entender seus processos e por meio deles sua história, que é ao mesmo tempo a história dos homens, os quais se apropriam de determinados conhecimentos à medida de sua necessidade.

[6]Para Aristóteles (385-322 a.C), a ciência era o conhecimento dos fenômenos do cosmo, pelas suas causas. Tratava-se, neste sentido, de demonstrar através de argumentações racionais e não de verificar pela experiência os enunciados sobre os fatos.

No que tange a questão da diferenciação entre a Geografia Humana e a Geografia Física, percebemos que no fim do século XIX essa tendência avultasse, sobretudo, pelo desenvolvimento das ciências sociais. Nesse período ganha ênfase os trabalhos de Friedrich Ratzel[7], com ênfase na ecologia.

> Ratzel retirará de Spencer a noção de sociedade como organismo e a concepção naturalista do desenvolvimento da sociedade humana. Introduzi-las-á no discurso geográfico de seus predecessores, assimilando destes os fios invisíveis que ligam suas obras com os interesses do capitalismo alemão. Formulará um discurso geográfico cujas chaves de compreensão são a "teoria do determinismo geográfico" e a "teoria do espaço vital" (MOREIRA, 1994, p.31).

Não obstante, a Geografia não deveria ser dualista, já que em cada área habitam os elementos físicos e humanos, e assim formulariam um único objeto de estudo. Para Alfred Hettner (1858-1941) a Geografia seria uma ciência unitária, porém, sua realidade seria composta de elementos heterogêneos e mutuamente relacionada.

> Em 1925, Alfred Hettner considerava como objetivo fundamental da Geografia o estudo da diferenciação regional da superfície terrestre. Esta definição foi acatada e elaborada de modo minucioso por Hartshorne, em 1939, em sua obra *The Nature of Geography*. Outra definição referia-se à análise das influências entre o homem e o meio, que se expressou de modo claro na proposição de Albert Demangeon, em 1942: "é o estudo dos grupos humanos nas suas relações com o meio geográfico". Muito mencionada também é a definição elaborada por Emmanuel de Martonne, em sua obra *Traité de Geographie Physique*, cuja primeira edição surgiu em 1909 e a última em 1951. De Martonne ponderou que a geografia moderna encara a distribuição à superfície do globo dos fenômenos físicos, biológicos e humanos, as causas dessa distribuição e as relações locais desses fenômenos. Embora houvesse acordo de que a superfície terrestre era domínio específico do trabalho geográfico, essas definições e a prática da pesquisa geográfica estavam eivadas de contradições dicotômicas (CHRISTOFOLETTI, 1985, p.71).

Frente a essa complexidade que abarca a Geografia, mesclada por elementos físicos e humanos e marcada fortemente pela dicotomia, nos propomos a começar a pensar a população e com ela o desejo de entendê-la, tomando como diretriz mediadora para nossa

---

[7] Ratzel é um pensador cuja obra foi produzida exatamente na Alemanha desse período, fim do século XIX e início do século XX. Tanto em sua formação, como em sua obra incorporou os diversos fundamentos e horizontes epistemológicos que na época se debatiam. Formou-se como naturalista atraído como tantos outros, pelo fascínio do evolucionismo darwinista que empolgou a ciência nas últimas décadas dos anos oitocentos, mas, suas principais obras descendem da pena de um pensador que, convertido às humanidades, dedicou-se à investigação dos processos civilizatórios e das relações entre história das populações humanas e a história da própria Terra, ou entre os fatos culturais e os telúricos. Aparentemente, Ratzel moveu-se do positivismo ao historicismo, mas seria uma precipitação simplificadora qualquer caracterização nesse sentido, pois, ao examinarmos algumas das suas obras, várias de suas formulações dificilmente poderiam ser enquadradas com tranquilidade em quaisquer reduções esquemáticas (CARVALHO, 1999, p. 4).

análise a questão referente ao senso comum e ao conhecimento científico. Por considerarmos que esses dois elementos são importantes para entendermos o desenvolvimento da ciência geográfica e a forma como a Geografia abordou os estudos populacionais, ora dando maior ênfase aos dados empíricos ora se reportando aos estudos mais técnicos e científicos. Desse modo, vale referenciar os primeiros teóricos da população, entre eles merecem destaque: Glenn Thomas Trewartha, Pierre George, Emile Levasseur, Wilbur Zelinsky, entre outros, que ofereceram especial atenção à questão da Geografia da População, desenvolvendo trabalhos de alcance internacional.

A população não é um conceito numérico, sendo assim, a Demografia não pode ser sozinha, é uma companheira da Geografia ao analisar, estudar, investigar as questões populacionais. Vale salientar que entendemos a Demografia como a ciência que estuda a dinâmica populacional, por meio de estatísticas que utilizam como critérios a religiosidade, educação, etnia, entre outros, influenciados por fatores como taxa de natalidade, mortalidade, fecundidade, entre outros. Considerada como um dos ramos das ciências sociais, a Demografia é uma ciência nova se comparada, por exemplo, com a Economia. O termo demografia foi empregado pela primeira vez em 1855 por Achille Guillard. Sua importância reside no fato da população ser um elemento político que caracteriza uma sociedade e, logo, tornar-se-ia necessário compreendê-la a fim de tornar possível o planejamento econômico, social ou político. Dessa forma, a Geografia pode se apropriar dos estudos demográficos e contribuir para que as informações sobre população na Geografia avancem para além dos dados quantitativos e com isso melhor compreender a dinâmica populacional. E possa nos dizer algo sobre a nossa existência, o que somos e o que podemos fazer ou esperar.

> O estudo da população na Geografia exige o aporte de outras ciências sociais como a Economia Política e a Sociologia, para explicar o porquê do lugar de pessoas nas classes sociais, a perda dos indivíduos na coisidade da força de trabalho do homem genérico, ao mesmo tempo submetido na sociedade, não por obra do acaso, mas das leis sociais dominantes (RIQUE, 2004, p.30).

Infelizmente, os estudos populacionais na Geografia, são em grande parte da competência do senso comum, e acabam explicitando os fenômenos por eles mesmos, isto é, não explicam a realidade do fenômeno. Na maior parte das vezes descreve-os, e descrever a realidade apenas não significa produzir conhecimento científico. Conquanto, sabemos que a ciência atende na maioria das vezes ao interesse e necessidade da classe dominante, contudo, as informações manipuladas por ela são desencadeadas de um

processo de objetivação dos sujeitos, uma vez que ciência não é um instituto, mas algo produzido pelos homens que munidos de seus métodos e metodologias buscam o melhor modo de produzi-la. A ciência também revela as precariedades humanas e a nosso ver uma forma de tentar superar uma leitura anacrônica, por exemplo, das questões ligadas à população seria situá-la na história. Pois, entendemos que a história não prevê o futuro, mas elucida as escolhas e decisões feitas pelos sujeitos.

O modo como são interpretados e analisados os dados da população pautados numa visão empirista, torna o estudo da população e suas variáveis como algo estanque e distante da realidade. Para suplantar a ideia "cristalizada" que temos ao pensar a população, precisamos fazer uso de diferentes metodologias, até ousaria dizer que deveríamos pensar em reescrever uma diferente história da população na Geografia. Ao nos propormos verificar como a população fora abordada pela Geografia, sabemos que essas abordagens estão de certo modo condicionadas a matriz filosófica predominante e ao método e metodologias utilizadas. Baseado nisso entendemos que podemos chegar a resultados diferentes sobre o problema levantado - a Geografia da População vem perdendo espaço dentro da ciência geográfica - ou não chega a resultado aparente.

Nesse sentido, defendemos que os fenômenos humanos por si só não explicam o todo da realidade, eles são manifestações parciais dessa realidade, isto é, manifestação aparente dela, por isso muitas vezes não avançamos para além da aparência. E a aparência não dá conta sozinha de explicar os fenômenos. É preciso mergulhar em direção a sua essência, no contexto das contradições e de toda gama de relações que produzem determinado fenômeno, para que se possa entender seus determinantes, suas implicações, a fim de encontrar a raiz do problema e com isso compreendê-lo e quiçá transformá-lo.

Decorre daí a necessidade de entender nosso problema, explicando os fenômenos pela sua essência, e assim abordar o contexto da população pelo prisma da ciência, que é uma construção e produção humana, em outras palavras, entender o fenômeno da população anexo com a realidade da qual foi e está sendo produzido, e imbuído em sua totalidade. Para Christofoletti "as transformações sucessivas que ocorrem no conhecimento científico e no contexto socioeconômico promovem a contínua mudança nos desafios e nos problemas enfrentados pelos homens" (CHRISTOFOLETTI, 1985, p.71).

Assim, ao refletirmos sobre o contexto da ciência geográfica e os desafios de se estudar a população, percebemos que ele está alicerçado à concepção de ciência e de Geografia predominante, já que professores e pesquisadores se apropriam e sofrem

influência de ideias existentes. Por isso é preciso estimular a crítica para que se possa contribuir de forma significativa no (re) pensar as questões relacionadas à população. Desse modo, a reflexão apresentada faz sentido, pois entendemos que na constituição da ciência geográfica a questão da população sempre esteve presente, contudo, não de modo explícito, muitas vezes subjugado nos discursos dominantes. Porém, a preocupação como o homem se relaciona com o meio e as formas de assegurar sua sobrevivência fazem parte da história humana e da gênese da Geografia. Diante disso e na medida em que buscamos situar a população no contexto histórico, consideramos importante discutir a relação entre a Geografia e o capitalismo, uma vez que a própria constituição da Geografia enquanto ciência coadunou com os interesses do sistema econômico dominante. E, assim continuamos nossa busca a fim de desvelar nossa inquietação.

1.1 A Geografia, a Geografia brasileira e sua relação com o capitalismo

A ciência geográfica despontou-se no decorrer do século XIX concomitante com a crise do capitalismo e das profundas mudanças que vinham ocorrendo no mundo ocidental. O seu desenvolvimento foi impulsionado pelos processos históricos e econômicos gerados pelo sistema capitalista.

Como é sabido até o final do século XVIII, não era possível falar de conhecimento geográfico como algo uniformizado. Designava Geografia os relatos de viagem, compêndios de curiosidades sobre os mais diferentes lugares, relatórios estatísticos de órgãos administrativos e catálogos sistemáticos sobre continentes.

A sistematização do conhecimento geográfico ocorreu no início do século XIX, uma vez que nessa época, umas séries de condições históricas estavam “prontas”. Inclusive, os pressupostos históricos de sistematização da Geografia que objetivava o processo de avanço das relações de produção capitalista.

> O primeiro pressuposto dizia respeito ao conhecimento efetivo da extensão real do planeta. Era necessário que a Terra fosse toda conhecida para que fosse pensado de forma unitária seu estudo. Essa condição começa a se realizar com as grandes navegações, e as consequentes descobertas efetuadas pelos europeus, a constituição de um espaço mundial, que tem por centro difusor a Europa, é elemento destacado do processo de transição do feudalismo para o capitalismo. A formação desse modo de produção exige a articulação de suas relações a uma escala planetária, o que faz expandir a área de ação das sociedades europeias a todo globo terrestre. Outro pressuposto era a existência de um

> repositório de informações sobre variados lugares da Terra, o aparecimento de uma Geografia unitária residia no aprimoramento das técnicas cartográficas, enfim todas as condições materiais para a sistematização da Geografia são forjadas no processo de avanço e domínio das relações capitalistas (MORAES, 2003, p. 41-43).

Para a professora Zélia Leonel (1985) a Geografia não esteve em crise, pois considera que a Geografia é filha da crise do capitalismo. Porquanto a crise entre teoria e prática apregoada na ciência geográfica não é verdadeira, já que a crise existente para ela é histórica e é fruto da agitação entre forças produtivas e relações sociais de produção. E no imbróglio desse conflito é que se revela a ciência do homem pela unificação prática entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Decorre, então que a Geografia enquanto ciência pode ser considerada “filha” do capitalismo e poderia cumprir bem o papel de legitimação dos interesses burgueses. Já que boa parte da história da Geografia bem como suas transformações está, na maior parte das vezes, associadas às mudanças ocorridas no modo de produção capitalista.

A necessidade de conhecer e conquistar mais mercados atribuiu à Geografia maior valor, porque os conhecimentos geográficos permitiram uma aproximação das grandes nações com diferentes lugares, isso inicialmente foi possível com o desenvolvimento de mapas mais precisos. Nesse sentido, no contexto das transformações universais da sociedade moderna e estimulado pelo capitalismo pujante, desenvolve-se a Geografia.

Durante o denominado capitalismo comercial compreendido como a primeira fase do sistema capitalista que se estendeu do século XVI ao XVIII, a burguesia mercante começou a buscar riquezas em outras terras fora da Europa. Os comerciantes e a nobreza estavam à procura de ouro, prata, especiarias e matérias-primas não encontradas em solo europeu. Esses comerciantes, financiados por reis e nobres, ao chegarem à América, por exemplo, vão começar um ciclo de exploração, cujo objetivo principal era o enriquecimento e o acúmulo de capital. Nesse contexto, podemos identificar as seguintes características capitalistas: busca do lucro, uso de mão de obra assalariada, moeda substituindo o sistema de trocas, relações bancárias, fortalecimento do poder da burguesia e desigualdades sociais, e a exploração e controle da população implícito nesse processo. Considerada uma das fases mais pujantes do sistema capitalista, objetivava inicialmente a acumulação de capitais baseada na crescente circulação de mercadorias. Assim, artesãos, camponeses, escravos, entre outros se encarregaram, na Europa, Ásia e América, de

produzir as mercadorias necessárias que serviriam para abastecer os mercados consumidores, além de contribuir para estimular a economia mercantil internacional.

> A circulação de mercadorias proporcionou uma integração superficial das economias mercantilistas. Os investimentos no exterior, impulsionados pela Revolução Industrial do século XIX, deflagraram um segundo estágio do processo de mundialização. A condição prévia desse novo estágio foi a transformação dos sistemas de produção pela introdução do trabalho assalariado. Essa revolução na esfera da produção de mercadorias gerou vasta acumulação de riquezas (MAGNOLI, 1997, p. 18).

A Geografia Física, um dos ramos de conhecimento da Geografia, possuía uma função específica, descrever as diferentes áreas do globo terrestre, identificando as condições geológicas, geomorfológicas, vegetacionais e climáticas da Terra. As cartas topográficas, os mapas e as plantas levaram a descobrir áreas até então desconhecidas. Com as grandes navegações, lançou-se mão de mapas náuticos, bem como de informações cartográficas valiosas. A Geografia juntamente com a matemática foram responsáveis pelas viagens aos diferentes oceanos e mares, com a finalidade de se obter cada vez mais informações.

Já a Geografia Humana abordava aspectos referentes à ação do homem sobre o meio e acercava-se das questões políticas, econômicas, demográficas e religiosas. Por conseguinte, obtinham-se amplas noções sobre as peculiaridades dos povos que ocupavam diferentes lugares. Nesse sentido, a Geografia colaboraria ao oferecer um panorama da realidade de cada nação. Com o capitalismo industrial que culminou com a Revolução Industrial, as relações econômicas entre as antigas colônias com suas respectivas metrópoles se estreitaram, obviamente, a relação de dependência econômica se fortaleceu e a desigualdade econômica e social se maximizou.

É possível verificar, ao longo da história do capitalismo, que o desenvolvimento mais efetivo da ciência geográfica foi resultante dos desdobramentos do sistema capitalista. Logo, notamos o quanto os conhecimentos geográficos contribuiriam para o fortalecimento da burguesia, já que essa desejava mais poder e, concomitante, o desenvolvimento do sistema capitalista aprofundava as contradições sociais.

A Revolução Industrial favoreceu a crença que a ação humana podia dominar a natureza. O turbilhão de fenômenos que assolaram o mundo durante a primeira e a segunda Revolução Industrial, juntamente, com o avanço técnico-científico e a eminência do

positivismo como matriz filosófica dominante na sociedade ocidental, contribuiu para que o pensamento burguês e sua influência se fortalecessem.

A Geografia tornou-se importante, visto que seus fundamentos foram de grande valia e interesse para os burgueses. Porém, sua constituição enquanto ciência, também, perpassou por muitas intencionalidades.

> Durante la segunda mitad del XIX, coincidiendo com el espectacular desarrollo de La comunidad científica de los geógrafos, La historia de La geografia fue prestando atención a nuevos temas. El eco Del Ensayo histórico sobre el desarrollo progresivo de La Idea del Universo incluído en el Cosmo (1845-1862) de Alejandro de Humboldt y el desarrollo de La geografía física incorporá a estas historias La evolución de las ideas sobre La estructura física del mundo y sobre las interrelaciones de los fenômenos naturales; a la vez que el creciente interes por los temas humanos que desembocaria en la creación de una geografía humana sistemática – dirigió también la atención hacia la historia de los médios y procedimientos utilizados para conocer la riqueza y población de los países (censos , catastros, etc.) (CAPEL, 1989, p. 56).

Diante do que foi exposto, percebemos que na transição do século XIX para o século XX, o mundo e o Brasil enfrentaram uma grande transformação econômica, capaz de consolidar não só o domínio burguês, mas, o modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo em que são postas, tanto em nível de pensamento, quanto material, as condições que possibilitariam o afloramento da ciência geográfica e seu disciplinamento.

Embora a Geografia grega seja considerada a primeira na produção de estudos geográficos, foi da segunda gênese, a alemã, que resultou a institucionalização da Geografia como ciência e isso não se deu por acaso na Alemanha. Algumas foram as condições que propiciaram o surgimento da Geografia moderna na Alemanha: primeiro, um território fragmentado em dezenas de pequenos reinos; segundo, o desejo de expansão imperialista, constitutivo do capitalismo.

> As condições necessárias ao surgimento da geografia existem, mas não teriam determinado automaticamente a sua gênese não fosse à existência de um estímulo social mais direto presente na particularidade histórica da Alemanha e de certas características individuais relativas ao pensamento de alguns cientistas alemães. Somente a análise da especificidade do desenvolvimento do capitalismo e das ideias neste país é capaz de aprender as razões que levaram esta sociedade a valorizar a reflexão sobre o temário geográfico. É, portanto, em solo alemão que a geografia alcança sua forma de ciência moderna. O salto qualitativo se dá entre os alemães no momento em que as questões relativas ao desenvolvimento do capitalismo encontram-se já plenamente resolvidas na Inglaterra e em curso bastante adiantado na França, enquanto a Alemanha permanece ainda às voltas com o seu processo de unificação interna. Se para o capitalismo inglês e francês o papel da geografia é o de lhes viabiliza a

> expansão colonial, para o capitalismo alemão seu papel será o de dar respostas a questões ainda preliminares: a unidade alemã. O caráter tardio da penetração das relações capitalistas no país liga-se ao fato de ele ainda não ter se constituído como um Estado nacional. Ao desejo de unificação corresponde uma necessidade de expansão intrínseca ao próprio capitalismo, porque ele só poderá se constituir no interior da Alemanha na medida em que se expandir fora dela (MOREIRA, 1981, p.22).

A origem científica da Geografia se deu na Alemanha do século XIX, à luz dos trabalhos de Alexander Von Humboldt e Karl Ritter[8]. Com a contribuição desses mestres, a Geografia se estabeleceu em bases científicas.

Apesar de Humboldt não ser geógrafo e tão pouco ter se preocupado em sistematizar seus conhecimentos geográficos, por meio de escolas, sua contribuição foi fundamental para a Geografia. Os alemães foram importantes para a consolidação da Geografia enquanto ciência, sobretudo, com a contribuição desses intelectuais, a Geografia pôde se estabelecer sobre fundamentos científicos autênticos e deixar de ser uma simples descrição do planeta para se transformar em uma ciência,[9] baseada na investigação das relações entre natureza e sociedade.

> Humboldt, como naturalista e grande viajante, percorreu a Europa, a Rússia asiática, o México, a América Central, a Colômbia e a Venezuela, observando os grandes fenômenos físicos e biológicos; seus trabalhos são todos de natureza científica, sem qualquer finalidade pedagógica. Humboldt também foi animador das chamadas Sociedades de Geografia, que organizavam expedições e pesquisas em diversas partes do mundo, especialmente nas regiões dominadas pelos grandes impérios coloniais europeus. Foi assim que os ingleses, os franceses, os belgas e em seguida os alemães fizeram o levantamento de amplos territórios na Ásia e na África, e organizaram suas colônias (ANDRADE, 1992, p. 13).

Nesse sentido, reforçou Pereira (1992) que o desejo de expansão imperialista alemão apresentou-se como decisivo para a consolidação da nova ciência; o surgimento da

---

[8]Alexander Von Humboldt (1769 – 1859) de uma grande polivalência desenvolveu diversas áreas entre elas: a etnografia e a botânica, lançando em bases científicas a Geografia, Geologia, Climatologia entre outras. Apesar de ter pesquisado diversas coisas em seus mínimos detalhes, sempre o fez com uma visão geral e imparcial. Karl Ritter (1779 – 1859) com formação em ciências humanas, sendo filósofo e historiador, homem ligado às classes dominantes, um explorador, e grande leito, procurou explicar a evolução da humanidade, ligando-a as relações entre o povo e o meio natural, fazendo, sobretudo a descrição da sociedade. Nasceu na Alemanha e foi professor de geografia na Universidade de Berlim. O seu grande mérito foi o de ter compreendido e teorizado corretamente os princípios básicos da geografia que Humboldt, aplicara pouco tempo antes, nomeadamente o Princípio da Causalidade (ou Interdependência) e Princípio da Geografia Geral (ou Comparada). Na sua primeira obra "Europa, Quadro Geográficos, Históricos e Estatísticos", Ritter atribui, pela primeira vez, um importante papel à geografia humana, combatendo a então chamada "geografia pura" que se recusava a dar um lugar ao Homem. O seu principal objetivo era o de explicar as relações existentes entre o meio físico e a atividade humana. Da sua pretensão em explicar os fatos humanos em função dos fenômenos físicos resultou o seu acentuado determinismo.

[9]No entanto, uma ciência com princípios e fins influenciados pela sociedade burguesa capitalista. Dito em outras palavras a serviço do interesse burguês de sociedade e nação.

Geografia articula-se, pois, com motivações de natureza política. A formação do Estado Nacional alemão precisava de estímulos, o que fez com que o discurso geográfico assumisse uma centralidade, consolidando o sentimento de pertencimento por meio da unidade territorial.

> É importante lembrar que o aparecimento do saber institucionalizado da Geografia, data de pouco mais que um século que a época de seu nascimento, isto é, final do século XIX e começo do século XX, se vincula à vertente oposta àquela da escalada do capitalismo que corresponde à sua fase progressiva, o que vale dizer que sua origem é ideológica, no qual o saber só tem existência institucional enquanto instrumento de dominação de uma classe (LEONEL, 1985, p. 10).

A própria ciência geográfica constituiu-se porque havia uma necessidade histórica que contribuiu para sua consolidação. Assim, a Geografia se apresenta como uma possibilidade para um momento determinado. De acordo com Marx "os próprios problemas sociais só se apresentam quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de resolvê-lo" (MARX apud IANNI, 1982, p.83). Necessidade que está visível ao voltar a repensar brevemente a questão da Alemanha, ou seja, não se pode reduzir a constituição da ciência geográfica à Alemanha atrelando-a somente a questão da fragmentação territorial. Uma vez que ao se discutir a problemática do espaço, discute-se também poder. Não obstante, para os alemães a questão do espaço era fundamental.

> É importante salientar que a Alemanha não é o único país a enfrentar, no século XIX, a fragmentação do seu território. A Itália vivia a mesma situação, mas não é entre os italianos que a geografia vai despontar. O problema da unificação territorial por si só, portanto, não explica o aparecimento da geografia. Na Alemanha a unificação é pensada como modernização política e econômica, enquanto na Itália a modernização se faz mais pelo entendimento de que se moderniza primeiro a política; a modernização econômica é posterior. Para os alemães, política e economia são inseparáveis. Eles sentem que a revolução Burguesa é necessária a modernização do país e, por esta razão, veem a Revolução Francesa com certa simpatia. Os intelectuais alemães acompanharam o movimento social Francês com entusiasmo porque percebem que sob inspiração dele seria possível modernizar política e economicamente a Alemanha. Na Itália, a revolução Francesa é acompanhada de outra forma. A reação é diferente. A Revolução Francesa e a própria França são vistas com certa animosidade. Esta reação contrária se deve à ocupação francesa do norte do país. A Revolução Francesa age sobre os outros países como um sinal para a possibilidade de realização da transição por várias vias: através da burguesia, do povo ou da aristocracia (PEREIRA, 1999, p. 114-115).

Aparenta, então, ser essa a razão da Geografia ter nascido, primeiramente, entre os alemães o que reforça a tese de Marx, e enfatizou Ratzel (1905, p. 818) sobre a utilidade da ciência geográfica:

> Todo aquele que atua sobre os povos deve sofrer também a ação destes povos. E estas reações começam já na própria preparação necessária a tal fim, já que para poder atuar sobre os povos é preciso antes conhecê-los. Necessita-se, ao menos aprender sua língua e com a língua seu modo de pensar; porém, além disso, é necessário adquirir o conhecimento da situação geográfica e do clima, dos costumes e dos usos de um povo com o qual se quer entrar em relação de intercâmbio. Já não estamos nos tempos nos quais o mercador comerciava através de um intérprete [...]. Sem se deixar desviar pelas teorias, os comerciantes alemães, há tempos, a realizar o que lhes ditava o bom senso: estudando os países, os povos, e aprendendo sua língua.

Ratzel se tornou conhecido pôr dar maior ênfase ao homem na sua formulação de Geografia. Sua concepção geográfica correspondia aos anseios expansionistas da Alemanha. Encarou o homem como uma espécie animal. Entre os princípios que formulou destacamos a relação do homem com o meio natural. Estudou também o Estado, em sua Geografia política. Sua argumentação em torno da complexidade do objeto da Geografia política, discutido do livro *Politische Geographie*, denota um extenso esforço em prol de exigências investigativas dos fatores políticos, econômicos que envolviam a ciência geográfica.

A Geografia científica sofreu influência tantos dos alemães, como dos franceses, ou seja, essas diferentes escolas produziram conhecimentos importantes trabalhados pela Geografia.

> Podemos considerar como precursores da geografia científica no Brasil, autores que publicaram, nas três primeiras décadas do século XX, livros especificamente de geografia ou livros de análise do meio ambiente e das paisagens de grande interesse. Dentre os precursores podemos destacar figuras como Raimundo Lopes, que escreveu um ensaio notável sobre o Maranhão, e depois um livro quase didático de Geografia Humana, que ele chamava como Ratzel, de Antropogeografia, baseado em curso que ministrou sobre a matéria no Museu Nacional. Também foi notável a contribuição dada por Agamenon Magalhães ao escrever, em 1921, a sua tese de candidato à Cátedra de Geografia Geral do Ginásio Pernambucano, sobre o Nordeste Brasileiro onde analisou a região a luz dos ensinamentos dos maiores geógrafos do seu tempo, sobretudo franceses. Nesta época já se tinham difundido no Brasil ideias de geógrafos franceses, como Elisée Reclus e Vidal de la Blache. Convém salientar que o barão do Rio Branco nos fins do século XIX, colaborou na Geografia Geral do mestre Frances Elisée Reclus como o tomo sobre o Brasil (ANDRADE, 1999, p.22-23).

É prudente relembrar que foi nesse contexto que a ciência geográfica fora ideologicamente influenciada pelos interesses da burguesia, isto é, na maior parte das vezes, estavam voltadas a produzir espaços necessários à expansão do capitalismo e na formação de cidadãos necessários às exigências da sociedade.

> A transformação de súditos em cidadão, fundamental para a ruptura do modo de produção feudal e implantação do modo de produção capitalista, só pode ser alcançada através da educação. A escola surge, então, como um instrumento capaz de transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade, retirando os homens do estado de ignorância em que se encontram e, ao mesmo tempo, inserindo-os na concepção burguesa que emerge na sociedade. Interessada em mudanças, a burguesia que inicialmente defende a igualdade e a liberdade como essenciais ao homem, ao se consolidar no poder, desloca os seus interesses de transformação para a perpetuação da sociedade. É neste contexto que a expansão do sistema de ensino passa a servir para assegurar a hegemonia burguesa reproduzindo as relações de classe existentes e garantindo, ao mesmo tempo, a expansão do capitalismo (BOURDIEU & PASSERON, 1975, p.185).

Por meio dos conhecimentos geográficos, o indivíduo poderia tornar-se consciente da existência do Estado, de sua dimensão, de suas fronteiras, ou seja, que pertencia a um território e era o responsável pela sua organização e administração. Era um conhecimento de caráter eminentemente nacionalista-patriótico, porém, acrítico. Desse modo, podemos novamente ratificar a presença do elemento populacional no desdobramento da Geografia, no entanto, não era algo tratado abertamente, já que as questões afetas a população eram explicadas na maioria das vezes por meio de teorias demográficas, e quanto mais alienadas as pessoas estivessem acerca das formas de controle e subversão impostas à população pelos Estados, melhor seria, já que o se propalava era o espírito nacionalista.

Para Ianni (1979) o nacionalismo estava presente em todos os movimentos artísticos, isto é, a construção dessa nova nacionalidade era debatida nos movimentos que redirecionavam a arte e a cultura do Brasil, em especial, no fim do século XIX e início do século XX. A proposta de modernização do país estava, portanto, atrelada à necessidade de formação de indivíduos que colaboram com a ideia de sociedade burguesa.

No caso brasileiro, a Geografia que aqui se instalou, teve uma forte influência da Geografia francesa, como será salientado com mais ênfase, posteriormente. Como o ensino e a pesquisa da Geografia no Brasil institucionalizariam após a Revolução de Trinta, esse período marcou também uma maior influência da burguesia brasileira. Como bem lembra Andrade (1987, p. 82-83) quando diz:

> O estudo e o ensino de Geografia do Brasil, em nível superior, porém só seriam institucionalizados após a Revolução de Trinta, quando foram criadas as Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, na Universidade de São Paulo (1934) e na Universidade do Distrito Federal (1935), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ainda na década de 30 o Governo federal criaria, no Rio de janeiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com três Conselhos, o de Geografia, o de Cartografia e o de Estatística, que seriam utilizados para desenvolver o conhecimento do território nacional. Também em 1934 foi à fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), organizada inicialmente pelo professor Pierre Deffontaines que durante alguns decênios prestou notáveis serviços ao desenvolvimento da Geografia no Brasil.

A influência da escola francesa na Geografia do Brasil foi aguda, sobretudo, pela presença do professor Pierre Deffontaines, que foi um dos membros da missão francesa no Brasil, primeiramente, contratado pela Universidade de São Paulo e, posteriormente, entre os anos de 1936 a 1938, passou a lecionar Geografia na UDF. No Rio de Janeiro exerceu grande influência nos estudantes de Geografia e nos geógrafos, promovendo nesses o incentivo para a criação do Conselho Nacional de Geografia e para a publicação da Revista Brasileira de Geografia, iniciada em 1939. Pertencendo a uma geração que havia recebido formação e inspiração dos grandes mestres franceses como Jean Brunhes, discípulo de Vidal de La Blache, Deffontaines implantou no Brasil a chamada escola francesa de Geografia. Perspectiva que Seus artigos descreviam a dimensão continental do Brasil e davam o tom da nova Geografia acadêmica que estava sendo introduzida, a linha vidalina, na qual a moldura do quadro natural comandava a organização das atividades humanas. De fato, essas preocupações "estavam a serviço de um governo empenhado na centralização do poder, num país até então essencialmente agrário, extremamente segmentado em arquipélagos econômicos" (MACHADO, 2000, p.3).

Outro expoente da Geografia francesa no Brasil foi Pierre Monbeig, que lecionou também no primeiro curso de Geografia, ambos oriundos do pensamento clássico lablachiano; há de considerar que a partir do Congresso Internacional de Geografia[10] realizado em 1956 na cidade do Rio de Janeiro, houve a entrada maciça de outros intelectuais de diferentes nacionalidades, que influenciaram a maneira de se fazer e pensar a Geografia no país.

---

[10] Sobre este tema Hélio de Araújo Evangelista, escreveu um artigo intitulado: **O XVIII Congresso Internacional da União Geográfica Internacional – UGI (Rio de Janeiro, 1956).** Disponível na Revista Geo-Paisagem (online) Ano 3, nº 5,Janeiro/Junho de 2004, ISSN Nº 1677-650 X. Revista indexada ao Latindex.

> No Rio de Janeiro, destacou-se um grupo de estudiosos da realidade brasileira, profundamente influenciado pelas ideias de Ratzel e que teve como maior expoente o geopolítico Everardo Backauser, que combatia o sistema federativo e que, para inviabilizá-lo, defendia que se fizesse uma nova divisão territorial do país, que contrariasse as tradições existentes. Estas ideias deram origem a uma proposta semioficial, formulada por Teixeira de Freitas quando influente no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado no governo Vargas em 1939 (ANDRADE, 1999, p. 23).

Dentre os precursores da Geografia científica brasileira, destacamos o professor Delgado de Carvalho que introduziu métodos de pesquisas geográficas francesas, interessando-se, especialmente, pela Geografia regional. O grande marco de sua carreira foi a publicação do livro **O Brasil Meridional** em 1910, considerado desde então o primeiro geógrafo brasileiro.

> O clássico *Le Brésil Méridional: E tude Économique sur lês Etats du Sud* (1910) apresentava um grau de elaboração ainda não visto nos estudos que eram desenvolvidos sobre o território brasileiro. De uma abordagem tradicional baseada na divisão e descrição de estados, o Brasil começava a ser estudado através de uma visão totalizadora que permitia agrupar em uma mesma região um conjunto de estados. *"Le Brésil Méridional"* levanta, reúne e interage os diferentes elementos naturais e humanos da porção subtropical do Brasil, propondo uma nova divisão territorial que, a partir das regiões naturais, se sobrepunha aos limites político-administrativos dos Estados e aos interesses regionalistas de suas oligarquias agrárias (MACHADO, 2000, p.79).

Segundo Andrade (2003) a trajetória da Geografia no Brasil pode ser dividida em três grandes períodos: o colonial, o de transição do Império para a República e o moderno - iniciado por volta dos anos de 1930. No primeiro período, a contribuição ficou por conta dos chamados cronistas coloniais que pelas razões mais diversas estiveram por essas paragens, realizaram descrições da terra e do povo, influenciados pela ideia europeia de mundo tropical. Novamente é perceptível o elemento populacional como algo a ser contemplado e mensurado, entre vários exemplos que podem ser dados sobre isso, destacamos a carta que Pero Vaz de Caminha enviou ao rei D. Manuel, descrevendo a terra onde aportara, dividindo-a de acordo com as atividades econômicas das regiões povoadas, suas riquezas e a população que aqui vivia. No fim desse período, numerosos naturalistas contribuíram significativamente para o conhecimento das áreas por eles percorridas, entre eles, destacamos Saint-Hillaire (1779-1853).

Na transição do Império com a República, os naturalistas continuaram a produzir informações substanciais, inclusive, a respeito da população, relatando sua diversidade

cultural e os sistemas de exploração da terra. No momento em que o discurso de levar a cidadania à maioria da população estava no auge, em virtude da heterogeneidade do povo brasileiro, composto predominantemente por índios, escravos e negros, ganham destaque os trabalhos de cunho geográfico desenvolvidos por José Bonifácio (1763-1838), Tavares Bastos (1839-1875), Tobias Barreto (1839-1889), Barão do Rio Branco (1845-1912), Joaquim Nabuco (1849-1910), Rui Barbosa (1849-1923), Alberto Torres (1865-1917), Teixeira de Freitas (1890-1956), entre outros. Cada qual a seu modo e de acordo com os interesses dominantes desenvolveram trabalhos sobre a Geografia do Brasil, desde a questão da divisão regional, sobre o povo brasileiro e até elaboraram críticas em relação ao modelo dominante de sociedade.

Nas primeiras décadas do século XX houve um considerável crescimento das reflexões sobre o Brasil, principalmente resultantes das mudanças sociais e econômicas que se difundiram pelo mundo e no país. Com a Revolução de Trinta e os desdobramentos dela difundidos contribuíram para alavancar temas antes não abordados, como a preocupação sobre o território e o povo brasileiro, sem falar da necessidade do fortalecimento da identidade nacional. Nessa época, surgiram numerosas obras a respeito do país que não eram necessariamente geográficas, mas que tinham preocupações dessa natureza. Porém, trouxeram contribuições importantes acerca do país. Entre elas podemos destacar: Raízes do Brasil[11], de Sérgio Buarque de Holanda, Casa Grande & Senzala[12], de Gilberto Freire e a Formação do Brasil Contemporâneo[13], de Caio Prado Junior.

Os anos de 1930 marcaram de forma contundente a vida político-econômica e cultural do Brasil, inclusive a Geografia. Com o governo de Getúlio Vargas (1882-1954), importantes mudanças ocorreram no Brasil e consequentemente na vida das pessoas. A institucionalização da Geografia acadêmica ocorreu em São Paulo e no Rio de Janeiro, essas cidades permitiram a difusão da Geografia e consolidação da Geografia no Brasil.

A criação do curso superior de Geografia nas Universidades de São Paulo (1934), Distrito Federal (1935) e em seguida a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em (1936), marcaram a história da Geografia moderna brasileira. Com a

---

[11] Nesse livro, Sérgio Buarque de Holanda, procurou analisar a formação brasileira com ênfase no caráter humano, considerado por ele como cordial. Analisou, também, a ideologia dos conquistadores e o desenvolvimento expansionista brasileiro.
[12] Em seu livro Casa Grande & Senzala, Gilberto Freire salientou as transformações ocorridas com os negros no desenvolvimento da sociedade capitalista.
[13] Caio Prado Junior enfatizou nessa obra características geográficas e geoeconômicas de várias regiões do Brasil, para ele a colonização sofrida pelo Brasil era fruto do capitalismo em sua expansão extraeuropeia.

criação desses cursos, a Geografia brasileira passa a ser institucionalizada, e forma professores de Geografia. A formação desses professores era influenciada pelas escolas geográficas dominantes, ou seja, a francesa e a alemã, posteriormente outras escolas se fizeram presentes como a norte-americana que intensificou as interpretações sobre a população.

Diante do exposto, podemos verificar que a modernidade se delineou como um momento de grandes convulsões político-sociais, na qual a Geografia se instaurava como uma ciência e uma disciplina importante do currículo acadêmico e escolar. Contudo, a importância da disciplina de Geografia perpassava tanto pelos interesses da classe dominante, quanto pelo projeto político de sociedade que se almeja construir.

> A escola e a escolarização se firmam ao longo do século XIX, no mesmo momento em que se dá a consolidação do Estado nacional e do capitalismo, sob a hegemonia da burguesia. Detentora do poder político, ela percebe que sua dominação pode ser mantida não apenas através do poder repressivo, mas também da disseminação de seus valores de classe apresentados como universais. A rede de escolas que então se implanta no interior dos diferentes territórios europeus assume um caráter indispensável à utilização de instituições que possibilitem a imposição da nacionalidade. Apesar dos sentimentos de nacionalidade, a "nação" não se constitui algo espontâneo, mas é algo construído que, para se impor, precisa do auxílio de instituições que possam induzir uma determinada unidade nacional como, por exemplo, o Estado, a instrução pública e o serviço militar (PEREIRA, 1999, p. 26-27).

Para tanto, entendemos que é prudente sinalizar rapidamente o papel do ensino de Geografia, já que a criação do primeiro curso[14] de Geografia no Brasil tinha como objetivo a formação de professores[15], uma demanda vista como necessária.

> A tarefa principal que a geografia universitária tratou de desenvolver foi a formação de professores para o ensino primário e secundário; por meio deles, pensava-se elevar a qualidade dos conhecimentos geográficos no país (CAPEL, 2010, p.30).

Nesse sentido, a professora Raquel Pereira (1999) salienta que o período decisivo para a Geografia é quando essa ciência se consolida alcançando status acadêmico, além da sua instituição como disciplina obrigatória e da necessidade de formar professores. Diante disso, consideramos que abordar o ensino de Geografia, no momento que a Geografia brasileira se institucionalizava é um tema relevante, uma vez que o diálogo entre a escola e

---

[14] O primeiro curso de Geografia no Brasil foi criado em São Paulo com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1934. Assunto que será abordado com mais detalhes nos capítulos seguintes.

a universidade é algo que ainda hoje almejamos, sem comentar que a atuação do professor é extremamente importante na forma como os alunos passaram entender para que serve a Geografia.

1.2 O papel da Geografia escolar na transição do século XIX para o XX

Enquanto disciplina escolar a função ideológica da Geografia desponta quando seu objetivo é marcado pela difusão de dados e informações gerais sobre os diferentes territórios do mundo, sem muita relação com a vida humana. Justamente com base nessa conotação, foi deflagrada a revisão das bases teóricas e metodológicas da ciência geográfica, bem como suas repercussões no ensino.

> As propostas de reformulação do ensino de Geografia também têm em comum o fato de explicitarem as possibilidades da Geografia e da prática de ensino de cumprirem papéis politicamente voltados aos interesses das classes populares. Nessa perspectiva, os estudiosos alertam para a necessidade de se considerar o saber e a realidade do aluno como referência para o estudo de espaço geográfico. O ensino da geografia, assim, não se deve pautar pela descrição e enumeração de dados, priorizando apenas aqueles visíveis e observáveis na sua aparência (na maioria das vezes imposta "memória" dos alunos, sem real interesse por parte destes). Ao contrário, o ensino deve propiciar ao aluno a compreensão do espaço geográfico na sua concretude, nas suas contradições (CAVALCANTI, 1998, p. 20).

Notamos que as questões geográficas circundaram os principais acontecimentos de cada época, cada matriz de pensamento era condizente com os interesses e necessidades do momento. Porém, entendemos que a Geografia, antes de qualquer outra disciplina, deveria ter como finalidade identificar o espaço e entender o modo como as pessoas se apropriam do meio e os resultados dessas ações.

Entretanto, a burguesia como detentora do poder, sabia que para se consolidar, era indispensável além das forças armadas, a utilização de instituições como: escolas, igrejas, que possibilitassem a disseminação dos seus ideários e a formação do almejado cidadão.

> A presença constante da geografia entre as disciplinas que compõem as diferentes propostas curriculares da escola de 1º e 2º graus oferece indícios de que as relações entre essa disciplina e o sistema escolar são mais profundas do que se possa imaginar à primeira vista. É que tanto a geografia moderna (também denominada científica ou tradicional) como o sistema público de ensino são frutos do século XIX. Até essa época, as escolas, além de passarem um saber extremamente elitista, estavam praticamente atreladas às instituições religiosas. Durante muitos séculos, saber ler, escrever e contar constitui privilégio das classes dominantes

> porque tinham poder e o desejam conservar. O ideal iluminista, assentado na crença do poder da razão humana, é que passa a defender a ampliação da formação cultural para todos, como forma capaz de transformar o homem e, por meio dele, a sociedade (PEREIRA, 1999, p.21).

A Geografia, ao lado de outras disciplinas, passou a compor o currículo escolar. Essas disciplinas seriam um dos meios que a burguesia usaria para manter e atingir seus objetivos. O ensino de Geografia passou a ter mais fôlego a partir do clamor em favor da educação pública e da busca por uma educação que rompesse com o formalismo, ou seja, uma educação voltada para as massas.

> Foi somente nas últimas décadas do século XIX, com a difusão dos argumentos em favor da educação pública popular, que surgiram por meio dos intelectuais e políticos progressistas mais eminentes e das mais diversas tendências, expressivas manifestações contra o formalismo e o verbalismo do ensino em geral, em particular do ensino de Geografia. Na opinião desses intelectuais, a educação da elite já não bastava. O acesso do povo à escola tornava-se imprescindível, à medida que o mundo do trabalho começava a se diversificar e a exigir alguns pré-requisitos como a leitura, a escrita, o conhecimento de aritmética, mesmo para o exercício das atividades mais simples na fábrica ou na prestação de serviços (ZANATTA, 2005, p. 175).

Os programas escolares de estudos geográficos existentes no Brasil, no fim do século XIX e início do século XX, apresentavam uma visão compartimentada dos conteúdos. Os compêndios escolares estavam cheios de definições vagas de conceitos. A Geografia passou a ser uma disciplina de cunho teórico, na qual predominava o uso da memória. Indevidamente, desvinculada da realidade, caracterizava-se como uma disciplina empobrecedora e estreita. Durante muitos anos, o ensino de Geografia ficou reduzido a descrições e observações, a metodologia tradicional foi bastante praticada e difundida.

Segundo Veríssimo (1985), em nossas escolas, a Geografia resumia-se a citações de nomes europeus e a Geografia pátria em geral, circundava os programas. Em relação ao curso primário, a Geografia não ultrapassava uma “decoreba bestial” e, no secundário, era ensinada apressada e precipitadamente, objetivando sempre o exame, não havendo estudo mais aprofundado da matéria. Na escola politécnica, o ensino de Geografia estava voltado para a formação dos denominados engenheiros-geógrafos. Porém, os conhecimentos geográficos estavam limitados a um enfoque matemático e de agrimensura.

O ensino de Geografia no Brasil era caótico, além de existirem poucos compêndios, esses eram mal escritos e sem nenhuma importância pedagógica. A maioria dos escritores brasileiros não destinava atenção em escrever sobre sua própria região, os mapas e as

cartas eram escassos e precários. Dessa forma, passávamos, a saber, de nosso país por meio de relatos de estrangeiros. Estávamos distantes dos trabalhos realizados pelos europeus e norte-americanos.

É importante salientar que essas informações não são especulativas, e nem resultam do senso-comum, elas são oriundas da análise acurada sobre os pareceres educacionais produzidos por Rui Barbosa na transição Império para a República. Ele se lançou ao esforço de ler trabalhos produzidos por “geógrafos” de todo mundo acerca da condição do ensino de Geografia e por meio de um estudo aprofundado analisou a condição do ensino de Geografia no Brasil. É importante salientar ainda que esses pareceres apesar de valiosíssimos não “saíram da gaveta”, e no limiar do século XX, ainda severas críticas a respeito do ensino de Geografia perduravam, já que pouca alteração ocorreu no que tange ao processo de ensino e aprendizagem da Geografia. Essa condição começa alterar-se com as mudanças provocadas com o surgimento da Escola Nova.

Veríssimo (1985) relata que os franceses, após o desastre de Sedan, humilhados e movidos pelo espírito revanchista, jamais se esqueceram da necessidade de aprender Geografia, enquanto a Geografia alemã superiormente cultivada nas universidades e secundada pela história de longa data, garantia a unidade do reino. Havia bons exemplos de Geografia pátria tanto na França como na Alemanha, mas, aqui, isso parecia não importar.

Esse era o cenário do sentimento de brasilidade no período final do século XIX impreciso e volátil. Portanto, poderia a Geografia contribuir para reverter tal situação? De acordo com Veríssimo e antes dele, Rui Barbosa também dizia sim, mas tínhamos que reformular totalmente a maneira como era ensinada. “Apesar da pretensão contrária, nós não sabemos Geografia. Nesta matéria, a nossa ciência é de nomenclatura e, em geral, cifra-se à nomenclatura geográfica da Europa” (VERÍSSIMO, 1985, p. 92).

José Veríssimo fez severas críticas sobre o modo como a Geografia era ensinada e comentava sobre a precariedade dos recursos didáticos com que era trabalhada. “No ensino primário brasileiro o da Geografia é lamentável e, quando feito, é por uma decoração absurda e uma recitação sem sentido da lição decorada” (VERÍSSIMO, 1985, p. 93). E, comentou que, nos Estados Unidos, os materiais didáticos eram excelentes, de boa qualidade, fáceis de manusear, enquanto os do Brasil eram péssimos e caros. E, por isso lamentava:

> Que desamor profundo do País está este fato a revelar! Entretanto, o conhecimento do País em todos os seus aspectos, que todos se

> podem resumir em dois – geográfico e histórico – é à base de todo o patriotismo esclarecido e previdente (VERÍSSIMO, 1985, p. 96).

José Veríssimo insistia sobre a importância de equipar as escolas para que os conteúdos geográficos fossem trabalhados de maneira contextualizada e enriquecedora, fazendo do momento da aprendizagem um momento de formação do cidadão. Para finalizar, afirmou que amar o ensino de Geografia é concomitantemente, amar a pátria. Desse modo, a Geografia poderia ser um elemento importante da educação nacional e contribuiria para despertar o bom patriotismo. Lembrando que o momento histórico do qual Veríssimo se refere almejava a formação do cidadão que seria o mantenedor da ordem para que o progresso ocorresse sem sobressaltos. A defesa dele era que os materiais didáticos deveriam ser melhorados e as metodologias voltadas para o ensino de Geografia não incentivasse a memorização mecânica dos conteúdos. Rui Barbosa defendia também o emprego do método intuitivo, no qual desde a mais tenra idade a criança pudesse conhecer o espaço geográfico por meio da observação e do desenvolvimento dos sentidos.

Diante do exposto, asseveramos que a Geografia foi portadora de um caráter eminentemente patriótico e seus conteúdos serviam para a consolidação do tão almejado projeto social e educacional defendido pela classe dominante. A Geografia propagava que o bom cidadão era aquele que não se opunha aos ditames da máquina capitalista. Essa forma acrítica, despolitizada de ensinar Geografia estava fortemente associada à metodologia tradicional intensamente empregada no ensino dessa disciplina e se respaldava numa abordagem positivista do mundo. Assim, predominava uma visão naturalizadora e conservadora da sociedade que representava o ideário burguês conservador que de tão conservador tornava-se reacionário. Por meio do positivismo é possível perceber que os interesses da burguesia se legitimavam, uma vez que o positivismo reconhecia, inclusive, a própria desigualdade social como um fenômeno natural.

O ensino da Geografia na escola, articulado à pedagogia tradicional, estava voltado para a descrição dos lugares, sem atribuir a eles nenhuma relação com a ação humana. Privilegiava-se, exaustivamente, o uso da memória para decorar as lições, listas de nomenclaturas sem sentido, que em pouco ou em nada contribuíam para despertar o interesse do aluno. Desse modo, procurava-se criar a imagem da pátria, associada a uma sequência linear de conteúdos, numa abordagem enciclopédica, fragmentada, que

privilegiava a observação, a localização, a classificação, a descrição e memorização em detrimento da análise e da interpretação.

As breves considerações realizadas até o momento são para situarmos um pouco o desenvolvimento do ensino de Geografia no Brasil, reforçando, que os conhecimentos geográficos, embora fossem de grande interesse do Estado, eram pouco valorizados nas salas de aulas.

Assim, é fácil notar que a constituição da Geografia, enquanto ciência moderna e enquanto disciplina escolar estava ligada a rearticulação do pensamento da burguesia. Para Marx "os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado" (MARX, s/d. p. 203).

Os conteúdos geográficos, portanto, tanto pode contribuir para alienar, como para despertar o senso crítico. Se trabalhados dentro de uma perspectiva problematizadora pode possibilitar que as pessoas se reconheçam enquanto parte integrante e importante do país e se comprometam com as relações econômicas, sociais, políticas e culturais que afetam suas vidas. No entanto, para que ocorra uma apropriação crítica do conhecimento geográfico, é necessário entender a realidade como ela é de fato, e não como ela aparenta ser.

A pedagogia equivocada condiciona a prática a uma visão reducionista, reforçada por modelos "prontos e acabados". Dessa forma, não é possível estabelecer uma fronteira nítida entre o ensino de Geografia como reprodutor do sistema e como agente de mudanças sociais. Sabemos que os desafios quanto ao ensino de Geografia são muitos e que a ação do professor deve direcionar para além da seleção de metodologias que o orientem de forma a tornar-se um gerenciador do conhecimento, autônomo e criativo.

Contudo, mesmo com todas as mudanças e influências sofridas na ciência geográfica, e também no ensino, ainda perdura uma questão que causa certo desconforto na Geografia, sua fragmentação, em física e humana, que parece não ter uma relação aparente com o ensino e com a população, mas certamente tem, pois a fragmentação da Geografia tanto atrapalha o ensino quanto o entendimento da população, pois ambos necessitam de uma análise dialética dos fenômenos que os cercam. Análise essa que fica impossibilitada de se realizar em sua totalidade quanto nos atemos à aparência e não à essência dos fenômenos.

Entendemos que pensar a Geografia enquanto ciência, enquanto disciplina acadêmica ou escolar é uma tarefa árdua e que possui características próprias. Na ciência

geográfica temos a impressão que os temas são mais facilmente compartimentados, por assim melhor atender as especificidades de uma pesquisa científica. Já na Geografia escolar esta fragmentação apesar de também estar presente acaba por dificultar o trato com os temas que fazem parte do universo da Geografia, digo isso, porque enquanto escrevo cada parte dessa tese, reconheço nela que o elemento populacional está presente, pois a história é feita pelos homens, porém, há uma dificuldade implícita em trazer essas questões à tona. E partindo desse pressuposto é que defendemos que as análises mais singulares, são propensas a perder a dimensão do todo, ao menos é essa à impressão que temos quando almejamos trazer para o debate a história da Geografia que é também a história dos homens.

> A separação entre os aspectos naturais e sociais e a tendência de apresentar o espaço físico como algo unitário desses dois aspectos responsáveis pela formação do espaço geográfico. Os elementos naturais são destacados a tal ponto que acabam assumindo proporções quantitativas que não correspondem ao lugar qualitativo ocupado por eles na conformação do espaço. Com esta fragmentação generaliza-se a ideia de que não é preciso compreender a relação entre a natureza e o homem, e, muito menos, dos homens entre si, mas simplesmente memorizar um saber sobre a natureza física. O temário geográfico, caracterizado como um discurso sobre os diferentes lugares ocupa-se fundamentalmente com uma nomenclatura vazia que se esconde por detrás de uma pretensa cientificidade. Isto enquanto só é aceito como verdadeiro o que é científico. E a preocupação com a cientificidade não deixa de ser um dos aspectos de uma mentalidade positivista que defende, por um lado, que só o que é científico é que é verdadeiro e, por outro, o científico é visto como um conhecimento neutro, por isso acima de qualquer interesse seja pessoal, nacional ou político (PEREIRA, 1999, p.32-33).

A questão da fragmentação existente entre a Geografia Física e a Geografia Humana, é algo que se faz presente na história dessa ciência (e podemos até dizer que ainda se faz presente na atualidade). E percebemos que as explicações para essa situação, talvez possam ser encontradas no momento em que a Geografia se institui como ciência, uma vez que esse processo exigiu uma série de condições para que os conhecimentos fossem sistematicamente organizados, e também no momento que ela passa a ser introduzida como disciplina obrigatória. Nesse sentido, acreditamos ser interessante, quando nos propomos a refletir sobre a fragmentação, também analisar os reveses existentes quando se pensa a população, um tema importante, porém, também abordado de forma fragmentada pela Geografia, em especial, pela sua abrangência e também por suas especificidades.

1.3 A fragmentação da Geografia e a Geografia da População

A Geografia moderna passou a ter seus conhecimentos separados em duas grandes áreas: a física e a humana, resultante da matriz filosófica positivista que alicerçava as ciências. Esse movimento histórico influenciou de sobremaneira a organização do conhecimento geográfico. Para a primeira cabia à descrição das diferentes áreas do globo terrestre, identificando as condições geológicas, geomorfológicas, vegetacionais e climáticas da Terra. O desenvolvimento das cartas topográficas, dos mapas e das plantas topográficas levou a descoberta de áreas até então desconhecidas.

Já para a segunda, a Geografia Humana competia abordar os aspectos referentes à ação do homem sobre o meio, os temas políticos, econômicos, demográficos e religiosos. Por conseguinte, obtinham-se amplas noções sobre as peculiaridades dos povos que ocupavam os mais diferentes lugares. Nesse sentido, a Geografia colaboraria ao oferecer um panorama da realidade de cada nação.

Vale ressaltar, que os estudiosos como Bacon, Descartes e outros, procuravam decompor a ciência em vários ramos, mas o conhecimento não poderia ser compartimentado, ele é um só. A separação das ciências foi uma experiência de conjugar a imensidade do saber com a jurisdição de acumulação de conhecimentos pelo homem. No entanto, é importante salientar que essa experiência foi extremamente relevante, já que o positivismo fora incorporado de modo intenso pela burguesia. Intelectuais como Kant e Comte são lembrados pelas suas classificações científicas na qual as ciências humanas, inclusive, a Geografia foram acometidas por uma explicação meramente prática, empírica e descritiva, que perdurou por muitos anos.

Abordar a questão da fragmentação da Geografia, entre física e humana, não trata de algo fácil, ao elencar esse tema como uma parte da tese, acreditamos que por meio dele podemos elucidar questões referentes à problemática apresentada, uma vez que o temário da população, como a Geografia da População, é um recorte dentro da Geografia. Como tema pode se enquadrar no que se denomina Geografia Humana, como disciplina é um desdobramento tanto da Geografia Humana como da Geografia Social. Assim, não é possível tratá-la como um conhecimento estanque, mas é possível através dessa rápida análise, verificar os limites existentes ao se trabalhar com a questão da população na Geografia, já que esse tema tem a necessidade de diálogo com outras áreas do

conhecimento, o que dificilmente ocorre quando se pensa a Geografia inserida numa concepção de ciência positiva, para Bosi (2004, p.158):

> O positivismo seria a hegemonia da coisa espacializada, mensurável, impenetrável, portanto opaca e inerte. Banido das interpretações macro históricos pela sociologia da cultura e pelo marxismo aberto de Benjamim e Adorno; expulso da crítica literária pelo intuicionismo de Croce e da estilística espanhola ou, mais recentemente, pela semiologia prazerosa do texto de Barthes; rejeitado, desde Bérgson, por filósofos prestigiosos do século XX, Heidegger, Jaspers, Sartre e Foucault, o discurso "positivo" acantonou-se a afinou-se no empirismo lógico que dá prioridade ao único "fato" e incontestável, a linguagem, a qual, por sua vez, fala de fatos como o signo fala de coisas e de suas relações. Foi o que restou de uma doutrina tão segura de si que pretendia enfeixar no seu sólido Sistema todas as realidades inorgânicas, orgânicas e superorgânicas (sociais), na esteira do mestre Auguste Comte. A sua enciclopédia das ciências culminava com a mais complexa de todas as Sociologias, que ele próprio criara e batizara com o nome híbrido de latim e grego.

E Bosi complementa que o positivismo passou por intensas críticas, sobretudo, entre os pesquisadores das chamadas ciências humanas, conforme podemos perceber na citação a seguir:

> Há pelo menos, três gerações o termo positivismo vem conhecendo baixa conotação entre os estudiosos de ciências humanas. Antropólogos, historiadores, críticos e pensadores das mais variadas tendências tem visto nos métodos positivistas de fazer ciência uma regressão aos determinismos do século XIX. O alvo comum a ser combatido seria o vezo factualista, "contra fatos não há argumento"; vezo que ignoraria o drama das relações intersubjetivas e, em escala maior, o movimento contraditório da História ao qual, desde Hegel e Marx, se dá o nome de dialética (BOSI, 2004, p.157).

Embora, o objetivo desse capítulo não seja discutir a questão da dialética, no entanto, a ponto de lançar luz sobre nossa discussão acerca da dicotomia da Geografia, situando-á em seu tempo e sua história, consideramos pertinente apresentar breve passagem do posfácio à segunda edição alemã do primeiro tomo de **O Capital** de Marx por acreditar que a questão tratada por ele ajuda-nos, inclusive, entender a dificuldade da Geografia, ao trabalhar as questões humanas, fundamentada em bases científicas autênticas. E, também, por reconhecermos a dialética como um método importante para o desenvolvimento da ciência geográfica.

Marx entendia que o método dialético defendido por ele era diverso do de Hegel, pois para Hegel o processo do pensamento se converte sob o nome de ideia, em sujeito

com vida própria, é demiurgo do real, já para Marx o ideal é o material transposto e traduzido no cérebro do homem.

Para ajudar a entender os preceitos da dialética, Gramsci diz que: "a dialética é algo muito árduo e difícil, na medida em que o pensar dialeticamente vai de encontro ao vulgar senso comum, que é dogmático, ávido de certeza peremptório, tendo a lógica formal como sua expressão" (GRAMSCI, 1981, p.159). Assim, tomando a dialética como o estudo da contradição na essência mesma dos objetos, podemos (re) elaborar a análise e pensar como é possível uma ciência como a Geografia trabalhar com as questões físicas e humanas de modo separado? Uma vez que para não realizar explicações superficiais, afirmações absolutizadas ou conclusões que não evidenciam aspectos essenciais e unívocos vale a crítica, a quem só vê a árvore e perde a dimensão da floresta. É importante superar a visão superficial e abstrata, e levar em conta os elementos da contradição no conjunto, e em cada um de seus aspectos. Já como dizia Lênin (s/d) "a unilateralidade e a superficialidade das abordagens, desconhecendo as ligações mútuas e as leis internas das coisas, é subjetivismo".

Para fundamentar nossa análise sobre a dicotomia entre a Geografia Física e a Geografia Humana, nos apoiamos, principalmente, em Christofoletti (1985 e 1999), Nunes e Suertegaray (2001), no filósofo Foucault (1968) e no artigo de Ian Douglas[16], com o intuito de compreender um pouco a questão da fragmentação da Geografia, e discutir como essa situação se reflete no meio científico.

Na academia, a questão da fragmentação da ciência geográfica é intensamente debatida, ou seja, há pesquisadores que defendem que a Geografia Física está numa posição vantajosa em relação à Geografia Humana, especialmente, porque as "leis" que a regem são mais consistentes e necessitam de menor suposição. Nesse sentido, percebemos que o rigor científico, difundido por Bacon, Descartes se faz presente nessa concepção, isto é, a busca da ciência pela exatidão e aplicação de métodos, capazes de separar as partes e até dissecá-las, pode ser utilizada pela Geografia Física, diferente da Geografia Humana que possui objetos de análise complexos e subjetivos.

De acordo com Christofoletti (1991) o aparato metodológico usado pelas ciências físicas, e com os estudos elaborados por William M. Davis, a Geografia Física ganhou a

[16]Artigo intitulado - *The influence of human geography on physyical geography*, publicado na Revista *Progress in Human Geography.*

imagem de ser cientificamente melhor executada. Ao contrário da Geografia Humana, que encontrava dificuldades em estabelecer sua função e finalidade como ciência.

> The emphasis on law formulation is apposite today. Although the technology used by physical geographers is vastly different from that of 100 years ago, many of their methods have remained essentially the same. For example, Reclus had figures for rates of denudation by major rivers based on river flow measurements and water quality determinations. Indeed, Briggs and Smithson (1985) may be exaggerating a little in suggesting that question asked by physical geographers are changing: The basic aim physical geography has always been to understand how the word works...in the last 20 years or so physical geographers have begun to adopt different approaches and to ask different questions. Increasingly emphasis has been placed on monitoring and understanding processes and in predicting change in the physical word (Briggs and Smithson, 1985:6)While the ability to predict, to monitor and to observe have all improved, the questions – 'How does it work', 'How did it come to be the way it is? And 'How will it change the future? – are still being directed at a similar list of topics to those described by Davis in 1902 (DOUGLAS, 1991, p.32).

Baseado na citação anterior, e nas análises empregadas por Davis, não há como admitir que as "leis" não possam ser desenvolvidas em Geografia Humana, porque para Christofoletti (1985) esta é uma ciência com princípios de método, ou seja, o próprio homem é responsável em conferir transformações àquilo que poderia parecer à ordem natural. A Geografia Humana trabalha sobre uma base territorial, e recorre à história para explicar e compreender os diferentes fenômenos sociais.

Em retrospectiva, é possível constatar que a história emergiu como algo que necessitava ser compreendido e explicado, a partir da época moderna. A razão disso é relativamente simples, enquanto os homens garantiam a própria existência no âmbito de condições dominantemente naturais, relacionando-se com a natureza através da ideia da "mãe natureza" como provedora, o que implicava o entendimento de que o meio natural lhes fornecia os elementos básicos de subsistência, os quais eram apropriados em estado bruto, exigindo, quando muito, processos rudimentares de transformação que, por isso mesmo, resultavam em formas de vida social, estáveis e entrosadas com uma visão cíclica do tempo. Não se punha a necessidade de se compreender a razão, o sentido e a finalidade das transformações que se processam no tempo, isto é, não se colocava o problema da história, o aspecto da naturalidade se sobrepunha.

Em direção a essa questão, o professor Dermeval Saviani, argumenta que: "as condições de produção da existência humana passam a ser dominantemente sociais, isto é, produzidas pelos próprios homens, quando esses necessitam e dominam uma série de

técnicas capazes de transformar o meio de modo mais efetivo" (SAVIANI, 1998, p.8). A história, portanto, emerge como um problema não apenas prático, mas também teórico. O homem, além de ser histórico, aspira se tornar consciente de sua identidade.

Os princípios citados por Christofoletti (1985) fazem da Geografia Humana uma ciência que tem o homem como ser histórico, porque ele se cria e recria socialmente e culturalmente cotidianamente, e compete a Geografia Humana compreender e explicar os processos históricos e sociais da humanidade.

> A todos os que pretendem ainda falar do homem, do seu reino ou da sua libertação, a todos os que formulam ainda questões sobre o que é o homem na sua essência, a todos os que querem partir dele para ter acesso à verdade, a todos aqueles, em contrapartida, que reconduzem todo o conhecimento às verdades do próprio homem, a todos os que não pretendem mitologizar sem desmitificar, que não querem pensar sem pensar logo que é o homem que pensa, a todas essas formas de reflexão canhestras e torcidas, não se pode senão opor um riso filosófico- quer dizer, em certa medida, silencioso (FOUCAULT, 1968, p.445-446).

Nesse contexto, Foucault em **A Arqueologia do Saber,** ao abordar os problemas do campo metodológico da história, defende que os problemas existentes nessa área podem ser nominados ou entendidos pelo estruturalismo. Na obra **As Palavras e as Coisas** argumenta que a noção de campo epistemológico expressa uma intenção implícita que pode estruturar uma área cultural, porém, essa intenção se mantém camuflada às pessoas que a utilizam.

> Tanto as Palavras e as Coisas quanto A Arqueologia do Saber são obras percebidas como decretando, em nome de um estruturalismo mais preocupado em procurar descobrir as estruturas organizando um domínio, o fim do humanismo: trata-se de fazer a análises das condições históricas dando conta do que dizemos, rejeitamos e transformamos na massa das coisas ditas, sem levar em conta o sujeito psicológico ou a consciência individual. Em *L' Archéologie du savoir,* Foucault reconhece: embora a estrutura não seja diretamente observável, tem um fundamento objetivo: aquém da consciência, constitui o real. De instrumento de análise, torna-se uma realidade. Nesse sentido, o *ator* dos sociólogos, o *agente* dos economistas, o *sujeito* dos psicólogos, numa palavra, o individuo é deportado para longe e desparece sem deixar rastro. Donde o caráter anti-humanista do estruturalismo: a pouca ou quase nenhuma importância que confere ao indivíduo e às suas capacidades de conhecer e julgar (JAPIASSU, 2012, P.23).

Diante das argumentações apresentadas, é possível perceber que a Geografia Humana trabalha com questões que passam por concepções teóricas e metodológicas diferenciadas das adotadas pela Geografia Física, não se quer com isso dizer que uma é

melhor que a outra, pelo contrário, almejamos enfatizar que são os fenômenos naturais e sociais que enriquecem a ciência geográfica.

Não haveria necessidade de separar o homem do meio físico que é onde ocorre a construção da vida social da humanidade. Nesse sentido, Ian Douglas afirma que: "the interrelationship between people and their environment, long considered the influence of human geography on physical geography core of geography, remains the common ground for human and physical geographers" (DOUGLAS, 1991). Apesar, da Geografia Física e a Geografia Humana permanecerem separadas por longo tempo, hoje, as necessidades são outras. A relação entre ambas acontece quando se faz um trabalho integrado, e isso contribuiu de forma substancial para o desenvolvimento da Geografia.

A divisão da Geografia em dois ramos científicos se deu, em especial, por conta da própria dificuldade da Geografia se firmar enquanto ciência, ou seja, a distinção epistemológica entre a natureza e o homem se aprofundava. E, ainda, podemos destacar que a visão corológica, presente na Geografia dificultou para que ela fosse considerada, também, uma ciência social. Assim, a articulação entre a natureza e o homem não ocorreu facilmente, pois construir uma ligação entre as duas, na época em que a Geografia surge como ciência, parecia difícil, já que nesse período como lembra Nunes e Suertegaray (2001) à visão de ciência dominante privilegiava a divisão entre as ciências da natureza e as da sociedade. Assim, o que prevaleceu durante o final do século XIX e até meados do século XX foi a sua fragmentação.

De acordo com Foucault, o pensamento clássico que entrou em crise no século XIX, tinha por base um campo epistemológico, gerador das categorias sujeito e consciência, na qual o homem é um "produto" recente. A questão é que existe pouco domínio sobre os lugares epistemológico em que se movimenta Foucault, talvez seja aí a grande contribuição que ele pode dar quando se pensa a questão da dicotomia na Geografia, mesmo reconhecendo que ele não abordou esse tema diretamente. Porém, ao tratar a questão da subjetividade humana, e com ela os invólucros que a constituem, podemos então vislumbrar a dificuldade existente em se pensar o homem integrado à natureza, em tempos que se predominava uma matriz teórica alicerçada na concepção positivista de Auguste Comte.

> A fragilidade do positivismo era que, a despeito da convicção de Comte de que a sociologia era a mais elevada das ciências, tinha pouco a dizer sobre os fenômenos que caracterizam a sociedade humana, em comparação àqueles que poderiam ser diretamente derivado da influência de fatores não sociais, ou modelados pelas ciências naturais. As

> concepções que ele apresentava sobre o caráter humano da história eram especulativas, quando não metafísicas (HOBSBAWM, 1998, p.158).

A concepção positivista de ciência vai influenciar de modo incisivo na Geografia, que por muito tempo mantém a discussão da Geografia Física desatrelada da Geografia Humana, sendo a Geografia uma ciência que tem o espaço geográfico como objeto e para ela esse espaço de acordo com Dollfus "é o espaço mutável e diferenciado cuja aparência vivível é a paisagem (DOLLFUS, 1972, p.8)". Podemos considerar como um importante elo entre a Geografia Física e Geografia Humana o conceito de paisagem, por abrigar ambas as áreas, já que uma das definições de paisagem é que ela é o conjunto de elementos naturais e humanos que compõem o espaço geográfico.

O uso do conceito de paisagem nos estudos geográficos contribuiu para centralizar as pesquisas naturais e humanas, ou seja, delinear maior exatidão ao objeto da Geografia. Nesse sentido, Besse (2006, p. 65) complementa:

> O ponto de partida da análise geográfica seria, sem dúvida, o seguinte: mesmo sendo a paisagem uma dimensão do visível, esta paisagem é o resultado, o efeito, ainda que indireto e complexo, de uma produção. A paisagem é um produto objetivo, do qual a percepção humana só capta, de início, o aspecto exterior. Há como que um "interior" da paisagem, uma substância, um ser da paisagem que só deixa ver seu exterior. É, aliás, isto que dará, aos olhos de certos geógrafos, o limite da abordagem paisagística. Ao mesmo tempo, a intenção e a esperança científicas do geógrafo consistem em tentar ultrapassar esta superfície, esta exterioridade, para captar a "verdade" da paisagem.

Outra abordagem relevante aos estudos geográficos se deu a partir da década de 1970, com o surgimento da discussão ambiental, que trouxe para o debate elementos físicos e humanos do espaço geográfico, que não podem ser abordados de modo separado, por entender que é a junção de ambos que contribuem para fomentar o debate sobre a questão ambiental. Inclusive, a questão ambiental é uma das poucas áreas que o diálogo entre a Geografia Física e Geografia Humana ocorre, de forma menos conturbada. E nos estudos de população, a relação sociedade e natureza é uma premissa muito presente. Mas, infelizmente o que prevalece são leituras controversas existentes entre população e a sobrevivência da Terra ou preservação do planeta, que não levam em conta as desigualdades sociais e consequentemente econômicas.

Para Nunes e Suertegaray "a emergência da questão ambiental vai definir novos rumos à Geografia física, eles não abandonam a compreensão da dinâmica natural, mas incorporam em suas análises as variabilidades decorrentes da dinâmica social" (NUNES e

SUERTEGARAY, 2001, p.16). Os estudos ambientais têm como peculiaridade a interdisciplinaridade, porém, não podem mais ser encarados como exclusivamente naturais, exigindo, inclusive um novo posicionamento dos geógrafos físicos frente essa temática.

Portanto, Nunes e Suertegaray (2001) destacam que seria pueril afirmar que com a propagação dos problemas ambientais a dicotomia na Geografia foi superada, apesar de avanços significativos ocorridos nos últimos anos em relação a essa situação, a dicotomia ainda perdura. Podemos dizer que de uma forma menos exacerbada, ainda perdura a separação, já que a maneira como o conhecimento é produzido persiste a promoção da fragmentação ou compartimentação dos saberes, que continua se desenvolvendo a passos rápidos, invadindo as carreiras acadêmicas, e até o ensino de Geografia, tanto na escola quanto nas universidades. O vício do século XIX, de se pensar os conhecimentos científicos de modo separado, como lembra Morin (2002) aprofunda-se gradativamente com as hiperespecializações comuns e bastante praticadas na sociedade contemporânea, e acaba por contribuir cada vez mais com o distanciamento existente entre as ciências. Apesar do apelo em busca de um conhecimento mais acessível e amplo, convivemos diariamente com uma visão 'mistificada' do conhecimento que na maioria das vezes está a serviço da lógica capitalista que tudo quer totalizar, na qual a população na maioria das vezes é acometida por um processo intenso de alienação.

Não obstante, também seria ingênuo realizar uma crítica fatalista da ciência, assim como definir o que é, ou não, considerada como ramos científicos, acreditamos que é preciso verificar por meio de uma análise dialética e dialógica quais são as possibilidades de "superação" existentes, e por meio delas buscar entender a população ao longo da história da Geografia, sobretudo, no Brasil. Nesse sentido, não há como desconsiderar os ramos de conhecimento, já que encontramos mais eco ao pensarmos a temática proposta quando nos remetemos aos textos associados ao ramo da Geografia, considerada humana, assim como, o de outras ciências correlatas como: a Sociologia, Economia e a própria Demografia. Mesmo não defendendo a dicotomia, não se pode desconsiderar que com a população ocorre uma separação similar, porque, as questões associadas à dinâmica demográfica, como seus desdobramentos encontram maior adesão no campo da Geografia Humana, já as questões ligadas aos movimentos migratórios estão na maioria das vezes associados à chamada Geografia Agrária, e os estudos de mobilidade e mobilização se encontram na maior parte na Geografia Urbana, com raras exceções.

> Sabemos que uma ciência não deve ser entendida apenas como resultado de teorias bem elaboradas, de conceitos claros e bem construídos e de experiências empiricamente comprovadas. Porque nossas ideias são veiculadas por homens concretos e instituições social e historicamente condicionadas. Um dos fatos incontestáveis da organização da pesquisa no último século? Uma extraordinária explosão disciplinar. A grande divisão do trabalho intelectual se traduziu por uma acelerada e extremada especialização dos conhecimentos: as pesquisas empíricas passaram a exigir o aprimoramento de um sofisticado arsenal de técnicas e métodos constituindo a verdadeira caixa de ferramentas dos pesquisadores. A fragmentação dos saberes foi tão exagerada que nenhum pesquisador se considera mais químico, mas um especialista da combustão de materiais compósitos. Ninguém mais se julga biólogo, mas um especialista do comportamento desta ou daquela espécie animal. Temos hoje milhões de historiadores. Mas não há mais uma cadeira de história das civilizações. Não podemos mais falar de uma Psicologia, pois há várias abordagens dos fatos psíquicos segundo os consideremos sob o ângulo das condutas exteriores, das dimensões inconscientes, dos processos biológicos ou dos estados mentais. E assim por diante (JAPIASSU, 2012, p. 28-29).

Percorrer o campo do conhecimento geográfico, tendo em vista o universo de especializações/fragmentações existentes, e através dele identificar e explicitar a questão da população, não é uma tarefa fácil. Diante dos limites e das possibilidades existentes, nosso objetivo não é fazer uma síntese ou uma severa crítica acerca do disciplinamento da ciência geográfica. Nosso intento é tentar realizar uma análise integrada aos movimentos históricos que interferiram na transformação, permanência e ruptura da temática da população, bem como da disciplina acadêmica de Geografia da População ao longo da Geografia brasileira. Por acreditarmos que a historicidade da Geografia possui um caráter didático que nos possibilita a construção de um panorama dessa disciplina e de suas diferentes abordagens epistemológicas.

1.4 A Geografia Humana e o lugar da população na Geografia: o disciplinamento da Geografia da População

Ao pensar a temática da população na Geografia, vinculamo-la a Geografia Humana. Mesmo diante das várias críticas existentes sobre a dicotomia vivente, é notável que ao se estudar a população, a maioria das fontes, e dos materiais produzidos nessa área estão relacionados aos estudos humanos da Geografia.

> Desde a Antiguidade muitos escritores, de espíritos curiosos e observadores, constataram na superfície da Terra diferenças entre os costumes dos homens. Muitos viajantes, desde Heródoto, as têm descrito;

> muitos historiadores e moralistas, desde Tucídides, as têm tomado como base de suas reflexões filosóficas. Porém, a ideia de constituir uma ciência, isto é, em procurar a explicação, veio muito mais tarde e só apareceu a partir do fim do Século XVIII. Até então, o estudo dos fatos que agrupamos sob o nome de Geografia Humana: modos de vida dos homens na superfície da Terra, modos de grupamentos, consistia em uma simples descrição olhada, sobretudo como um conhecimento de caráter utilitário e prático ou como uma imagem pitoresca dos costumes e das diferentes maneiras de ser dos povos. Eram relatórios de informações destinados a guiar os viajantes, eram narrações frequentemente romanceadas de aventuras maravilhosas feitas, sobretudo para agradar a imaginação; eram enumerações de lugares e de distâncias, todas entremeadas de recordações históricas; eram, por vezes, considerações arqueológicas e genealógicas; noções de estatística e de administração. Estes trabalhos visavam, certamente, satisfazer a curiosidade que todos os espíritos, mesmo os mais humildes, sentem por aquilo que se relaciona com os povos estrangeiros e com as paisagens exóticas. Porém, de fato, este conjunto de conhecimentos era apenas um caos desordenado, sem esforço construtivo, sem luz explicativa, isto é, sem característica científica (DEMANGEON, 1952, p.25).

Contudo, não há como não argumentar que os estudos de população, também, encontram adesão em outras áreas de conhecimento, e, portanto, o diálogo com essas diferentes áreas torna-se imprescindível para enriquecer essa análise.

A necessidade de discutir a Geografia Humana e com ela identificar o lugar da população associa-se a preocupação de pensar a população, primeiramente, à luz do conhecimento geográfico. Por isso optamos em abrir esta discussão com a questão da Geografia Humana, por reconhecer que os estudos de população na Geografia, estão na maior parte assentados dentro desse ramo do conhecimento. Para isso, tomamos como proposta inicial a análise sobre Geografia Humana através dos textos: **Posições da Geografia Humana – Por que Geografia Humana**[17]do professor Pierre Deffontaines, o livro **Introdução à Geografia Humana** de J. H. G. Lebon (1970), além de escritos pelo Jean Brunhes (1969), Moraes[18] (1990) e outros.

"Geografia Humana, nome estranho e de singular audácia! Nenhuma outra ciência ousou atribuir-se tal qualitativo, nem mesmo a história que não se intitula humana, embora tenha a seu lado uma história dita natural" (DEFFONTAINES, 2004, p.93). Nessa passagem do professor Pierre Deffontaines é possível perceber certo desconforto ao

---

[17]Este texto está disponível no **Boletim Paulista de Geografia**. Edição Histórica, nº 81 de Dezembro de 2004. Refere-se à tradução realizada pela professora Dra. Amarante Romariz, do artigo publicado no **Boletim Paulista Geográfico** nº 32 de julho de 1959.
[18]MORAES, Antônio Carlos Robert. (Org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990, p.94-95.

atribuir a Geografia o adjetivo de humana, uma vez que o homem é objeto de investigação de várias ciências. Por que então a Geografia se intitula como humana?

Sem dúvida, a presença humana na Terra à medida que essa começa a alterar substancialmente o espaço, não pode passar despercebida para uma ciência como a Geografia que tem como foco os estudos da dinâmica terrestre, ou seja, o conhecimento do meio natural e suas transformações. Assim, Deffontaines (2004, p.94) reforçou dizendo:

> Esse ramo da Geografia tem, pois, bem o direito de se intitular "humana". Legitimamente deve fazer parte dos estudos que constituem o Humanismo, apresenta-se mesmo como seu coroamento, encarregada, como é, de estabelecer o balanço material da obra humana, espécie de conclusão concreta das ciências do homem. Tornou-se momento, o nosso planeta realmente a "Terra dos Homens": não estará aí sua própria definição atual? No estado presente de nossos conhecimentos, não nos é possível assegurar: não existirão outras humanidades além da que habita a Terra? Na incalculável abundância dos corpos celestes, nosso globo foi o único onde emergiu o homem? Por esta simples questão pode-se avaliar a extensão de nossa ignorância!

A explanação realizada por Deffontaines exige a realização de uma análise aprofundada, para que se possa entender em que contexto surge a Geografia Humana e com ela uma série de estudos referentes ao homem e o espaço geográfico. Assim, há necessidade de retomar os estudos de Ratzel[19], já que se atribui a criação da Geografia Humana aos princípios formulados por ele, como lembra-nos o professor Lebon ao escrever que "foi talvez no âmbito da Geografia que Ratzel alcançou o máximo, pois abrangeu a distribuição do homem sobre a Terra sistematicamente, e compreendeu que se poderia criar a Geografia Humana para servir de complemento à Geografia Física" (LEBON, 1970, p.39).

> Por meio século, cultivou-se o estudo da Terra independemente do homem. A primeira inflorescência do assunto nas universidades norte-americanas partiu dos seus ramos físicos. Nas escolas, a Geografia Física era apreciada como uma abordagem não especializada à ciência, e a geração mais antiga dos ingleses sem dúvida recorda dos seus esforços para dominar a obra, *Realm of Nature*, de Mill, que, de maneira menos exaltada, procurou alcançar o mesmo objetivo que o Kosmos. Dessa forma, por cerca de cem anos, procedeu-se ao estudo sistemático das características da Terra, seus climas, e dos aspectos físicos dos oceanos, sendo que os ramos isolados da Geografia Física, isto é, a Geomorfologia, a Climatologia e a Oceanografia adquiriram o status de

[19]A aceitação das novas tendências de pensamento como a salvação da Geografia foi uma realização fundamental na obra de Friedrich Ratzel. Seu âmbito de raciocínio era amplo e ele procurou compreender uma única ciência da humanidade, abrangendo uma Filosofia da História, a Etnologia e a Geografia. Em consequência, publicou em 1882 e 1891, os dois volumes da sua Antropogeografia, introduzindo assim o termo Antropogeografia ou Geografia Humana (LEBON, 1970, p.39).

> ciências isoladas. A geografia foi, de fato, quase que desmembrada quando a teoria darwiniana foi apresentada ao mundo, não sendo exagero declarar que, independentemente do novo vislumbre do lugar da vida sobre a terra, a separação poderia ter sido seguida pela dissolução (LEBON, 1970, p.38-39).

A necessidade de sistematizar o estudo do homem sobre a Terra estava atrelada a condição de sobrevivência da Geografia enquanto ciência, isto é, diante das mudanças decorrentes, tanto no âmbito teórico conceitual quanto a interferências da ação humana na Terra era preciso "enquadrá-la" num ramo científico do qual a Geografia se ocupasse. Nesse sentido, a Geografia humana foi vinculada às atividades humanas e o resultado dessas atividades sobre a superfície terrestre. A junção dos fenômenos que ocorrem na Terra oriunda das ações humanas denominou-se como Geografia Humana, dessa forma, o homem passa a ser encarado como um ser social, sendo a cidade, a aldeia, o povo um produto do esforço coletivo.

> De início, a Geografia Humana aparece-nos como o estudo das relações dos homens com o meio físico. Esta noção nos vem, sobretudo da Geografia Botânica, por intermédio de Humboldt e de Berghans e, particularmente, dessa ciência botânica chamada Ecologia, que estuda até que ponto os fatores do clima e do solo determinam a vida das plantas. Da mesma forma, eles podem em uma grande escala determinar a vida dos homens. Uma das primeiras preocupações do geógrafo é colocar os fatos humanos em relação com a série de causas naturais que podem explicá-los e recolocá-los, desta maneira, no encadeamento do qual faz parte. O entendimento dessas causas nos esclarece sobre os modos de vida e os hábitos materiais dos homens. Esta influência do meio físico ambiental, como dizem certos americanos, manifesta-se em toda a parte, em todos os domínios da atividade humana, em exemplos entre os quais o geógrafo só tem o embaraço da escolha. É numa dependência causal que se encontram, frente a frente, os três termos de uma associação que une estreitamente uma planta, um animal doméstico e um modo de vida, isto é, o líquen, a rena e o Lapão (DEMANGEON, 1952, p.27).

Com essa definição de Geografia Humana, podemos perceber que não é possível abranger todo o estudo das relações humanas com o meio natural. A definição por ser extremamente ampla acaba afastando-se da competência da Geografia Humana e ligando a outras ciências. Torna-se relevante relembrar que as análises primitivas da coletividade humana pautavam-se numa visão descritiva, assim a Geografia do homem era principalmente, uma ciência descritiva. Embora, como escreve Moraes "não é uma falha para uma ciência ser descritiva, desde que ela não se limite exclusivamente ao trabalho de descrição, porém, nesse caso a ciência não atingiria seus objetivos" (MORAES, 1990, p.

94). Em vistas de esclarecer essa questão Demangeon ressalta o papel desempenhado por Vidal de La Blache:

> Vidal de La Blache, que foi o iniciador da Geografia Humana na França, mostrou que o caráter científico desta geografia remonta a dois geógrafos alemães: Alexandre Von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), quando os dois demonstraram que entre os fenômenos físicos e os fenômenos da vida há relações constantes de causa e efeito, mas cada um deles trouxe sua maneira original de conceber esta conexão. Autor do Cosmos, Humboldt, sobretudo naturalista, interessou-se em estudar os fenômenos físicos e a mostrar, por exemplo, a influência dos fatores como a altitude, a temperatura, a umidade, a seca sobre as formações vegetais. Autor *de Allgemeine vergleichende Geographie*, provido de uma forte cultura histórica, K. Ritter mostra que em Geografia Humana a natureza não é o único poder causal e que o próprio homem é, na superfície da Terra, um agente de transformação e de vida. Dessa maneira, a natureza e o homem, *Natur und Geschichte*, como dizia Ritter, são "os dois termos perpetuamente associados" entre os quais deve gravitar o pensamento do geógrafo. É neste caminho que a Geografia Humana permaneceu, com dois mestres de escola, Ratzel na Alemanha e Vidal de La Blache na França. Suas doutrinas e seus ensinamentos foram divulgados em quase todos os países, inspirando aqui e acolá obras que contribuíram para vulgarizar a nova ciência e em fazer penetrar os princípios e as lições fora dos meios intelectuais, até nas esferas de ampla cultura (DEMANGEON, 1956, p. 25).

Entretanto, ao observar os trabalhos inicias de Geografia Humana, havia um esforço em detalhar com precisão o modo como as pessoas se organizavam no espaço, sua distribuição e seus modos de vida. No entanto, havia uma ausência de análise voltada a entender as “forças motrizes” que por vezes até “determinavam” o modo pelo qual as pessoas viviam, ou seja, esses elementos não estavam presentes nos primeiros estudos de Geografia Humana, a tentativa de transformar a Geografia, numa ciência “precisa” acabava por mitigar aspectos importantes para se entender a dinâmica humana no espaço terrestre. Conquanto, a ênfase na descrição, em detrimento da análise crítica, estava associada ao contexto histórico em que os estudos iniciais de Geografia Humana se desenvolveram, e a palavra desenvolveu, cabe bem nesse contexto, ao passo que, o que acontecia era um estudo que levava em consideração as consequências e não as causas dos fatos/fenômenos humanos, literalmente, eram descoladas ou “de-sen-vol-vi-das” dos fenômenos que as causavam.

O professor Max Sorre levanta uma pertinente questão a respeito da Geografia humana, onde pergunta: qual é o conceito de sociedade latente ou implícito na busca da Geografia Humana? E responde dizendo que:

> Colocamos o homem no centro do quadro, com todo o seu poder de inventiva, com toda a sua iniciativa na busca da conquista do globo, para transformá-lo no *oikumene*. A composição é por certo de ordem ecológica, porém em escala mais ampliada. Abrange não apenas as formas mais elementares e primitivas de atividade, mas todas as mais evoluídas. Sua busca leva à explanação geográfica do mundo (SORRE, 1961).

Com essas palavras, Sorre demonstrou que os aspectos da sociedade de importância para Geografia humana são a forma de organização social no que tange a sua subsistência e os Estados em suas diversas manifestações territoriais. Para Lebon, Maximilien Sorre "assinala considerável progresso, tanto em sistema como inteireza" (LEBON, 1970, p.44).

Nesse sentido, os estudos desenvolvidos por Max Sorre, como os que abordaram os Fundamentos da Geografia Humana, contribuíram para que notássemos que as interações entre homem e meio, assim como os fatores humanos, físicas, sociais, culturais, ambientais e biológicos, entram em conflito com os denominados complexos patogênicos, que envolvem o homem e seu meio de vida. É importante reforçar que essa questão sobre os complexos patogênicos foi muito bem trabalhada por Sorre. Ele advertia que todos esses condicionantes (que envolve a relação homem- meio, inclusive as doenças) podiam atrapalhar o desenvolvimento da vida humana e também diminuir a produtividade, comprometendo também o desenvolvimento econômico, mas ao mesmo passo possibilitaria aos homens desenvolverem meios para superar as dificuldades impostas. Assim, a necessidade de sobrevivência seria uma espécie de "motor" que impulsionaria não só a vida, mas a sua manutenção e reprodução, sem perder de vista o movimento da história e suas variações espaciais.

Não devemos limitar a visão a uma só ordem de fenômenos, o menor estudo geográfico se pretende ser completo, não deve restringir a observar fatos isolados. Pois, como dizia Vidal de La Blache nenhuma parte da terra, leva em si, sozinha a sua explicação. E reforça Brunhes ao escrever que "uma montanha não forma um todo isolada em si mesma; uma cidade não é uma unidade independente: depende do solo em que se edifica, do clima a que se acomoda, do meio que a faz viver; um rio não é um indivíduo, tendo em si mesmo toda sua razão de ser" (BRUNHES, 1969, p38).

Desse modo, atingisse a ideia do "todo terrestre", já que as forças terrestres não agem em condições determinadas, mas existe uma conexão entre as diferentes ações que atuam sobre o mesmo espaço. "A ideia de que a terra é um todo, cujas partes estão

coordenadas, fornece a Geografia um princípio de método, cuja fecundidade aparece melhor à medida que se estende sua aplicação” (VIDAL de LA BLACHE, 1896, p.129).

> O homem não escapa à lei comum; sua atividade é compreendida dentro da malha dos fenômenos terrestres. Porém, se a atividade humana, por tal forma, aí é englobada, disso não se deduz que esteja fatalmente determinada. Fica introduzida na Geografia, com todo o direito, por sua conexão com os fenômenos naturais, e duplamente introduzidos. Explico-me: sofre a influência de certos fatos e, por outro lado, ela exerce sua influência sobre outros; por esta razão dupla, pertence à Geografia. Eis por que temos o direito e a obrigação de juntar, ao grupo de forças materiais, cujas ações incessantes fizemos notar, essa nova força, que não é unicamente de ordem material, mas que se traduz por efeitos materiais, ou seja, a atividade humana. Eis como somos conduzidos a estudar, como geógrafos, a ação do homem na Natureza – sem a separar, nunca, do estudo da Geografia natural ou Geografia Física (BRUNHES, 1969, p. 41).

Partindo do pressuposto acima defendido por Jean Brunhes, não há como dissociar a população do contexto histórico do qual as relações humanas foram produzidas, uma vez que entendemos sua constituição inserida nesse movimento. E, assim, pergunta-se: qual é o lugar da população no estudo de Geografia Humana? Já que se entende que para estudar a população, torna-se necessário não só enveredar pelos caminhos da Geografia Humana, mas também, perceber a contribuição de outras ciências, e identificar os momentos de concepção dos estudos da população na ciência geográfica, e da composição da disciplina acadêmica de Geografia da População.

Para desenvolver esse estudo, que é estimado em virtude do que ele significa, e ao mesmo tempo o que ele consome, já que a busca de respostas, se é que elas existem, faz emergir um oceano de informações. No qual se teve a árdua tarefa de selecionar os autores que contribuiriam para a presente análise, a fim de alcançar as respostas almejadas, buscando com isso não perder de vista a criticidade que é o elemento que nos move, muitas vezes, em terrenos tão frágeis, levou-nos a alguns autores como: Ratzel (1882 -1891), Levasseur (1889-1891) e Brunhes (1925), e a produção desses autores acerca da temática da população. Contudo, há um desafio maior, que foi pensar a população não só como disciplina, mas antes como tema, isto é, um tema abordado pela Geografia.

E para pensar a população como tema foi preciso acessar outras áreas do conhecimento e, assim buscar associar a temática da população com os assuntos de âmbito geográfico. Para essa incursão foram valiosas as contribuições de Michel Foucault, Paul Singer, Carlo M. Cipolla, Alfred Sauvy, Tamãs Szmrecsãnyi, entre outros. Devido à

abrangência do tema população, esse aparece na maioria das vezes vinculado a alguma questão particular como: o trabalho, a mobilidade humana, a fome, o medo, o meio ambiente, a questão de gênero, e muitas outras. Isso ocorre porque não é possível analisar a população por ela mesma. Quando isso ocorre, o que temos é um panorama de como está distribuída, onde na maioria das vezes estão presentes dados sobre o número de nascimentos e mortes de um determinado lugar e período. A composição da pirâmide etária, que se traduz, em grande parte numa visão estática da população, voltada mais para os dados estatísticos do que análises problematizadas da dinâmica populacional.

As pesquisas sobre população estão presentes em muitas ciências, e a forma como cada uma aborda essa temática, também, é diferenciada. A Geografia por sua vez, apresenta um modo particular de discutir a população ora com maior ênfase na questão da migração, ora na questão da distribuição e crescimento. Porém, reconstituir uma parte da ciência geográfica e por meio dela discutir a população é objetivo da pesquisa. Sabemos que não se encontrarão manifestações puras dos estudos populacionais na ciência geográfica, se encontrará momentos de maior adesão aos estudos de população e outros de desaquecimento frente a essa temática. No entanto, o que se objetiva é refazer essa trajetória e com ela pesquisar o problema levantado e para isso far-se-á uma breve investigação sobre o tema, por considerar esse exercício relevante para o desenvolvimento da pesquisa.

A Antropologia é um ramo do conhecimento que possui um olhar peculiar para os conjuntos humanos, em especial pelo rápido desenvolvimento numérico de nossa espécie, já que isso afeta, sobremaneira, o bem estar humano. Assume também que os problemas de população apresentam aspectos próprios que concernem a cada continente, a cada país, dada a variedade de condições geográficas, ecológicas e demográficas e socioeconômicas. Portanto, análises detalhadas levando em consideração os dados, as estatísticas são bem quistas pela Demografia. De tal modo, cabe-nos a averiguar como a Geografia alocou os estudos populacionais, ou seja, como ao se pensar o homem ela tratou os assuntos afetos a população. É válido destacar que os estudos de população na Geografia, podem ser mais bem compreendidos se postos no contexto histórico em que foi produzido, isso não se trata de realizar uma leitura linear da Geografia e da história, mas entender as forças políticas, econômicas e culturais que influenciaram o modo como as pessoas se organizam e vivem socialmente.

Entender o lugar da população na Geografia é também tentar abranger as organizações dele no desenvolvimento dessa ciência. Ao realizarmos, portanto, esse exercício epistemológico, o fazemos por acreditar que o mesmo permitirá um melhor entendimento das especificidades que marcaram a Geografia e a Geografia da População, mesmo que de forma não aparente, acreditamos que muitos resquícios estão presentes nos processos atrelados ao entendimento dessa questão. Com intuito de superar a periodização estanque presente quando se estuda as diferentes correntes do pensamento geográfico, nosso olhar é dialético e não unidimensional. Focamos mais no movimento histórico nas ideias, nos conceitos do que nas denominadas correntes geográficas e suas generalizações. Por isso, a opção em retomar alguns autores clássicos da Geografia e da Geografia da População e por meio de suas obras entendermos suas perspectivas, seu tempo e o modo como idealizavam e acreditavam ser a Geografia que concretizavam.

Pierre George (1951) introduziu a expressão Geografia da População na literatura geográfica de sua época. A partir de então, os estudos realizados sob o título de Geografia da população se proliferaram e se desenvolveram em várias áreas do mundo. P. George em **Geografia da População,** obra clássica sobre o estudo da população, abordou primorosamente a questão da distribuição espacial da população, fundando-se em aspectos de densidade. É uma obra importante para os estudos de população. Trata-se de uma obra que está organizada em duas partes, na qual a primeira se limita a demonstrar a distribuição da população mundial e na segunda parte às perspectivas sobre os estudos de população, na qual são apresentados os dados demográficos e abordado a questão das migrações. No entanto, P. George é um pesquisador respeitável para a Geografia e devemos a ele a difusão da Geografia da População. Nesse sentido, a obra é uma porta de entrada para os interessados nos assuntos populacionais na Geografia, contudo, precisa ser analisada cuidadosamente, para que não façamos uma discussão descolada da realidade.

O autor em **Sociologia e Geografia** faz um estudo sistematizado entre a Sociologia e a Geografia, apresentando temas que se correlacionam. Portanto, há um capítulo específico sobre o número que chama atenção pela forma como o autor trabalha com os dados, fazendo crítica aos estudos quantitativos. Isso denota um amadurecimento por parte do autor que ao relacionar as questões sociais com as demográficas, atribuiu mais dinamismo as questões populacionais. Dessa forma, percebemos que a Sociologia é uma grande parceira para análise e interpretação dos estudos populacionais, e por meio dela podemos encontrar outros caminhos e percorrer diferentes espaços antes não detidamente

estudados pela Geografia. Nessa troca interdisciplinar está o enriquecimento de temas como a população. A professora Amélia Damiani relembra que em **Sociologia e Geografia** P. George, avalia que é comum a possibilidade de uma concepção da importância das comunicações e das informações enquanto elos de cada lugar com o mundo. Ainda que, como são tecidas essas relações no espaço vivido é mais complicado de considerar. (DAMIANI, 2008).

> A geografia oferece uma imagem diferencial e explicativa da repartição do número de homens na superfície do globo, baseando-se no conhecimento das relações fundamentais entre os números de homens e os meios de existência das coletividades que por outro lado já foram medidas pela estatística e pela demografia: populações rurais e populações urbanas com diferentes sistemas de exploração e com diferentes graus de desenvolvimento, populações industriais, populações com atividades de serviço em tipos de cidades ou em frações de cidades diferentes (GEORGE, 1974, p. 92).

Em **Geografia Ativa** o autor destaca que o papel do seu livro é salientar a importância da Geografia para quem não a compreende ou desconhece a sua função. Ao mesmo tempo, alerta o geógrafo de suas responsabilidades, ele preocupa-se em localizar as raízes da Geografia, que estão diretamente ligadas à construção de mapas e a ideia de descrição. Logo, o autor parte da ideia de descrição para definir duas correntes principais, que podem ser consideradas como orientação de pesquisa. Assim, o autor aborda essas duas correntes, sendo que a primeira abrange relações de causalidade e pode ir até o anseio de formulação de leis da Geografia, e a segunda, conforme ele, é mais diretamente utilitária. Para o autor é necessário que o geógrafo percorra e discuta com várias disciplinas, mas sem se aprofundar muito, já que o papel do geógrafo é passar uma visão ampla, mais superficial do que profunda, pertencente à reunião de olhares do que um olhar especial.

Para P. George, a Geografia é uma ciência humana, logo, o estudo geográfico é estudo sobre a sociedade, de uma forma mais completa, da relação da sociedade com o meio. Assinala, ainda, que o grande problema da Geografia seja, por exemplo, estudar dentro de um espaço definido todas as relações de causalidade dos fenômenos de consumo, no sentido mais amplo do termo, o que teria como pressuposto, o estudo da produção, de recursos, de grupos históricos entre outros, ou seja, novamente ele ratifica que as análises amplas dificultam o entendimento dos processos humanos. Assim, o autor nos leva a crer que a superficialidade e a enorme gama de responsabilidades, conteúdos e correlações da Geografia são os grandes obstáculos dos estudos geográficos. E destaca a distância entre a

Geografia escolar e a pesquisa universitária, criticando o primeiro como responsável pela abordagem de uma grande gama de conhecimentos formais que dão uma imagem distorcida da Geografia. A partir dessa rápida explanação acerca do pensamento de P. George podemos notar que para ele a riqueza da Geografia consistia na possibilidade de entendimentos dos fenômenos "menores", já que a ânsia de dar conta de uma gama complexa de informações tenderia a levar a Geografia às formulações generalizadoras.

Nos Estados Unidos a contribuição de Trewartha (1953) foi muito importante para a Geografia da População, o professor Odeibler Guidugli afirmou que o tema da população na Geografia passou a ter influência comparável a de P. George, na França. Contudo, Trewartha dizia que a Geografia da População tem sido, e continua sendo negligenciada, em prejuízo da Geografia em geral. E um esforço sério e continuado deve ser feito para desenvolver um conceito de trabalho sólido acerca da Geografia da População que pode ser aplicado amplamente, tanto no ensino, quanto na pesquisa. O autor defende que a escrita metodológica é o resultado de ampla experiência em fazer pesquisa sobre um fundamento mais seguro do que aquele que é desenvolvido pelo raciocínio filosófico dedutivo. Para o autor, a população é um aspecto menosprezado na Geografia, ao concluir que os geógrafos, especialmente os americanos, não fizeram da população uma de suas principais preocupações.

Nos estudos de Hartshorne (1899- 1992), por exemplo, várias partes do campo da Geografia, tais como Geografia Física, Geografia Política e Geografia Econômica, são apontadas para o tratamento especial, mas não é feita referência à Geografia da População como uma subdivisão sistemática. Todavia, Hettner passa a elevar Geografia População a uma posição importante, porque, para ele a população tem uma grande influência sobre todos os outros elementos geográficos. Ele argumenta que a Geografia da População, Geografia, População e Estatística, são essencialmente diferentes. Limita-se aos aspectos da população que estão estreitamente relacionados com a natureza e vai além da estatística na medida em que analisa as características da população de áreas para as quais há pouca ou nenhuma estatística populacional. Mas, embora Hettner reconheça especificamente o campo da Geografia da População, foi possível verificar na literatura afim que ele não faz nenhuma tentativa criteriosa para analisar seu conteúdo ou métodos. Outra evidência é que a avaliação do elemento da população por ele feita é realizada sobre alguns dos tratados substantivos sobre a Geografia Humana.

O professor Guidugli (1997) afirma que outras contribuições qualificadas de Geografia da População se expandiram pelo mundo, como as produzidas na Rússia com os trabalhos de Melezin (1963) e de Pokshishevskiy (1966), e na Índia com Chandna & Sidhu (1980) que colaboraram para definir e difundir as diferentes trajetórias ou abordagens teóricas e metodológicas nos estudos dessa disciplina. Nós buscamos essas obras e verificamos que o discurso sobre população produzidos nos mais variados lugares do mundo, tinham em comum o desejo de consolidar uma Geografia da População, capaz de dar vazão aos tratados populacionais antes abordados pela Demografia. Os estudos sobre população ganharam espaço, inclusive, contribuindo para entendermos as características da população, as relações familiares, bem como as questões afetas ao crescimento vegetativo das várias localidades.

> A Geografia da População pode ser definida com precisão como a ciência que trata dos modos pelos quais o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos de população que varia no interior deles através do tempo e do espaço, na medida em que seguem os outros e relacionando-se com numerosos fenômenos não demográficos (ZELINSKY, 1969, p.2).

Então, a partir dos anos 1950 é que se começou a elaborar uma legítima disciplina reconhecida como Geografia da População e cuja principal diferença, em relação às contribuições abrolhadas de ciências diversas, estava na propagação de títulos direcionados totalmente à compreensão do tema população no cerne da ciência geográfica. Com ênfase, sobretudo, para os estudos voltados para a distribuição espacial populacional. Nesse sentido Guidugli (1997) afirma que a Geografia da População não só foi definindo sua posição no contexto da sociedade geográfica como também, na prática, passou a contribuir de forma mais substancial para a compreensão das realidades espacialmente observáveis.

Segundo Zelinsky (1969), o propósito essencial dessa matéria é bem mais amplo e profundo que a tarefa elementar de estabelecer onde as pessoas vivem, seu número e tipo. Para ele como em todos os demais campos da Geografia, o mero das coisas não pode ser aceito como definição suficiente do campo e do objetivo da Geografia da População. Assim, para ser analítica, a Geografia deve olhar para o caráter inter-relacionado das coisas que variam através do espaço.

Para Guidugli (1997) o desenvolvimento tímido da Geografia da População em períodos anteriores aos anos de 1950 pode ser explicado por algumas razões entre eles: deficiências dos dados geográficos, principalmente, quanto à espacialização dos mesmos, maior a ênfase nos estudos regionais onde a dimensão populacional não possuía posição

importante e ainda o desenvolvimento tardio da Demografia como impulsionadoras dos estudos de população em Geografia. Superadas, mesmo que parcialmente, essas dificuldades ocorreram uma disseminação dos conceitos da disciplina, ao passo que crescia a importância das questões populacionais de forma quase genérica.

Para situar de forma mais categórica o desenvolvimento da população na Geografia, e com isso realizar uma apreciação sobre os estudos populacionais por meio do pensamento geográfico, buscar-se-á apreender como esse tema fora abordado pela Geografia em seus diferentes momentos, sem com isso recorrer a uma sistematização unidimensional da produção acerca do tema, mas sim, levando em conta os variados aspectos/fenômenos que compõem esse estudo. Fazendo uso de leituras transversais para dinamizar e potencializar a questão apresentada, atribuindo história e materialidade aos elementos que compõe o objeto de análise.

> O estudo de uma ciência, ou de uma disciplina acadêmica, pode ser desenvolvido de múltiplas maneiras. Qualquer que seja a escolhida não será suficiente para oferecer, aos interessados, uma visão abrangente de suas características e problemas. Há os que procuram efetuar esta avaliação a partir de análises das contribuições elaboradas. Outros efetuam reflexões sobre a temática considerada avaliando seu nível de coerência, de permanência, de avanço e de eliminação. Outros consideram relevante analisar a posição que determinado conhecimento tem no currículo geral da academia, bem como no currículo específico de determinada área (GUIDUGLI, 1997, p.64).

De acordo com a citação, e com o que foi apresentado até o momento, podemos admitir que qualquer tentativa de análise de uma área, temática ou disciplina como a Geografia da População por si só é complexa. Uma vez que entendemos que estudar a questão da população à luz da Geografia remete-nos a analisar os fenômenos como eles são, não como aparentam ser. Sendo que esse movimento não nega sua história, mas na maior parte das vezes o debela. Porém, na grande maioria das vezes esses fatos estão à margem da história, o que dificulta a apropriação do pesquisador, pois a história oficial, isto é, aquela que está a serviço da classe dominante é imperante, e romper com essa lógica não é uma tarefa fácil. Assim, defendemos uma Geografia dialética capaz de dar vazão as determinações históricas, revelando as contradições ao mesmo tempo em que possibilita o diálogo para além da fragmentação. Portanto, o subcapítulo a seguir vem propor um debate sobre a possibilidade de superação da fragmentação, por considerarmos que essa “prejudica” ou limita os estudos de população que no nosso entendimento carece de interlocuções e análises mais amplas, mas não generalistas.

1.5 Para além da fragmentação

A fragmentação do conhecimento geográfico que por um bom tempo predominou, e ainda prevalece em alguns estudos de Geografia é resultante da influência do pensamento positivista, nessa ciência o que leva a redução dos fenômenos é:

> A essência do pensamento positivista é a redução dos fenômenos a um conteúdo físico e a um encadeamento, que faz as ciências interagirem ao redor desse conteúdo físico ao passo que as fragmenta por seus conhecimentos em diferentes campos de objetos e métodos específicos. A fonte dessa estrutura ao mesmo tempo integrada e fragmentada é a concepção do conhecimento científico como um processo que se dá indo do mais simples e geral ao mais complexo e específico, princípio que organiza as ciências num sistema piramidal de acumulação, tendo na base a matemática e no topo a sociologia. É a matemática a ciência mais simples e geral. Em contrapartida, a sociologia é a ciência mais complexa e específica. Assim, após a matemática, se segue a física, a química, a biologia, e, por fim, a sociologia, a soma das anteriores servindo como o conteúdo-base de formação das seguintes, até culminar no topo do sistema de ciências [...] (MOREIRA, 2006, p.27).

Na Geografia a concepção positivista contribuiu para que a separação dos ramos da ciência geográfica se tornasse ainda mais incisivos. A busca para se tornar uma ciência positiva, fez com que a Geografia sofresse um processo de fragmentação intenso. Vale ponderar que as especificações decorrentes na Geografia, por conta da influência do positivismo nos séculos XIX e XX, acirraram ainda mais a dicotomia existente na ciência geográfica.

> A pulverização e especialização que transforma a geografia numa série de saberes sistemáticos de âmbito físico e inorgânico são o reflexo do acompanhamento dessa nova ordem paradigmática do pensamento. A geografia reproduz a setorialização geral da pirâmide positivista, referenciando sua setorialização interna na linha de fronteiras com os grandes campos de ciências, que o positivismo vai autonomizando por seus objetivos e métodos. Assim, na fronteira com a geologia surge a geomorfologia, na fronteira com a meteorologia, a climatologia, e, na fronteira com a biologia, a biogeografia, a fragmentação se multiplicando a cada novo campo de ciência que surja no plano geral do sistema de ciências (MOREIRA, 2006, p. 28).

Para Lefebvre, no final do século XIX, houve uma negação do positivismo, pois esse representava pouco avanço científico. Para ele as ciências não possuíam fronteiras, mas linhas de demarcações. Os limites impostos a Geografia, não eram apenas metodológicos, mas limites de uma sociedade que se nega ao mesmo tempo em que nega as relações capitalistas e propõe uma interpretação abstrata da sociedade. Contudo, o

reducionismo incrustado na Geografia, bem como o processo de alienação instituído impossibilitou que as análises geográficas, inclusive, no âmbito dos estudos populacionais, ocorressem de forma mais integradora. Por isso, para entender a população pelo viés da Geografia, precisamos, muitas vezes, recorrer a outras ciências, assim como trazer à tona elementos antes não citados. Já que ao estudar a população de modo fragmentado perdemos seu movimento histórico e acabamos por fazer explicações estanques desconexas da realidade que cerca o objeto.

A priori, a vontade de avançar na discussão, possibilitou o uso de categorias de pensamento. Para isso recorremos à dialógica e à filosofia da complexidade, proposta por Edgar Morin, e tem-se a pretensão de dialogar com elas, para que possa tentar superar pelo menos em parte a dicotomia imperante.

Para Edgar Morin o termo dialógico significa que duas lógicas, dois princípios estão unidos sem que a dualidade se perca nessa unidade, de onde origina a ideia de unidualidade. Desse modo, para ele o homem é um ser unidual, totalmente biológico e totalmente cultural a um só tempo. E, continua advertindo quando afirma que a teologia católica mostrou isso na trindade onde três pessoas formam um todo, sendo distintas e separadas. A santa trindade é um interessante exemplo de complexidade teológica onde o filho torna a gerar o pai que gera e onde as três instâncias se geram entre si. A dialógica da Terra precisa ser concebida de um modo diferente, mas igualmente difícil. Isto é, ela continua andando sobre quatro pernas diferentes, ou seja, sobre a perna do empirismo, da racionalidade, da imaginação, e sobre a perna da verificação.

Mesmo assim, estão presentes a dualidade e conflito entre as visões empíricas que, no máximo, se tornam racionalizadoras e lançam para fora da realidade àquilo que escapa a sua sistematização. De acordo com Morin, racionalidade e empirismo mantém um diálogo fecundo entre a vontade da razão de se apoderar de todo o real e a resistência do real à razão. Ao mesmo tempo, há complementariedade e antagonismo entre a imaginação que faz as hipóteses e a verificação que as seleciona, ou seja, a ciência se fundamenta na dialógica entre imaginação e verificação, empirismo e realismo. A ciência progrediu porque há uma dialógica complexa permanente, complementar e antagonista.

Assim, a dialógica comporta a ideia de que os antagonismos podem ser estimuladores e reguladores. Para Morin a palavra dialógica não é uma palavra que permite evitar os constrangimentos lógicos e empíricos como a palavra dialética. Ela não é uma palavra-chave que faz com que as dificuldades desapareçam como fez durante anos, os que

usavam o método dialético. Ao contrário, defende que o princípio dialógico é a eliminação da dificuldade do combate com o real.

Tomando como pressupostos os postulados de Morin, entendemos que ir além da fragmentação significa pensar o conhecimento de modo integrado, isso não significa que basta reunir todas as partes que compõe o todo. O pensamento complexo requer uma habilidade que possibilite romper com a visão dicotômica enraizada no modo como se produz ciência. Não queremos fazer apologias ao uso do paradigma da complexidade, uma vez que existem críticas acerca desse assunto. A proposta apresentada vem ao encontro de produzir uma leitura mais dinâmica, complexa e histórica sobre o tema, como salientado, não se analisa a população por ela mesma. Portanto, ao pensar e realizar a presente pesquisa busca-se levar em conta seu contexto histórico e algumas problemáticas elencadas. Do contrário, podíamos ser lançados às escuras, de forma desorientada, e, assim dificilmente conseguiríamos avançar na pesquisa e contribuir para os estudos de população na Geografia.

O esforço em realizar a pesquisa pauta-se na tentativa de apresentar algo novo ou diferente, algo que talvez supere o já realizado, sem pretensões ingênuas, e sem desvalorizar o já feito. Busca-se fomentar o debate sobre complexidade e, em especial, sobre os estudos populacionais. E, com isso tentar superar a fragmentação que pode dificultar a compreensão das questões populacionais à luz do pensamento geográfico.

> A crise do paradigma fragmentário se evidencia no correr dos anos 1960-1970. Seu sinal mais claro no âmbito da geografia é a crise ambiental, sinônimo de crise dos esquemas de arrumação espacial da superfície terrestre então existente. Um fato implementado pelos interesses da indústria – que a geografia da civilização, a exemplo das obras de Max Sorre, e um de seus grandes herdeiros, insistentemente denuncia – e, que traz de volta o tema da relação teórica do espaço e da superfície terrestre (MOREIRA, 2006, p.39).

Como forma de superação da fragmentação Edgar Morin, propõe a complexidade e nos convoca para uma verdadeira reforma do pensamento, semelhante à produzida no passado pelo paradigma copernicano. Todavia, essa nova abordagem e compreensão do mundo, de um mundo que se autoproduz, confere também um novo sentido à ação, trata-se de fazer nossas apostas, o que vale dizer que com a complexidade se ganha à liberdade. A grande descoberta do século é que a ciência não é o reino da certeza[20]. Ela se baseia,

[20]O início do século XX foi marcado por duas revoluções científicas: a teoria da relatividade de Albert Einstein (1858-1947) e a mecânica quântica da Max Planck (1879-1955). Ambas obrigaram a humanidade a

seguramente, numa série de certezas locais e espacialmente situadas. A rotação da Terra em torno do sol, por exemplo, que hoje parece certa, não era vista com tanta tranquilidade há alguns séculos. Sabemos que o Universo está submetido a flutuações e perturbações, as quais chamamos de movimentos caóticos. A ciência é de fato um domínio de múltiplas certezas, e não o de uma certeza absoluta. Nesse sentido, a obra de Popper se tornou indispensável para a compreensão de que uma teoria científica não existe como tal, a não ser que, na medida em que aceita ser falível, submete-se ao jogo da "falsificabilidade".

> Alguns filósofos da ciência, entre os quais Karl Popper, afirmaram que a reelaboração científica decorre do fato de ter havido uma mudança no conceito filosófico científico da verdade. Esta, como já vimos, foi considerada durante muitos séculos como a correspondência exata entre uma ideia ou um conceito e a realidade. Popper afirma que as mudanças científicas são uma consequência da concepção da verdade como coerência teórica. E propõe que uma teoria científica seja avaliada pela possibilidade de falsa ou falsificada. Uma teoria científica é boa diz Popper, quanto mais estiver aberta a fatos novos que possam tornar falsos os princípios e os conceitos em que se baseava. Assim, o valor de uma teoria não se mede por sua verdade, mas pela possibilidade de ser falsa (CHAUÍ, 2002, p.259).

Descartes defendia que para resolver um problema era necessário dividi-lo em pequenas partes, donde deriva a ideia-chave de separabilidade, e reflete nas disciplinas científicas, dando origem à nova fragmentação. Para Morin a separação entre o observador e sua observação, ou seja, entre humanos e seus objetos de conhecimento, tinha valor de certeza absoluta. O conhecimento científico, objetivo, implicava a eliminação do indivíduo e da subjetividade.

> A lógica, a separabilidade e a ordem levaram para a ciência clássica essa certeza absoluta, na qual ela se baseia. E os resultados têm sido tão brilhantes que acabaram, paradoxalmente, colocando em xeque os princípios fundamentadores da separação. Foi à ordem, isto é, o determinismo (tudo o que escapa ao acaso, às perturbações e à imprevisão), que entrou primeiro em crise. Com efeito, a termodinâmica introduziu a desordem molecular no fenômeno chamado calor. Sabemos hoje que nosso Universo tem uma origem calorífica, surgiu de um fenômeno térmico inicial, uma espécie de explosão seguida de enorme agitação. A presença da desordem universal se revela em todos os níveis: microscópico, cosmofísico e também histórico, humano. Em relação a este, lembramos que a história não se reduz a processos determinísticos: é

---

rever doutrinas e tiveram aplicações nas mais diversas áreas, da filosofia à indústria bélica. A teoria quântica, por exemplo, derrubou certezas da Física e as substituiu pela noção de probabilidade. A relatividade pôs em questão os conceitos de espaço e tempo. Para completar, na termodinâmica, Niels Bohr (1885-1962) chegou à necessidade de tratar as partículas físicas tanto como corpúsculos quanto como ondas. Quando tudo parecia incerto e relativo, a teoria do caos, já na segunda metade do século, veio de certa forma, na direção oposta, ao demonstrar que também nos sistemas caóticos existe ordem.

> também feita de bifurcações, acasos, crises, daquilo que Shakespeare chamou de "o som e a fúria" (MORIN, 2001).

Para Edgar Morin (1991) o paradigma da complexidade passa pelo entendimento dos conceitos de ordem e desordem. O conceito de ordem amplia as ideias de estabilidade, rigidez, repetição e regularidade, unindo-se à ideia de interação. O conceito de desordem comporta dois lados: um objetivo e outro subjetivo. O objetivo é o lado das agitações, dispersões, colisões, irregularidades e instabilidades, e o lado subjetivo é o da impredictibilidade ou da relativa indeterminabilidade. Morin (1977) defende que a desordem traduz-se pela incerteza e traz consigo o acaso, ingrediente indispensável de tudo que surge como desordem. A respeito dos conceitos de ordem e desordem ele considera não ser mais possível o paradoxo, de um lado o princípio da termodinâmica indicando que o universo tende à entropia geral, à desordem máxima, e de outro, nesse mesmo universo, as coisas se organizando, se complexificando, se desenvolvendo. Isso não quer dizer, no entanto, que a desordem tomou o lugar da ordem. Um universo assim seria tão insensato e impossível como aquele em que reinasse a ordem pura. No reinado da ordem pura não há criação, não há possibilidade de nada novo. Se só existisse a desordem, agitação, o universo seria simplesmente inviável.

> [...] segundo princípio da termodinâmica e a ideia de entropia devem sempre ser associados à nova e complexa concepção da physis e do cosmo que congrega num mesmo conjunto de processos ordem/desordem/interação/organização. Pode-se dizer de modo mais geral, e isto inclui a organização viva, que todo o retrocesso de entropia (todo o desenvolvimento organizacional), ou manutenção (por trabalho e transformações) de entropia estacionária (isto é, toda a atividade organizacional), paga-se com um aumento de entropia no ambiente que engloba o sistema. O que significa, em termos limites, que todo o retrocesso local de entropia (ou neguentropia) aumenta a entropia do universo. Temos assim, com grande exatidão, o inverso do princípio morfogenético onde a dispersão cósmica trabalha, em certo sentido, para a organização. Outras concepções, como os princípios organizativos da Teoria da Informação, que também são levados em conta pelo autor, revelam uma natureza neguentrópica e questionam a irreversibilidade termodinâmica. O autor defende que a primeira e fundamental complexidade do sistema consiste na conjugação da unidade e da diversidade, propondo que um sistema é uma unidade global, não elementar, visto que é constituído por partes diversas e inter-relacionadas (MORIN, 1977, p. 102).

Desde o começo segundo Morin (1977) certo número de princípios, considerados como de ordem, provocaram, sob certas condições, alguns encontros nessa agitação de partículas. Em outros termos, estamos diante deste paradoxo - as noções de ordem e

desordem se repelem mutuamente. Para Morin (2001) o universo é um coquetel de ambas, uma mistura diferente segundo os casos, as condições, os lugares e os momentos. De acordo com o ângulo de observação dele, um dado fenômeno pode ao mesmo tempo se inclinar para um lado ou para o outro. O encontro da ordem e da desordem produz organizações criando, no seu próprio interior, uma ordem que lhes é própria. O mundo dos seres vivos corresponde a todas as leis da física e da química, sua ordem é baseada predominantemente na autoprodução e na regeneração.

> Quanto à separabilidade, percebeu-se que ela leva à divisão das partes constituintes dos conjuntos organizados em sistemas, o que proporciona um conhecimento insuficiente, mutilado. A partir dos anos 80, a ecologia começou a levar em conta, além dos ecossistemas, o sistema ainda mais complexo e mais ou menos regulado que é a biosfera. Isso permitiu acrescentar os seres humanos e sua civilização técnica, e prever com alguma certeza os riscos possíveis da desregulação. A partir da descoberta da tectônica das placas, nos anos 60, as ciências da Terra (sismologia, vulcanologia, geologia), que não se comunicavam entre si, hoje são articuladas umas às outras. Essa circunstância tem permitido compreender o planeta como um conjunto articulado e complexo. O ecologista, por exemplo, não conhece todos os dados da Zoologia, Botânica, Física, Geografia; tem um conhecimento parcial de cada uma, "um pouco de tudo", como dizia Pascal (MORIN, 2001).

A relação entre a ordem, à desordem e da separabilidade podem ser tiradas as três vertentes do pensamento complexo moriniano. A palavra *complexus* significa em seu primeiro sentido, o que é tecido junto. Desse modo, pensar a complexidade é respeitar a tessitura comum, o complexo que ela forma para além de suas partes.

> Um pensamento complexo deve ser capaz de não apenas religar, mas de adotar uma postura em relação à incerteza. As ciências físicas, que descobriram a incerteza, encontraram estratégias para lidar com ela, utilizando à estatística, por exemplo. A eletrônica permite alcançar resultados de grande precisão, em termos de conhecimento desse mundo flutuante. O pensamento capaz de lidar com a incerteza existe no domínio das ciências, mas não nos âmbitos social, econômico, psicológico e histórico (MORIN, 2001).

Outra questão pertinente no pensamento de Morin (2001) é que a razão está a serviço da lógica, logo, racionalizar significa acreditar num sistema coeso e coerente. Portanto, perfeito e por isso não precisa ser verificado. Vivemos sob o império de ideias racionalizadoras que, muitas vezes, não conseguem dar conta do que acontecem, pois privilegiam os sistemas fechados, lógicos e consistentes.

De acordo com o pensamento moriniano, o conhecimento não é senão uma tradução, uma reconstrução. Não conhecemos a essência das coisas exteriores. Sabemos das coisas objetivas, que se pode confirmar, mas não há conhecimento sem integração do conhecido. Essa circunstância vale também para os fenômenos sociais e humanos. O sociólogo e o economista são parte da sociedade, e suas totalidades também estão neles.

> Num estágio superior, vejo a necessidade de uma reforma paradigmática dos conceitos dominantes e de suas relações lógicas, que controlam, inconsciente e incorrigivelmente, todo o nosso conhecimento. O paradigma sob o qual vivemos é o da disjunção e da redução: e ele nos torna cegos, nesta era de globalidade e mundialização. Não podemos produzir por decreto a reforma necessária, porque ela está inscrita no próprio curso da história; pensemos na passagem do paradigma ptolomaico ao copernicano. Tal reforma consiste em passar para um paradigma de *religação*, conjunção, implicação mútua e distinção. Ela pressupõe uma mudança no ensino, que por sua vez implica uma transformação do pensamento. É um círculo vicioso, do qual precisamos sair um dia... Um conhecimento pertinente é aquele que é capaz de contextualizar, isto é, religar, globalizar. A ação adquire um novo sentido: fazer as apostas. Pascal – novamente ele – apostava em Deus. Nós apostamos em valores que não podem ser fundamentados. Assim como o mundo, a ética se autoproduz. A complexidade tem, assim, seus riscos. Ao atingir o extremo da complexidade a sociedade se desintegra. Para impedi-lo, pode-se recorrer a medidas autoritárias; entretanto, supondo que desejemos o mínimo possível de coerção, o único cimento que nos resta é a solidariedade vivida (MORIN, 1998).

Essa rápida explanação sobre o pensamento de Morin nos permite verificar que o conhecimento está inserido num contexto mais amplo e complexo, já que ele é resultado da ação humana. Portanto, compreendido num conhecimento global, uma vez que homem é visto como parte da natureza, assim há uma ligação entre o ser humano e o planeta que habita. O homem para Morin é aquele que reflete sobre sua essência. São nítidas, na concepção de complexidade, as questões abstratas e subjetivas. Diferente da concepção marxista em que o processo de hominização[21] do homem se dá pelo próprio homem, fundando com isso o materialismo histórico, Marx adverte que:

> [...] não é no indivíduo onde podemos encontrar a essência humana, mas sim nas relações sociais das quais ele mesmo é um produto. O indivíduo à margem dessas relações é uma abstração, e a essência humana concebida como atributo individual é tão abstrata como ele. Não existe a essência do homem como atributo comum dos indivíduos simplesmente porque o

[21] O homem produz o próprio homem em sua relação metabólica, definida por Marx como o processo do trabalho, com a natureza. Esse metabolismo - que na geografia chamamos de relação homem-meio – é uma relação reiterativa de intercâmbio que o homem trava dentro da natureza, mas fazendo-o dentro da relação social com os outros homens, com as outras formas naturais, numa troca de energia e matéria – Marx fala de forças – de que resulta a constituição do meio humano [...] (MOREIRA, 2006, p.45).

> indivíduo isolado não existe realmente. A essência universal e a natureza humana dos indivíduos só podem ser descobertas no conjunto de relações sociais que produzem tanto a natureza do homem social como do indivíduo (VÁSQUEZ, 2007, p.406).

Para Morin "uma nova cultura científica pode oferecer à cultura humanística: a situação do ser humano no mundo, minúscula parte do todo, mas que contém a presença do todo nessa minúscula parte" (2010, p.41). Segundo ele, as ciências humanas têm contribuído de forma frágil para o estudo da condição humana, isso ocorre, porque, a fragmentação e compartimentação ainda se fazem presente em seus estudos, contribuindo por velar o próprio homem. Nesse sentido, podemos entender porque o diálogo entre população e Geografia se dá na maior parte das vezes de modo fragmentado. Ao nos apropriamos do pensamento de Morin, podemos perceber que as ciências de modo geral encontram dificuldades em pensar o homem em sua essência, desse modo, as análises da população são comumente realizadas, baseadas em dados e não no intrínseco relacionamento entre o homem seu meio de vida, tão pouco na questão do poder do Estado e os efeitos que as políticas exercem sobre a população.

> Conhecer o humano não é separá-lo do Universo, mas situá-lo nele. Todo conhecimento, para ser pertinente, deve contextualizar seu objeto. Quem somos nós? É inseparável de "onde estamos, de onde viemos, para onde vamos? Pascal já nos havia situado, corretamente, entre dois infinitos, o que foi amplamente confirmado no século XX pela dupla evolução da Microfísica e da Astrofísica. Conhecemos hoje nosso duplo enraizamento: no cosmo físico e na esfera viva (MORIN, 2010, p.37).

Para ele superar essa condição a seu ver é preciso uma ciência antropossocial, que concebesse a humanidade em suas diversidades individuais e culturais (MORIN, 2010). Considera, assim que todas as ciências podem ser mobilizadas de modo a convergir para a condição humana, que para ele significa:

> O estudo da condição humana não depende apenas do ponto de vista das ciências humanas. Não depende apenas da reflexão filosófica e das descrições literárias. Depende também das ciências naturais, renovadas e reunidas, que são: a Cosmologia, as ciências da Terra e a Ecologia. O que essas ciências fazem é apresentar um tipo de conhecimento que organiza um saber anteriormente disperso e compartimentado. Ressuscita o mundo, a Terra, a natureza, noções que nunca deixaram de provocar o questionamento e a reflexão na história de nossa cultura e, de uma nova maneira, despertam questões fundamentais: o que é o mundo, o que é nossa Terra, de onde viemos? Elas nos permitem inserir e situar a condição humana no cosmo, na Terra, na vida (MORIN, 2010, p.35).

Se considerarmos que superar a dicotomia pode significar um avanço para as ciências, inclusive, para as ciências humanas, podemos entender, mesmo que parcialmente, a dificuldade de operacionalizar isso, já que sabemos que o conhecimento científico acompanha a demanda do grande capital. Morin coloca a questão da hiperespecialização como uma forma de impedir de ver o global, e o essencial. Uma vez que com a hiperespecialização os problemas são estudados cada vez mais isolados, mais específicos e particulares. Dessa forma, deixamos de analisar as influências que esses problemas sofrem exteriormente, e as relações homem e cosmo foram deixadas de lado com a particularização deles. Desse modo, o problema fica isolado, mas não solucionado e nem analisado corretamente.

A produção científica, portanto, está atrelada a necessidade do capital, bem como sua fragmentação. Para exemplo disso basta verificar o valor crescente da produção científica, em detrimento da reflexão. A lógica capitalista está em busca do imediatismo e do produtivismo. Dessa forma, o cerco se fecha para as ciências ditas humanas, ao passo que sua produção é geralmente mais lenta que os demais ramos científicos. Não podemos com isso incorrer a explicações precipitadas e considerar que a superação da dicotomia científica por si só, dará conta de resolver as questões sociais, culturais e até psicológicas da humanidade, e tão pouco superar as mazelas econômicas que a muito "assombram" a sociedade. Porque, tão importante quanto ir além da fragmentação é poder ir além do capital.

Sobre essa questão é relevante a contribuição de István Mészáros (1930) que se lançou ao desafio de investigar o mundo contemporâneo, e a lógica que o preside. Objetivando com isso fazer uma atualização dos nexos categoriais presentes em **O Capital** de Karl Marx.

O livro **Para além do capital** (1994) [22]de István Mészáros tornou-se sua obra de maior envergadura se configurando como uma das mais agudas reflexões críticas sobre o capital em suas diferentes formas. Nele o autor empreendeu ferrenha crítica ao capital e realizou uma instigante reflexão sobre a sociabilidade contemporânea e a lógica dominante.

Mészáros (1994) considera capital e capitalismo fenômenos diferentes, para ele o capital antecede ao capitalismo e é a ele também posterior. Sendo, o capitalismo uma das

---

[22] Publicado em 1994 em inglês, com o título Beyond Capital: Toward a Theory of Transition, e publicado no Brasil como Para além do capital, pela Editora Boitempo, 2003.

formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital. Assim como, existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias, do mesmo modo que se pode presenciar a continuidade do capital após o capitalismo, pela constituição daquilo que Mészáros denomina como "sistema de capital pós-capitalista".

Portanto, o capital se caracteriza por ser poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé – capital, trabalho e estado - sendo que essas três dimensões fundamentais são materialmente constituídas e relacionadas. Porém, sua superação só seria possível com a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema. Entretanto, sendo esse um sistema que não tem limites para a sua expansão ele se torna incontrolável.

Mészáros (1994) demonstra que com essa lógica incontrolável esse sistema é essencialmente destrutivo. Essa tendência, que se acentuou no capitalismo contemporâneo, leva o autor a desenvolver sua tese sobre a taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas. Assim, quanto mais aumentam a competitividade e concorrência "intercapitais", mais nefastas são suas consequências: a exploração na era moderna da força humana que trabalha a degradação crescente do meio ambiente, a relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. Ele defende que só um vasto movimento de massas pode ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital. Consequentemente, o processo de autoemancipação do trabalho não pode restringir-se ao âmbito da política. Isto porque o Estado moderno é entendido por Mészáros como uma estrutura política compreensiva de mando do capital, um pré-requisito para a conversão do capital num sistema dotado de viabilidade para a sua reprodução, expressando um momento constitutivo da própria materialidade do capital.

Por meio de sua análise é possível notar que para István Mészáros o Estado moderno é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário. Não há como deixar de discutir que suas ideias polarizam diversas questões. Apesar disso, por sua amplitude, gera controvérsias e polêmicas, no entanto, sua obra representou um desenho crítico e analítico ousado contra o capital e suas formas de controle social. Portanto, sua análise inspirada em Marx, em Lukács e na radicalidade crítica de Rosa Luxemburgo, representa uma

importante contribuição para se entender o passado, o presente, e acima de tudo, para reavaliar as ações humanas e com isso avançar para além do capital.

Guardadas as devidas diferenças entre Mészáros e Morin, crê-se que esse exercício de repensar as questões dicotômicas tanto no pensamento científico, como na lógica do capital, permite ao mesmo tempo reconhecer os seres humanos como produto da história e, assim, entender que ao pensar a população não há como dissociá-la das questões afetas ao interesse do capital e também, não é possível entendê-la somente pelo prisma da Geografia.

A abrangência do tema escolhido para a tese, bem como sua complexidade favorece a articulação entre outros ramos científicos. Todavia, cientes das dificuldades teóricas e epistemológicas, recorremos a outras áreas para enriquecer nosso objeto. A categoria da dialógica permite esse exercício, todavia sem perder de vista a Geografia. Propomos, dessa forma, fazer uma incursão sobre como a população foi trabalhada em diferentes momentos, situando-a em seu tempo, em sua história, analisando seus desdobramentos como processo da construção humana. Atribuímos, assim o tom “holista”, a história do homem que é por ele transformada em história social, tornando-se natural e social ao mesmo tempo, sendo sujeito e em alguns momentos objeto de sua própria existência.

2

A POPULAÇÃO E SUAS MANIFESTAÇÕES NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO E A CONTRIBUIÇÃO DE OUTRAS CIÊNCIAS

A astronomia nasceu da superstição; a retórica, da ambição, do ódio, da adulação, da mentira; a geometria, da ganância; a física, da curiosidade vã; e todas elas, mesmo a ética, do orgulho humano. As artes e as ciências devem, portanto o seu nascimento aos nossos vícios, e nós deveríamos duvidar menos das suas vantagens se elas tivessem tido origem nas nossas virtudes. (...) Quantos perigos! Quantos caminhos equivocados na investigação das ciências? Por meio de quantos erros, milhares de vezes mais perigosos do que a verdade é útil, não é preciso abrir caminho a fim de alcançá-la? O problema é patente; pois a falsidade admite um número infinito de combinações; mas a verdade possui apenas um modo de ser.

Jean-Jacques Rousseau

É importante avaliar que o domínio da totalidade que cerca determinado objeto é algo complicado de se realizar, em especial, pelo tempo destinado à realização de pesquisas que dispomos, e também por outros condicionantes, sendo assim, o recorte é uma forma de "sobreviver", produzir pesquisas e manter-se pesquisando. Sem recorrer a explicações genéricas, e cientes da necessidade de trabalhar a população na Geografia, e não perder de vista o objeto, consideramos importante discutir como a população foi entendida em diferentes momentos[23], tomando como ponto inicial que as questões afetas ao tema populacional - crescimento demográfico, natalidade, mortalidade, fecundidade, sempre estiveram presentes na história da humanidade-.

Questões como: o planeta vai suportar muitas pessoas? O controle da natalidade é importante e necessário para atingir os objetivos dos Estados? O emprego de uma seleção antes ou depois no nascimento é imprescindível? É preciso estimular a reprodução, independente das condições dos pais, de esperar e educar seus filhos? O homem tem o direito de interferir no processo de procriação? São questões que se colocam desde que existem Estados organizados, com normas culturais e morais e que de uma forma ou outra sempre estiveram presentes na história da humanidade. Mas, na atualidade continuam sendo intensamente veiculadas pelos meios de informações. Não obstante, ainda hoje nos causam certo desconforto, pois as respostas e opiniões sobre essas questões são variadas.

Porém, desde muito cedo a humanidade se preocupou com o aumento da população, isto é, a questão da superpopulação é algo que ronda a sociedade há muito tempo. Mormente, por conta dos mitos e falta cientificidade em torno dos estudos populacionais. No século XVII, quando o planeta Terra abrigava não mais que 200 (duzentos) milhões de habitantes, os Estados já empregavam uma estrita regulamentação da natalidade. Todavia, nesse tempo a tese da superpopulação estava mais ligada a questões culturais do que necessariamente numéricas. Como exemplo do forte apego as questões culturais temos a interferência da Igreja, em especial, da interpretação da Bíblia que traz o "crescei e multiplicai-vos" como algo a ser seguido. No entanto, há muito tempo existem contradições entre os que viam a questão da superpopulação como uma utopia, e os que advertiam sobre as possíveis consequências desse fenômeno.

---

[23]Vale ressaltar que essa incursão pelos diferentes momentos históricos não se remete desde os inícios do tempo, quando surgiram as primeiras formas de organizações humanas. Mas, do aparecimento da sociedade moderna, tendo em vista que as mudanças decorrentes desse período em diante, a nosso ver, fertilizam mais nosso objeto, ou seja, estudar a população tendo como base a ciência geográfica.

Por um bom tempo não era possível se pautar em estatísticas, já que as que existiam não eram confiáveis, por trazer graves erros, o debate predominante era acima de tudo filosófico, religioso ou político. As discussões sobre superpopulação produziam as mais variadas reações, por envolver orientações de toda ordem, inclusive religiosas e ideológicas. E, despertavam opiniões sobre a vida, seu valor, já que essas diziam a respeito das convicções pessoais de cada um. Isso demonstra que assuntos dessa natureza expressam valores morais e pessoais o que gera insegurança e até desconfiança nas pessoas. Assim, trata-se de algo difícil de ser definido e tão pouco seguido, pois, as opiniões, valores e convicções são as mais variadas possíveis e estão também repletos de sentimentos e emoções.

O número baixo de nascimentos, durante algum tempo, causava certo desconforto tanto nas pessoas quanto nos governos. Isso levou muitos países europeus na transição do século XIII para o XIV a enfrentar problemas relacionados ao não crescimento da população. Essa situação estimulou que os teólogos começassem a rever suas posições frente ao tema. É válido destacar que os assuntos afetos ao crescimento demográfico sempre estiveram presentes na história da humanidade, porém, muitas dessas preocupações não eram amplamente difundidas com toda a sociedade. Contudo, estavam muitas vezes associadas ao desenvolvimento das nações, ou seja, aos interesses de alguns. Nesse contexto, os conceitos morais como a castidade e a virgindade continuamente entraram em debate, assim como, a legalidade das práticas contraceptivas. No entanto, as ideias apregoadas e defendidas pelas proibições bíblicas como a discussões sobre o onanismo, exerceram forte influência no debate sobre o tema.

Ao recorrer à história percebemos que há mais de 40 (quarenta) mil anos, quando havia sobre a superfície terrestre aproximadamente meio milhão de pessoas, o aviso da superpopulação parecia muito remoto. Todavia, porque o crescimento demográfico estava associado à possibilidade de produção de alimentos. E, também, porque o modo de vida das pessoas daquela época diferenciava-se dos modos da vida moderna. Vidas modestas, no qual a acumulação para o futuro era algo para poucos e a própria expectativa de vida não previa a manutenção futura, a condição que estava mais à tona era viver o presente. Entretanto, num aspecto as relações pessoais se assemelham, ou seja, a questão da superpopulação estava intimamente relacionada aos recursos existentes e disponíveis, e sua representação estava, na maior parte das vezes, associada às pessoas vivendo comprimidas

num espaço limitado, já que a própria questão da mobilidade, assim como o conhecimento e dimensão da Terra, era algo desconhecido.

Outro aspecto bastante simbólico ao se pensar a população ao longo da história humana, diz respeito ao emprego dos números, que historicamente podemos dizer virou quase que um estigma. Os números fazem parte da população, e por conta disso muitos estudos sobre esse tema, sempre tiveram como força propulsora a questão numérica. Como exemplo, vale recuperar a história das cidades gregas. As cidades gregas apresentavam uma formatação geomorfológica que lhe conferia certa compartimentação. Cada bacia se organizava como uma cidade independente, principalmente, pela dificuldade de deslocamento e pelas rudimentares técnicas existentes, o que contribuíam para que a forma de relevo se tornasse um impeditivo para o avanço da população para além dos limites das aldeias. Essa formatação geográfica formava uma espécie de célula fechada com tamanhos diminuídos, onde a pressão humana era fortemente percebida, uma vez que não havia espaços possíveis ou conhecidos para extravasar o excedente populacional. Assim, a configuração do relevo colaborava por despertar o interesse a propósito do fator demográfico.

Ao se falar em cidades gregas, não há como não abordar a contribuição de Platão que ao escrever seus dois principais diálogos, **A República** e **As Leis**. Definiu o conceito de população ótima em função do espaço e dos recursos disponíveis – isto é um equilíbrio entre ambos-. Inclusive, a professora Amélia Damiani aborda o conceito de população ótima em seu livro **População e Geografia** que será discutido de forma mais profícua posteriormente nesta tese. Ele descreveu os métodos de organização e funcionamento social, muitas vezes, no limite derradeiro da realidade necessária para alcançá-la. Platão, inclusive, ao escrever sobre o conceito de população ótima defendia que era possível estabelecer uma harmonia entre o espaço ocupado pela população e os recursos destinados a sua sobrevivência. Outro pensador de relevância foi Aristóteles que na obra **Política** enfatizou que a grandeza de uma cidade não está atrelada a questão de ser populosa. Para ele, um grande número de pessoas podia contribuir para dificultar a ordem, ou seja, dificultando o controle se favoreceria a criminalidade. Aristóteles advertia sobre os perigos em se controlar um contingente grande de pessoas, já que as divergências de ideias, valores e culturas podiam interferir para a manutenção da ordem. Alertava, inclusive, sobre a questão dos estrangeiros que podiam não ser notados e aos poucos poderiam usurpar o direito da cidadania. Sobretudo, nas áreas mais populosas, pois sua presença seria

dificilmente detectada por conta do grande número de pessoas. Aristóteles defendia, também, que excesso de pessoas era sinônimo de mais pobreza o que poderia aflorar a ameaça de distúrbio populacional.

É bom salientar, mais uma vez, que o excesso de pessoas era visto como algo ruim, já que não era possível destinar a todos os recursos necessários a sua sobrevivência e isso poderia acarretar a desordem. Todavia, para Aristóteles não era a disponibilidade de recursos, ou a fome que o atormentava, mas a manutenção da ordem. Para ele o homem deveria ser responsável por seus atos, assim como por seus filhos. E defendia que havia no homem duas espécies de virtudes, uma intelectual e outra moral e dentre as virtudes intelectuais a sabedoria era a superior. Do mesmo modo entendia que havia bens preciosos e outros desejáveis. Aristóteles idealizava na pólis a vida feliz e racional e a razão devia dirigir e regular todos os atos da vida humana, sendo a sabedoria, a máxima. Um aspecto relevante na obra de Aristóteles é a inserção do indivíduo na pólis, onde a liberdade está condicionada ao racional.

Com essa breve consideração acerca do pensamento de Aristóteles é possível notar no pensamento dele, como no próprio pensamento grego, o debate que se encontra no mundo moderno, isto é, a presença de certo eugenismo, do malthusianismo[24] e ainda a xenofobia. Dessa forma, um debate que apresentasse desde a antiguidade, – se o número grande de pessoas é bom ou não –, torna-se ao mesmo tempo atual, já que ainda nos deparamos com opiniões e teorias heterogêneas acerca do crescimento populacional.

Como proposta de contraposição ao pensamento grego é também para aquilatar nossa discussão, realizamos uma breve explanação acerca do pensamento romano antigo. No caso de Roma predominava uma visão natalista, principalmente, porque a fecundidade era mais baixa se comparada com outras civilizações. No entanto, em relação ao conceito de populoso esse apresentava para os romanos da antiguidade uma noção ambígua, isto é, para eles a condição de populoso ou de cidades populosas, podia facilitar a conquista de novas áreas, uma vez que a população era desejosa de mais espaço, forçando inclusive o rei a tomar medidas emergenciais, ao mesmo tempo, em que servia de justificativa em resposta a invasão[25].

---

[24] Esse tema será debatido posteriormente.

[25] Sobre esse assunto é importante lembrar-se da Gália. Gália era o nome romano dado, na Antiguidade, para as terras dos celtas na Europa ocidental. Os romanos protegeram a região contra as invasões germânicas, desenvolveram aí trabalhos públicos, e grandes cidades foram fundadas: Lyon, Arles, Toulouse, Bordéus, Lutécia (Paris). No final do século III, alguns imperadores criaram um "império gálico" semi-independente, que serviu como engodo contra as invasões germânicas. O império ocidental, o império gálico, foi devastado

Com a forte presença do cristianismo, entre os séculos III e IV, o foco sobre procriação migrou da esfera política para a esfera religiosa e moral. Com isso, uma fervorosa disputa ideológica se instituiu em torno dos méritos atinentes a questão da virgindade. De modo que, a virgindade era apresentada como virtude suprema a ser exaltada. Nesse ambiente, as questões relacionadas ao casamento, eram polarizadas com defesas morais de intensa severidade. A família e a religião eram o principal elemento constitutivo da "sociedade" romana. Porém, os debates em torno das ideias sobre incentivar ou não a reprodução humana, continuavam sem respostas. Tendo em vista, que para boa parte dos cristãos a resposta só podia ser encontrada na palavra de Deus. Contudo, as escrituras sagradas eram conflitantes, e cabia aos padres da Igreja convencer por meio do uso da palavra, que tais conflitos ou contradições não estavam presentes nos textos ditados por Deus. Ainda que, Deus tenha ordenado a Adão e Eva que se multiplicassem, e depois tenha dito a São Paulo, no Novo testamento: "é bom para o homem abster-se de sua esposa". Caracterizando-se, dessa forma, uma árdua tarefa para os padres, todavia, é válido destacar que cada um dos textos bíblicos, bem como a interpretação dos mesmos refere-se a distintos contextos históricos, algumas vezes, bem antagônicos. Portanto, a interpretação "*ipsis litteris verbis*" pode levar a graves erros de compreensão, apesar disso, os padres recorriam categoricamente a defender o ponto de vista atinente aos interesses e necessidades de sua época. Vale destacar que o apoio ou não, ao crescimento da natalidade estava mais associado às necessidade de garantir e manter a ordem e o desenvolvimento econômico do que necessariamente a vontade divina. Em especial, porque para a maioria dos clérigos da antiguidade todos os meios contraceptivos divergiam dos preceitos religiosos, já que as relações sexuais tinham um único fim, a procriação.

No que tange ao período medievo, é prudente enfatizar a questão do número, uma vez que, a superioridade numérica passa a ser encarada como uma arma, isso significa, que desde o início do século X, os povos ocidentais souberam explorar o valor estratégico da importância numérica. Como exemplo, podemos citar o período das Cruzadas, no qual o fluxo contínuo e intenso de população, indo e vindo, favoreceu a expansão do cristianismo, o que denota que o fator numérico exerceu influência decisiva para esse momento

---

pelos germanos (godos, hunos e vândalos) no século III. O território da Gália fraccionou-se quando, no século V, foi invadida pelos visigodos, pelos burgúndios e pelos francos. Só voltou a unir-se sob o reinado do rei franco Clóvis, por volta do ano 500 (LAMBERT, 1994 p. 194). Para maiores interessados sobre este assunto recomendadas a leitura da obra Grandes Civilizações Desaparecidas - A Ressurreição da Gália. Editora: Ferni, 1979 de Henry Paul Eydoux.

histórico. O fator numérico expressava, acima de tudo, superioridade seja pelo fato de possuir um maior número de súditos, seja pela possibilidade de impressionar os inimigos, ao passo que eram contabilizados desde adolescentes até idosos.

O mundo ocidental se configurou até o fim do século XIX, como um misto de ideias e opiniões, a questão do crescimento demográfico ora eram defendidas pelos representantes da Igreja, ora por filósofos, ora por políticos que debatiam, discutiam a respeito da questão populacional. Uns defendendo o aumento da população, outros com receio das consequências desse aumento, sem saber na maioria das vezes, se seguiam os preceitos religiosos, ou as questões de ordem racional, levando em consideração os recursos disponíveis e o espaço. Nesse conturbado contexto, em que ora um preceito falava mais alto do que outro, as opiniões não tinham como não serem divergentes, tendo em vista a complexidade do contexto histórico. Nesse contexto, o crescimento da população era visto quase que ao mesmo tempo como bênção e como punição. Havia diversas explicações e teorias, que visavam justificar o aumento ou não do crescimento populacional. Apesar disso, os índices estatísticos e com eles seus instrumentos continuavam deficitários, sobretudo, pela falta de técnicas e critérios bem definidos.

> Com a formação dos Estados Nacionais modernos, após a Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX as necessidades das sociedades mais complexas, do comércio mundial e dos objetivos econômicos das nações determinaram um salto de qualidade nas atividades censitárias, que ganharam status científico e metodologias que buscavam refletir a dinâmica do conjunto dos fenômenos sociais. Estavam, a partir daí, maduras as condições para o surgimento dos sistemas estatísticos modernos e dos grandes Censos nacionais. Inglaterra, França e Alemanha são precursores (OLIVEIRA, 2010, p.34-35).

A ideia de população, seja ela, em crescimento ou em decrescimento, foi por muitos séculos tema de grande controversa, em especial, por estar associada à noção de sobrevivência da espécie humana. Se levarmos em consideração que o aumento da população, na maioria das vezes, esteve condicionada a produção de alimentos necessários para a sobrevivência, e a questão da distribuição da riqueza que sem sombras de dúvidas ocorre de forma desigual, não há como não considerar a ambiguidade do tema, bem como sua complexidade.

Na transição do século XVIII para o XIX, ocorre uma grande mudança no modo de se conceber as teorias demográficas, e boa parte das mudanças ocorridas neste período estavam atreladas as ideias de Thomas Malthus.

> Em 1798, o clérigo e economista inglês Thomas Malthus expos seu princípio geral da população, afirmando que ela necessariamente aumenta com maior rapidez que a produção de alimentos até um ponto em que ocorrem guerras, doenças e fome, reduzindo assim a quantidade de gente. Na realidade, os últimos flagelos de escala grande o suficiente para reduzir a população global já haviam ocorrido bem antes de Malthus publicar seu ensaio. A população mundial não havia caído segundo os historiadores, desde a peste negra do século XIV. Nos dois séculos posteriores à afirmação de Malthus de que a população não poderia continuar crescendo, foi exatamente isso o que ocorreu (KUNZIG, 2011, p.57).

Como vimos a opinião de Malthus era bastante pessimista, pois para ele o crescimento populacional ocorreria num ritmo mais rápido do que a produção de alimentos, e essa situação provocaria a generalização da fome em grande escala. Uma vez que não haveria meios suficientes para abastecer a demanda alimentar da população.

> Principalmente por causa de seu teor político, as ideias econômico-demográficas de Malthus tiveram de imediato uma enorme repercussão, sendo rapidamente incorporadas à ideologia conservadora das classes dominantes. Neste sentido, sua maior contribuição ao debate científico dos problemas populacionais não residiu tanto no conteúdo de sua teoria, visto por muitos como pouco original e tecnicamente discutível, mas na imensa polêmica que ela suscitou. Graças a essa polêmica, Malthus pode ser considerado um verdadeiro divisor de águas na história dos estudos demográficos. Ao chamar a atenção para a importância socioeconômica dos problemas populacionais, ele acabou contribuindo, indireta, mas intensamente, para a gênese das modernas teorias e técnicas de análise da Demografia (SZMRECSÁNYI, 1980, p.267).

Malthus (1789) alertava que o crescimento desordenado da população, certamente, repercutiria em crises constantes. Já que as pessoas sedentas por alimentos provocariam convulsões generalizadas. Porém, para ele a natureza se encarregaria de eliminar o excedente humano. Defendia o controle da natalidade e a supressão da ajuda assistencialista aos mais necessitados, com isso, buscava incutir ideias de responsabilidade. O casamento e a procriação deveriam ocorrer apenas quando estiverem garantidos os meios de alimentação e educação. Segundo Malthus, a rápida disseminação da miséria era um risco para a humanidade e, portanto, era preciso erradicá-la.

> Estes fatos parecem demonstrar que a população aumenta exatamente na proporção em que seus dois grandes controles – miséria e vicio- são removidos e que não existe um critério mais verdadeiro da felicidade e inocência de um povo que a rapidez do seu aumento. A novicidade das cidades, às quais algumas pessoas são necessariamente atraídas pela natureza das suas atividades, deve encarar-se como um tipo de miséria, e mesmo o mínimo controle do casamento, de uma perspectiva da dificuldade de manter uma família, deve classificar-se na mesma

> categoria. Em suma, é difícil conceber qualquer controle da população que não se inclua na descrição de alguma espécie de miséria o vício (MALTHUS, 1789, p54).

Thomas Malthus viveu na Inglaterra do século XVIII e XIX, período de movimentos[26] sociais importantes como o ludismo que também ficou conhecido como movimento dos destruidores de máquinas. Era o início da luta de classe trabalhadora para enfrentar o pauperismo. Para Malthus a miséria e o vício eram obstáculos positivos ao crescimento da população, por reequilibrarem duas forças tão desigual.

> Assustado e preocupado diante das perspectivas de crescente proletarização da sociedade inglesa de seu tempo, Malthus acabou assumindo uma visão pessimista e conservadora (para não dizer reacionária) do mundo, visão da qual resultaria uma obra essencialmente polêmica. Essa característica se manifesta principalmente na primeira edição do Ensaio, mas não está ausente das versões mais analíticas apresentadas nas edições posteriores do seu trabalho. A polêmica de Malthus era dirigida contra o ideal de progresso de Condorcet (1743-1794), o igualitarismo de Godwin (1756-1836), o populacionismo de Robert Wallace (1697-1771), e o otimismo de seu próprio pai, Daniel Malthus, que foi amigo e discípulo de J. J. Rousseau (1712-1778) (SZMRECSÁNYI, 1980, p.266).

A miséria para Malthus era necessária, pois se desdobrava no aparecimento da fome, no desemprego e no rebaixamento dos salários. Ainda contribuía no aumento da mortalidade, das doenças e além de colaborar para reduzir o número de matrimônios, porque, consequentemente, seria mais difícil sustentar os filhos. Sendo, entretanto, um obstáculo preventivo ou uma até uma obrigação moral. Por outro lado, para Damiani (2008) a miséria poderia estimular os cultivadores a aumentar o emprego da mão de obra disponível, ao abrir novas terras ao cultivo. Com isso diminuir-se-ia a fome, ao mesmo passo que se expandiriam as áreas de plantação, harmonizando a relação população/recursos.

> Poderá ao princípio parecer estranho, mas penso que corresponde à verdade, que eu não consiga, por meio de dinheiro, fazer elevar um homem pobre e permitir-lhe que passe a viver melhor, sem deprimir proporcionalmente outros da mesma classe. Se reduzo a quantidade de comida consumida em minha casa e entrego a uma pessoa a que suprimi, beneficio-a, sem prejudicar alguém de mim próprio e a família, a qual conseguirá porventura suportar a provação. Se exploro uma porção de terra abandonada e lhe ofereço a produção, beneficio-a a ela e a todos os membros da sociedade, porque o que essa pessoa consumia até então entra no produto comum e provavelmente parte da nova produção. Mas se me limitar a dar-lhe dinheiro, supondo que a produção do país se

---

[26] Sobre este assunto recomenda-se a leitura de: Henderson, W. O. A Revolução Industrial. São Paulo, Verbo/Edusp, 1979, p.178-80.

> mantém inalterada, ofereço-lhe um título a uma parte dessa produção maior que anteriormente, parte essa que ela não pode receber sem diminuir as dos outros. É obvio que esse efeito, em casos individuais, deve ser reduzido ao ponto de se tornar totalmente imperceptível; mas deve existir como acontece com muitos outros efeitos, os quais, à semelhança dos insetos que povoam a atmosfera, iludem as nossas percepções mais grosseiras (MALTHUS, 1789, p.45).

Malthus (1789) discordava da assistência do Estado aos pobres, considerando-a nefasta, porque diminuindo a miséria em curto prazo, favoreceria o casamento e a procriação dos indigentes.

> É uma queixa generalizada entre os industriais que os salários elevados arruínam todos os seus operários, mas torna-se difícil conceber que esses homens não economizariam uma parte dos seus salários elevados para sustento futuro das famílias, em vez de os consumirem na embriaguez e dissipação, se não confiassem na assistência paroquiana para o sustento em caso de acidente. E que os pobres empregados em fábricas consideram essa assistência um motivo pelo qual podem gastar todos os salários que auferem e divertirem-se enquanto livres é possível, parece evidente pelo número de famílias que, na sequência do encerramento de uma fábrica importante, se apressam a recorrer à paróquia, quando porventura os salários recebidos nessa fábrica, enquanto floresceu, se achavam suficientemente acima do preço da mão de obra corrente no país para lhes permitir economizar o bastante para os seu sustento, até que conseguissem encontrar outra via de aplicação dos seus méritos. Um homem incapaz de deixar de frequentar a cervejaria em virtude da consideração de que, por sua morte, ou doença, obrigará a mulher e a família a recorrerem à paróquia, poderia hesitar em dissipar assim as economias se lhe assegurassem que, em qualquer desses casos, a família passaria fome ou teria de se sujeitar a caridade pública [...] (MALTHUS, 1789, 47-48).

Para ele era preciso distinguir o número de braços que o capital da sociedade poderia empregar e o número que poderia produzir alimentos em seu território e, ainda, dizia que o crescimento da população induziria à incorporação ao cultivo de novas terras menos férteis e/ou à intensificação do cultivo das terras já disponíveis.

> Por outro lado, poderiam atribuir-se prêmios a quem explorasse novas terras, juntamente com todos os encorajamentos possíveis de preferência à agricultura sobre a manufatura e ao tamanho do solo sobre os pastos. Desenvolver-se-iam todos os esforços para enfraquecer e destruir todas as instituições relativas às corporações, aprendizagens, etc., que levam a que os trabalhos agrícolas sejam mais mal pagos que os do comércio e manufatura. Na verdade, um país nunca pode produzir a quantidade de viveres necessária, enquanto prevalecem essas distinções a favor dos artesões. Esses encorajamentos à agricultura tenderiam a fornecer ao mercado uma quantidade crescente de trabalho saudável e, ao mesmo tempo, ao aumentarem a produção nacional, elevariam o preço comparativo da mão-de-obra e melhorariam a condição do trabalhador. Encontrando-se então em melhores circunstâncias e não lhe apresentando

> quaisquer perspectivas de assistência paroquial, estaria em melhores condições, assim como mais inclinado, para entrar em associações para auxílio no caso de doença sua ou da família (MALTHUS, 1789, p.50).

Em 1789, no ano que Malthus publicou seu ensaio, foi descoberta a vacina da varíola por Edward Jenner, essa foi à primeira de muitas ações que associadas à melhoria nas redes de saneamento e de alimentação, colaborariam para aumentar a esperança de vida ao nascer. O desenvolvimento da medicina fez com que as teorias de malthusianas fossem refutadas, apesar disso, essas continuam vivas, um exemplo disso, foram os estudos da década de 70 que consideraram o crescimento demográfico como um câncer para a sociedade e precisava ser extirpado. Controversas a parte à questão do crescimento demográfico sempre fora algo que mereceu atenção. Porém, cada forma de interpretação desse fenômeno chega a resultados diferentes. Desse modo, é importante estabelecer as prioridades e os meios para que os habitantes da Terra possam usufruir da vida e dos elementos para sobrevivência, sem com isso prejudicar a "saúde" do planeta Terra.

Ao contrário de Malthus, Karl Marx (1989) considerava que a população não é resultado da desproporção entre crescimento da população e dos meios de subsistência. Em outros termos, a produção de uma superpopulação absoluta. Para ele toda a vida social é essencialmente prática, todos os mistérios que levam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis.

> Marx reconhecia a existência de uma relação entre a acumulação de capital e o crescimento numérico do proletariado. Ele ressaltava, porém que não se trata de uma relação direta e mensurável através da evolução dos salários. Isto porque, enquanto os salários se apresentam constantes e até declinantes, a acumulação de capital não cessa de crescer. Essa acumulação altera a chamada composição orgânica do capital, ou seja, a relação entre capital variável e o capital constante (SZMRECSÁNYI, 1980, p.269).

Marx defendia que o pobre não é somente aquele privado de recursos, mas aquele incapaz de se apropriar dos meios para sua subsistência. Isso ocorre porque no capitalismo, a finalidade primeira da produção é o lucro e não a satisfação das necessidades da população. Nesse sentido, existem leis históricas que regem o crescimento, ou não, da população. E essas recuperam a singularidade da natureza humana e social nos mais diferentes períodos históricos, demonstrando seu valor, seu uso e sua importância. Dessa forma, a questão da superpopulação é relativa e não está ligada diretamente ao crescimento absoluto da população, mas ao "progresso" da produção social e de como se desenvolve e se reproduz o capital.

> Marx distinguia três tipos de superpopulação relativa: (a) o exército de reserva flutuante, que resulta do desemprego conjuntural; (b) o exército de reserva latente, produzido pelo subemprego na agricultura; e (c) o exército de reserva estagnado, decorrente do desemprego tecnológico. Para ele, crescimento vegetativo da população não bastava para engrossar as fileiras do exército de reserva, qualquer que fosse a modalidade do mesmo. O crescimento do exército de reserva dependia fundamentalmente da atuação de fatores econômicos, como a ocorrência das crises de conjuntura, ou com a modernização da agricultura (SZMRECSÁNYI, 1980, p.269).

Na perspectiva apontada pela autora na citação anterior, criam-se excedentes populacionais úteis, que constituem uma reserva de trabalhadores inativos passíveis de serem usados a qualquer momento, dependendo das necessidades de valorização ou expansão do capital.

> A relação essencial entre crescimento populacional e acumulação de capital é colocada nos seguintes termos por Joan Robinson (1965): "Enquanto o produto marginal do trabalho excede o salário, qualquer aumento do número de trabalhadores aumenta o volume total de investimento. Do incremento de trabalhadores disponíveis, apenas uma parte tem que ser colocada na produção de meios de consumo para o conjunto de recrutados [à população ativa] e o resto pode engrossar a força de trabalho engajada no investimento. Enquanto houver espaço disponível pode-se evitar que o produto marginal do trabalho caia (quando o emprego total se eleva) mediante o uso de uma parte relativamente pequena do investimento para abrir novas terras e produzir equipamento que poupa mão de obra para a agricultura, de modo que o crescimento populacional pode ir muito longe antes que deixe de ser verdade que o investimento total cresce com aumentos ulteriores do número de trabalhadores" (ROBINSON apud SINGER, 1970, p.278).

Na literatura marxiana notamos que há pouco interesse na questão demográfica em si. E, ainda, Marx considerava Malthus um inimigo da classe trabalhadora, referindo-se a ele como arrogante e subserviente das classes dirigentes. Considerava-o, também, como um obstáculo para o desenvolvimento da ciência contribuindo para o descrédito para com a raça humana. Condenava ainda o conceito de lei natural absoluta, que podia ser válida em qualquer momento e em qualquer lugar e faria com que a população aumentasse sempre com mais rapidez que os recursos. Para Marx lei da população abstrata só existe para as plantas e os animais, à margem da intervenção histórica do homem. O que importava para ele não é o número de seres humanos, mas a repartição das riquezas, o principal desafio então era acabar com a pobreza.

Nesse sentido, vale ressaltar que para os críticos o malthusianismo encobre as formas concretas e históricas e suas mediações sociais particulares, e ao estudar as relações

entre natureza e sociedade, oculta as relações de troca desiguais entre os diferentes países cujas discrepâncias sociais econômicas produzidas resultam da concentração de riquezas.

> O malthusianismo não explicaria a produção concomitante e contraditória da riqueza e da miséria, da superprodução de alimentos e da fome. Fundamentaria ações imperialistas. Serviria, portanto, a uma política interna reacionária e externamente agressiva (DAMIANI, 2008, p. 21).

Outro aspecto relevante, ainda, dentro das correntes malthusianas foi às análises realizadas sobre os avanços na medicina que passaram a preservar e ampliar a vida. Porém, esses avanços devem ser vistos com reticências, pois ao passo que possibilitariam o prolongamento da vida contribuiria para o aparecimento de uma população excedente. Esse tipo de população era considerado por Malthus como nefasta, uma vez que não haveria meios para suprir as demandas desse contingente populacional. Sem falar que para ele os homens eram inclinados aos vícios, o que por um lado era ruim - já que precisariam ser atendidos/assistidos onerando o Estado-, mas por outro seriam mais rapidamente mortos, pelos hábitos promíscuos adotados durante a vida. Sem citar, ainda, que o excedente populacional contribuiria para o subdesenvolvimento das nações.

> O crescimento populacional, especialmente a partir da década de 50, nos países do terceiro Mundo, no entender da teoria neomalthusiana, determinaria a existência de uma população excedente às possibilidades do desenvolvimento econômico desses países. E assim explicaria seu subdesenvolvimento. Dois terços da humanidade estariam localizados na Ásia, África e América Latina. Isso constituiria um obstáculo ao desenvolvimento, na medida em que essa população expandida, cuja estrutura etária privilegiaria os mais jovens e as crianças, requisitaria investimentos não produtivos – hospitais, escolas, etc. -, desviando recursos que poderiam ser diretamente produtivos – como a construção de fábricas. Provocaria, inclusive, ao aumentar os efetivos da força de trabalho, um desequilíbrio cada vez maior entre oferta e procura de empregos, reduzindo os salários e marginalizando amplas camadas de população do mercado de trabalho (DAMIANI, 2008, p.23).

Apesar das várias críticas existentes sobre a teoria malthusiana, o que se pode perceber que suas ideias continuam vivas, sobretudo, quando se considera o crescimento da população como fator determinante do desenvolvimento social e para a preservação do planeta.

> A melhoria qualitativa da espécie humana não é necessariamente alternativa ao crescimento quantitativo. Uma população maior pode representar maiores possibilidades de divisão do trabalho e econômicas de escala. Essas possibilidades podem contribuir para o crescimento da renda per capita, para a conquista de melhores níveis de vida e de melhor educação. Mas além de certos limites, a quantidade e a qualidade podem tornar-se competitivas. No final do século XVIII, durante uma viagem

> através da China como secretario particular do Conde de Macartney, embaixador do Rei da Inglaterra, John Barrowtes testemunhou uma cena estranha: entre as pessoas que se amontoavam às margens do grande canal (que leva a Cantão), muitas as puseram sobre a alta popa de um velho barco que, infelizmente, rompendo-se com o peso, atirou ao canal todo um grupo delas. Apesar de vários botes navegarem pelo lugar, não se observou nenhum sair em auxilio dos que lutavam com as águas; um homem foi visto muito ocupado em tirar da água, com seu arpão, o chapéu de um homem que se afogava. Isto aconteceu porque havia abundância de homens e escassez de chapéus. Se os chapéus fossem abundantes e os homens escassos, a história teria sido completamente diferente. É tragicamente inevitável que, quando ocorre uma abundância de homens em relação a outros recursos, seu valor marginal diminua e a dignidade da vida humana se deteriore na mesma proporção. Para a salvaguarda do valor e da santidade da vida humana é imperativo que o homem não se torne a mais barata de todas as mercadorias (BARROW, 1805, p.112 apud CIPOLLA, 1977, p.119).

Nesse sentido Szmrecsãnyi (1980, p.273), discute sobre a questão do chamado neomalthusianismo que inseriu uma “nova roupagem” no malthusianismo, todavia, a essência continua mesma:

> A aceitação ou não do neomalthusianismo não tem apenas um caráter científico; ela sempre envolve entre suas premissas uma opção política e ideológica. Para os que se opõem a essa teoria, a ênfase que ela confere às variáveis demográficas do desenvolvimento só tem servido para escamotear os fatores sociais e econômicos que veem impedindo ou dificultando o progresso dos países subdesenvolvidos, tais como o imperialismo e a ação das empresas multinacionais, a concentração da propriedade e da renda, a sobrevivência de regimes políticos não democráticos, etc. Trata-se de fatores cuja origem nada tem a ver com a população em si, mas cuja ocorrência, sem dúvida, tem interferido na sua dinâmica. Pode-se supor até que eles sejam parcialmente responsáveis pela especificidade histórica do crescimento demográfico recente de tais países. Mas, para caracterizar e interpretar a natureza dessa especificidade, não basta simplesmente apontar os fatores responsáveis. Torna-se necessário incorporá-los a um esquema de análise amplo e consistente [...]

Para Damiani (2008), Malthus não só está vivo através do pensamento neomalthusiano do século XX que recuperou seus ensinamentos, avançando em novas direções ou vulgarizando-os, como orientou a construção da Demografia ao conferir importância socioeconômica aos problemas populacionais. A título de contribuir com a discussão, apresentamos a seguir uma citação que aborda de forma sucinta a questão da Demografia no que tange a leitura malthusiana:

> Segundo Hauser e Duncam, demografia é o estudo do tamanho, da distribuição territorial e da composição da população, das mudanças e dos componentes de tais mudanças; estes últimos podem ser identificados como natalidade, mortalidade, movimentos territoriais e mobilidade

> social. Para eles a composição populacional envolve não apenas as chamadas variáveis demográficas, como idade, o sexo e estado civil, mas também variáveis que se aproximam da ideia de qualidade de vida, como saúde, capacidade mental e nível de qualificação; por sua vez, o termo mobilidade social, é entendido como mudança dos indivíduos da condição de solteiros e casado, bem como mudanças através da natalidade, da mortalidade e da migração (PATARRA, 1991, p.10).

E a autora completa ainda sobre a influência do neomalthusianismo na Demografia da década de 1950, o que denota o alcance desses, nas formas de análises e interpretações dos dados:

> Foi na década de 1950 que ocorreu o maior florescimento do enfoque neomalthusiano referente às relações entre população e desenvolvimento econômico, estabelecendo-se uma estreita vinculação entre produção científica e políticas controlistas. Para tanto, tonava-se necessário acoplar a produção científica às necessidades de políticas populacionais voltadas para o controle do crescimento populacional, encarado como obstáculo ao desenvolvimento econômico. A fim de poder executar os vários programas de controle demográfico, seja sob a forma de clínicas de planejamento familiar, seja por meio da capacitação de especialistas nos diversos países não industrializados, era preciso obter a legitimação científica dessas atividades. Nesse sentido, entendendo ciência como um corpo de conhecimento empírico-sistemático, Hauser e Duncam procuram revestir a Demografia de um caráter neutro e objetivo, cujos resultados possam orientar políticas adequadas (PATARRA, 1991, p.9-10).

No início do século XX, o progresso tecnológico, a produtividade crescente, o aumento no nível de vida nos países ricos, contribuiu por gerar certo otimismo, que fez com que os economistas passassem a se preocupar menos com os problemas populacionais.

A Demografia passa a ter mais destaque como ciência, os recenseamentos tornaram-se mais frequentes, inclusive, pelo emprego de técnicas estatísticas e matemáticas mais consistentes, e outros especialistas como economistas sociólogos e antropólogos passaram a participar mais das análises e discussões teóricas sobre população.

Os debates sobre crescimento e distribuição populacional prosseguiram até meados do século XX, quando a humanidade entra num ritmo de crescimento desenfreado. No período de 1950 a 2000 a população mundial dobrou, passou de 3 (três) bilhões de pessoas para 6 (seis) bilhões. Caracterizando não só um vertiginoso crescimento, mas acima de tudo, uma explosão demográfica. Diante de tal cenário outras questões sobre população apontam para além do crescimento demográfico e a da produção de alimentos. Nesse cenário surgem temas relacionados aos impactos ambientais causados pela ação antrópica

no planeta. E, ainda, assuntos afetos ao desenvolvimento econômico desigual dos países, levam a formulações de teorias e questionamentos a respeito de como as ações humanas sobre o meio podem ser mitigadas. Para que possamos manter vida e a sustentabilidade do planeta Terra.

Nesse contexto, ocorreu divergência de opiniões entre os mais variados cientistas: demógrafos, economistas, geógrafos, além dos filósofos, historiadores, etnólogos e, claro, os políticos, ficaram divididos quanto à interpretação do fenômeno populacional. E, nesse sentido, a respeito da demografia Susan Greenhalgh (2001, p.26) escreveu:

> Nos últimos anos, porém, a sensação de que algo está faltando nessa abordagem rigidamente científica dos estudos populacionais, está aumentando. Esta sensação de desconforto tem sido acompanhada por uma procura por formas de abrir o campo, justamente através do uso de métodos qualitativos (Caldwell, Hill e Hull, 1988; Obermeyer, 1997), da incorporação de variáveis culturais (Kertzer e Fricke, 1997). Se essas tentativas para alargar o terreno de investigação demográfica mostram-se promissoras, tais esforços até o momento têm avançado sem uma análise cuidadosa das forças que, antes de tudo, fizeram da demografia um empreendimento científico relativamente estreito. Um olhar crítico para o nosso passado faz-se necessário para possibilitar outro futuro que se desvencilhe dos limites desse mesmo passado.

Entre os economistas a dinâmica populacional, bem como as questões relacionadas ao crescimento da população e o futuro do planeta, é um processo que precisa ser melhor compreendido. A fim de se poder traduzi-lo numa série de dados que possibilitam optar de forma consciente, entre em adequar a população à estrutura vigente ou de acomodá-la ao desenvolvimento econômico. Ou, ainda, de adaptar as eventuais mudanças dos mecanismos de produção e reprodução econômica a necessidade da população e do planeta. E, ainda, há nesse contexto os que defendem a proliferação da vida, independentemente da capacidade dos recursos econômicos e sustentação da Terra, e os que defendem que o controle da procriação é necessário, bem como a adoção de atitudes ecológicas, algumas inclusive bastante radicais. As opiniões sobre esse assunto variam por conta dos mais diversos motivos, porém, a ênfase na questão econômica é preponderante.

Quando o assunto é o crescimento demográfico as opiniões são díspares, e isso se deve às particularidades que esse assunto envolve, não é uma equação matemática, não é algo passível de ser rigorosamente controlado, há rupturas, há tensões, há contradições, e sendo assim, a tendência mais comum é adequar às demandas populacionais as necessidades do mercado. Uma vez que as questões econômicas são na grande maioria das

vezes decisivas quando se trata em controlar, ou não, a população. Assim como, na adoção, ou não, de medidas sustentáveis para amenizar os impactos contra a natureza.

> O interesse pela população não constitui um fenômeno novo: modernamente, desenvolve-se de maneira coerente com a própria Demografia, datando das preocupações manifestadas pelos teóricos do Estado e da economia política, do mercantilismo ao liberalismo, passando pela fisiocracia. Entretanto, é no final do século XIX que evidências empíricas mais consistentes a esse respeito puderam ser observadas, em especial no noroeste da Europa. Com novos instrumentos nas mãos, os estudiosos da população constatavam um crescimento demográfico substantivo, que demandava hipóteses explicativas. Em outras palavras, procurava-se elucidar a história recente de uma parcela da população europeia que havia passado de um estado de recente equilíbrio, com níveis elevados de natalidade e mortalidade, para uma fase que anunciava outro equilíbrio, mas com níveis baixos de natalidade e mortalidade (NADALIN, 2004, p.126).

Em relação à ciência geográfica, vale ressaltar que análises populacionais iniciais da Geografia tiveram como método a ideia de população da Biologia[27]. Os geógrafos, sob influência da Biologia, ciência com maior status na modernidade, transportaram para a Geografia a forma de análise dessa, como se os humanos se comportassem como colônia de fungos. Sem levar em consideração os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais, as catástrofes naturais ou até mesmo o indivíduo em sua existência.

Sabemos que as contribuições de Vidal de La Blache, Friedrich Ratzel foram importantíssimas para o desenvolvimento do pensamento geográfico e também nos ajudam a elucidar nossa tese. Ratzel, por exemplo, em **Antropogeografia** sistematizou a chamada Geografia moderna, apresentando uma proposta explícita de um estudo geográfico especificamente dedicado à discussão dos problemas humanos. Essa, inclusive, é considerada uma das originárias manifestações do positivismo na Geografia. O significado da obra pode ser destacado como aquela que seria a principal via de indagação dos geógrafos com a questão da relação entre a sociedade e as condições ambientais. No entanto, sua preocupação não se limitou à Geografia, outro campo de discussão foi o da ciência política, temas como o Estado, as relações de fronteiras, ou de guerras, entre outros, também estiveram no centro de suas considerações.

Apesar de estar centrado na Geografia, o projeto teórico de Ratzel pode ser considerado interdisciplinar. A preocupação central era entender a difusão dos povos pela superfície terrestre, problemática que segundo ele articularia a História a Etnologia e a

---

[27]Para a Biologia população define-se como um grupo de indivíduos que acasalam uns com os outros, produzindo descendência.

Geografia em uma intensa discussão. Assim, reconhecemos o elemento populacional nas obras desse autor, apesar da forte influência da Biologia, as contribuições de Ratzel nos permitem afirmar que a população está presente no desenvolvimento da Geografia, mesmo não sendo esse seu foco principal.

As análises da população na Geografia, guardadas as particularidades de cada época, tiveram maior impulso com a formação dos Estados Nacionais, e com a difusão das teorias ratzelianas. Como um dos principais expoentes da Geografia Humana, Friedrich Ratzel considerado pai da Antropogeografia, a partir do estudo da geopolítica, introduziu o conceito de espaço vital.

> Ratzel, dominado a la vez por su parti pris de antropogeógrafo y por preocupaciones de origen más político que científico, que NE ciertos momentos hacen aparecer la más reciente y menos fecunda de SUS grandes obras, la Politische Geographie, como una espécie de manual del imperialismo alemán, escribe: “Si los tipos más sencillos del Estado sonIrrepresentablessin um suelo que les pertenece, lo mismo debeo currir com los tipos más sencillos de la sociedad; la conclusión se impone”. Y continúa: “Familia, tribu y poblado no sonposibles más que em um território dado, y sudesarrollo no puede ser comprendido más que em relácion com este territorio.” Em primer lugar, estas agrupaciones no son las únicas que representam los tipos más sencillos de la sociedad[...](FEBVRE, 1955, p.37).

Ratzel, mesmo sendo admirador de Darwin (1809 – 1882) e Haeckel (1834 – 1919), não concordava com o mecanicismo presentes em seus estudos. Em suas obras, expôs os princípios de seu pensamento.

> O homem, na concepção de Ratzel, é um ser da natureza que possui instintos, necessidades e aptidões. É um “animal favorecido”, possuidor de uma liberdade única no reino animal. É um ser terrestre, que tem a Terra como “mãe provedora”, “sua morada”, enfim, como suporte de sua vida. É na relação com os quadros naturais locais onde se encontra inserido que o homem deve “conquistar” sua liberdade. A aceitação da existência de influências das condições naturais não implica, na argumentação de Ratzel, uma passividade total do elemento humano; pelo menos não nesse plano de definição do objeto antropogeográfico. As influências se põem de forma mediatizada no indivíduo, como condicionamentos somático-anatômicos e como estímulos psicológicos (cujo estudo estaria fora do âmbito da geografia); na constituição social, pelos recursos e riquezas disponíveis; na constituição étnica de um povo, pelas condições de difusão propiciadas pelo meio (gerando o isolamento e a mestiçagem como casos-limite); na organização do trabalho, pelos estímulos ou barreiras existentes; na formação dos Estados, pela posição geográfica desfrutada, etc. Os condicionamentos da natureza são, portanto, atuantes na vida material dos homens através de suas necessidades, como recursos. Ratzel antevê uma malha de influências que manifestar-se-iam através de causas econômicas e sociais (MORAES,1990, p.11).

É importante relembrar que La Blache e Ratzel tinham concepções teóricas e interesses diferentes, mas cada qual a seu modo contribuiu significativamente com discussões sobre a relação homem e meio.

> Na segunda metade do século XIX, a França e a Alemanha, no caso ainda da Prússia, disputam a hegemonia no controle continental da Europa. Havia entre estes dois países, um choque de interesses nacionais, uma disputa entre imperialismo. Tal situação culminou com a guerra franco-prussiana, em 1870, na qual a Prússia saiu vencedora. A França perde os territórios de Alsácia e Lorena, vitais para sua industrialização, pois neles se localizavam suas principais reservas de carvão. No contexto da guerra, caiu o Segundo Império de Luís Bonaparte, ocorreu o levante da Comuna de Paris, e, sob as suas ruínas, ergueu-se, com o beneplácito prussiano, a Terceira República francesa. Foi nesse período que a Geografia se desenvolveu. E se desenvolveu com o apoio deliberado do Estado francês [...] (MORAES, 2003, p. 67).

O campo de estudo da Geografia, desse período, que abordava os assuntos populacionais centrava boa parte de seus esforços em explicar a distribuição da população e suas características. Essa distribuição, porém, pode ser melhor compreendida se posta à luz das condições que foram criadas, ou seja, analisando a forma como as pessoas viviam e satisfaziam suas necessidades.

Para Vidal de La Blache, as relações entre a terra e o homem, estavam vinculadas à forma como estava distribuída a população na superfície terrestre, determinando em termos numéricos a ocupação nas diferentes regiões.

> O número chave para as ciências humanas é aquele que exprime em escala planetária, ou em escala regional e local, o efetivo populacional. Na verdade, todas as demais avaliações numéricas se situam em uma hierarquia qualitativa e com ele mantém relação. Uma superfície ou uma produção somente assumem uma significação sob a forma de quocientes que exprimem um potencial de existência ou das disponibilidades deficitária ou em excesso, com relação ao número de homens diretamente afetados. Todavia, este número de homens constituiu atualmente um dos dados numéricos mais variáveis da geografia humana e da economia mundial. Suas variações influem sobre as relações que se consideravam estabelecidas e fixadas em longo prazo, com a relação produção-consumo ou a relação demanda-oferta de empregos [...] (GEORGE, 1969, p.67).

Vidal de La Blache em seu livro **Princípios de Geografia Humana** reconheceu a população como um elemento primordial do extenso campo em que ele estava escrevendo. Pois ele dedicou cerca de um terço de seu volume com o tema - distribuição da população-. A ênfase está na distribuição dos números e padrões de densidade associados. Não há reconhecimento de outros aspectos geográficos da população, nenhuma tentativa é feita no

sentido de organizar e classificar o seu conteúdo, e a subdivisão principal é o amplo campo da Geografia Humana.

Vidal de La Blache foi um dos responsáveis pelo surgimento da Geografia moderna na França. Deve-se a ele a definição do campo da Geografia regional, com ênfase nos estudos de áreas pequenas e relativamente homogêneas. Foi o primeiro professor de Geografia da Sorbonne e planejou uma obra monumental, que cobria a Geografia regional em todo o mundo, mas não viveu o bastante para concluí-la, **Géographie Universelle** (1927-1948) foi completada por seu aluno Lucien Gallois e é uma das mais bem-sucedidas publicações sobre o tema.

O projeto de La Blache era de uma Geografia como ciência das relações do homem com o ambiente natural, em que o homem e a sociedade eram considerados dentro da natureza. Por essa razão, não superou os limites de uma ciência ecológica para fundar-se numa ciência social e histórica.

Outro elemento presente nas obras dos principais autores clássicos da Geografia foram os estudos referentes ao povoamento das áreas. Notamos que a questão do povoamento era uma premissa bastante discutida em boa parte dos estudos humanos formulados no âmbito da ciência geográfica.

Jean Brunhes em seu volume, **Geografia Humana**, restringe o conteúdo do campo para as evidências visíveis de ocupação do homem e utilização do ambiente físico. Os fatos essenciais da Geografia Humana são as marcas deixadas pelo homem sobre a superfície da Terra. Brunhes, no entanto, introduz ordem e classificação para o tratamento dos fatos ou elementos de Geografia Humana. Como primeira ordem está cobertura desigual da superfície da Terra e seus habitantes. Os números e não as qualidades são enfatizadas. Os mapas primários, de acordo com Brunhes são aqueles de água e os homens. Mas, ele pergunta - "como é que a população se revela? -" E, responde que os homens são abordados e medidos através da habitação, pois eles são capturados e contados. Cobertura da terra e habitações humanas, nesse sentido, é um fenômeno mais do que geográfico. Embora Brunhes especificamente reconheça a importância geográfica do elemento da população, ele propõe estudá-la obliquamente através do canal de habitação e morfologia e, como consequência, contribui pouco com a Geografia População.

Trewartha ressaltava que números momentâneos e densidades, embora importantes, não são suficientes à população, pois essa deve ser tratada dinamicamente. De acordo com Hettner é importante que se envolvam os conceitos de natalidade regional, de mortalidade,

imigração e emigração. Também, reforça que a análise do geógrafo não deve se limitar a fenômenos biológicos. As qualidades sociais, dependentes de condições econômicas, políticas e sócio psicológicas, são igualmente, senão mais importantes.

A Geografia considera, por um lado à dependência comparativa da população em condições naturais, econômicas e sociais, e por outro descreve e explica o contraste entre o número da população e suas densidades em diferentes partes da terra. Assim, é preparado o terreno para responder à pergunta mais importante: qual a capacidade da terra e das suas regiões individuais para apoiar a população?

Os trabalhos desenvolvidos por Trewartha são de grande importância para os estudiosos em população na Geografia, além de ser um marco do nascimento da Geografia da População, nos oferece um panorama sobre a trajetória dessa ciência.

Houve uma sofisticação nos estudos populacionais, associando dados quantitativos e históricos, todavia essa sofisticação não promoveu por si só uma transformação no modo como a Geografia trabalhava com os dados e informações sobre população. Mas, ao menos começou um diálogo mais estreito entre os dados estatísticos e as questões populacionais, entretanto, essas transformações ocorreram gradativamente e não de forma instantânea, já que as transformações são resultantes de um processo historicamente construído.

Como vimos na Geografia inicialmente o conceito de população correspondia ao homem como ser biológico e não social, portanto, um homem a-histórico, não condicionado aos fluxos e refluxos das relações sociais e interpessoais, inclusive, as de classe. Situações como essas representam os diferentes momentos históricos vividos pela ciência geográfica na construção de seu conhecimento, esses momentos foram marcados por produções geográficas influenciadas por distintas matrizes filosóficas e, também, pelos interesses da classe dominante.

Ao ser institucionalizada e também ensinada nas escolas, a Geografia revelava seu caráter empobrecedor resultante da matriz filosófica dominante[28] que convergia para a aplicação de um único método comum a todas as ciências, o que contribuiu em transferir para os conhecimentos de cunho geográficos uma face inútil e estéril. E essa situação se faz presente também quando nos propomos a analisar a população ao longo da Geografia. A ênfase dada, anteriormente, a Geografia escolar está atrelada ao fato, como é de conhecimento de todos, que a Geografia surgiu inicialmente nas escolas e depois nas

---

[28] Gostaríamos de ratificar que consideramos o positivismo a matriz teórica dominante, mas reconhecemos a existência de outras matrizes de pensamento. Portanto, essas não coadunavam com os interesses da classe dominante.

universidades e seu aparecimento, bem como sua legitimação estava associada as matrizes filosóficas e teóricas predominantes. Assim, entendemos que o raciocínio geográfico foi prejudicado por conta da adoção do método positivo, e com ela os estudos populacionais também foram amofinados, tanto nas universidades quanto nas escolas.

> Concordamos todos que, se a maior parte do público culto tem uma ideia mais ou menos exata do que são a biologia, a geologia, a economia ou a sociologia, o mesmo público não acompanha o progresso das ciências geográficas, quando não ignora sua existência. Para uns a geografia é confundida com narrativas de viajantes; um geógrafo é um explorador, a rigor um cartógrafo; traz de suas viagens narrativas agradáveis de ouvir-se, sobretudo se tem a habilidade de ilustrá-las com belas imagens. Para outros, talvez mais numerosos, a geografia é uma lembrança extremamente penosa de sua infância. Seu nome evoca listas indigestas de nomes de lugares ou dados numéricos, lições atrozes que somente os menos inteligentes e os mais obstinados de nossos condiscípulos chegavam a recitar razoavelmente. Os espíritos brilhantes, ao contrário, mostravam-se rebeldes. E ficamos satisfeitos quando nossos filhos recebem uma nota má porque não souberam de cor a lista das estações da Central do Brasil entre Rio e São Paulo, ou as altitudes exatas dos vulcões andinos; a fraqueza em geografia é uma espécie de teste de inteligência! (MONBEIG, 1954).

Em relação das abordagens sobre população relatada pelos teóricos clássicos da Geografia havia uma pormenorização das diferenças e dos contrastes. Com o passar do tempo, com o desenvolvimento do capitalismo e as mudanças nas relações interpessoais, houve a percepção de que os espaços erigidos se diferenciam, por conta das necessidades e do contexto de produção da vida, e para isso exigiu-se novas formas de pensar a população, inclusive, na Geografia.

Assim, novas conceituações foram inseridas a fim de legitimar as análises demográficas. Vale ressaltar, ainda, que ao recuperarmos a história da Geografia notamos que o estudo da população não foi uma de suas maiores preocupações. Por isso a dificuldade em trabalhar com essa problemática. Tendo em vista que ela não mereceu muita atenção dos geógrafos ao longo de sua história. Essa afirmação se justifica, parcialmente, pelo fato de encontrarmos obras de geógrafos da população somente em meados do século XX. Antes disso não havia muita preocupação em relação à população na Geografia, para perceber isso basta recorrer aos clássicos da Geografia e a literatura afim. Não se quer com isso afirmar que a população não era abordada pela Geografia clássica, mas que seus aspectos não eram considerados de grande relevância para o entendimento do espaço. Os estudos de população na Geografia passam a ter mais relevo a partir do momento que os estudos populacionais passaram a compor uma disciplina

específica, Geografia da População, assunto esse que será abordado com maior ênfase posteriormente.

> A estrutura tradicional da disciplina também trabalhou contra o êxito dos estudos populacionais. A Geografia era, geralmente, dividida em duas partes fundamentais. A primeira delas, a Geografia Física, considera as características de uma "crosta terrestre", na qual a presença humana é tão ignorada quanto possível. Contudo, a utilização pelo homem dos recursos naturais é uma das grandes motivações – aberta ou implicitamente- que inspira boa parte dessa Geografia, "não humana". O outro domínio, a Geografia Humana, trata das obras do homem e de uma grande variedade de instituições, atividades e ideias humanas. Contudo, o próprio homem, o elemento fundamental em quase todas as equações geográficas, seja como o agente dos fatos ou o utilizador das coisas, tem sido negligenciado de modo considerável pelos geógrafos. Eles tratam fundamentalmente de coisas – objetos de dimensões consideráveis – e, secundariamente, de certas relações e ideias (que, por definição, deveriam excluir a população) que geralmente encontram expressão sensível na paisagem. Em considerações metodológicas recentes, Trewartha e Hooson argumentaram de forma convincente contra a questão da visibilidade, sustentando que a Geografia da População constitui uma terceira divisão fundamental do campo, colocando-se ao lado da Geografia Física e da Geografia Humana em função de sua importância [...] (ZELINSKY, 1969, p.11-12).

É importante argumentar que as diferenças espaciais contribuíram com a generalização dos fenômenos sociais, e cumpriu um decisivo papel na mitigação da real complexidade dos problemas socioeconômicos e demográficos, já que a ciência geográfica, muitas vezes, filiada ao positivismo acabava por anular a rica e complexa teia que envolve os estudos da população.

A história nos referencia com as formas excludentes inerentes ao sistema capitalista, na qual os privilégios da minoria se sobrepõem aos da maioria. Assim, ficam assegurados os mecanismos de manutenção do *status quo*. A título de exemplificação de como a questão da população pode ser camuflada, basta analisar as taxa de mortalidade das zonas ricas do globo terrestre em contraposição com as áreas paupérrimas, onde imperam a pobreza e a miséria. No que concernem às causas das mortes, os problemas "saltam aos olhos", mas na maioria das vezes são encarados como "naturais" e acabam reduzidos a mera especulação ou causalidade.

Por muito tempo, o estudo da população na Geografia respaldou-se quase que exclusivamente na análise de como se comportavam indicadores demográficos dos conjuntos populacionais. Os números trazem consigo informações acerca da realidade socioeconômica de determinado lugar, região ou país. Contudo, é importante abordar os

dados estatísticos com a pretensão de compreendê-los, e analisar como se comportam os indicadores demográficos criticamente.

Uma importante contribuição para pensar ou entender a população, parte de Foucault que insere a população no centro da discussão quando faz o estudo do biopoder. Na interpretação de Foucault, população é uma multiplicidade de indivíduos que só existe profunda, essencial, biologicamente ligado à materialidade dentro da qual vivem.

Em suas obras, Michel Foucault desenvolveu estudos a partir de evidências que expressam as formas de racionalidade e as relações entre poder e saber que constituem o sujeito moderno.

> Sujeito, verdade, poder, saber e ética: em torno destes temas articula-se o pensamento de Foucault. Discursos de verdade, formas de racionalidade, efeitos de conhecimento e de ciência acabaram por nos constituir como sujeitos de desejo e de prazer sexual (ARAÚJO, 2001, p.19).

Foucault (1977) analisou os processos de racionalização da sociedade e da cultura moderna em diferentes extensões da experiência humana, as relações entre as experiências que dizem respeito à loucura, à doença, à morte, à criminalidade e à sexualidade. E os regimes de verdade que desenham esses objetos tais como os saberes psiquiátricos, psicológicos, jurídicos e pedagógicos e as técnicas de poder exercidas a partir das instituições psiquiátricas, médicas, penais e educacionais.

No curso **Segurança Território e População** dado no Collége de France (1977-1978), Michel Foucault dá prosseguimento em seus estudos sobre as práticas da biopolítica. Ampliando seus questionamentos sobre as circunstâncias históricas do conhecimento que se evidencia e tem como objetivo conhecer o homem como um sujeito biológico e racional.

Foucault delimita com objetividade que estudar sobre a biopolítica significa analisar uma série de fenômenos, isto é, o conjunto dos mecanismos pelos quais, aquilo que na espécie humana, constitui suas características biológicas. A partir disso, ele estabelece algumas proposições para o trabalho genealógico - analisar os mecanismos de poder, as relações de poder -, pois o poder não se funda em si mesmo, mas é causa e efeito de uma relação entre forças. Interrogar a própria atualidade da filosofia e os efeitos de saber por ela veiculados como uma política geral de verdade, substituiu a ideia de imperativo categórico para incorporar um imperativo condicional, que opere não como uma teoria geral, mas como uma crítica que se realiza a partir de indicadores táticos de análise. E, finalmente, apresenta um imprescindível categórico e fundamental, - nunca

fazer política -, a fim de não se perder em pseudo polêmicas acerca do problema da relação entre luta e verdade.

A partir disso, o autor inicia sua análise sobre os mecanismos de segurança constitutivos da racionalidade moderna e discorre ao longo das aulas os elementos fundamentais que o constituem como: a arte de governar, a organização política do Estado Moderno, e os mecanismos para a organização da racionalidade sobre as formas de experienciar do ser humano. Porém, a boa nova da análise de Michel Foucault reside nos modos de operar dos mecanismos de poder, no qual se faz presente à formação das cidades em detrimento ao objeto de domínio no período medieval e os limites do território. Nesse ponto se encontra a problemática da modernidade que está em foco na obra supracitada, ou seja, o problema técnico-político da "naturalidade" da espécie humana dentro de um meio artificial que é a cidade. E é, justamente, na relação com esse meio, que se encontra a razão do conceito de população e as materialidades a serem examinadas pelos dispositivos de segurança.

> [...] O espaço próprio da segurança remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado. O espaço em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios é, creio, mais ou menos o que chamamos de meio. O meio é uma noção que, em biologia, só aparece – como vocês sabem muito bem – com Lamarck. É uma noção que, em compensação, já existe em física, que havia sido utilizado por Newton e os newtonianos. O que é o meio? É o que é necessário para explicar a ação a distancia de um corpo sobre outro. É, portanto o problema circulação e causalidade que está em questão nessa noção de meio. Pois bem, creio que os arquitetos, os urbanistas, os primeiros urbanistas do século XVIII, são precisamente os que, não diria utilizaram a noção de meio, porque, tanto quanto pude ver, ela nunca é utilizada para designar as cidades nem os espaços planejados; em compensação, se a noção não existe, diria que o esquema técnico dessa noção de meio, a espécie de como dizer? – estrutura pragmática que a desenha previamente está presente na maneira como os urbanistas procuram refletir e modificar o espaço urbano. Os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser, portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, e um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro. Por exemplo, quanto mais se morrer, mais haverá cadáveres e, por conseguinte, mais haverá miasmas, etc., portanto, é esse fenômeno de circulação das causas e dos efeitos que é visado através do meio. E, enfim, o meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias – o que acontecia no caso da soberania -, em vez de

> atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população [...] (FOUCAULT, 2008, p. 27-28).

A população será então uma base de dados, cujos cálculos estatísticos se orientam a partir das flutuações das curvas de normalidade que possibilitam posicionar a todos, da média aos seus extremos. Após delimitar os elementos dessa racionalidade dos cálculos e da análise dos riscos que poderiam ameaçar a paz governamental, Foucault se dedica a falar de uma razão governamental que tem início no século XVI, o poder pastoral.

> Em suma, podemos dizer o seguinte: a ideia de um poder pastoral é a ideia de um poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território. É um poder que guia para um objetivo e serve de intermédio rumo a esse objetivo. É, portanto, um poder finalizado, um poder finalizado sobre aqueles mesmos sobre os quais se exerce, e não sobre uma unidade de tipo, de certo modo, superior, seja ela a cidade, o território, o Estado, o soberano. É, enfim, um poder que visa ao mesmo tempo todos e cada um em sua paradoxal equivalência, e não a unidade superior formada pelo todo. Pois bem, creio que as estruturas da cidade grega e do Império Romano eram totalmente estranhas a um poder desse tipo. Vocês dirão que existe, no entanto, certo número de textos na literatura grega em que se faz, de maneira explícita, a comparação entre o poder político e o poder do pastor [...] (FOUCAULT, 2008, p.173).

Pautado, principalmente, na obra de Maquiavel **O Príncipe -** Foucault irá descrever procedimentos e técnicas de um tipo de poder que se fundamenta na soberania divina, mas que exerce seu poder mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território.

Ao definir o poder pastoral, busca realizar um paralelo com a Grécia antiga e a construção de um saber sobre os homens. Da filosofia grega, Foucault concentra-se mais sobre o texto **O Político**, de Platão no qual apresenta um tipo de procedimento que leve a plenitude da vida moral para o homem político que tem como objetivo ético o trabalho sobre si mesmo, isto é, governa-se a si próprio para, posteriormente, governar a cidade. O que está em discussão é o domínio de si mesmo, e, por conseguinte a dispensa da figura do pastor. A partir de então, busca explicitar uma série de diferenças entre a produção de conhecimento do sujeito ético e político.

Foucault nos apresenta um modo de atuar das práticas cristãs que se caracteriza por uma relação de mérito e demérito onde a finalidade última é a salvação de cada um e, portanto, de todos. Para isso, cada cristão deverá obedecer sem ressalvas aos ensinamentos do pastor. Registra, desta maneira, um processo de individualização do homem por meio do poder exercido pelo pastor que está concentrado em três linhas - a salvação, a

obediência, e resignação-, no entanto, essas condições mediadas pelas ações do pastor subvertem a vontade dos sujeitos ao seu poder.

De início Foucault retoma as linhas fundamentais do poder pastoral a fim de demonstrar as diferenças entre essa forma de governo e a razão de Estado, sendo elas: a salvação, a obediência e a verdade. O problema da salvação, para o Estado, não é mais salvar a alma, mas salvar a si mesmo, a nação e suas riquezas, isto é, o eixo fundamental dessa razão governamental é fortalecer as forças e riquezas do próprio Estado. Não se trata mais de salvar a todos e a cada um, mas salvar as riquezas da nação, mesmo se, para isto, for necessário sacrificar alguns indivíduos, desde que calculadamente comprovado pela estatística o seu custo-benefício. Para que isso seja possível, constrói-se a noção de necessidade da existência do Estado para a preservação da paz de seus cidadãos. Com relação às práticas de obediência, a mudança dos seus procedimentos Foucault se respaldará nas obras de Francis Bacon, na qual, o enfoque se transfere para a boa condução da sociedade e para a manutenção de um bem estar social. O bom governo para ele desenvolve-se a partir de cálculos sobre os níveis admissíveis de pobreza para que não se corram riscos que afetem a paz de Estado. E, por fim, a mudança nas relações com a verdade que se estabelece a partir da produção do conhecimento, isto é, o que está em questão não é mais conhecer as coisas da natureza, mas sim, a natureza e o funcionamento das coisas e a estatística será um tipo de saber fundamental para a construção de uma base de dados sobre os fenômenos da população, campo de intervenção a ação estatal.

Dessa forma, Foucault apresenta elementos suficientes para criar um campo de experiência inquietante, no que diz respeito ao tipo de relação que o homem moderno estabelece com a liberdade. Com esse curso, Michel Foucault oferece uma aula esclarecedora sobre os procedimentos investigativos, analíticos e críticos que possibilitam o estudo genealógico. Vimos no desenvolvimento do pensamento foucaultiano a apresentação de perguntas que propiciam a análise dos efeitos de poder inseridos nas formas de aparecer do ser humano e, de como esse irá experienciar as coisas do mundo, sem se valer de proposições teórico-ideológicas universais ou reducionistas.

Nesse sentido, o que Foucault entende por população é algo que está ligado ao essencialmente humano, histórico e socialmente construído, distanciado do conceito biológico de população, inserido pela Geografia ao longo da sua história. O que possibilita um salto qualitativo nos estudos populacionais. O autor afirma então que a definição de população e seu sentido utilitário foram se transformando de acordo com o tensionamento

das relações sociais, podendo ser população para ser pastorada, para ser convencida sobre determinadas formas de exercício do poder como, por exemplo, o emprego da liberdade como ideologia e técnica de governo. Para Foucault, biopoder é o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia geral de poder.

> Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento (FOUCAULT, 2007, p.153-154).

Entre, os teóricos da Geografia que produziram estudos sobre população vale destacar as contribuições de Pierre George, a Jaqueline B. Garnier. Os estudos desenvolvidos por estes dois autores foram importantes para os estudos de população na Geografia, e nos permite realizar diálogos com as proposituras de Foucault, todavia, vamos discutir com mais afinco as contribuições deles em capítulos subsequentes.

Para complementar as argumentações por ora apresentadas, consideramos interessante trazer para o debate as discussões presentes na obra **População e Geografia** (2008), da professora Amélia Damiani**.** Nessa obra a autora destaca a valorização dos dados quantitativos nos estudos populacionais em detrimento aos aspectos humanos e históricos. A autora realiza uma coerente recuperação histórica da população ao longo da Geografia. Reforçando que é a atualidade das teorias demográfico que faz com que

retornemos a elas. Para que possamos verificar até que ponto as leituras ou interpretações demográficas contemplam a complexidade social e histórica atual.

Assim, podemos salientar no que tange a complexidade do tema população e os problemas socioeconômicos, que há também uma variedade de opiniões e teorias sobre o assunto. Uma vez que existem pesquisadores que defendem que a melhor saída para a pobreza é o desenvolvimento, enquanto para outros o rápido desenvolvimento econômico pode ser mais custoso do que o aumento populacional, o que demonstra que "velhas" e "novas" teorias demográficas se confrontam continuamente.

No interior da Geografia, observamos também por meio da história do pensamento geográfico uma preocupação com a influência do meio sobre o comportamento humano, questões como essas são explicitadas no estudo desenvolvido por Max Sorre a respeito da Geografia das enfermidades. Sobre esse assunto o pesquisador discute a resistência que alguns grupos humanos apresentam em virtude de suas características genéticas e também da localização geográfica das áreas que habitam. Apesar da ênfase dada às características geográficas e as características genéticas, não há como desprezar a influência econômica no modo de vida das pessoas, seus hábitos e costumes. Desse modo, os geógrafos sentiram que as relações econômicas travadas entre população e espaço geográfico, seria um bom meio para se estudar o fenômeno da população espacialmente.

> [...] houve dentro da geografia da população o privilegiamento, cada vez mais acentuado, dos critérios técnicos e econômicos, para definir o marco espacial de localização de uma dada população. Cabia ao geógrafo determinar a distribuição dos diversos tipos geográficos, para posteriormente, relacioná-los aos caracteres específicos de cada tipo. Dessa forma, o recenseamento definiria um saber, um poder. Já que se poderia fazer crescer e deslocar a população como primeiro recurso de energia, para atender a este ou aquele objetivo (DAMIANI, 2008, p.5).

E ao se trabalhar a dinâmica demográfica à luz da espacialidade geográfica, ganha fôlego os estudos sobre migrações na Geografia. A respeito desse tema Max Sorre assinalou que o processo migratório não é um fato simples. Para ele o processo migratório é composto por necessidades, desejos, sofrimentos e sonhos. Caracterizando a situação econômica como um dos motivos que mais estimula a migração. Os estudos sobre migração acabou sendo um tema importante desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a partir disso o campo dos estudos de migração se expandiu rapidamente, e a Geografia passou a ser uma área profundamente imbricada ao tema, porque as migrações são manifestações dinâmicas do espaço geográfico.

Durante o período de expansão ou difusão das ideias malthusianas, houve alguns estudiosos de outras nacionalidades, principalmente, europeus que substituíram a teoria de Malthus pela teoria do ótimo de população. Essa teoria se baseava na existência de um estado de equilíbrio ideal, como já postulava Platão, alcançado quando a População desfruta do máximo de bem-estar econômico. Apesar disso, tanto a busca pelo ótimo populacional quanto a questão da migração está atrelada a estrutura econômica e social vigente. Tendo em vista, que o cerne do sistema capitalista é a reprodução do lucro, e, portanto, para sua reprodução torna-se necessário a adoção de algumas medidas, inclusive, a adoção formas de controle exercidas sobre a população. Como forma de controle ou até mesmo como meio de manutenção do sistema, o sistema de produção lança mão de estratégias de mercado. Objetivando manter o controle não só dos produtos, mas também dos consumidores. "Compele-se a humanidade a autodestruir-se (através do controle de natalidade, etc.), para conservar as estruturas dos atuais sistemas econômicos e políticos" (DAMIANI, 2008). E nesse sentido Damiani lembra-nos:

> Nos Estados Unidos a leitura malthusiana tem muita relação com o imperialismo, com o desenvolvimento do imperialismo americano, os meus alunos, por exemplo, de Geografia da população, chegaram a fazer estudos, pesquisas nessas revistas norte americanas, elas traziam uma noção de família, gênero tudo organizada e estritamente decifrada, com relações entre controle da população com o imperialismo, era uma leitura estritamente dogmática, que era do Marx vulgar e outra malthusiana, mas também vulgar, onde era possível ver nitidamente um processo de vulgarização sobre a discussão populacional (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

O capitalismo se fortalece ao fomentar e criar necessidades para sua manutenção. As necessidades forjadas pelo capitalismo visa somente atender os interesses do grande capital, contudo, na sociedade atual o discurso oficial acaba por camuflar os reais interesses do capitalismo, a maioria da população vive num estado de completa alienação. O que permite a realização dos anseios do capital, ficando reservado à massa, o "pseudo" direito ao consumo e a venda de sua força de trabalho para sobreviver.

Nesse sentido, aos trabalhadores dos países pobres é reservado o acesso ao mínimo necessário a sua sobrevivência, pois até as suas necessidades são manipuladas. Contudo, a sociedade como um todo é alvo desse processo de alienação, no qual os objetos de desejo são forjados pelo próprio capitalismo, assim como os meios para sua consolidação. Esse processo de alienação é tão perverso que acaba por gerar um sentimento de impossibilidade em relação às condições reais de sobrevivência.

A sensação de impotência gerada pelo sistema leva à descrença e à desesperança, por não se enxergar outra possibilidade de garantir a vida. Isso pode levar, ao mesmo tempo, ao comodismo e ao conformismo, ao menos no que confere a grande massa de trabalhadores. E aqueles que almejam superar a condição de oprimidos, quando assim se reconhecem, ambicionam chegar à maioria das vezes, à condição de opressores, ou seja, alteram-se as posições de classes sociais mais as questões estruturais perduram.

Para alguns pesquisadores o crescimento da população tende a diminuir o ritmo de crescimento econômico, pois parte dos investimentos precisam ser desviados para manter a população jovem dependente. Não obstante, sobre essa problemática há controvérsias, já que os fenômenos populacionais compreendem questões sociais, econômicas, culturais entre outras. Portanto, é necessário compreender as relações existentes entre as partes que compõe o todo. E esse exercício metodológico aparentemente simples, torna-se um grande desafio.

No caso em questão, como optamos em fazer um trabalho predominantemente teórico, foi necessário, também, traçar um diálogo com a história empírica. O fato de fazer um estudo teórico-metodológico não se restringe a ler textos, livros, enfim trabalhos, pelo contrário, é preciso contar essa trajetória de modo crítico através da literatura geográfica.

Em alguns dos trabalhos lidos, reconhecemos a presença da população em estudos mais específicos, nos quais foi possível conversar com uma realidade social prática. Acreditamos que a relação teoria e prática são inerentes e necessárias, pois é por meio da “janela” teórico-metodológica que realizamos a práxis. Por isso, reconhecemos que não é possível realizar aferições tão precisas quanto ao fenômeno populacional, bem como as causas ou não de seu desenvolvimento na ciência geográfica, sem com isso recorrer a explicações genéricas. O que conseguimos perceber que desde a antiguidade esse temário sempre se fez presente na história da humanidade. Houve momentos que as questões sobre população ocuparam um lugar de destaque nos estudos da Geografia. Percebemos que desde as primeiras interpretações acerca do fenômeno demográfico, sempre houve uma ou mais questões em evidência. Porém, as fortes influências exercidas pelas chamadas teorias demográficas e o desenvolvimento da Demografia contribuíram para que a Geografia no que se refere aos estudos populacionais desce uma espécie de *“scratch the surface”* sobre os fatos, mas não se preocupou efetivamente em desfazer os nós que envolvem essa problemática.

Outro tema discutido pela Geografia que de certa forma envolve a questão populacional é o que diz respeito à concentração das populações nas cidades. Diga-se de passagem, a questão urbana vem ocupando gradativamente um espaço considerável entre os temas abordados pela Geografia na contemporaneidade. O espaço urbano, entre outras coisas, está sujeito à especulação imobiliária, o que sugere que esse, está à "disposição" de todos de forma indiscriminada. Todavia, o que ocorre é o contrário, este bem, a "terra", está cada vez mais restrito a um número limitado de pessoas. Essa lógica imposta pelo capitalismo representa de forma contundente que mesmo instaladas na cidade, a maior parte da população, não tem direito real a ela, vivem de forma sub-humana, sem a possibilidade de adquirir um pedaço de terra para construir sua habitação e abrigar sua família. Essa distribuição irregular da terra, que sem sombra de dúvidas é uma mercadoria, é mais uma das inúmeras formas de exclusão das pessoas, pois, não é assegurada à grande maioria nem sequer um pedaço de chão para morar com "dignidade".

> O legado da desigualdade permaneceu e sua marca na cidade é a crescente segregação sócioespacial. A terra urbana teve sua função de mercadoria reforçada, cujo acesso passou a se dar mediante o mecanismo da compra e venda. Cresceu, com isso, a especulação imobiliária, com a disputa de solo urbano para diversos fins, em especial para fins de moradia. Com a forte especulação imobiliária, observa-se no espaço urbano o fenômeno dos vazios urbanos, de terras estocadas esperando valorização. Para os trabalhadores e grupos sociais mais vulneráveis, os vazios são um obstáculo na realização de sua necessidade básica de moradia. Esses vazios urbanos demonstram o caráter perverso que o urbano assume no capitalismo, caráter esse agravado pelo fato dos investimentos públicos em benfeitorias darem-se prioritariamente nas áreas mais valorizadas (VITTE, 2010, p.83).

Nesse sentido, o crescimento demográfico pautado numa concepção capitalista, possibilita, amplia e aprofunda as formas de exploração do trabalhador. A presença excessiva de mão-de-obra disponível, para o capitalismo é bom, uma vez que há uma disponibilidade importante de trabalhadores que se sujeitam a serem explorados, e pior, se sentem culpados na maior parte das vezes pela situação que se encontram. Pois não conseguem perceber as ciladas impostas pelo sistema predominante. Assim, mesmo que vivam em condições sub-humanas, expropriados e explorados pelos detentores da máquina capitalista, além de serem vistos por muitos como parasitas da sociedade, são considerados úteis, uma vez que por meio deles e das mais cruéis formas de exploração da vida humana, podem assegurar o bem-estar de uma minoria, e se isso por si só não bastasse, ainda

agradecem por viverem à margem da sociedade. Já que a eles são tolhidos "todos" os direitos apesar dos discursos hipócritas dos chamados representantes do povo.

Contudo, teoricamente o crescimento populacional pode potencializar os conflitos sociais e as formas de ruptura das estruturas econômicas e sociais existentes, principalmente, ao atingir o universo dos países explorados. A expressão "teoricamente" foi empregada, pois na análise se abstraiu as formas de dominação política e econômica, a que historicamente grande parte dos países explorados teve que se sujeitar.

É bom destacar que sempre há interesse por trás das políticas populacionais quer sejam políticas migratórias, de crescimento populacional ou de controle de natalidade. E, não há formas de controle infalíveis. Por exemplo, existem áreas que passam a receber grande leva de pessoas e têm uma forte concentração populacional, porém, à medida que a população cresce os problemas também crescem, sobretudo, porque grande parte dessas áreas não está preparada para receber uma leva grande de pessoas em pouco tempo. Muitas vezes um rápido e desordenado crescimento faz que muitas dessas áreas sofram prejuízos das mais variadas ordens. Ao mesmo tempo, as áreas que perdem população sofrem um processo inverso, apresentando também problemas, tornando-se áreas isoladas e desprovidas de assistência médica hospitalar e até de recursos educacionais, algumas se tornam cidades dormitórios, por conta da proximidade com os grandes centros e também pelo valor mais baixo dos imóveis. Guardada as devidas proporções, a de se avaliar como a dinâmica populacional, em particular as questões demográficas podem ser vistas como algo positivo ou não, se percebido em sua totalidade.

> A grandeza desses movimentos de população provocou impactos de imediato nas infraestruturas e nos equipamentos urbanos disponíveis. Nos municípios que cresceram, o processo de ocupação do solo, sob a lógica da mercantilização da terra e da moradia, abriu espaço ao mercado informal da habitação. Favelas, ocupações e loteamentos irregulares adentraram áreas ambientalmente vulneráveis, tornando ainda mais instável à vida das populações obrigadas a essa condição de moradia. A ausência de investimentos maciços em infraestrutura e serviços urbanos voltados à atenção de demandas da coletividade privou grandes e crescentes contingentes de moradores, de serviços de saneamento básico, saúde, educação e transporte público. E, como mais grave constatação, a incompatibilidade entre oferta de postos de trabalho e demandas por vagas, somada à precarização do emprego, acentuaram a pobreza, reforçaram a insegurança e impuseram, cada vez mais, que o Estado viesse a assumir seu papel de provedor. (MOURA, 2004, p. 38)

Porém, se olhar o contexto pelo prisma do crescimento demográfico em si, pode-se generalizar superficialmente os fenômenos e deixar de investigar questões

relevantes para o entendimento da temática. Se partir da premissa que concentração populacional e econômica é sinônima de progresso, corre-se o risco de fazer considerações simplistas e frágeis. Porque ao mesmo tempo em que as cidades crescem, outras conjunturas despontam ao ponto de naturalizar fenômenos complexos e desafiadores. Os grandes centros urbanos convivem lado a lado com o rápido crescimento econômico, técnico e científico e, também, com a miséria, com a fome, com as doenças e a violência. Num cenário tão diversificado onde a riqueza é vizinha da pobreza, pode vir à tona os problemas de ordem estrutural, que na maioria das vezes, tem sua essência acobertada e quiçá com esse processo de desvelamento pode ocorrer sua superação.

Os estudos sobre população na Geografia, como relatado anteriormente, no início do século XX eram incipientes. Contudo, era necessário obter os dados populacionais para criar e controlar o território. Nesse sentido, é importante destacar que o fato de não termos obras específicas sobre população, não significa que esse tema não tenha sido tratado antes. Uma obra, muitas vezes, vem para firmar a importância do tema em determinado contexto histórico, não anulando que a gestação do tema não viesse acontecendo dentro da Geografia. Dessa forma, com a sistematização da temática houve a possibilidade de intensificar o diálogo sobre o tema que repercutiu nas universidades, nos cursos de formação docente e também nas escolas de ensino básico.

Como vimos, a questão populacional acompanha o desenvolvimento da ciência geográfica, ao passo que a população também é um elemento importante para se compreender a dinâmica do espaço. Os momentos de permanência dos estudos de população na Geografia estão de certa forma alicerçada no que se convencionou Geografia clássica, já os momentos de transformação correspondem ao período de forte inserção dos dados estatísticos na ciência geográfica e os de ruptura, podemos dizer que correspondem ao período dominado pela Geografia crítica, com nuances interessantes que perpassam a *posteriori* e/ou concomitantemente a Geografia comportamental. Contudo, esses processos serão abordados com mais acuidade depois. Não queremos com isso traçar um panorama linear sobre a questão da população à luz da Geografia, mas sinalizar momentos que, não obstante, dialogam entre si.

Acreditamos que um dos papéis que geógrafos e professores de Geografia devem desempenhar na atualidade é o de desmistificar dogmas, questionar teorias, praticar a dúvida, esclarecer as diferenças, propor soluções e analisar os conflitos, buscar mudar ou transformar a realidade para melhor. Uma tarefa dificultosa, já que a Geografia na

contemporaneidade é um ramo do conhecimento que tem como necessidade inerente o entendimento das relações produtivas e espaciais. Apesar de ter apresentado em muitos momentos de sua trajetória uma função distorcida e até secundarizada em relação às demais ciências. Não obstante, essa aparente neutralidade enredada no seio da ciência geográfica por muitos anos, teve sua intenção de ser, ou seja, para atender aos interesses da classe dominante e/ou o de reproduzir as relações de produção existentes, e esses interesses também se manifestaram na forma como a Geografia abordou e aborda a população. Por isso, defendemos que é na efervescência da história dos homens que foram tributados seus aspectos peculiares que agora geógrafos e professores de Geografia devem ter a pretensão de conhecer e entender.

2.1 A Institucionalização da Geografia acadêmica

Embora as raízes históricas da Geografia tivessem sido lançadas ao longo dos séculos, sabemos que foi no século XIX que a Geografia começou a usufruir o *status* de conhecimento organizando, penetrando nas universidades, primeiramente na Alemanha e posteriormente na França.

> A geografia transformou-se, desde a segunda metade do século XIX, em uma ciência a serviço dos interesses imperialistas dos países europeus. O conhecimento dos países coloniais constituía uma urgente necessidade para os governos europeus que estimularam, por isso, não somente a realização de explorações, base importante do conhecimento geográfico, mas também a criação de centros de estudos dedicados à pesquisa dos países de ultramar. Tais instituições estavam destinadas a elaborar um corpo de conhecimentos a respeito dos países europeus e a formar os funcionários coloniais: a cartografia, a geografia, a medicina tropical e a etnografia estão entre as áreas científicas que obtiveram destacados benefícios, e na geografia, além disso, surgiram novos temas, métodos e tradições acadêmicas (CAPEL, 2010, p.83).

Entre os anos de 1870 e 1920, as sociedades geográficas, viveram um período áureo, foi à época em que a Etnografia e a Antropologia ganharam forte expressão como ciência e se lançaram à pesquisa nas mesmas áreas de atuação da Geografia.

> Até cerca dos anos 1870, estes campos de conhecimento atuavam juntos ao da geografia no interior das Sociedades, quando então se separam. Melhor preparadas que a geografia para o levantamento dos quadros culturais, em particular os rituais e a língua em suas recíprocas relações, a etnografia e a antropologia vão deslocando para si as tarefas de estudos e cadastramento desse campo de conhecimento Por outro lado, é quando a biologia surge também se dedicando ao levantamento das formas de fauna e flora dos continentes analisadas junto a todo o quadro da natureza, identificando-se com o tema da história natural. Restringida em

> seu campo, a geografia vai limitando-se a um elenco menor de atividades, levando as Sociedades de Geografia a coabitar o mundo institucional com entidades congêneres surgidas junto à emergência daqueles saberes erguido à condição de formas maiores de ciência. Por volta de 1920 o número de Sociedades de Geografia continua a crescer, porém agora nos ambientes extraeuropeus (MOREIRA, 2009, p.9).

O surgimento da Geografia universitária acontece na medida em que os conhecimentos geográficos são transformados pela atuação das próprias Sociedades. Assim, seu aparecimento está vinculado à primeira fase das Sociedades Geográficas.

Com a Idade Moderna o desenvolvimento científico, ganha um impulso e ocorre o fenômeno de especialização dos ramos de saber. Nesse momento o conhecimento passa ter mais rigor científico quanto aos objetos de sua análise.

> Em referência ao século da ciência (natural) e da história (no âmbito acadêmico), pode ser entendida como indicação aos processos de afirmação das disciplinas vinculadas aos dois campos de conhecimento que institucionalmente (academicamente, ou cientificamente, se preferir) naqueles anos se afirmaram (CARVALHO, 1999, p.140).

A Geografia depois de ser institucionalizada proporcionou o surgimento das escolas nacionais e com elas, as denominadas correntes de pensamento. As formas pensadas à disciplina geográfica em cada momento histórico foram denominadas como paradigmas geográficos (determinismo, o possibilismo, o método regional, a nova Geografia e a Geografia crítica).

> No inicio do século XX começaram a se diferenciar consideravelmente as concepções da ciência geográfica nos vários países, ganhando grande importância às chamadas escolas nacionais. Cada uma delas refletia, naturalmente, as concepções e os interesses dos respectivos países. Dentre as escolas nacionais se destacaram logo a alemã e a francesa. Entre os geógrafos alemães continuou a haver uma grande preocupação com as condições naturais, com a influência do relevo, dos solos e do clima sobre a ação do homem, sendo a escola profundamente culturalista e até certo ponto determinista. Produziu notáveis trabalhos na linha chamada física, como os de Passage, mas desenvolveu também estudos na área política, paralela as ciências sociais e aproximada da Geopolítica, como os trabalhos de Alix e de Otto Maul. A Alemanha imprensada na Europa entre a França, o Império Austro-Húngaro e a Rússia, sentia-se no direito de se expandir em direção aos Bálcãs e questionava o domínio colonial inglês na África, onde tendo realizado tarde a sua unidade política, conseguiu abocanhar poucos territórios – Togo, Sudoeste Africano e Tanganica -, ao contrário dos ingleses e franceses que praticamente dividiram entre si o continente negro. Os alemães fizeram numerosos discípulos nos Estados Unidos, onde Huntington e Helen Simple levaram as ideias deterministas a um forte grau de exagero e onde Sauer desenvolveu a chamada Geografia Cultural. Na Inglaterra os estudos de Geografia Política, sobretudo das áreas coloniais, despertaram

> grande interesse, fazendo compreender, conhecer e justificar o imperialismo britânico (ANDRADE, 1989, p. 15-16).

Vale destacar que cada um desses paradigmas refletiu a situação sócio-político-econômica da época em que se desenvolveram, sendo que, desde o surgimento da ciência geográfica, sempre houve uma ou duas correntes dominantes. Assim, todas as principais escolas nacionais também tiveram seus trabalhos norteados por uma ou mais correntes de pensamento.

> No início do século XX começaram a se diferenciar consideravelmente as concepções da ciência geográfica nos vários países, ganhando grande importância às chamadas escolas nacionais. Cada uma delas refletia naturalmente as concepções e os interesses dos respectivos países. Dentre as escolas nacionais se destacaram logo a alemã e a francesa. Entre os geógrafos alemães continuou a haver uma grande preocupação com as condições naturais, com a influência do relevo, dos solos e do clima sobre a ação do homem, sendo a escola profundamente culturalista e até certo ponto determinista (ANDRADE, 1998, p.16).

É importante dizer que, mesmo reconhecendo a importância das escolas geográficas e das correntes de pensamento, não há pretensão de realizar um trabalho linear, cronológico, como se fosse possível aprisionar as relações existentes de cada contexto histórico, bem como a produção do conhecimento de forma isolada sem perceber os diálogos travados entre as diferentes áreas do conhecimento. Buscamos por meio da história da Geografia moderna localizar ou ao menos identificar os principais momentos de permanências, transformações e rupturas dos estudos populacionais na Geografia.

A Geografia, quando estabelecida como disciplina acadêmica em meados do século XIX sofreu forte influência do que se convencionou chamar de determinismo ambiental, sendo creditada por muitos teóricos como o primeiro paradigma a caracterizá-la. Segundo o entendimento convencional, os teóricos deterministas afirmavam que as condições naturais, em especial as climáticas, eram decisivas para a evolução do homem que, por conseguinte, desenvolver-se-iam povos ou países que se encontrassem em áreas climáticas mais favoráveis. Essa corrente de pensamento criava uma dependência grande do homem com a natureza. A tese do determinismo ambiental era pautada nas teorias naturalistas de Lamarck e Darwin, em 1809, o biólogo francês Jean Baptiste Lamarck propôs uma teoria para explicar de qual maneira os seres vivos evoluíam. Segundo Lamarck, uma grande alteração no meio ambiente provocaria em uma espécie uma necessidade de se modificar. Ele baseou sua teoria em duas suposições: a lei do uso e desuso e a lei dos caracteres adquiridos. Charles Robert Darwin (1809-1882) foi um naturalista britânico que propôs

uma teoria para explicar a seleção natural. Esta teoria se desenvolveu e foi considerado o paradigma central para explicação de diversos fenômenos na Biologia. Darwin começou a se interessar por história natural na universidade enquanto ainda era estudante. Suas observações da natureza levaram-no ao estudo da diversificação das espécies e, posteriormente, ao desenvolvimento da teoria da Seleção Natural.

Estas teorias foram adotadas pelas ciências sociais, que viram nelas a possibilidade de explicar a sociedade por meio de mecanismos que ocorriam na natureza. Mesmo que isso, muitas vezes, pudesse representar a distorção de algumas ideias, mas o intuito era de legitimar a ciência dentro da concepção positivista. As teorias naturalistas serviram de inspiração dentro da Geografia, na qual o determinismo geográfico foi adotado como parâmetro para entender e habitar o espaço geográfico.

Na Geografia, não só se convencionou a evocar Friedrich Ratzel como o precursor das ideias deterministas, mais ainda seu grande organizador e divulgador, mesmo que ele não tivesse sido o expoente máximo. Vale destacar, que Ratzel foi criticado ao compor suas obras, já que algumas vezes, não compartilhava das ideias que lhe eram atribuídas, como a de ser determinista, pois como já advertimos, melhor se compreende a obra de determinado autor se entendermos o contexto em que foi produzida. Dessa forma, as obras de Ratzel são reflexos de uma Alemanha recém-unificada vivendo a efervescência da revolução burguesa.

> Para Ratzel, a geografia era antes de tudo uma ecologia. Essa ecologia, cuja matriz inspiradora encontraremos em E. Haeckel se distingue, no entanto, e desde o início, da perspectiva biologista, ao direcionar os esforços de suas preocupações no sentido da compreensão das dinâmicas humanas. Tais dinâmicas apresentam as particularidades de desfrutar certo grau de liberdade e também de ascendência sobre as demais. E isto, segundo Ratzel, deve ser realçado, sobretudo quando o que se pretende é a compreensão da evolução da fisionomia planetária. Em verdade, na história desta evolução, as plantas influenciam as plantas, os animais influenciam os animais, e estes aquelas e vice-versa; mas nenhum outro organismo exerceu uma influência tão ampla e extensa sobre os outros seres como fez o homem, transformando de maneira muito profunda a fisionomia da vida na Terra. Assim, a biogeografia de Ratzel se distingue da biologia pela mesma razão pela qual sua “ecologia humana”, se distinguirá da ecologia sugerida por Haeckel. Essa “ecologia ratzeliana” se recusa a desvincular a dinâmica que preside as particularidades da geografia dos homens, dos outros universos de conexões que envolvem todas as formas de vida presentes no planeta (CARVALHO, 1999, p.5).

Não são poucos os teóricos que afirmam que Ratzel era positivista e determinista, como é possível perceber na citação a seguir, e essas afirmações muitas vezes derivavam

de interpretações parciais da obra de Ratzel, assim como pela própria e incisiva influência do positivismo no pensamento moderno, apesar de alguns autores apontarem que o positivismo enfrentou também sua negação[29].

> A obra de Friedrich Ratzel representou um papel fundamental no processo de sistematização da geografia moderna. Ela contém a primeira proposta explícita de um estudo geográfico especificamente dedicado à discussão dos problemas humanos. Foi, assim, de sua autoria uma das pioneiras formulações – sem dúvida a mais trabalhada – de uma geografia do homem. A importância de sua obra também emerge por ela ter sido uma das originárias manifestações do positivismo nesse campo de conhecimento científico. Ratzel foi um dos interlocutores desse método – que posteriormente se assentou como o dominante – no âmbito do pensamento geográfico. O significado da sua produção para o desenvolvimento da geografia pode ainda ser apontado no fato de ter aclarado aquela que viria a ser principal via de indagação dos geógrafos, ou seja, a questão da relação entre sociedade e as condições ambientais. (MORAES, 1990, p.7)

Como abordamos, a obra de Ratzel expressa em seus dois livros mais famosos **Antropogeografia** e a **Geografia Política** a influência que esse autor teve para o desenvolvimento da Geografia, em especial, no que diz respeito ao papel do homem e da política para a Geografia. Por isso é importante retomá-lo, pois sua contribuição foi importante para o processo de institucionalização da Geografia, assunto esse que estamos nos atendo de forma mais incisiva nesse momento.

> Friedrich Ratzel tornou-se famoso por haver dado maior ênfase ao homem na sua formulação geográfica. Vivendo na Alemanha e tendo assistido à sua unificação, sob a égide da Prússia, formulou uma concepção geográfica que correspondia aos anseios expansionistas do novo Império. Dedicando-se às ciências naturais, sobretudo à Antropologia, encarou o homem como uma espécie animal e como elemento social, tentando explicar a evolução da humanidade dentro dos postulados de Darwin. A evolução se processaria através da luta entre as várias espécies, vencendo as mais capazes na sua adaptação ao meio natural. Se isto ocorria entre as várias espécies, ocorria também entre as raças humanas e os povos, sendo selecionadas para a sobrevivência e para o mundo as mais capazes de se adaptar e de controlar o meio natural. Daí a ideia de superioridade dos europeus, povos com uma civilização mais dinâmica frente aos coloniais, ditos selvagens. Esta concepção levou os geógrafos ingleses e americanos, sobretudo, ao determinismo declarado, de vez que para eles o homem era um produto do meio [...] (ANDRADE, 1987, p.54).

[29] Para melhor entendimento deste assunto sugiro a leitura da obra de Henri Lefebvre. Methodologie des sciences. Paris: Anthropos, 2002.

Com a contribuição de Ratzel a Geografia passou a exercer uma presença mais incisiva em relação aos temas políticos e econômicos, já que pôs o homem no centro de sua análise.

> Segundo Ratzel, o homem estabelece com a natureza uma relação intermediada pelo esforço de seu trabalho e de suas ordenações sociais. Por via desse esforço, conquista-se uma aparente autonomia, mas que outra coisa não é senão a própria revelação de atributos naturais da dinâmica humana. Assim, o homem, para Ratzel, não deve ser visto apenas como parte da natureza, mas como integrante e resultado de sua dinâmica evolutiva, ou, em suas palavras: "foi a partir dela que ele se constitui, e não sem que a natureza gravasse em seu ser e da forma mais múltipla o próprio sinal" (CARVALHO, 1999, p.6).

Apesar da ênfase pautada numa concepção naturalista, isso não impediu que as teorias de Ratzel, bem como de Alfred Hettner (1858-1941) se difundissem, para ele a Geografia não seria a ciência da totalidade, e sim do estudo da superfície terrestre, entendia ainda que a Geografia não podia ser dualista, já que em cada área havia componentes físicos e humanos que formariam um só objeto. Contribuiu também acerca da definição de métodos, ou seja, o método regional que analisaria todo o complexo de características das áreas e o método geral que compararia as áreas em relação as suas especificidades.

O desenvolvimento da Geografia acadêmica ocorreu por conta do novo perfil das universidades na modernidade, o surgimento das Sociedades Geográficas e das pesquisas sobre características e recursos naturais eram patrocinadas por governos de diversos países. Essas sociedades apadrinhadas pela burguesia e pelo governo estavam em busca de informações que pudessem contribuir na política.

A Geografia como disciplina, ou seja, como campo de pesquisas e estudos se estabeleceu na Alemanha em 1870, seguida da França e de outros países europeus. O aumento de geógrafos com formação acadêmica contribuiu para o surgimento de diferentes correntes de pensamento dentro da Geografia.

Neste sentido, é prudente lembrar que a Geografia na França surgiu em uma época em que a Geografia na Alemanha (representada por Ratzel) legitimava o expansionismo prussiano, com vistas ao futuro Estado alemão. Portanto, era necessária uma resposta da França com o intuito de neutralizar a ideologia alemã. Assim, destacam-se as obras de Vidal de La Blache e seus discípulos que desempenharam um importante papel na Geografia.

A fundação da escola francesa de Geografia deve ser entendida, dentro do contexto da Terceira República, ou seja, em oposição ao determinismo geográfico alemão e das

características particulares do desenvolvimento histórico francês. "É importante ressaltar que tanto a escola alemã de geografia quanto a francesa vincularam-se ao discurso dos interesses das classes dominantes de seus países, por meio do discurso científico" (MORAES, 1999, p.138).

Paul Vidal de La Blache foi um dos principais responsáveis pelo surgimento da Geografia moderna na França, deve-se a ele a definição do campo da Geografia regional, como ênfase no estudo de áreas pequenas e relativamente homogêneas, como já foi brevemente comentado. Foi o primeiro professor de Geografia da Sorbonne e planejou uma obra monumental **Geografia Universal** que cobria a Geografia regional em todo o mundo. Ela concebia o homem como um hóspede de diferentes pontos da superfície da Terra, e que se adaptava ao meio que vivia, criando vínculos com a natureza, e desenvolvendo habilidades que possibilitavam retirar da natureza os recursos necessários à sua sobrevivência. Ao conjunto de técnicas e hábitos, construído e perpetuado de geração a geração, La Blache denominou gênero de vida, que se resumia na relação entre homem e meio, construída historicamente e de forma diferenciada por conta da variedade de meios.

> [...] Assim, ao desenvolver na França o estudo dos gêneros de vida, Vidal de La Blache, o famoso chefe da escola francesa, procurou trazer aos que exerciam poder político e econômico, a ideia de como viviam as populações atrasadas das colônias e, em consequência, facilitar o desenvolvimento de técnicas de persuasão das mesmas. Os trabalhos geográficos se transformaram em armas que facilitariam a penetração do capital no meio colonial, promovendo a formação de cidades e forçando as populações que viviam em um estágio comunitário a entrar na economia monetária de consumo [...] (ANDRADE, 1989, p.17).

Durante o século XX, a Geografia progrediu e passou a incorporar e desenvolver novos conceitos e métodos. Por muito tempo coube à ciência geográfica, o papel de descrever a superfície terrestre, como se isso por si só bastasse, contudo, a descrição da superfície terrestre por ela mesma não dá conta de explicar uma série de fenômenos que coabitam o espaço terrestre e, portanto, merecem ser analisado com um maior detalhamento. À medida que as transformações iam se processando e afetavam, sobremaneira as ciências, o pensar e fazer ciência na modernidade afetou a Geografia que passou a receber influência de diferentes concepções teórico-filosóficas. No entanto, manteve a peculiaridade ou necessidade de dialogar com outras ciências, como a Meteorologia, a Biologia, a Economia, a Sociologia, a História, entre outras. Para Andrade (1987) a Geografia ao estudar as relações entre sociedade e natureza têm aspectos em comum com os dois grupos científicos, se o espaço é produzido e reproduzido pela

sociedade, a Geografia tem grande aproximação com as mais diversas ciências sociais. Se ela analisa a intervenção dessa sociedade na natureza, tem naturalmente a necessidade de manter contatos, de trocar conhecimentos e experiências às ciências ditas naturais. Ao usar técnicas modernas, divulgadas pelas chamadas ciências exatas, a Geografia necessitou manter contato com elas. Essa diversidade de contatos e de enfoques para o autor tem colocado em perigo até a identidade da Geografia, fazendo com que ora se afirme a dualidade da Geografia, ora a existência não de uma, mas de diversas ciências geográficas. A semelhança com outras ciências, bem como seu amplo campo de atuação, levou alguns estudiosos a considerarem como uma ciência de síntese. Todavia, para realizar tal tarefa torna-se necessário compreender os fenômenos e conceituá-los através da leitura geográfica, inclusive, fazendo uso de categorias e conceitos geográficos. Com isso, promover a reflexão, a análise e a síntese dos objetos que estão sendo por ela investigados.

Com a discussão que fora apresentada, buscamos situar a constituição da ciência geográfica em seu tempo e em sua história. Para muitos pode ser considerada uma retomada desnecessária, porém a consideramos pertinente, porque a recuperação histórica da constituição da institucionalização da ciência geográfica, bem como a participação de Ratzel e La Blache são importantes para entendermos melhor a Geografia, mas também a questão populacional. Ambos apresentavam em suas obras discussões de cunho populacional, não só eles, mas outros teóricos clássicos da Geografia como Max Sorre, também contribuíram para o debate em torno da população. Todavia, de forma assintomática, já que os estudos de população passaram a ganhar relevo na Geografia somente com a consolidação da Geografia da População.

A Geografia é dinâmica, e as áreas por ela investigadas são amplas e necessitam de constante revisão. Com esse capítulo tivemos a pretensão de construir uma singela retrospectiva, no qual acreditamos, foi possível perceber que o nascimento da Geografia acadêmica foi reflexo de um contexto de intensas transformações que afetaram o mundo, inclusive o Brasil, e para entender um pouco esse processo e com ele as abordagens sobre população no país, faremos a seguir uma breve contextualização sobre a institucionalização da Geografia em solo brasileiro.

2.2 O processo de institucionalização da Geografia no Brasil

No Brasil, o processo de institucionalização da Geografia brasileira se deu, principalmente, por duas vertentes: a primeira foi a contribuição e influência da escola francesa que colaborou na criação da Faculdade de Ciências e Letras de São Paulo; e a segunda, a criação dos Institutos Geográficos. Essas condições somadas aos interesses do governo, e as necessidades do país, levou a Geografia no século XX a ganhar expressão e se desenvolver no país. Podemos dizer que o Brasil já a partir da segunda metade do século XIX apresentava condições para uma ampla divulgação dos discursos geográficos e uma rápida institucionalização da Geografia.

> No Brasil o desenvolvimento dos estudos geográficos se fez muito importante; durante o período imperial e da Primeira República os geógrafos se dedicaram mais a fazer estudos descritivos, levantamentos estatísticos e a produzirem alguns atlas. Entre os estudos de interesse geográfico do período podem ser salientados alguns trabalhos de Homem de Melo, de Ramiz Galvão, do Barão do Rio Branco e de Joaquim Nabuco. Os dois últimos desenvolveram estudos geográficos com fins específicos, de defesa do direito do Brasil e áreas fronteiriças contestadas por países vizinhos (ANDRADE, 1998, p.18).

Havia nesse período alguns compêndios sobre a Geografia do Brasil, nos quais, era descrita a paisagem brasileira, que marcadamente remetia-se a um retrato da Geografia Física do país, com a valorização dos aspectos topográficos e vegetacionais. Entretanto, a presença humana era minimizada, inclusive, era como se essa nem existisse. O Brasil era abordado como um país com uma imensa área territorial, coberto por amplas florestas, circundado por extensos vales, com planaltos de altitudes modestas e localizado próximo à zona tórrida da Terra. Eram comuns trabalhos que abarcavam a Geografia geral, assim como partes do território brasileiro, mas eram generalizantes, pois possuíam definições e conceitos vagos. Nesse momento, destacaram-se os trabalhos de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, que escreveu **Compêndio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil**, adotado no Colégio de Pedro II, nos liceus e seminários do Império em 1864, composto por (556) quinhentas e cinquenta e seis páginas. Um material rico em detalhes com forte viés conteúdistas e voltado a enfatizar os aspectos naturais do país, por exemplo, ao abordar o clima do Brasil o autor escreveu:

> O Brasil, quase todo situado entre o Equador e o tropico de Capricórnio apresenta em geral um clima quente, que varia segundo as latitudes e circunstancias locaes. Nas provincias do Sul além do tropico é temperado e macio; porém ao N. quente, e no interior do sertão até ardente. Em geral, porém, é saudavel, a excepção de alguns pontos do litoral, onde de

> 1850 para cá tem apparecido a febre amarella, é das margens paludosas de alguns rios sujeitos a intermittentes. As estações (só se conhecem duas, a chuvosa e a secca), varião segundo as latitudes; mas ordinariamente começão depois da passagem do sol pelo parallello. Chove excessivamente no Pará, e em todo Valle do Amazonas, bem como nas provincias de Pernambuco para o Sul; mas na parte que fica entre os rios S. Francisco e Parnahyba (a parte mais oriental) nem sempre as estações são regulares: algumas vezes as chuvas vêm tarde ou faltão absolutamente, o que dá ocasião as seccas, flagelo que por vezes tem assolado as províncias que ficão nessa zona (BRASIL, 1864, p. 347-348).

No início do século XX, surgem os trabalhos de Theodoro de Sampaio, Delgado de Carvalho e Mario da Veiga Cabral. Delgado de Carvalho, brasileiro formado na França iniciou estudos sobre o espaço brasileiro conforme os moldes da escola francesa, que seria continuada nas escolas de filosofia, já que foram vários os professores franceses que viveram e trabalharam no Brasil, como Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Francis Ruellan (ANDRADE, 1998). Portanto, podemos considerar que os estudos geográficos sobre o país ocorreram em parte, e como conteúdo escolar não se efetivou totalmente. Isto é, as teses da Geografia ganharam certo destaque sem que a disciplina conhecesse uma objetivação institucional. Na verdade isso vai ocorrer muito tempo depois, no final da década de 1930. Dessa forma, existia no país um debate marcadamente geográfico, com alusões a autores e a teorias da Geografia, contudo, de fato não havia geógrafos ou cursos de Geografia no país.

> Após 1930, a luta travada por Delgado de Carvalho para modernizar a Geografia brasileira, introduzindo no país os princípios da Escola Clássica Francesa, lablachiana, levou-o a publicar uma série de livros sobre o Brasil e sobre a metodologia de ensino da Geografia, chegando a publicar, com fins eminentemente didáticos, uma Corografia do Brasil, editada pela Francisco Alves em 1929 e adotada no Colégio Pedro II (ANDRADE, 1998, p.58).

Vale ponderar, que a divulgação e a célere assimilação das chamadas teses do determinismo geográfico ecoaram satisfatoriamente em solo brasileiro. Assim, as teses deterministas se faziam presentes numa variada gama de estudos e podemos afirmar que compunham um amplo campo de investigação no qual havia muito a ser explorado. Geralmente, o emprego do determinismo geográfico agiu no sentido de naturalização do destino da pátria, circunscrito na conformação territorial. Já que um pequeno número de autores dirigia-se inteiramente a Ratzel, defendendo que as potencialidades abertas pelo patrimônio natural e territorial só poderiam se sustentar com a participação direta de um Estado forte.

O início da República foi um período importante, no qual se discutia o que era necessário ter e conquistar para a construção do país, questionando sobre o povo que se dispunha para a realização de tal empreitada. Nesse momento, aparece claramente a imagem do país como um espaço a se ganhar, sendo que a participação popular deveria estar de acordo com os interesses da elite dominante para a realização de tal tarefa. Dessa forma, vale ponderar que o elemento populacional aparece também como um instrumento para a consolidação da recente nação brasileira, assim o povo deveria ser educado e governado de forma a atender as necessidades iminentes.

> Observa-se, assim, uma época de acentuação tanto do processo de produção material do espaço brasileiro, a construção da geografia material do país ou a valorização objetiva de seu espaço, quanto de sua produção simbólica, de construção de representações dos dois planos animou a instalação no país da geografia como um campo especializado e institucionalizado. O primeiro aponta um pouco mais nesse sentido, gerando alguns institutos que se dedicam ao levantamento geográfico das áreas pioneiras, um labor desempenhado por um corpo de especialistas denominados "engenheiros topógrafos". Estes, apesar de aludirem amiúde a geógrafos e a teorias geográficas, se aproximam mais dos naturalistas dos séculos XVII-XVIII que do pensamento geográfico europeu que lhes era contemporâneo. Este estará mais presente no plano da construção simbólica, onde, todavia, manifesta-se de modo bastante difuso, não gerando nem especialistas nem instituições especializadas (MORAES & COSTA, 1999, p. 6-7).

Assim, descortinava-se um universo interessante a se desvendar, ou seja, a construção de uma identidade nacional respaldada em fundamentos geográficos era um modo diferente de se entender a nação, tomando como referência o território e suas potencialidades e não somente a sociedade que o ocupava. Somando as riquezas naturais e a população em prol de um desenvolvimento progressista, verificando as leituras realizadas pelos geógrafos da época, e a adoção de diferentes concepções de pensamento de acordo com o contexto do momento, ajudaria a esclarecer o porquê do atraso na institucionalização da Geografia no país, apesar de sua centralidade prática e ideológica.

O ensino e a pesquisa da Geografia no Brasil se institucionalizaram após a Revolução de Trinta, quando a burguesia e a classe média passaram a ter maior influência sobre o governo. Ainda na chamada República Velha foram publicados livros de interesse geográfico, influenciados, sobretudo por geógrafos alemães e franceses. Vimos que os interesses e informações de cunho geográfico além de instrumentais eram estratégicos, entretanto, havia no país muitos obstáculos a serem superados para a efetiva consolidação da Geografia no Brasil, boa parte da demora em se institucionalizar a Geografia no Brasil,

pode ser entendida no contexto de formação da sociedade moderna brasileira e sua heranças de um país escravocrata, governado por uma aristocracia conservadora e dependente economicamente das nações europeias.

Nesse ponto da tese há a vontade de estabelecer uma ação investigativa sobre as diferentes trajetórias que marcaram o processo de institucionalização da Geografia no Brasil. O que interessa não é um entendimento desse processo por ele mesmo, é fundamental compreendermos os caminhos necessários para dialogar com nosso objeto de estudo. Nosso foco está direcionado para a questão da institucionalização da Geografia no Brasil, por acreditar que isso dará sustentação teórica e metodológica para entendermos e apreendermos como a população foi trabalhada pela Geografia. Com essa discussão pretendemos debater tanto os processos que marcaram a história da institucionalização da Geografia no Brasil, quanto, posteriormente, analisar as implicações disso no que diz respeito à população e a Geografia da População na atualidade. E a partir dessa perspectiva, buscar olhar por outro ângulo para a questão da população, à luz da história da Geografia brasileira, bem como a questão da Geografia da População tentando fugir dos olhares comuns que a tem marcado e das dicotomias que nela converge.

O aparecimento da Geografia no Brasil ocorre num período de intensas mudanças tanto na vida política quanto na social. Como exemplo dessas mudanças, podemos citar a luta em prol da libertação dos escravos, esse debate, contudo, é bastante interessante uma vez que em substituição a mão-de-obra escrava despontava-se a questão da migração. Elemento esse afeto as questões populacionais, mas que não era aprofundado pela Geografia.

Como o foco da pesquisa se concentrava a partir de 1934[30], dar-se-á mais ênfase a esse período, contudo, sem desmerecer a trajetória histórica anterior da Geografia no Brasil. Para tanto, é válido relembrar que os estudos de caráter geográfico, anterior a esse tempo, por exemplo, os que eram ensinados nas escolas tinham forte apelo ao uso da memória, com um currículo composto por conteúdos que pouco ou nada tinham a ver com a realidade dos alunos, como já fora abordado rapidamente nesta tese.

> As obras publicadas na época imperial e no período republicano, antes de 1934, sob o título de Geografia ou Corografia, não passam de modestos compêndios destinados ao ensino primário ou secundário e aparecem eivados dos defeitos que tão bem caracterizavam a velha Geografia [...] O

[30] O ano de 1934 tem um marco significativo para a Geografia brasileira, porque marca simultaneamente a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

> método seguido era sempre um só: quando não se iniciavam por Elementos de Geometria ou por um Resumo da História de São Paulo, preocupavam-se, desde logo, com as coordenadas geográficas e com a linha de fronteiras, descrita esta sempre com um cuidado e ênfase nem mesmo compreensíveis se tratasse das lides com países estrangeiros. Vinha, depois, a geografia física, como se a compreendia no século XVIII: a orografia, a potamografia, a limnografia, a nesografia, acrografia e uma infinidade de outras grafias, dentro das quais se alinhavam compactos, os nomes de acidentes geográficos; e, para terminar, um estudo superficial e geralmente bastante otimista do clima [...] (AZEVEDO, 2004, p. 59).

A citação acima expressa o que havia sido comentado sobre o compêndio escolar adotado no Colégio Pedro II, com isso podemos perceber o quanto o ensino de Geografia praticado nas escolas nesse período era inútil, uma vez que pouco contribuía para a formação de sujeitos críticos e ativos, muito embora isso não fosse uma preocupação da época. Mas, a forma como a Geografia era praticada nas escolas denunciava, sobretudo, o quão distante estava o discurso geográfico da real necessidade dos sujeitos. Os estudos geográficos que se desenvolveram no Império e na Primeira República, no Brasil, se resumiram em levantamentos estatísticos, estudos descritivos e produção de alguns atlas produzidos pelos Institutos e Sociedades Geográficas. Vale ressaltar que esse modelo de abordagem era consonante com os interesses dominantes, o país era uma nação em processo de consolidação, portanto a escola foi usada como um dos meios para formar o indivíduo civilizado, do mesmo modo que a instituição da Geografia acadêmica se deu por conta de uma necessidade histórica.

O ano de 1930 serve como marco para a Geografia brasileira, na maior parte das vezes o pensamento geográfico no Brasil é analisado, quase sempre, a partir da década de 1930. Período em que o país começa a romper com as estruturas políticas e econômicas da Primeira República (1889/1930), e também, momento em que ocorreram significativas mudanças na educação e no ensino do país.

Havia críticas em relação à Geografia produzida no país, até mesmo, Delgado de Carvalho recriminava a Geografia produzida pelos Institutos, já que a considerava não científica pela falta de rigor metodológico. E antes dele, Rui Barbosa, como vimos, já tecia críticas contundentes sobre o ensino de Geografia.

O próprio Delgado de Carvalho nas primeiras décadas do século XX publicou obras que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento geográfico científico, entre elas destacamos: **Brasil Meridional**, **Geografia do Brasil**, **Metodologia do Ensino da**

Geografia - Introdução aos estudos da Geografia Moderna, **Geografia Elementar e Physiografia do Brasil**. Era o início do pensamento geográfico científico no Brasil, marcado pela influência da escola francesa. Delgado de Carvalho foi considerado por alguns autores o precursor dos estudos científicos de Geografia no Brasil e, também, o primeiro geógrafo.

Contudo, assim como Rui Barbosa, pouco adiantou as posições de Delgado de Carvalho, já que os estudos geográficos continuaram a se desenvolver pautados por métodos considerados ultrapassados da Geografia, que deveriam estar superados, no entanto, não estavam. Isso começaria a ser arcaico, em partes, somente após 1930. Assim, espalhou-se pelo país a crítica entre a Geografia tradicional e a moderna. A primeira baseava-se excessivamente na descrição dos lugares e a segunda buscava atrelar a descrição com a explicação das peculiaridades, que compunham os lugares. Persistia ainda na Geografia a forte presença dos interesses políticos, visando, sobretudo, atender aos interesses da sociedade dominante.

Nesse sentido, as transformações oriundas após a década de 30, sobretudo no âmbito político e econômico, favoreceu o desenvolvimento das ciências, entre elas, a Geografia, que passou a contar com cursos superiores. As mudanças ocorridas nessa década provocaram alterações substanciais na forma de organização e administração política do país. Os mecanismos voltados à modernização da nação, atrelados ao crescimento urbano estimularam a criação de novas demandas internas no Brasil.

Diante disso, o conhecimento científico, ajudaria na gestão do território nacional, simultaneamente, contribuiria para corroborar com o discurso ideológico necessário para a consolidação política da nação brasileira. Assim, o desenvolvimento científico, encontrou incentivo por parte dos dirigentes do país, por permitirem a compreensão e análise dos problemas brasileiros. Dessa forma, as ciências passaram a ser vistas como ferramentas para o desenvolvimento social e, também, como meio para a efetiva integração nacional.

É importante salientar que as informações trabalhadas nesse momento da tese foram reorganizadas e interpretadas a partir da leitura do Histórico da criação do Conselho Nacional de Geografia publicado na Revista Brasileira de Geografia em 1939, essa leitura foi realizada durante o mestrado, porém não foram utilizadas, porque naquele momento nossa análise se limitou ao século XIX. E, também de outros pesquisadores que estudaram com afinco a década de 1930 como Cláudio Benito Oliveira Ferraz (2005), e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1980). Assim, com essas leituras entendemos que as

transformações ocorridas no país influenciadas pela Revolução de 1930 possibilitou que a burguesia, então classe média urbana, passasse a ter maior influência sobre as decisões do governo, ao passo que a influência e poder da burguesia agrário-exportadora minguavam-se. Com isso, a Geografia ganha força e campo para se desenvolver cientificamente no Brasil. Um fato importante para a Geografia se fortalecer foi a participação do país no Congresso Internacional de Geografia, realizado em Paris, em 1931, promovido pela União Geográfica Internacional (UGI). Nesse Congresso foi possível expor para as outras nações a cultura geográfica brasileira, que incentivou os geógrafos brasileiros a iniciarem um movimento de renovação, através da inserção de novos conceitos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa em Geografia. Esse momento foi importante por possibilitar ao Brasil expor ao mundo seus anseios quanto à pesquisa e o desenvolvimento da Geografia. Ao passo que pode também acompanhar e discutir a situação da Geografia em outros países, e a partir disso, traçar metas e estratégias para se alcançar os objetivos almejados não só para a efetiva modernização do país, assim como para os avanços nas pesquisas geográficas.

> O primeiro contato real da cultura geográfica com a União Geográfica Internacional, foi, sem dúvida, a participação do Brasil no Congresso Internacional de Geografia, promovido pela União, realizado em 1931, em Paris e no qual o delegado brasileiro, o conhecido e acatado Prof. A. de Sampaio, desempenhou funções de vice- presidente da Secção de Biogeografia. Nasce aí o primeiro anseio pela adesão do Brasil, da qual o Prof. Sampaio constituiu-se o advogado principal (HISTÓRICO, 1939, p.09).

A participação no congresso rendeu a Geografia brasileira, a necessidade de aderir à UGI, já que isso facilitaria que a ciência geográfica, fizesse uso dos possíveis benefícios oriundos das pesquisas desenvolvidas por esse órgão. Com isso, o Brasil poderia ter maiores informações, das mais variadas e distantes nações. Assim, se evidenciou a necessidade do governo criar uma comissão que pudesse representar o país, junto a UGI, o que levou geógrafos da época a não medir esforços no sentido de promover a adesão do Brasil a ela. Porém, o convite oficial da adesão do Brasil à UGI foi feito em 1933, com a vinda ao Brasil do geógrafo francês Emmanuel De Martonne, que na ocasião foi recebido pelas grandes instituições culturais brasileiras como: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e a Academia Brasileira de Ciências. O ingresso na UGI representou um salto qualitativo para a Geografia brasileira que pode por meio dos mais variados encontros e reuniões perceber os rumos da ciência geográfica, tanto em escala global, como local.

> [...] em Julho de 1933, vinha ao Brasil o eminente geógrafo francês, Prof. Emmanuel De Martonne, Secretário Geral da União que, na memorável sessão conjunta do dia 25 daquele mês, foi solenemente recebido pelas maganas intuições culturais brasileiras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e a Academia Brasileira de Ciências; nessa ocasião, o ilustre visitante formulou o convite oficial no sentido de o Brasil concretizar a desejada filiação (HISTÓRICO, 1939, p.09).

Em seu discurso, o professor De Martonne, destacou a riqueza e variedade dos temas geográficos brasileiros. Ainda salientou que as atividades de cunho geográfico, desenvolvidas no país, poderiam ser mais representativas, desde que um Comitê Nacional de Geografia pudesse coordená-las e colocá-las em contato com organizações análogas por intercessão da UGI. Dessa forma, a Geografia brasileira poderia ter voz e vez na esfera internacional, uma vez que as atividades geográficas desenvolvidas no Brasil, além de serem variadas, eram potencialmente importantes para a comunidade geográfica como um todo. Desde, é claro, que se estabelecesse um corpo sólido de representatividade junto a UGI.

Assim, os poderes públicos foram mobilizados para que se encarregasse da organização geográfica e da adesão da Geografia brasileira à União Geográfica Internacional, enfatizando com isso, angariar benefícios em prol da cultura nacional e dos conhecimentos geográficos do Brasil. Tendo em vista, os anseios do governo federal em enaltecer o pertencimento em relação à pátria brasileira. Para tanto, fora apresentado ao Ministério da Agricultura um memorial que expunha as finalidades da organização dos serviços geográficos e estatísticos. Concomitante, a esses fatos foram criados no Brasil os primeiros cursos superiores de Geografia, que impulsionaram a institucionalização da Geografia no Brasil. O ensino de Geografia no país foi visto com mais importância, sendo uma das peças fundamentais do currículo a formação de um espírito patriótico e o papel ideológico para com os reais interesses do Estado nacionalista.

Mas, uma vez é possível diagnosticar que sempre há interesses por trás das políticas de criação e manutenção de cursos superiores, por mais diversas que sejam essas intencionalidades, não podemos ser ingênuos e não perceber que o que vem primeiro são os interesses da classe dominante.

Com Vargas no poder o Brasil passou por importantes mudanças, tanto na esfera econômica quanto social, vale salientar ainda que ele fez uso de estratégias políticas para manter-se no poder, em oposição ao fim da Guerra Civil, almejava-se consolidar a nação

por intermédio de um apelo nacionalista. Além do discurso, Vargas lançou mão de várias estratégias de valorização nacional, como a política de substituição de importações.

E nesse processo, a Geografia surge como importante instrumento de organização territorial, já que os conhecimentos geográficos além de estratégicos possibilitavam o controle do território, por meio de políticas de gestão e gerenciamento. De acordo com Gomes (1996), foi com Getúlio Vargas que o Conselho Nacional de Geografia é criado e posteriormente substituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esses dois órgãos tinham como principal objetivo fazer um levantamento detalhado das condições de cada uma das regiões brasileiras. Tal levantamento, por sua vez, foi fundamental para a definição do papel de cada uma das regiões no processo de industrialização do país. Por meio desses levantamentos era possível saber as potencialidades e limites de cada região, como o Brasil é um país de dimensões gigantescas, informações como essas eram valiosas para o desenvolvimento do país, assim como para a adoção de políticas desenvolvimentistas.

Com Vargas, o discurso da unidade nacional passa a ser almejado e alvo de políticas de Estado. E é nesse contexto, portanto, que o processo de institucionalização da Geografia como ciência moderna no Brasil intensifica-se, tornando-se ainda mais evidente a partir de 1934, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Sob a influência da Geografia francesa, principalmente de Paul Vidal de La Blache, inicia-se o processo de institucionalização da Geografia enquanto saber científico. A escola lablachiana foi de fundamental importância para o desenvolvimento da Geografia científica brasileira. Nesse período, foi criado o primeiro departamento de Geografia do país, assim como o primeiro curso de formação de professores dessa disciplina. Já que para a construção da identidade nacional, postulada nos princípios nacionalistas da política de Getúlio Vargas o ensino de Geografia se destacou e assumiu uma centralidade política importante na formação do cidadão brasileiro.

> Em 1930 havia no país duas universidades em funcionamento: a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 por decisão do governo federal, e a Universidade de Minas Gerais, formada em 1927, como realização do governo desse estado. Além delas, foram criadas mais três após a reforma de 1931: a Universidade do Rio Grande do Sul que obteve o seu reconhecimento em 1934; a Universidade de São Paulo (USP), formada em 1934, durante o governo de Armando Salles Oliveira e a Universidade do Distrito Federal (UDF), organizada por Anísio Teixeira em 1935, quando Pedro Ernesto era prefeito do Rio de Janeiro. Tanto na USP quanto na UDF, existia uma FFCL (GOMES, 2002, p.421).

O ano de 1934 tem um significado importante para a Geografia brasileira, pois marca a criação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Com a criação da Universidade de São Paulo, e com ela, a Faculdade de Filosofia, a Geografia passou a ter curso superior no país, objetivando a formação de professores para o magistério secundário e de pesquisadores para realizarem trabalho de campo. Tanto para o magistério quanto para a pesquisa havia uma demanda significativa no país, ou seja, era um período propício para o florescimento da Geografia no Brasil.

De acordo com as fontes pesquisadas, sobretudo no Boletim Paulista de Geografia (2004), há vários artigos que afirmam que a primeira e única cadeira de Geografia do momento foi entregue a Pierre Deffontaines e sua participação na Geografia paulista, embora rápida, foi importante, deixando admiradores e discípulos. Outro expoente da Geografia paulista foi Pierre Monbeig, ele ficou no país por onze anos (1935-1946). Assim, como Deffontaines trabalhou com entusiasmo, tanto no ensino como na pesquisa, formando discípulos, por intermédio dele o professor Emmanuel De Martonne, passou três meses em São Paulo em 1937, e realizou cursos memoráveis. Pierre Monbeig presenciou ainda o desdobramento da primeira cadeira de Geografia, em outras duas, em 1939 foi criada a de Geografia Física e foi entregue a João Dias Silveira, e a de Geografia Humana que ficou sob sua direção, e em 1942 uma terceira cadeira foi criada a de Geografia Geral ocupada por Aroldo de Azevedo. Ao retornar à França, em 1946, deixou em funcionamento o Departamento de Geografia que funciona em plena atividade até os dias atuais.

Depois de Monbeig, outros professores franceses contribuíram para a consolidação da escola paulista de Geografia, entre eles destacamos: Roger Dion (1947), Pierre Gourou (1948), Louis Papy (1950) e Francis Ruellan (1952-1953), esses mestres colaboram de modo expressivo para o desenvolvimento da Geografia brasileira, tanto na área da Geografia Humana como na Geomorfologia.

Desde 1934, a Universidade de São Paulo tem formado professores de Geografia e geógrafos, que vêm atuando, nos mais variados níveis de ensino, bem como em atividades técnicas. Vale ponderar, ainda que em setembro de 1934, por iniciativa do professor Pierre Deffontaines, em São Paulo, foi criado a Associação dos Geógrafos Brasileiros. Surgiu pela presença da cadeira de Geografia da Universidade de São Paulo, seus primeiros passos foram modestos, as primeiras reuniões aconteciam na residência do professor Deffontaines

(2004) e participavam dessas reuniões figuras como: Caio Prado Junior, Luis Flores de Moraes Rego, Rubens Borba de Moraes, Antonio Carlos Couto de Barros, entre outros, e alunos do curso de Geografia e História.

Pela primeira vez no país fundava-se uma associação de âmbito nacional fora da capital da República, por essa e outras questões, São Paulo passou a ocupar um lugar de destaque para a Geografia brasileira. No entanto, coube a Monbeig dar continuidade à obra iniciada por Deffontaines.

Com Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, a Geografia brasileira tomou um novo impulso, consolidando no país a influência da escola francesa, a Geografia brasileira ganhou reforço no contato com o Ministério das Relações Exteriores e as solicitações de se criar um Conselho de Geografia.

A criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros foi um marco significativo, por ser uma instituição cultural nova que se destacava pelo alto teor científico, e por reforçar a solicitação da criação do Conselho Nacional de Geografia, a adesão à UGI e ainda por depositar confiança na ação do poder público através do Ministério das Relações Exteriores.

O desenvolvimento da Geografia vinha ao encontro das transformações ocorridas na sociedade brasileira. Em especial, com a implementação da política nacionalista, voltada a resolver os problemas nacionais. Nesse sentido, era necessário um maior conhecimento do território brasileiro e o desenvolvimento de estudos geográficos sobre o país, tornavam-se importantes, já que, o momento reclamava por um conhecimento do território nacional como um todo, com mais detalhamento de seus aspectos, buscava-se, com isso resolver os problemas e dirimir os insucessos que expunham os pontos fracos da política nacionalista.

Todavia, não era na Geografia que se via essa saída, e sim na Estatística que o Estado via um meio eficaz para detectar os problemas e orientar os estudos deles. Cria-se assim, em 1934, e instala-se em 1936 o Instituto Nacional de Estatística, que mais tarde se constitui em algo fundamental para a Geografia. Por meio da Estatística os dados geográficos passaram a ser acurados com maior precisão e detalhamento que favoreceu os estudos, já que as pesquisas geográficas ganharam maior status científico, uma vez que os dados por ela apresentados eram mais confiáveis.

Por meio da Convenção Nacional de Estatística, foi estabelecido um acordo fundamental da coordenação estatística brasileira por representantes dos governos da

União e de todas as unidades da Federação (os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre), fixando-se, dessa forma, os fundamentos da regulamentação do Conselho Nacional de Estatística. Desse modo, ficaram reveladas às necessidades de se ter conhecimentos geográficos, isto é, esses ajudariam a interpretar os dados estatísticos. Assim, a criação desse Instituto consolidou uma aliança entre a Geografia e a Estatística. Estabelecem-se, nesse contexto, dois fluxos de iniciativas orientados pela ciência geográfica, uma buscava criar um órgão oficial de Geografia relacionada às atividades internacionais, constituída por iniciativas relacionadas à efetiva adesão do Brasil à UGI, embasada nas orientações teóricas e metodológicas da escola francesa, com destaque para Vidal de La Blache; e a outra voltada à coordenação dos serviços geográficos no país, influenciada pela escola alemã, com destaque para Ratzel. Nesse momento, a confluência entre a escola lablachiana e ratzeliana demonstrava os reais interesses da Geografia brasileira, a Geografia aliada a Estatística possibilitava uma avaliação mais acertada dos indicadores, contudo, os dados por si só pouco contribuíam para que as políticas e transformações necessárias ocorressem. Sendo imprescindível, portanto, análises contextualizadas das informações obtidas que podiam ocorrer por meio dos *modus operandi* da escola humanista lablachiana.

> As duas correntes de iniciativas para a criação de um órgão oficial de Geografia, uma relacionada com as atividades internacionais, a outra preocupada com a coordenação das atividades nacionais, ao fim encontraram-se. Isto em Outubro de 1936. Era Ministro das Relações Exteriores o eminente brasileiro José Carlos de Macedo Soares, também presidente do Instituto Nacional de Estatística: como Chanceler, chegavam-lhe as solicitações partidas das maiores autoridades mundiais em Geografia, dizendo da indispensável colaboração cultural do Brasil, país geograficamente interessantíssimo, no concerto da geografia internacional; como presidente do Instituto, avivavam-se-lhe os apelos no sentido de ser cuidada a geografia nacional, cujos problemas, tão ligados à estatística, precisavam ser tratados por um organismo nacional, congregador das energias geográficas brasileiras, em uma patriótica somação de esforços (HISTÓRICO, 1939, p.14).

O Ministro das Relações Exteriores e também presidente do Instituto Nacional de Estatística, José Carlos de Macedo Soares, levou às maiores autoridades mundiais em Geografia, a importância da participação da Geografia brasileira no contexto internacional. Visto que os problemas da Geografia nacional estavam ligados aos da Estatística e precisavam ser tratados por um órgão oficial. O ministro José Carlos de Macedo Soares promoveu no Itamarati reuniões para que fosse elaborado o projeto de criação do Conselho Brasileiro de Geografia, com a participação de geógrafos. Via-se nesse momento que os interesses em prol da Geografia e da Estatística estavam em consonância com os interesses

do Estado, e para que as intenções e projetos governamentais fossem executados houve esforços por parte de alguns ministros do país para que a Geografia, ou os geógrafos passassem a ocupar funções específicas não só na esfera pública do país como em escala internacional.

Paulatinamente os conhecimentos geográficos foram ganhando visibilidade no cenário nacional, ao passo que os representantes políticos brasileiros passaram a atribuir maior importância aos referenciais geográficos para melhor entender a complexidade territorial do país. E também as possíveis formas de monitoramento e controle, inclusive, da população. É importante lembrar que a valorização regional, era uma das metas do Estado Novo, já que, o conhecimento regional, bem como sua divisão era encarado como uma forma de 'controle' e de realização dos projetos políticos do governo central. Nesse sentido, quanto mais e melhores informações se tivesse do país, melhor seria para administração e gestão do território nacional.

Em 1938 os conselhos de Estatística e o de Geografia, se uniram num único Instituto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir disso o Conselho Brasileiro de Geografia passa a ser Conselho Nacional de Geografia que através de suas assembleias tomava decisões importantes para o desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil. Uma das medidas foi à aprovação da publicação da Revista Brasileira de Geografia e a aprovação da integração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Academia Brasileira de Ciências e da Associação dos Geógrafos Brasileiros no sistema geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atitudes ou ações como essas foram importantes tanto para o desenvolvimento quanto para a consolidação da Geografia no país.

Apesar da ligação com a universidade, a Geografia produzida nesse período pelo IBGE se diferenciava muito daquela produzida nas universidades, principalmente na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo. A Geografia praticada pelo IBGE compartilhava das teorias desenvolvidas por Ratzel, ou seja, estavam voltadas às questões políticas do Estado Novo. É importante destacar que a administração do IBGE era composta por engenheiros, militares e políticos, ligados simultaneamente a organizações geográficas mais tradicionais e experientes nos jogos de poder, mas que necessitavam para se manter no cargo recorrer à assessoria de um corpo técnico moderno. O caráter técnico do IBGE se diferenciava dos postulados apregoados na universidade de São Paulo, como os dirigentes do IBGE em sua maioria eram pessoas de confiança do

governo esses exerciam suas funções, assim como administravam o Instituto a fim de oferecer ao Estado os meios e mecanismos necessários a sua manutenção. Boa parte das informações veiculadas pelo IBGE soavam estranhas para a maioria da população que não conseguiam, ou mal interpretavam as informações divulgadas pelo Instituto, ficando muitas vezes presas as informações prestadas pelas fontes do governo federal e alheia as principais mudanças e as consequências dessas para suas vidas.

Para Ferraz (2005) as decisões ligadas à gestão do território e às propostas destinadas as estruturas territoriais do país dificilmente partiam de geógrafos. Mas, basicamente dos dirigentes do IBGE, que eram em sua maioria pessoas indicadas pelo governo. A criação do IBGE foi um imperativo do Estado Novo, revestindo-se de um caráter de comprometimento com o poder, distinguindo-se como Geografia do Estado Novo, ou como Geografia oficial. Essa Geografia serviu para atender e garantir que as necessidades do Estado Novo fossem atendidas, a ausência de geógrafos à frente do Instituto já era um indicativo que esse tinha um objetivo claro, atender as demandas do Estado, e não necessariamente pensar na população como um todo.

Desse modo, o caráter científico do conhecimento geográfico foi se adaptando ao discurso nacionalista proposto pelo Estado, e, nesta relação institucional, assumida pelos intelectuais, principalmente os liberais e progressistas da época, é que se via a solução para os problemas da existência desse ramo do saber. Assim, como a viabilização racional para a construção da nação brasileira. O diálogo entre os estudiosos da ciência e os políticos, igualmente como a sociedade, foi posto em último plano, ao passo que a Geografia assume novamente um perfil ideológico nacionalista. Onde as contradições, os confrontos, os contrastes, as discrepâncias econômicas são relegados aos taxados de revolucionários ou revoltados.

Contudo, apesar da Geografia ter sido incorporada pelos interesses e necessidades do Estado brasileiro, não se pode também deixar de reconhecer a importância do momento histórico no qual ela adquiriu seu caráter científico no Brasil. Considerando o avanço metodológico e a conquista política feita através dessa nova concepção de Geografia, a Geografia moderna. Concepção, essa que tinha preocupação com a vaguidade das ideias e a falta de rigor científico que a Geografia até então apresentava, ou seja, a preocupação com a questão do método era uma constante para essa proposta de renovação da ciência geográfica. Dessa forma, apesar dos percalços existentes não há como não considerar que

ocorreram avanços na ciência geográfica brasileira, especialmente, no que tange a questão metodológica e procedimental.

Buscava-se um método que descrevesse a realidade estudada de forma objetiva, empiricamente comprovada, racionalmente apropriada, de maneira a inviabilizar dúvidas e explicar as contradições. Para tal, a indução, análise e síntese eram elementos fundamentais, já que, ao se estudar a realidade como um todo, comumente dividia-se esse todo em partes, descrevendo suas características principais após criteriosa observação, e juntavam-se essas várias partes para se ter a noção do todo. Foi, por meio da incorporação do método positivista-funcionalista que a Geografia moderna brasileira delineou seus rumos, encarado como solução tanto dos problemas da ciência geográfica, quanto da sociedade brasileira.

Até a década de 1930 predominou uma concepção positivista-funcionalista na Geografia, influenciada pela escola geográfica francesa e encontrou no cerne filosófico brasileiro concepções semelhantes, o empirismo e o pragmatismo, que iam ao encontro dos anseios dos homens da ciência, dos políticos e dos governantes.

É importante sinalizar que as décadas posteriores a de 30 serão abordadas nos próximos capítulos, especialmente, porque o objetivo desse capítulo é discutir o processo de institucionalização da Geografia no Brasil, por isso a ênfase dada a esse período.

Os problemas relacionados à grande extensão territorial, a relação do homem com o meio, as relações sociais e econômicas e a crescente urbanização, eram objetivos imediatos do Estado a serem solucionados. E foi através dos trabalhos de campo, da coleta de dados observáveis, das descrições minuciosas das mais diferentes áreas do país que os geógrafos desenvolviam seus estudos e alavancavam a Geografia brasileira. Assim, no contexto da política do nacionalismo, do novo modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil, com suas atividades assentadas na indústria e no comércio interno, que a Geografia alcança seu prestígio enquanto ciência, atingindo seu momento de maior relevância e influência junto ao Estado e à sociedade brasileira. Depois da década de 1930, a Geografia passa a sofrer novas intervenções, sobretudo, por conta das mudanças no cenário político e econômico brasileiro. Porém, ela já estava institucionalizada e as mudanças que ocorreram na Geografia nos períodos posteriores a sua institucionalização demonstram a sua importância e relevância para o projeto de consolidação da nação brasileira e também para a modernização do país.

Dessa forma, ao buscarmos elucidar a questão da população no período de institucionalização da ciência geográfica no Brasil e nos momentos subsequentes, e sua articulação com o desenvolvimento da Geografia, que é o objetivo da pesquisa, faremos uso das principais ideias que retrataram essa época. Não pretendemos com isso fazer uma leitura extenuante dos acontecimentos de cada período, todavia, reconhecemos que as diferentes concepções teóricas e metodológicas utilizadas na Geografia podem orientar na compreensão dos principais pontos de estruturação dos estudos de população na Geografia brasileira.

É relevante salientar que não rotularemos as diferentes abordagens da Geografia com o emprego dos termos como Geografia clássica ou tradicional, ao nos remeter a formas como o conhecimento geográfico ao longo do tempo. Entendemos que o desenvolvimento do conhecimento geográfico é fruto de uma série de condições materiais e imateriais, portanto, sua construção ocorre por meio de processos de negação e afirmação. O problema é que muitas vezes as "novidades" acabam por dispensar elementos importantes que estavam sendo construídos, pois a história nos mostra que normalmente o processo de transformação muitas vezes é tomado como um momento de hiato, onde o que estava em construção não é aproveitado, ou deve ser descartado. Quando pensamos a população, identificamos os momentos de permanências, e até de transformações, mas as rupturas, essas são dificilmente identificadas, o que percebemos é um processo de negação da não condição da Geografia em enfrentar as questões populacionais.

Nessa direção, percebemos que há muitas afinidades entre as obras dos chamados geógrafos da população (Trewartha, Zelinsky, P. George, B. J. Garnier, entre outros), assim como há semelhanças nos interesses políticos e econômicos que circundam a vida econômica e social do país. Consideramos que essas semelhanças se manifestam no papel que esses geógrafos atribuíram à Geografia e até mesmo no trato com os aspectos ligados aos estudos da população, e a nosso ver, esse exercício potencializa e enriquece a história da Geografia e da Geografia da População.

Para alguns autores, principalmente, os denominados geógrafos da população as questões populacionais deveriam ocupar um lugar de destaque dentro da ciência geográfica. Tais questões podem ser bem entendidas quando se percebe que houve significativas mudanças que influenciaram e até definiram os rumos da Geografia. Entendemos com isso que para compreender as abordagens da população na Geografia

brasileira, faz-se necessário primeiro analisar os caminhos do disciplinamento do conhecimento geográfico e com ele o nascimento da Geografia da População.

2.3 O disciplinamento do conhecimento geográfico e a Geografia da População

Como lembra-nos Foucault (2005) o positivismo representou um intenso processo de disciplinamento dos saberes, o que vinha sendo exercitado nas ciências estava proposto nas concepções positivistas. Representando, na maioria das vezes uma retomada radical das propostas de Francis Bacon e René Descartes, configurando-se enquanto uma forma viva de normatização e regulação dos distintos saberes e conhecimentos presentes naquele contexto histórico.

> Na ciência moderna o conhecimento avança pela especialização. O conhecimento é tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objeto sobre que incide. Nisso reside, aliás, o que hoje se reconhece ser o dilema básico da ciência moderna: o seu rigor aumenta na proporção direta da arbitrariedade com que espartilha o real. Sendo um conhecimento disciplinar, tende a ser um conhecimento disciplinado, isto é, segrega uma organização do saber orientada para policiar as fronteiras entre as disciplinas e reprimir os que as quiserem transpor. É hoje reconhecido que a excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista um ignorante especializado e que isso acarreta efeitos negativos. Esses efeitos são, sobretudo, visíveis no domínio das ciências aplicadas. As tecnologias preocupam-se hoje com o seu impacto destrutivo nos ecossistemas; a medicina verifica que a hiperespecialização do saber médico transformou o doente numa quadrícula sem sentido quando, de facto, nunca estamos doentes senão em geral; a farmácia descobre o lado destrutivo dos medicamentos, tanto mais destrutivo quanto mais específico, e procura uma nova lógica de combinação química atenta aos equilíbrios orgânicos; o direito, que reduziu a complexidade da vida jurídica à secura da dogmática, redescobre o mundo filosófico e sociológico em busca da prudência perdida; a economia, que legitimara o reducionismo quantitativo e tecnocrático com o pretendido êxito das previsões econômicas, é forçada a reconhecer, perante a pobreza dos resultados, que a qualidade humana e sociológica dos agentes e processos econômicos entra pela janela depois de ter sido expulsa pela porta [...] (SOUSA SANTOS, 2010, p.74-75).

Assim, ao definir o que é específico a cada campo científico, isto é, o que pode ser reconhecido com essa denominação, incentivou que os estudiosos do positivismo elaborassem teorias condizentes com o modo dominante de produzir ciência. Segundo Foucault o processo de disciplinamento do saber ocorreu, sobretudo, nos séculos XVIII e XIX, atingindo seu ápice com a legitimação do positivismo como modelo majoritário para se fazer ciência. Foucault (2005) afirma que a organização de cada saber como disciplina e

o escalonamento desses, definem a intercomunicação, a distribuição e hierarquização recíproca do campo global a que chamamos precisamente de ciência. Esses termos elencados por Foucault se tornaram elementos importantes para entendermos o processo de disciplinamento realizado pela ciência positiva.

Todavia, o que é mais importante no pensamento de Foucault foi entender o que ele define como ciência, ou melhor, como campo científico, pois a partir daí, podemos discutir se a população, por exemplo, vale ou não como campo científico. E com isso consideramos que a hierarquização do saber de certo modo rotula a produção científica, dizemos mais, não apenas rotula, mas também determina sua validade. E podemos nos indagar, se os conhecimentos inerentes à população realmente ocupam lugar dentro da ciência geográfica, uma vez que notamos que compreender o disciplinamento da Geografia da População é algo que exige um posicionamento atento, frente ao movimento histórico, econômico, político, cultural que compõe o nosso objeto.

Desse modo, compreender o disciplinamento do conhecimento geográfico e as abordagens da Geografia da População no pensamento geográfico brasileiro, em consonância com as interpretações foucaultiana, a nosso ver, dialoga com processo histórico de disciplinamento e de hierarquização dos campos científicos. Para nós, nesse momento, o importante é entender o processo de disciplinamento do conhecimento geográfico e a Geografia da População, pois nos propomos compreender como foram realizadas as abordagens da Geografia da População no pensamento geográfico brasileiro, portanto o disciplinamento dos saberes geográficos é algo que nos interessa.

Porém, consideramos importante discutir como ocorreu o processo de disciplinamento do conhecimento geográfico, ao mesmo tempo em que entendemos como nos lembra Souza Santos (2010, p. 75-76) que:

> Os males da parcelização do conhecimento e do reducionismo arbitrário que transporta consigo são hoje reconhecidos, mas as medidas propostas para os corrigir acabam em geral por os reproduzir sob outra forma. Criam-se novas disciplinas para resolver os problemas produzidos pelas antigas e por essa via reproduz-se o mesmo modelo de cientificidade. Apenas para dar um exemplo, o médico generalista, cuja ressurreição visou compensar a hiperespecialização médica, corre o risco de ser convertido num especialista ao lado dos demais. Este efeito perverso revela que não há solução para este problema no seio do paradigma dominante e precisamente porque este último é que constitui o verdadeiro problema de que decorrem todos os outros.

Para Souza Santos (2010) o paradigma dominante constitui-se envolto numa tessitura complexa de temas. Nesse sentido com o exercício de totalidade e localidade do conhecimento, consideramos pertinente realizar uma discussão acerca do tema população que sofreu um importante processo de disciplinamento ao compor a Geografia da População.

Recuperar a história das disciplinas escolares, uma vez que antes de ser uma ciência acadêmica, a Geografia já estava sendo praticada nas escolas, e o disciplinamento do conteúdo geográfico, é um aspecto relevante de ser analisado, no entanto, a intenção é fazer uma breve discussão sobre esse assunto, já que o objetivo da pesquisa concentra-se em analisar o disciplinamento da Geografia acadêmica, especialmente, o caso da Geografia da População.

No Brasil, os processos que levaram a criação de disciplinas escolares começaram a ser investigados há pouco tempo. No entanto, importantes contribuições foram dadas sobre esse assunto. Estudos indicam que esses processos são frutos da necessidade de entender o passado, e com isso avançar no sentido de perceber que as histórias das disciplinas vão além dos ideais e dos discursos pedagógicos.

Podemos, ainda, afirmar que esses estudos permitem identificar a complexidade dos elementos que os abarca, e que as transformações ocorridas não obedecem a uma ordem linear. Mas, são resultados de uma série de injunções que possuem e assumem características específicas. Muitas indagações surgem, quando nos propomos a pensar como estão organizados os conteúdos que são ensinados nas universidades. Certamente, questões dessa natureza não poderão ser respondidas se levarmos em consideração apenas uma via de investigação. Uma resposta sobre como uma disciplina pode ser ensinada, foi formulada por Yves Chevallard (1991, p.39), por meio da concepção de transposição didática.

> Um conteúdo de saber que tenha sido definido como saber a ensinar, sofre, a partir de então, um conjunto de transformações adaptativas que irão torná-lo apto a ocupar um lugar entre os *objetos de ensino*. O trabalho que faz de um objeto de saber a ensinar, um objeto de ensino, é chamado de transposição didática.

Para Chevallard (1991), a passagem do saber dos especialistas para o saber ensinado no interior dos sistemas de ensino ocorre por meio da transposição didática. Através da transposição didática, os conteúdos especializados seriam ensinados e ao mesmo tempo estaria assegurado à legitimidade do saber produzido pelos pesquisadores.

Nesse sentido, tanto as disciplinas escolares como as disciplinas acadêmicas se constituiriam a partir dos conhecimentos científicos de referência. Portanto, o avanço das pesquisas nessa área vem sedimentando novos arquétipos analíticos.

Com o objetivo de investigar a história das disciplinas escolares, o historiador francês André Chervel, escreveu um trabalho intitulado **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**, traduzido e publicado no Brasil em 1990. Com essa obra o autor pode analisar o lugar das disciplinas escolares e sua importância, além de promover um melhor entendimento do contexto em que foram produzidas, e até mesmo a condição de inferioridade destinada a esse campo de investigação em relação à pesquisa em outras áreas.

Desse modo, acreditamos que ao voltar à análise para a história de uma disciplina como objeto de investigação, poder-se-á trazer luz para interpretar o significado dos saberes ensinados pelas instituições de ensino, ou melhor, entender como a ciência geográfica foi se disciplinando. E ainda, verificar qual espaço destinado aos estudos de população com a criação da disciplina Geografia da População em âmbito universitário. No entanto, cabe observar que a historiografia das disciplinas tem se voltado com mais ênfase para os níveis de ensino anteriores ao nível superior. Porém, como nos lembra Chervel (1990) não ocorre de forma ocasional, basta observar na literatura corrente a predominância de pesquisa sobre as disciplinas escolares, ao passo que as pesquisas das disciplinas acadêmicas ou simplesmente disciplinas são pouquíssimas estudadas.

Nesse sentido, há um desafio a ser superado quando se propõe a pensar a disciplina acadêmica, é preciso identificar o lugar a partir do qual ela é instaurada, ou seja, para analisar a Geografia da População faz-se necessário entender o contexto em que foi criada. Como se trata de algo amplo, e ciente das limitações, optou-se por fazer essa análise à luz da Geografia, já que entendemos que as disciplinas ministradas nos cursos superiores são desdobramentos das ciências de referências. Assim, ao analisarmos a ciência geográfica vemos que ela revela uma sistematização de conhecimentos produzidos em diferentes contextos que visavam na maior parte das vezes, atender as especificidades de cada período histórico.

> Enquanto o governo e as leis tratam de proporcionar o bem-estar dos homens reunidos, as ciências, as letras e as artes, menos despóticas e mais potentes, talvez, estendam guirlandas de flores sobre os grilhões de ferro que os cingem, sufocam neles o sentimento desta liberdade original para qual eles parecem ter nascido, fazem-no amar a própria escravidão e com eles formam o que chama de povos civilizados. Ergueu os tronos a

> necessidade; as ciências e as artes firmaram-no. Potências da terra, amai os talentos e protegei os que os cultivam. Povos civilizados, cultivai-as: escravos felizes, vós lhes deveis esse gosto delicado e fino de que vos gabais; esta doçura de caráter e esta urbanidade dos costumes que fazem com que o comércio entre vós seja tão amigável e tão fácil (ROUSSEAU, 2010, p.10).

Palavras como essas citadas por Rousseau expressa o momento histórico em que ele viveu. Mas, ainda hoje percebemos que as ciências, as disciplinas, ou seja, as forma de manifestação dos saberes são criações humanas, portanto, históricas. E, mesmo que de forma sutil exercem influência e interferem na forma como as pessoas compreendem o mundo que habitam. E ao pensar nas especificidades dos campos científicos, acreditamos que essas também possuem funções e mecanismos para sua consolidação e repercussão, criando muitas vezes práticas que, no caso os estudos de população, requerem algumas vezes articulação com outros saberes, e isso de alguma forma refletem no modo como esses conteúdos serão e são trabalhados e entendidos, bem como suas finalidades.

As disciplinas acadêmicas, e entre elas a Geografia da População, são produtos de uma cultura, são resultados dos processos históricos e sociais, e também políticos e econômicos. E, por meio delas as interpretações e entendimentos dos fenômenos humanos e naturais podem ser diferentes.

Podemos considerar que produção científica sobre a história das disciplinas e sua relação com a ciência de referência é relativamente contemporânea e originária de tradições teóricas diferenciadas, embora passíveis de aproximação. O estudo de uma determinada disciplina não ocorre apenas por meio da transposição didática, outros aspectos precisam ser levados em conta quando se pretende investigar uma disciplina, entre eles damos ênfase aos pressupostos filosóficos e teóricos que a orientam. O termo disciplina se refere geralmente a um campo de conhecimento abrangente, didaticamente organizado e passível de ser ensinado e aprendido. Contudo, uma disciplina se materializa em uma cultura acadêmica porque é elaborada por sujeitos sociais com determinadas histórias de vida.

Para Chervel (1990) o termo disciplina surgiu após a Primeira Guerra Mundial, em resposta à necessidade de preencher uma lacuna existente, porque as expressões ou termos comumente empregados não davam conta de responder às necessidades existentes. Não obstante, a adoção do termo disciplina, não resolveu de todo a ambiguidade de seu significado. Uma vez que a ideia de disciplina sempre esteve atrelada a tudo aquilo que

deve ser transmitido de uma geração a outra, através, principalmente da escola e tem sua origem nas ciências de referência. Assim, as disciplinas acabam por se caracterizar como simplificação ou redução de um conhecimento mais elaborado. Reforçando, ainda, a separação do lugar de produção, do lugar de transmissão do conhecimento – universidade e escola-.

No que se refere à disciplinarização, a valorização do pragmatismo, da técnica e da eficiência, torna-se importante na formação do profissional. Vistas, inclusive, como um dos meios necessários para o acesso dos sujeitos ao mercado de trabalho. A proposta predominante é que quanto mais específica for à qualificação técnica, maiores serão as chances de êxito profissional, em consequência disso, a reflexão sobre os problemas da sociedade assumem cada vez menos importância. Valores como engajamento social, mobilidade, solidariedade perdem sentido, na mediada que o lucro, o individualismo se tornam prioritários. Nesse sentido, o ser humano é visto cada vez mais como mercadoria, e diante do mundo excludente e alienante refletimos sobre qual a relevância de uma disciplina como Geografia da População? Será que ela pode contribuir para combater ou ao menos discutir ou denunciar as formas de exclusão existentes no mundo? As quais, na maioria das vezes, a própria universidade faz questão de esconder.

Alguns estudos, notadamente aqueles realizados por pesquisadores anglo-saxões, segundo Chervel (1990) analisam as disciplinas a partir da história dos currículos. Visto que o currículo é de vital importância para entendermos as "verdadeiras" intencionalidades presentes na formação acadêmica ou escolar. Contudo, a questão curricular muitas vezes é encarada como algo burocrático e não como algo capaz de promover a transformação, pelo menos para alguns, o currículo não tem função pedagógica. Entendemos que o currículo tem a função de potencializar e diagnosticar os problemas tanto de ordem teórica quanto pedagógicas, por isso não é à toa que muitos estudiosos da educação consideram-no como o coração do processo educativo. Portanto, é importante que os indivíduos que congregam ou participam da elaboração dos currículos das instituições de ensino saibam e assumam o que querem, e como querem formar. Sem perder a dimensão que o currículo deveria ser algo construído pelo coletivo – professores, diretores, agentes educacionais, entre outros-, tanto das universidades quanto das escolas.

Outra vertente importante refere-se às questões epistemológicas, que "busca a gênese e os diferentes momentos históricos em que se constituem os saberes, para então inserir estas problemáticas na constituição dos currículos" (BITTENCOURT, 2005, p. 1).

Para Bittencourt (2005) a disciplina se materializa em uma cultura própria e expressa valores, intenções de quem a organiza e precisa ser considerada no processo de investigação. A noção de cultura, seja ela escolar ou universitária, certamente não é unívoca, nem pode ser tomada como categoria de análise de forma mecânica. Em decorrência dos inúmeros estudos que têm sido desenvolvidos nesse campo, podemos dizer que a noção de disciplina escolar é hoje adotada com mais clareza. O mesmo não ocorre, no entanto, com relação às disciplinas acadêmicas, sobretudo, pela escassez de pesquisas nessa área.

Em relação às disciplinas acadêmicas geralmente há interpretações dúbias ou equivocadas, algumas vezes há falta de clareza quanto à validade e a necessidade de tal disciplina na formação do futuro profissional. Em boa parte das vezes algumas disciplinas se mantêm mais por questões políticas ou pessoais até corporativistas do que necessariamente pela sua importância. Um exemplo para isso é a quase ausência de disciplinas de metodologias e técnicas de pesquisa nos cursos de licenciatura em Geografia, também compete ao professor em sala de aula saber pesquisar. A noção de professor-pesquisador está tão distante da formação do professor de Geografia como se para esses o importante fosse seguir o livro didático, de preferência nem pensar sobre o que está exposto no livro, só executar, isto é, ler os conteúdos e "transferir" aos alunos. E o pior é que esta prática perversa é repassada para os alunos em pleno século XXI e ainda são capazes de responder que Geografia se memoriza e não se aprende.

Bittencourt (2003) acena que as pesquisas que analisam disciplinas ministradas em cursos do nível superior de ensino ainda são escassas. Há imprecisões, inclusive, de nomenclatura, ora se adotando o termo disciplina acadêmica ora disciplina universitária. Além disso, os limites e relações entre as disciplinas acadêmicas e as respectivas ciências de referência ainda necessitam de explicitações. Bittencourt (2003, p.36) pondera que os estudos sobre a história das disciplinas acadêmicas e a vida universitária têm se voltado para:

> Apreensão da lógica interna do funcionamento do conhecimento científico, seus avanços ou conflitos, considerando o espaço da instituição universitária, com suas especificidades de conteúdos, mas nem sempre são associados ao campo educacional.

Os estudos realizados em torno das disciplinas acadêmicas começam a ganhar atenção no Brasil, e esses estudos ampliam e estimulam o entendimento dos contextos de análise dessa problemática, que até então como destaca Chervel (1990) eram

predominantemente delimitada às disciplinas escolares. Esse movimento começa a introduzir novos objetos nas investigações das disciplinas universitárias.

Chervel (1990) adverte que não podemos esquecer que o pesquisador que se propõe a estudar a história das disciplinas acadêmicas tem pela frente alguns desafios. Um desses desafios, possivelmente, o maior deles, consiste em não transpor negligentemente as explicações epistemológicas e históricas construídas nas pesquisas sobre a história das disciplinas escolares para as disciplinas acadêmicas, é preciso estabelecer com clareza os limites, inter-relações, semelhanças e diferenças entre elas.

Todavia, esse processo de distinção entre disciplina escolar e universitária, não é algo simples de ser feito, sobretudo, pelas especificidades de cada uma. Não podemos, ainda, considerar que as aulas dadas nos cursos de licenciatura em Geografia, por professores cada vez mais especializados em suas áreas, poderão ser transportadas para a escola como se lá a intenção do ensino de Geografia fosse a formação "mini geógrafos". É preciso ter a lucidez de quais são as habilidades e competências que o futuro professor necessita para ensinar Geografia. Devemos levar em consideração que a Geografia é mais uma das várias disciplinas presentes no currículo da escola básica que visa à formação geral do educando. Quanto às disciplinas universitárias essas também deveriam exercer um papel essencial na formação tanto do professor quanto do bacharel. O acesso às informações obtidas por meio delas pode e muito contribuir no perfil do profissional que cada instituição e cada curso superior desejam formar. Desde, é claro, que esteja em consonância com o Projeto Político Pedagógico, e este seja pensado, revisitado e revalidado sempre que necessário pela coletividade.

Tal como ocorre em relação às disciplinas escolares as disciplinas acadêmicas, considerando sua especificidade, também não são simples transposições de um conhecimento de referência. Assim, torna-se imperioso entender como se estabelecem suas relações com o conhecimento científico, como se instituem historicamente no interior de uma dada cultura acadêmica, qual o lugar de cada disciplina acadêmica no contexto curricular, onde se encontra e para qual finalidade social da educação se endereça. Esses são alguns dos tópicos fundamentais que demandam cada vez mais reflexão por parte dos pesquisadores desse campo.

Nos debates mais específicos sobre os processos curriculares e as metodologias de ensino das diferentes áreas disciplinares, verifica-se um reconhecimento por parte da comunidade científica, da complexidade que envolve as relações entre a especificidade

metodológica dos diferentes saberes escolares e a formação de seus campos pedagógicos. As disciplinas científicas são geralmente constituídas por discursos especializados que delimitam uma determinada área, diretamente associado aos mecanismos institucionais da comunidade científica em seu processo de produção do conhecimento (CHERVEL 1990).

Nesse sentido, as disciplinas têm seu próprio campo intelectual de textos, práticas, regras de ingresso, entre outros elementos. E, na maioria das vezes, é por intermédio de mecanismos disciplinares que as ciências se organizam coletivamente. Definem espaços de poder, de alocação de recursos e de reprodução dos métodos e princípios de construção do conhecimento. E esses espaços de poder e até de resistência demonstra que esse processo é algo que se constrói na cotidianidade histórica e, muitas vezes, pode se apresentar como controverso. Apesar disso, é um exercício salutar, pois permite um constante repensar em torno das práticas, assim como das abordagens teóricas e metodológicas e das estratégias didáticas que compreendem as disciplina.

Diante disso, perguntamos: qual é o “lugar” da Geografia da População como campo disciplinar na Geografia brasileira? Compreendemos que tal indagação possa contribuir para se (re) pensar como estão os estudos dessa área de conhecimento, isto é, sua importância científico-acadêmica para a Geografia.

Para o desenvolvimento dessas reflexões, procuramos sinalizar para as possibilidades da Geografia da População se tornar um espaço de unidade das discussões em torno das questões populacionais debatidas por várias ciências. Sem com isso perder o olhar e o pensar geográfico sobre determinados fenômenos ou situações, mas por meio de um diálogo rico e salutar com outras ciências e identificar o campo de atuação dos geógrafos e professores de Geografia. Pretendemos ainda, buscar entender às diferentes indagações que se colocam na atualidade sobre sua relevância enquanto disciplina acadêmica, intencionando contribuir com ele. Buscando refletir sobre alguns elementos teóricos que possam permitir avançar na tarefa de (re) pensar o papel da Geografia da População no momento atual.

Almejamos, portanto, com este trabalho localizar nos estudos que foram e vêm sendo realizados no campo da Geografia da População, elementos norteadores para a compreensão dos nexos relacionais entre Geografia e Geografia da População. Não como coisas distintas, mas como áreas que se complementam. Por entendermos que a Geografia é uma ciência que pode contribuir para que os estudos de população sejam vistos ou

interpretados de modo mais significativo e com isso tentar superar a forte influência do malthusianismo, do positivismo, quando pensamos população à luz da Geografia.

Sabemos que existem fronteiras entre a ciência de referência e as disciplinas científicas, notamos isso ao analisar as transformações ocorridas com a Geografia enquanto ciência e a formulação da Geografia da População. Percebemos que as disciplinas acadêmicas sinalizam que o desenvolvimento delas não se deve apenas aos processos de (re) organização das ciências de referência. Mas, que se fazem fundamentalmente pelo cumprimento de finalidades sociais, isto é, envolvem pessoas e instituições e relações de poder. Geralmente as criações de disciplinas visam atender os princípios de pertinência e utilidade, visando acolher as demandas sociais específicas. E, nesse sentido, o esvaziamento referente à pesquisa e até ao ensino de Geografia da População significa/indica que a mesma não atende mais as demandas sociais? Num momento em que o mundo ultrapassou 7 (sete) bilhões de pessoas, onde o consumo exacerbado produz toneladas de lixo por ano, onde os danos a natureza são grandiosos, e a especulação imobiliária "galopa a passos largos" em contraposição a má distribuição de terra. E, a miséria, a fome, o medo, a violência, e o envelhecimento da população, além de muitos outros motivos, ainda nos "batem a porta". Será que a Geografia da População saiu de "moda", não importa mais, não dá conta, deve ser substituída, ou já foi? E os professores e os geógrafos que fazem parte desse contexto têm algo a contribuir?

O professor Dieter[31] ao ser questionado sobre indagações próximas as propostas anteriormente, respondeu minhas indagações da seguinte forma:

> Vou colocá-la num caminho para refletir: por que não há perguntas que incluem os problemas da população? É claro que os estudos de população têm importância para a Geografia, não dá para pensar a produção do espaço sem conhecimento sobre a população, tanto em relação aos comportamentos biológicos, de reprodução, de fertilidade, de mortalidade, entre outros, como os temas da migração. Temos como contribuir para um conhecimento relevante, e esta é a parte empírica, a analogia com diversos lugares, como foi feito em diversos momentos na história da Geografia brasileira. Não dá pra entender, uma das categorias caras da Geografia sem pensar a população, não se entende Geografia sem a população, sem o homem. Mas também não dá para dizer: 'Ah, eu faço o estudo da fertilidade, então eu vou entender o mundo melhor', é um conjunto de produção de conhecimento. O que vai se percebendo é que houve uma preocupação muito grande em determinado período sobre a população, especialmente a Geografia da População, em relação à distribuição dessa população no globo terrestre, onde estão estas pessoas,

[31] No próximo capítulo, entrevistas de professores, entre eles o professor Dr. Hein Dieter Heidemann.

> mas não com uma análise crítica, mas sim muito quantitativa e deve-se alertar sobre isso (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

A provocação feita pelo professor Dieter, nos permite reavaliar e relativizar sempre nosso objetivo, além de nos fazer analisar criticamente as nossas escolhas tanto teóricas quanto metodológicas. Suas palavras, bem como seus ensinamentos nos fizeram perceber que percorremos terrenos frágeis, e não é pelo fato de serem frágeis que são ruins, mas que nos possibilitam renovar, amadurecer e criticar nossas "pseudoverdades". E os estudos de população na Geografia fazem isso ao passo que mostra muitos caminhos, muitas trajetórias, muitas interpretações e inquietações. É nesse processo contraditório e dialético que buscamos exercer a práxis.

Durante o processo de consolidação de uma disciplina acadêmica, seja a Geografia da População, ou não, existe um processo de aproximação das instâncias acadêmicas universitárias, buscando com isso encontrar um elo de equilíbrio e de legitimação do trabalho acadêmico, sobretudo, docente. Porém, o debate em torno da criação de disciplinas é complicado, já que envolve em sua formulação ou consolidação, a necessidade de entender certos processos sociais, inclusive, o contexto histórico, isto é, os elementos explícitos e implícitos que viabilizam a solidificação de diferentes campos de investigação e conhecimento de uma mesma área de referência.

A procura por definir os campos de fronteiras, entre ciência e disciplina acadêmica, tem possibilitado uma discussão progressiva sobre como se constrói os campos disciplinares, bem como sua área de atuação, mostrando que isso não diz respeito apenas às questões da área curricular. Novos conhecimentos produzidos nas diferentes áreas têm contribuído para repensá-las, inclusive, as mais específicas. Os estudos de investigações históricas das ciências de referência, como a Geografia e seus distintos saberes, e o caso da Geografia da População, suas práticas, seus agentes e seus conteúdos anunciam o caminho de configuração ou reconfiguração de suas dimensões teórico-metodológicas, permitindo realizar um exercício reflexivo e avaliativo em torno dos elementos que foram sendo concretizados no interior do seu campo específico. Permitem também, em reflexões de síntese, perceber como a Geografia da População foi historicamente se relacionando com outras áreas de saber, ou vice-versa, e como essas discussões aparecem no seu ensino e na pesquisa, identificando com isso seu campo de domínio e, também suas interfaces com diferentes metodologias.

> Trewartha defendia que a geografia da população continuava a ser negligenciada e que deveria ser desenvolvido um sério conceito de

> trabalho, o qual deveria ser aplicado no ensino e na pesquisa. Os geógrafos, principalmente os estadunidenses, não tinham feito da população uma de suas maiores preocupações, negligenciando-a em tratamento sistemático especial. Retomando a história da Geografia, pouco encontrou que justificasse sua afirmação, exceto um autor (Hettner) que citou que a população possuía uma grande influência sobre os temas geográficos, mas não realizou nenhuma tentativa verdadeira de analisar seus conteúdos e métodos. Vidal de La Blache, em Princípios de geografia humana, reconhecia a população como fornecedora de um elemento fundamental do campo, mas enfatizava a distribuição de números e padrões de densidade associados. Nenhuma tentativa foi feita para organizar o seu conteúdo e para reconhecer como uma distinta e fundamental subdivisão do campo da geografia humana. Jean Brunhes enfatizou os números – e não suas qualidades – e afirmou que os homens estavam pegos e contados pelas habitações, sendo o povoamento através de moradias um fenômeno mais geográfico que o povoamento de seres humanos. Destacou uma publicação de Pierre George como uma introdução à geografia populacional do mundo, como uma tentativa de apresentar um livro sobre o tema, abrindo caminho para quem deseja se aperfeiçoar (CAMPOS, 2009, p.62).

Diante do exposto na citação, podemos notar que as questões relacionadas às finalidades da Geografia da População, assim como sua importância enquanto uma disciplina agregadora dos estudos sobre população na Geografia, motivaram opiniões e despertaram sensações variadas nos estudiosos da ciência geográfica. A questão populacional pode-se dizer que sempre foi algo perturbador, na medida em que viabiliza uma série de estudos. Todavia, ao mesmo tempo tende a levá-los a superficialidade desde que as bases de análises geográficas, seus critérios, meios e fins não estejam bem estabelecidos, o que sem dúvida perpassa pela formação do geógrafo e do professor.

Enfim, buscamos mobilizar algumas categorias de análises como a mediação e a contradição, pautando-se numa perspectiva histórica, para melhor compreender a formação dos campos disciplinares e também repensar a partir de dimensões históricas a emergência de se voltar à análise para a questão da Geografia da População, ou dos estudos de população em âmbito geográfico. E com isso buscar identificar as permanências, as rupturas e as transformações existentes nas abordagens teórico-metodológicas sobre população na Geografia.

Dessa forma, os debates sobre as relações entre ciência e disciplinas acadêmicas têm possibilitado pensar os desdobramentos do conhecimento científico articulando-os com as concepções filosóficas dominantes. E, ainda, verificar de que forma isso se expressa no currículo formal de determinadas disciplinas ministradas no meio acadêmico.

Entendemos ser contributiva a ideia de que na dimensão histórico-epistemológico a Geografia da População, pode ser um espaço de unidade, de debate, e de constante reflexão que ambiciona apresentar discussões que contribuam para que se possa vê-la ou entendê-la como área de conhecimento que, ao se desenvolver, busca também redefinir seu valor teórico e epistemológico, no cerne da ciência geográfica. Acreditamos ser histórico o processo, por conta do esforço em entender e explicitar a gênese e o desdobramento desde campo científico ou área, assim como, suas temáticas no contexto das relações da sociedade moderna que concebe a universidade e o disciplinamento dos saberes científicos como algo importante para o desenvolvimento da sociedade moderna e da ciência como um todo. E, epistemológico, por considerar que compreender os aspectos fundamentais inerentes ao processo de conhecimento geográfico, contidos nas diferentes formas de criação e de abordagens da Geografia da População pode contribuir para tecermos considerações acerca do objeto que move a presente tese.

> O homem civilizado criou o que aparecia de novo no mundo, não podia ser classificado como um elemento de sua própria significação, pois isto o fazia ficar de fora. Ou seja, ele mesmo não se tornava um objeto da investigação geográfica. Assim, a ciência geográfica falhou ao não lhe fornecer um nicho especial. Por esta razão, ofereceu uma modificação básica, sendo dada uma posição mais explícita à população. No lugar da bifurcação, propunha-se uma organização triangular dos elementos em que o homem, a terra física e os trabalhos do homem seriam uma tríade dos elementos principais. A Geografia estudaria o homem, o criador e beneficiário do aspecto cultural, a terra natural, fornecedora do meio ambiente e dos materiais para ele, e a terra cultural, produto da criação do ser humano através dos aspectos naturais. Estes três aspectos seriam agrupados em uma ciência unitária: a Geografia (TREWARTHA, 1953, p.81).

A partir do exposto por Trewartha é possível ter uma breve noção de quão complexa ou rica é a relação entre população e Geografia, já que uma mera simplificação não dá conta de explicitar os fenômenos, e uma abordagem geral tende a perder de vista elementos significativos para a compreensão da dinâmica populacional em si, bem como os desdobramentos desse processo. E diante dessa teia de informações e opiniões uma questão ainda perdura, a nosso ver: o que compete ao geógrafo da população na atualidade?

Entendemos que o ensino da Geografia da População e a pesquisa populacional na Geografia não se referem à transmissão do conhecimento, pronto ou acabado, ou até mesmo de interpretações estanques, com ênfase quantitativa nos estudos populacionais, se

fosse assim, as mudanças nas metodologias de ensino resolveriam a questão didática, e a exclusão de dados quantitativos nas pesquisas sobre população melhoraria substancialmente as pesquisas.

Embora os estudos realizados no campo da disciplina de Geografia da População tenham acenado que cada área do conhecimento possui uma metodologia específica, que acompanha o método utilizado na sua própria explicitação, há mais fatores que precisam ser analisados quando se dedica ao estudo de uma temática em particular. Seria ingenuidade assegurar que a ciência geográfica por si só seria capaz de dar conta do universo dos estudos populacionais. No entanto, é importante assinalar como a Geografia toma conta daquilo que lhe compete, ou ao menos deveria lhe incumbir. Essas competências dizem respeito ao espaço que a Geografia da População ocupa ou ocupou na ciência geográfica.

As preocupações em definir o campo da Geografia da População como espaço e área de conhecimento levam-nos a especular sobre algumas questões: preocupação com a fundamentação epistemológica da Geografia da População que apresenta vários aspectos teóricos como o de formar um corpo crescente de conhecimento, ou seja, um conjunto de ideias e teorias estabelecidas em forma de conhecimento científico organizado. Estudos dos programas ou planos de ensino da disciplina que proporcionam um marco coerente para o ensino e para a pesquisa e que permita facilitar a elaboração de teorias progressivamente mais consistentes e abrangentes.

Não obstante, há um aspecto importante para pensarmos a questão da Geografia da População, isto é, seus estudos e análises na maior parte das vezes estão alicerçados na atividade dos sujeitos do processo e não somente à lógica de seus conteúdos e métodos. É necessário considerar que a investigação de seus aportes conceituais, assim como suas abordagens metodológicas são projeções da área do conhecimento de qual derivam, portanto, produto da ação humana e suas intencionalidades.

Por isso, e para que possamos realizar uma "reconceitualização" ou revisita da Geografia da População, optamos em historicizar seu desenvolvimento, para isso recorremos a uma revisão crítica do desenvolvimento da Geografia da População e dos dispositivos que a fundamenta enquanto disciplina acadêmica. Dessa maneira, defendemos que os aspectos que queremos tratar são relevantes. Isso porque, ao tratar tanto das fronteiras entre ciência de referência e da disciplina acadêmica, pensamos o espaço da Geografia da População como campo de investigação histórica e epistemológica cujos

resultados contribuem para que se possamos compreender os pressupostos da Geografia da População e o seu ensino e pesquisa na atualidade. Pensar a Geografia da População, portanto, é dar ênfase ao seu lugar como campo específico de produção de conhecimentos, porque, não existe disciplina acadêmica sem o objeto específico do conhecimento a ser ensinado, mas também não existe esse fenômeno independente dos sujeitos, e isso revela as ligações da Geografia enquanto ciência e da Geografia da População enquanto disciplina, e das diferentes concepções e metodologias que estão diretamente ligadas na produção de seu conhecimento científico.

Outra questão a ser ressaltada diz respeito aos caminhos teóricos, nesse caso, parece prudente pensar que, para entender ou compreender o papel da Geografia da População no interior das discussões e mudanças atuais, será necessário problematizar as teorizações sobre esse tema ou assunto. Nesse aspecto, os primeiros estudos desenvolvidos no decorrer de 1950 sobre a disciplina de Geografia da População, envolveram o debate sobre a metodologia e compreensão do papel social e econômico da Geografia da População nos processos de consolidação e modernização da sociedade brasileira. Porém, esse tema será tratado com maior detalhamento no próximo capítulo.

Todavia, vale relembrar que a necessidade em responder às demandas políticas da formação dos Estados Nacionais, favoreceu para que a Geografia da População se ocupasse de certas tarefas inerentes a sua função institucional. Nesse contexto, os conteúdos de Geografia da População receberam finalidades estatísticas, cujo sentido era demonstrar o crescimento demográfico e a distribuição da população. Ao que parece, inicialmente, essa era a questão principal sob o qual veio se definindo e se firmando os estudos populacionais na Geografia. No entanto, as questões políticas e sociais eram afastadas progressivamente das questões mais gerais com que se envolve a Geografia da População. Para não recorrer a definições superficiais, far-se-á a seguir uma análise da ciência geográfica e com isso relacionar a situação da Geografia da População, buscando responder as seguintes indagações: a quem ela servia e para que servia?

A preocupação histórica com a Geografia pode levar a uma reconceitualização dos fenômenos e processos manifestos na Geografia da População, e, ainda possibilitar encararmos os problemas da investigação dessa disciplina, não apenas como problemas formais ou técnicos, mas como problemas teóricos, conceituais e metodológicos que podem ter fortes implicações na forma como essa disciplina foi e é trabalhada pela

Geografia, e ao mesmo tempo possibilitar reavaliar as relações sociais, econômicas, políticas, demográficas e espaciais contemporâneas.

Isso se justifica porque se verificaram nas análises de livros de Geografia da População, que a sua "validação" como um dos ramos do conhecimento geográfico, guarda relações com uma Geografia, em que o estudo da Geografia da População, era uma terceira via de investigação entre a Geografia Física e a Geografia Humana, e essas disjunções marcaram o período moderno e estenderam suas normatizações à pluralidade de concepções teórico-metodológicas presentes na Geografia do século XX.

É esse o pressuposto que orienta a proposta de investigar a disciplina Geografia da População no contexto dos cursos de pós-graduação em Geografia do Brasil, e seus respectivos cursos de graduação[32]. Nesse sentido, esta pesquisa busca explicitar como foram construídos os discursos e os modos como são organizados os conteúdos sobre o rótulo da disciplina Geografia da População na atualidade. Nesse momento, consideramos prudente enfatizar que o acesso a esses cursos se deu por meio da análise dos programas das disciplinas de Geografia da População e disciplinas correlatas, dos cursos de pós-graduação em Geografia, credenciados pela CAPES, e por meio dos cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado em Geografia, acessamos as graduações dessas instituições, e com isso buscamos verificar como está não apenas a pesquisa, mas, também o ensino da Geografia da População no Brasil.

No entanto, antes de chegar aos dias atuais, buscamos ao longo da trajetória da Geografia, compreender as diferentes abordagens da Geografia da População pela ciência geográfica, refazendo por meio das principais concepções teóricas e metodológicas o caminho ocupado da população enquanto disciplina.

O presente estudo se estruturou a partir de algumas questões norteadoras: quais objetivos direcionaram a disciplina acadêmica Geografia da População a partir da institucionalização da Geografia em nível superior no Brasil? Quais referências teóricas a fundamentaram? Especificamente, procuramos compreender as permanências e

[32]É importante retomar que foram analisadas as graduações em Geografia que têm programa de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado reconhecidos pela Capes, e através dos programas de pós-graduação que acessamos os cursos de graduação, sobretudo, porque há, atualmente, muitos cursos de graduação em Geografia no Brasil, nos quais o tempo para a realização da pesquisa é exíguo se comparado com a quantia de material que teríamos que coletar e analisar, caso propuséssemos analisar todos. Dessa forma, as análises dos programas de pós-graduação em Geografia nos oferecem um panorama da pesquisa em População no Brasil, e as da graduação permitem-nos avaliar seu ensino.

transformações ocorridas no interior da disciplina, no âmbito acadêmico, a partir da história da Geografia e dos programas das disciplinas acadêmicas.

Retomando as observações inicialmente feitas na introdução desse texto, entendemos, finalmente, que são esses elementos que podem permitir a definição, de maneira mais elaborada e discutida, de critérios para eleger eixos norteadores para a investigação da Geografia da População. E como eixos, elencamos a breve recuperação histórica da Geografia, a Geografia brasileira e sua institucionalização, o entendimento sobre a criação das disciplinas, como foi explicitado nesse subcapítulo, por entendermos que esse movimento é importante por nos possibilitar entender melhor nosso objeto, e dialogar como está expressa a Geografia da População na atualidade.

Nesse sentido, foram analisados além dos programas de ensino, publicações acerca da temática estudada. É importante ressaltar que as escolhas dessas publicações (Revista Brasileira de Geografia e Boletim Paulista de Geografia), em virtude do número expressivo de publicações na área, ocorreram por serem publicações de alcance nacional e conhecidas por boa parte dos geógrafos do país, e também por serem revistas que surgiram quase que concomitantemente com a Geografia acadêmica brasileira. Contudo, os dados obtidos por meio da análise delas são tão somente no sentido de incrementar a análise. Além de outros documentos, cuja interpretação pode fornecer as pistas necessárias à urdidura da questão em foco.

Não há a ideia de uma hierarquização das fontes, orais ou escritas, mas o entendimento de que a diversidade dos documentos, sua contextualização e a observação rigorosa de suas condições de produção são balizadores indispensáveis para explicar a história da constituição de uma disciplina bem como sua função e relevância para a ciência de referência, ou seja, no nosso caso a Geografia da População.

3

GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO E SUAS DIFERENTES ABORDAGENS NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

O conhecimento é desejado pela maioria das pessoas, mas poucos param para explorá-lo com sabedoria, trocando os questionamentos anteriores por: qual o valor do conhecimento? Que tipo de conhecimento devo adquirir para me tornar uma pessoa melhor, um cidadão melhor, um profissional melhor? Porque até mesmo os sábios têm dificuldades para descrever o conhecimento, pois a ciência que estuda o conhecimento muitas vezes encontra-se perdida entre conceitos, teorias, descrições, hipóteses e princípios. Por não existir um conhecimento completo nem valor exato que satisfaça a fome de saber do homem, a humanidade busca o conhecimento para evoluir, sem reconhecer sua verdadeira importância. Por isso, a educação precisa formar cidadãos aptos a absorver informações e transformá-las em conhecimento para que a ignorância seja comprimida pela consciência de que o mundo que queremos dependerá dos nossos atos e atitudes. E, mesmo sabendo que milhões não alcançarão a sabedoria, a humanidade desvendará um dos maiores mistérios, que é o segredo do viver bem usufruindo da exata importância dos valores humanos.

Paulo Freire

A análise de uma ciência ou de uma disciplina acadêmica pode ser realizada de diferentes modos. Contudo, independente da forma utilizada ela não pode ser realizada de forma isolada, uma vez que a análise isolada é insuficiente, por não oferecer uma visão ampla de seu desenvolvimento e de suas dificuldades. Sem falar que ao investigar uma ciência ou disciplina estamos analisando também seus pesquisadores, pois a ciência é feita pelos homens, e esses possuem ambições, desejos e vontades.

Assim, a avaliação de uma produção científica pode ocorrer de várias maneiras, e está atrelada aos elementos escolhidos para desenvolver tal análise, como os econômicos, sociais, políticos, culturais, enfim, muitos outros. Desse modo, os critérios escolhidos serão os mediadores do processo de construção de determinadas formas de pensamento, nesse caso, específico a questão da Geografia da População.

Kuhn exerceu uma influência decisiva nos rumos da ciência. Ele avançou ao discutir as teses sobre o conhecimento científico e o conhecimento em geral, que receberam críticas filosóficas diversas ao longo dos anos. De forma simples a concepção huhniana consiste na tese de que o desenvolvimento típico de uma disciplina científica se dá ao longo de diferentes estruturas, para ele a transição para a maturidade, ou seja, para a fase científica de uma disciplina envolve o reconhecimento por parte dos pesquisadores que defina de maneira mais ou menos clara os principais pontos de divergência dessa fase. A mecânica de Aristóteles, a óptica de Newton, a química de Boyle e a teoria da eletricidade de Franklin estão entre os exemplos dados por Kuhn de paradigmas que fizeram algumas disciplinas adentrarem à fase científica. Kuhn entende a ciência como uma atividade de resolução de "quebra-cabeças", já que ela se desenvolve segundo regras relativamente bem definidas. Assim, quando um novo paradigma vem substituir o antigo, ocorre aquilo que Kuhn chama de revolução científica. Grande parte das teses filosóficas desse autor se tornou alvo de polêmicas entre os especialistas sobre o que ele assevera acerca das revoluções científicas.

Enquanto, para Gramsci, os intelectuais podem constituir um grupo autônomo e independente ou um grupo que possui sua própria categoria especializada de intelectuais. Para ele existem várias formas no processo histórico real das categorias intelectuais, destacando duas mais importantes: a do grupo social que nasce de uma função essencial no mundo da produção econômica, representado pelo empresário, mas também os senhores feudais que eram detentores de uma particular capacidade técnica; e o grupo social surgido a partir da estrutura econômica anterior e que não muda com a continuidade histórica.

Comenta ainda das analogias entre a Igreja e as relações de poder, e escreveu que com o absolutismo, cientistas, filósofos e teóricos não eclesiásticos passaram a compor uma categoria intelectual relevante. Tudo isso para montar um quadro geral histórico de quem são os detentores da intelectualidade em cada época. Assim, Gramsci traz à tona que cada período histórico contém em si as bases para o período posterior, o qual se caracteriza também, embora minimamente, pelo período precedente. O autor faz uma rica e profunda análise da conjuntura sócio histórico e econômico-cultural da Itália, da França, da Inglaterra, da Alemanha, entre outros países. Içando a um modelo analítico global como ocorre a organização cultural e intelectual no mundo. E discute o trabalho como central não só do princípio educativo nos processos de produção pedagógica e intelectual, mas também, nos processos de produção da vida social.

Tanto as argumentações de Kuhn quanto as de Gramsci, guardadas as devidas peculiaridades históricas de cada uma, faz-nos refletir que a produção acadêmica seja ela em âmbito político, acadêmico ou científico/disciplinar, refletem e se referem a um contexto histórico e a intencionalidades iminentes. Por isso não são puras ou simples manifestações do pensamento humano, porém formas de pensamentos criadas, engendradas ou forjadas de acordo com as demandas do mercado, ou dos interesses dominantes ou, até mesmo, da própria necessidade de consolidação e manutenção da ciência moderna ou "pós-moderna".

É importante salientar ainda, que a participação do pesquisador é importante nesse processo, já que seu modo de perceber e apreender a realidade dos fatos, incidem no resultado das análises realizadas e também na forma como os dados serão divulgados. Nesse caso, buscamos enveredar pelo caminho da Geografia da População em âmbito acadêmico, tomando como referência os programas das disciplinas de Geografia da População trabalhados na atualidade nos programas de pós-graduação de Geografia no Brasil. Durante a pesquisa, verificamos certo esvaziamento tanto no ensino como nas pesquisas sobre população na Geografia, os motivos que levaram a esse esvaziamento podem ser justificados por vários aspectos. Mas, antes de adentrar nessa questão, será feito um breve adendo acerca de um período considerado de grande efervescência para os estudos de população na Geografia brasileira.

Como fundamento para a análise, amparamo-nos num trabalho realizado pelo professor Odeibler Santo Guidugli, publicado em 1990 com o título "O Ensino da Geografia da População em Universidades Brasileiras: Características e Problemas". O

professor Guidugli é geógrafo e demógrafo, formou-se em Geografia e fez mestrado na Sociologia política, fez doutorado na Universidade de São Paulo com o professor Dr. Armando Correia. Seu projeto de doutorado enfatizava que na Geografia a população era estudada de uma maneira banalizada, mas que a população urbana era uma especificidade significativa e relevante na compreensão da Geografia. Como o espaço e sua população se urbanizavam era uma de suas preocupações. Donde derivou sua tese de doutorado sobre a cidade, todavia o apreço pela população e pelos estudos da Demografia contribuiu para que professor Guidugli, ao contrário de outros geógrafos, não padecesse da falta de uma formação demográfica, pois segundo ele, quando analisamos os trabalhos de geógrafos dentro da população, esses estão trabalhando com mortalidade, fecundidade, migração, porque na leitura deles é algo que está na Geografia e, portanto, estão fazendo Geografia. A migração, por exemplo, ao tratar do deslocamento espacial, da mobilidade, da concentração, dá um achego geográfico, um conforto geográfico, por isso no entender de Guidugli, o geógrafo trabalha predominantemente com a migração, e para ele isso é um equívoco, porque toda a dinâmica demográfica pode ser tratada e analisada pela Geografia. Guidugli salienta ainda que alguns geógrafos estão distantes das questões importantes para se trabalhar em população.

> Primeiro são pessoas quase avessas ou incompetentes ou desvinculadas das questões dos dados demográficos e esse é um tema de altíssima relevância, não é simplesmente encontrar o dado, é saber como tratá-lo, capaz de ser crítico ao dado, essa é uma questão fundamental, na demografia, isso é mais tranquilo, faz parte do nosso meio, na Geografia não [...] (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

No trabalho referido - O Ensino da Geografia da População em Universidades Brasileiras: Características e Problemas - o professor Guidugli realizou uma interessante pesquisa sobre o ensino da Geografia da População, para isso investigou os cursos de graduação de Geografia do Brasil. Por meio de questionários, pode não apenas diagnosticar, mas analisar a situação do ensino sobre o rótulo de Geografia da População no Brasil. A forma como organizou o trabalho e os dados obtidos, possibilitam-nos afirmar que seu trabalho é referência para aqueles que pesquisam a Geografia da População. Além de servir como apoio, e nos orientar no sentido de avançar com a pesquisa nessa área.

Em sua pesquisa, o professor Odeibler Santo Guidugli avaliou 62 (sessenta e dois) cursos de Geografia e em apenas um deles, na Universidade Federal do Amazonas a

Geografia da População não constava no currículo de formação em Geografia. Esse indicativo nos permite dizer que durante o período de realização da pesquisa do professor Odeibler Santo Guidugli o ensino de Geografia da População estava difundido nas universidades brasileiras, contudo, a pesquisa ainda era incipiente.

"No momento em que fiz a pesquisa eram centenas de departamentos, mas não tantos quantos hoje, aos que tinham a disciplina de Geografia da População era solicitado currículo, carga horária, entre outros elementos que fizeram parte da minha análise" (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

> Com relação à população na geografia, e a especificidade de uma disciplina chamada geografia da população, quando eu fiz minha pesquisa aparecia também este departamento, os chamados estudos sociais, comecei a verificar os cursos e era nítida a presença da geografia da população, ou a geografia humana contemplando a geografia da população (entrevista concedida a pesquisadora em abril de 2011).

Todavia, é válido destacar que a projeção dessa disciplina nas universidades brasileiras de Geografia, demonstra que houve um momento em que as questões afetas aos estudos populacionais na Geografia ganharam visibilidade no cenário nacional. As causas e desdobramentos desse processo é o que se busca, também, desvendar. Para tanto, consideramos necessário retroceder um pouco com intuito de lançar luz sob o objeto, e o caminho que se optou em construir, buscar, dialogar com a ciência geográfica e com isso, identificar os momentos de maior e menor inserção da Geografia da População.

Durante o século XX, muitas e variadas foram às tendências geográficas, cada qual influenciada por autores e linhas teórico-epistemológicas distintas. Cada qual ao seu modo buscaram introduzir na Geografia abordagens e referenciais pertinentes ao momento em que viviam e ao projeto de sociedade que se almejava construir.

Não se quer com isso, novamente, reconstituir as chamadas correntes de pensamento, como já salientado anteriormente, quer sim, recuperar o pensamento geográfico brasileiro, mas, por meio de uma abordagem investigativa. E, assim, dialogar com o objeto de investigação da pesquisa. Sem com isso desconsiderar os estudos desenvolvidos sobre as correntes de pensamento geográfico, especialmente, porque esse tema já fora tratado várias vezes e com propriedade. Aspiramos, no entanto, dar uma contribuição a essa discussão, sobretudo, porque o foco está voltado à questão da Geografia da População, e com isso busca-se entender inclusive se esse diálogo é possível.

A Geografia tradicional difundida nas primeiras décadas do século XX era centrada na observação e descrição principalmente do quadro natural, estruturada basicamente em

três partes: aspectos físicos, humanos e econômicos. Os aspectos físicos considerados os mais importantes, os quais abordavam principalmente a hidrografia, o relevo, o clima e a vegetação. Já as questões referentes à ação humana estavam inseridas no quadro natural, como se a paisagem tivesse sido modelada para receber a humanidade e fornecer a ela os recursos necessários a sua sobrevivência. Por fim, a parte econômica era enfatizada com o intuito de demonstrar a relação homem e meio, através das diferentes atividades econômicas desenvolvidas como o extrativismo, agricultura, pecuária, indústria e outros.

Havia dificuldades em explicar as relações existentes entre o homem e o ambiente, sob a tutela da Geografia tradicional. No que se refere aos estudos de população, predominava a ênfase nos conceitos e números, sem nenhuma contextualização com a realidade, ou seja, não se levava em conta os fatos cotidianos, as relações político-sociais e econômicas e adotava-se um estudo do espaço de maneira fragmentada. Por conta dessa fragmentação, era difícil estabelecer relações entre o homem e o meio físico e suas particularidades. A dicotomia imperante entre a Geografia Física e Geografia Humana, impedia que os estudos populacionais ganhassem a atenção necessária, já que preocupação da Geografia era estudar de forma compartimentada o meio físico e o homem e não analisar e entender as relações entre as sociedades e a natureza. É bom relembrar que essa forma de interpretação da população estava consonante com as preocupações e interesses do momento, o que significa que as teorias malthusianas já tinham de alguma forma, dado resposta a questão populacional, portanto, apenas era necessário vigiar e exercer quando necessárias formas de controle para que o crescimento populacional não viesse a prejudicar o desenvolvimento econômico necessário.

Émile Levasseur fez em 1891 um estudo sobre a população francesa, abordando as questões de população, notadamente a relação entre crescimento demográfico e crescimento econômico e faz a crítica da teoria malthusiana e da estimativa do valor do homem. A contribuição de Levasseur para a Geografia brasileira foi importante, uma vez que o autor estudou o país, contribuindo assim, com pesquisas sobre o Brasil, colaborando com outros intelectuais do século XIX. Para Levasseur, o Brasil demonstrava saber quais as instituições, quais os hábitos de trabalho e de economia, quais os costumes políticos e sociais eram favoráveis ao desenvolvimento pacífico de uma grande nação. Desde a fundação do Império, sob um governo nacional e liberal, e particularmente sob o reinado de um soberano que a Europa tinha apreciado pelas suas eminentes qualidades, o Brasil havia dado um passo considerável com a supressão gradual dos escravos, decretada há

treze anos. Esse passo havia sido dado de forma espontânea, de previsão, não sob pressão de outra potência ou como resultado de lutas, e desde essa época continuava-se a despender esforços generosos no sentido de uma libertação definitiva dos escravos. O autor apresenta dados sobre a população francesa tecendo considerações sobre a problemática da produção alimentar e o crescimento da população. Desenvolveu estudos de história da economia relativos à população francesa, ao trabalho e a classe operária. Levasseur possuia concepções próprias, de cunho genérico, que se poderiam designar como sendo de natureza teórico-cultural. Para ele, o homem seria aquele que daria forma a seu próprio destino. A natureza seria apenas a matéria que deveria receber a forma. A humanidade possuiria, na ciência, uma ferramenta capaz de agir sobre essa matéria, podendo assim dominá-la e configurá-la, mantendo as "harmonias econômicas" (LEVASSEUR,1891).

Nas décadas seguintes, a Geografia passou a ser reformulada, especialmente, porque a forma como vinha sendo trabalhada não dava conta de explicar as transformações econômico-sociais que estavam ocorrendo no mundo após a Segunda Guerra Mundial. Esse momento marcou o processo de renovação da Geografia brasileira e foi coroado com a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia que ocorreu no Rio de Janeiro em 1956 e contou com a presença de geógrafos oriundos de outros países que inclusive permaneceram no país ministrando palestras e cursos por um bom período de tempo. E em 1957 os cursos de Geografia e História foram separados, contribuindo para a valorização dessas áreas em cursos superiores, após alguns anos foram implantados laboratórios especializados na Universidade de São Paulo o que colaborou para o fortalecimento da Geografia e também para sua difusão em outras universidades do país.

O processo de renovação na Geografia fez com que as posturas teórico-metodológicas até então adotadas fossem vistas como algo ultrapassado. Assim, a chamada Geografia tradicional foi assolada por diversas críticas, sobretudo, pela ausência de praticidade e criticidade relegando-a ao passado que deveria ser superado.

Assim, entendemos que para Moreira, os estudos da população puseram em questão as abordagens, apenas quantitativas, com relação ao crescimento e à estrutura. Questionando-nos até onde foram as mudanças? Para o autor, o método de estudos de população na Geografia apresenta duplo aspecto: a ausência de caracterização da historicidade do fenômeno populacional; e sua “fragmentação-colagem”. O autor ofereceu uma importante contribuição ao criticar esse recorte temático em crescimento, estrutura e

distribuição da população e ao propor que se integre o homem e a sociedade da qual faz parte; que não se dissolvam essas duas categorias.

Concordando com as numerosas críticas apresentadas à forma como vinha se desenvolvendo o estudo da população, é forçoso reconhecer que, tanto na universidade como nos livros didáticos, a tradicional "fragmentação-colagem" está presente. Infelizmente é isso que predomina na visão evolucionista, fruto da abordagem tradicional da Geografia, em que os modelos ocidentais de crescimento econômico e demográfico têm servido de parâmetro, e por meio deles têm sido percebido o crescimento populacional. No entanto, a recente moda de preocupações ecológicas trouxe para a atualidade, considerações efetuadas na virada dos anos 60 para os 70 sobre o confronto entre o rápido crescimento demográfico e a capacidade de carga do planeta. Na visão neomalthusiana, ainda dominante em muitos autores, a explicação para o "subdesenvolvimento", seria buscada no crescimento populacional.

Durante o processo de desenvolvimento da denominada nova Geografia, os trabalhos gráficos vinculados a dados estatísticos ganharam projeção, os estudos de população ficavam atrelados aos números, à busca pela coesão metodológica e a necessidade de produção científica, pautadas em dados mensuráveis, fortalecia o emprego de modelos matemáticos. Todavia, os trabalhos desenvolvidos pela Geografia pragmática, constituíram-se em importantes elementos para a compreensão do espaço geográfico. No que diz respeito aos estudos de população sob a luz dessa concepção de Geografia, esses puderam contar com dados mais precisos, contudo, as análises mantinham-se vinculadas a quantidade pela quantidade, como se o números pudessem explicar sozinhos a dinâmica da população.

Para Harvey (1969) essa Geografia derivava de um conjunto de postulados, fundamentalmente econômicos, sobretudo, baseado no comportamento dos consumidores e fornecedores. Almejavam-se reduzir gastos com transportes de produtos, ou seja, esses postulados estavam atrelados a uma teoria na qual era possível diminuir o arranjo espacial dos centros de serviço. Para tanto, foram criados alguns modelos de arranjos espaciais, com formas e contextos diferenciados. Durante o predomínio da nova Geografia os indicadores estatísticos invadiram os estudos populacionais. Havia certa obsessão numérica em torno das questões populacionais, e no entendimento desses estudiosos essas questões podiam ser explicadas através do emprego de números, tabelas, gráficas e pirâmides que

dominaram o campo de estudos da Geografia da População, especialmente, pelo desejo em transformar a Geografia em uma ciência exata, quantificável.

Para David Harvey, o reconhecimento de que as dimensões do espaço e do tempo são relevantes e de que há Geografias reais de ação social, territórios e espaços de poder reais e metafóricos se tornaram vitais, como forças organizadoras na geopolítica do capitalismo. Foram constituintes de inúmeras diferenças e alteridades que têm de ser compreendidas tanto por si mesmas, quanto no âmbito da lógica global do desenvolvimento capitalista. Para ele, o materialismo histórico enfim começa a levar a sério sua Geografia. O materialismo histórico-geográfico é, portanto, um modo de pesquisa aberto e dialético, em vez de um corpo fixo e fechado de compreensões (HARVEY, 1992).

A denominada Geografia pragmática intensificou-se nos anos 1960 e 1970, principalmente, por conta dos interesses governamentais. Vivemos, nesse período, uma intensa participação governamental nas diferentes esferas da vida pública. O arcabouço oferecido pela Geografia pragmática servia para sustentar a ideologia do governo, tendo em vista que a ciência estava a seu serviço. Assim, faziam uso das descobertas científicas para alcançarem os objetivos almejados. Se por um lado as descobertas científicas colaboravam para o aprimoramento de métodos e técnicas, por outro, podia cercear o direito individual e coletivo. Uma vez que o governo tinha em suas mãos a possibilidade de controlar os variados segmentos da sociedade, visando com isso, atender seus interesses. Desse modo, dependia para quem o conhecimento científico era ofertado, quais os reais anseios de quem o direcionava, bem como, os investimentos a ele destinados.

Para Gramsci (1996), a individualidade e personalidade se constroem pela consciência e pelo agir do homem a partir das circunstâncias, através da tomada de consciência das relações do que o limita ou o liberta. Assim, está atrelada à compreensão da relação da formação do indivíduo a partir do envolvimento do sujeito no contexto social, num compromisso constante com a sociedade.

A questão a ser discutida perpassa pela análise sobre os desdobramentos de quando o conhecimento científico é usado de modo a colocar em prática uma política antidemocrática, sobretudo, por meio de governos autoritários. Ao longo do século XX testemunharam-se as arbitrariedades ocorridas sob a égide de governos totalitários, tanto de direita quanto de esquerda. A ênfase na ciência pautada em filosofias desiguais como o positivismo e o historicismo, ocasionou em prejuízos, a busca por verdades universais, promovidas pelo emprego incisivo da estatística. Geraram problemas tanto para a

sociedade quanto para uma disciplina científica como a Geografia da População. Para o historicismo qualquer fenômeno, seja social, cultural ou político é histórico e só pode ser compreendido pela história. É importante perceber que o historicismo quando aparece, sobretudo, na Alemanha do século XVIII apresenta um caráter conservador, ou até mesmo reacionário, já que visava legitimar as instituições econômicas, sociais e políticas existentes, e todas as tentativas de abolir essas instituições eram consideradas anti-históricas.

> A função ideológica essencial do palavreado da geografia escolar e universitária foi, sobretudo de mascarar, através de processos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço, sobretudo para a condução da guerra, assim como para a organização do Estado e da prática do poder. É, sobretudo, a partir do momento em que surge como "inútil", que o palavreado da geografia exerce sua função mistificadora mais eficaz, pois a crítica de seus fins "neutros" e "inocentes" parece supérflua (LACOSTE, 1977 apud MOREIRA, 2007, p.61).

Várias críticas foram feitas à Geografia pragmática brasileira, por servir ao planejamento e auxiliar o regime militar. Contudo, vale ponderar que cada momento histórico, adotava concepções filosóficas que contribuíssem ou estivessem de acordo com as necessidades mais iminentes. Na qual, cada um desses modelos ou paradigmas pôde a seu modo, colaborar ou não para a aquisição e construção de conhecimento. Lembrando que não há neutralidade na produção científica, e dessa forma, os estudos de população postulados sob a "batuta" do pragmatismo avançou em termos de coleta de dados e no aprimoramento de técnicas de análises, porém, atenderam as especificidades do Estado que tinha como égide fundamental o conhecimento do território brasileiro, seus limites, fronteiras e seu povo, mesmo que em termos numéricos. Pois, por meio dessas informações era possível, por exemplo, a adoção de políticas públicas ou medidas "paliativas" ou provisórias que viabilizassem o desenvolvimento da nação e o fomentar o ideário do "bem-estar social".

O processo de produção do conhecimento na Geografia acompanhou as necessidades e condições histórico-sociais de cada período. Nesse sentido, ora uma ora outra concepção teórica predominava nas análises geográficas, que passavam a considerar os fenômenos espaciais e sociais de acordo com a realidade vigente. Em relação aos estudos de população na Geografia esse processo não foi diferente. Com base nas leituras e estudos desenvolvidos para a elaboração da tese, podemos notar que o espaço ocupado pela população na Geografia, não foi de destaque, mesmo em períodos onde a Geografia da

População esteve em evidência no Brasil, contudo, essa situação decorre da adoção de diferentes proposituras teórico-filosófica e metodológica incorporada pela Geografia ao longo de sua trajetória.

Com a Geografia pragmática, os estudos populacionais ganharam projeção por meio do emprego da estatística e de modelos teóricos, convergindo numa aplicação prática dos conteúdos e conceitos embasados no chamado neopositivismo.

O geógrafo Christaller (1893-1969) criou a "Teoria dos Lugares Centrais", assim como outras, como a dos sistemas e as noções de percepção e comportamento. O emprego do termo nova Geografia foi proposta por Manhey em 1966, entre as características dessa escola estão: um rigor maior na aplicação da metodologia científica, um maior incremento de teorias, o uso de técnicas estatísticas e matemáticas, entre outras. É importante relembrar que o aparecimento de uma concepção geográfica não rompe totalmente com as antigas, muitas vezes, ambas se sobrepõem. As origens do movimento que culminou com a chamada nova Geografia estão presentes na ação científica que buscava solucionar ou encontrar meios para amenizar a crise econômica capitalista, além de criar mecanismos ou instrumentos de controle social, culminado em ações voltadas ao planejamento regional e urbano. Demandas postas às ciências humanas, no período pós Segunda Guerra Mundial, propiciou que a Geografia recorresse ao método científico e a modelos espaciais através de abordagens quantitativas. Entre as contribuições relevantes da ciência geográfica foi permitir ou possibilitar que o espaço geográfico emergisse como algo importante para os estudos científicos de forma geral. Sendo que a reorganização territorial e os desdobramentos inerentes a esse processo passaram a configurar como um elemento relevante para a compreensão das relações pessoais e econômicas. Por isso, as precisões das informações populacionais, obtidas com o emprego da nova Geografia, acenavam como mais um ingrediente na organização do território e no controle e distribuição das pessoas e dos recursos econômicos.

Dessa forma há de considerar que cada momento expressa as condições materiais que o formou, assim com o passar do tempo alteram-se as terminologias e o sentido da Geografia. Não se trata de um processo natural, mas sim historicamente produzido, como o que ocorreu com a Geografia pragmática que foi 'suplantada' pela Geografia da percepção. Porém, sempre considerando que essa suplantação ocorre de forma gradativa e assim como em outros momentos as diferentes concepções e abordagens geográficas podem convergir. Em oposição a Geografia pragmática desponta-se a Geografia da percepção que estava

voltada a recuperar o valor do homem na Geografia. Em **Topofilia**, Tuan (1980) propõe a abordagem dos conceitos de percepção, atitudes e valores do ser humano em relação ao meio ambiente, entendido como "[...] tudo aquilo que rodeia o homem, quer como indivíduo, quer como grupo, e dessa forma ele não é apenas composto de cores, formas e extensões, mas também de sons, odores e sensações" (OLIVEIRA, 2000, p. 21).

> A percepção é a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital na qual, certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos têm valor para nós, para a sobrevivência biológica e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (TUAN, 1980, p. 101).

Conhecida, também, como Geografia humanística ou comportamental, essa Geografia busca através da adoção de diferentes procedimentos metodológicos investigarem como as pessoas sentem e se relacionam com o espaço, usando para isso explicações oriundas da psicologia. Para a Geografia da percepção, o estilo de vida de um povo é a soma de suas atividades econômicas, sociais e ultraterrenas. Essas atividades geram padrões espaciais; requerem formas arquitetônicas e ambientes materiais que influenciam o padrão das atividades. E o habitante da cidade parece ter uma necessidade psicológica de possuir uma imagem da totalidade do meio ambiente para localizar o seu próprio bairro.

> Cada pessoa é vista como tendo um lugar natural, que é considerado o ponto zero de seu sistema pessoal de referência. Cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação (BUTTIMER, 1982, p. 177).

Desse modo, podemos verificar que a Geografia da percepção buscou dialogar com as questões populacionais. Porém, se esse diálogo oportunizou análises promissoras para a Geografia da População é outra história. Uma vez que a Geografia da percepção inspirada no positivismo e no kantismo tem alguns de seus seguidores comprometidos com o humanismo e se dedicaram em compreender o papel desempenhado pelo homem, como ser independente e não como sociedade.

Kant, por exemplo, buscou a partir de um método crítico a priorístico, denominado por ele de filosofia transcendental, expor os limites e as condições de possibilidade do conhecimento humano. A filosofia transcendental procurava as razões que realmente poderiam fundamentar as verdades que se tornariam ciência. Isto é, as que podem ser aceitas aqui e em qualquer outra parte do universo. Para tanto, explicita a questão

primordial de sua obra: a busca pelos juízos sintéticos a priori da metafísica. Tal tarefa assim constituída passa a ser analisada nas partes posteriores, denominadas de Estética Transcendental e Analítica Transcendental. Para a Geografia da Percepção a solução se dá pelos elementos a priori da faculdade da sensibilidade, espaço e tempo, e os do entendimento, as categorias. A relação desses elementos para com os objetos a posteriori gera o conhecimento empírico. E, a partir dessas premissas se desdobram mesmo que parcialmente a Geografia comportamental. Dessa forma, a percepção estará sempre ligada a um campo sensorial e subordinada à presença do objeto, que lhe fornece conhecimento por conotação imediata.

Para Tuan (1980) a superfície da terra é extremamente variada, mas são ainda mais variadas as maneiras como as pessoas percebem e avaliam essa superfície. Duas pessoas não veem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. Para ele os seres humanos ostentam uma capacidade altamente desenvolvida para o comportamento simbólico. Uma linguagem abstrata de sinais e símbolos é privativa da espécie humana. Com ela os seres humanos construíram mundos mentais para se relacionarem entre si e com a realidade externa. Os povos, em diferentes épocas e lugares, construíram seus mundos de maneira muito diferente.

> Kant, portanto, fornece um fio condutor para pensar o lugar e o espaço vivido e experenciado, na medida em que entendemos que podemos analisar o espaço e formular conceitos a partir das intuições sensíveis de algo. A intuição humana supõe um objeto dado e que este nos afeta o espírito. Segundo ele é pela sensibilidade que nos são dados objetos e apenas ela nos fornece intuições (ALMEIDA, 2011, p.51).

A partir das concepções engendradas pela Geografia da Percepção alguns estudiosos começaram a investigar a natureza das migrações, orientadas por questões econômicas, e também nas formas da percepção do espaço urbano. Os estudiosos dessa escola como Tuan e Lívia Oliveira se dedicaram com os padrões de caráter multidisciplinares voltados, sobremaneira, para as políticas de planejamento. No entanto, imbuídos na vontade de produzir estudos geográficos vinculados com a educação ambiental.

Estudos como a natureza das migrações ganharam destaque, porém, associados às causas econômicas, na percepção do espaço e nas noções de distância. Essa forma de análise dificultava a reflexão objetiva, uma vez que a percepção de cada lugar está vinculada a concepção de mundo e da sociedade de cada indivíduo. Estando relacionado às

suas vivências e caracterizando-se por análises individualizadas e subjetivas. Não havendo, portanto, uma ideia de espaço, mas uma superposição de espaços de um mesmo lugar, os críticos alertavam que essa concepção geográfica favorecia a alienação, já que estavam descoladas da realidade e voltadas aos pressupostos do psicologismo. Dessa forma, os estudos de população estavam ligados à forma como cada um entende ou percebe o mundo, a ênfase no indivíduo, a não contestação da ordem estabelecida à transferência para o individual de muitos problemas considerados como sociais, os quais contribuíram para que as análises populacionais na Geografia se tornassem ainda mais incipientes, já que a coletivo sucumbia ao individualismo.

As diferentes concepções que nortearam a ciência geográfica, uma buscando sobrepor-se a outra, continuaram a produzir estudos populacionais com pouco ou nenhuma mudança significativa. Especialmente, na forma como a Geografia interpretava, analisava e discutia a questão populacional, demonstrando com isso as dificuldades existentes em produzir estudos populacionais críticos à luz da Geografia. Como forma de superar esses limites nas análises populacionais geográficas, desponta-se o emprego de categorias como a mobilidade. Por meio dessa categoria é possível assegurar aos estudos de população na Geografia um caráter crítico sob as análises espaciais, bem como suas interações, possibilitando aos sujeitos, perceber e analisar as mudanças naturais e humanas no contexto da contemporaneidade e do processo de globalização pulsante.

Contudo, é evidente que existe certa dificuldade da Geografia em trabalhar com as questões populacionais de modo dialógico, ou seja, o de entender o papel e o lugar da Geografia da População no contexto atual e de compreender que os fenômenos populacionais não podem ser encarados dentro de uma ordem social estática, mas de uma sociedade em movimento. Não dos interesses da classe dirigente, mas dos interesses de todos, para poder quiçá abraçar por meio da Geografia da População, um horizonte cada vez mais amplo, e entender à multiplicidade de necessidades dos grupos sociais. Muitas hipóteses podem ser levantadas com o intuito de entender os motivos que contribuem para que a Geografia da População seja uma área de pouco destaque na Geografia. Nesse sentido, as entrevistas realizadas com especialistas na área podem ajudar a entender as raízes dessa dificuldade, o professor Helion Póvoa Neto aponta:

> [...] a Geografia da população não é vista como uma área forte dentro da Geografia, normalmente a ênfase é maior para a urbana, política e para as questões vinculadas a temas internacionais. É uma coisa difícil de explicar, talvez porque na Geografia da População o enfoque da Geografia não ficou claro, ao contrário da urbana com a questão do

> espaço construído e da territorialidade, ficou claro aos olhos do geógrafo, assim como o tema das fronteiras internacionais. O tema da População se confunde muito com o do demógrafo, com o sociológico, e penso que isso fez que não existisse uma identidade muito clara dos geógrafos da População (entrevista concedida a pesquisadora, abril de 2011).

O professor Helion Póvoa Neto formou-se em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro em 1982, tanto em licenciatura quanto bacharelado, teve como professores pessoas que estavam inseridas no movimento de renovação de Geografia. Começou o curso em 1979, momento onde ocorreram vários encontros da Associação de Geógrafos Brasileiros, em 1978 e 1980 estudou com o professor Milton Santos, Póvoa foi seu estagiário sobre uso do solo urbano, desde esse momento o interesse sobre Geografia urbana aumentou. Devido, a influência de professores que participaram do movimento de renovação da Geografia, como o Rui Moreira e Carlos Porto, ele teve uma boa formação. O curso de Geografia da PUC ficava inserido na área de Ciências Sociais. Fez cursos básicos relacionados às áreas sociais, e esses cursos o ajudaram a se interessar pela questão da migração. O professor Póvoa Neto relatou que para ele a Geografia urbana e a Geografia agrária se comunicavam com a migração. Ao finalizar a graduação, seu trabalho de conclusão de curso foi sobre migrações, no qual investigou um município pequeno, ou seja, estudou a população numa área de plantação de café relacionando-a com o período de crise dessa atividade agrícola. E ao ingressar no mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e sua adesão ao Instituto de Pesquisa Interdisciplinar de Estudos Migratórios (IPPUR) contribuiu para que seu interesse sobre interdisciplinaridade se desenvolvesse, e salientou que esta aproximação com as questões multidisciplinares já estavam de certa forma presentes desde a graduação por conta do movimento de crítica à Geografia tradicional, no qual a leitura de muitos autores não geógrafos eram comuns. E com o mestrado, o professor Póvoa Neto teve a oportunidade de se desenvolver com mais afinco, fundamentando seu trabalho também em autores não geógrafos, sobretudo, sociólogos e economistas, mas sempre vinculado à migração.

Póvoa Neto relatou ainda que trabalhou num projeto de pesquisa do professor Carlos Vainer, e que hoje, ele se dedica mais aos estudos de mobilidade do trabalho, o qual o professor Póvoa também se apropriou em seus estudos, por conta da aproximação com Vainer, realizando nesse período uma pesquisa sobre as agências de planejamento no estado do nordeste, novamente vinculada à questão migratória. À entrada no doutorado

demorou um pouco, durante esse período ele lecionou na educação básica e também na PUC até que em 1991 ingressou na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) onde trabalhou por 15 anos ministrando várias disciplinas, sobretudo, as ligadas à população. Como Geografia da População e Geografia da População do Brasil o professor Póvoa Neto tratava sobre povoamento e ocupação do território, ao passo que também começou a trabalhar com disciplinas optativas sobre migrações, e com a criação do mestrado de Geografia na UERJ, por volta de 2001 lecionou uma disciplina sobre migração. Criando um núcleo, juntamente, com outra professora e o interesse pelas migrações internacionais foi se expandindo. No doutorado iniciado em 1991 na USP, começou a estudar as migrações dos garimpeiros, seu orientador foi o professor Dieter. Investigou o processo histórico das migrações nas áreas de garimpo. Em 2000 foi criado o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) e o gosto pela interdisciplinaridade tomou mais corpo e adesão com a entrada de pessoas que trabalham sobre migração em diferentes aspectos, o que perdura até hoje. Em 2006 fez o concurso da UFRJ e trouxe consigo o NIEM, no qual continua trabalhando com o tema das migrações, e passou a não dar mais aulas de Geografia da População. Atualmente dedica sua vida acadêmica a estudar as migrações, questões como políticas de acolhimento de refugiados do Rio de Janeiro desde a Segunda Guerra Mundial até a atualidade, como o caso dos congoleses, fazendo ao mesmo tempo contato com várias associações de refugiados. Seu pós-doutorado realizado em 2003 foi realizado num centro de estudos ligados a Igreja Católica, dos Scalabrianos que é uma ordem religiosa e realizou seu estudo na Itália. Colaborando ainda mais para a questão da interdisciplinaridade. Póvoa Neto relata que sua relação hoje, com a Geografia da População é de interesse, mas recorre que o que faz não é estritamente Geografia da população, apesar da compatibilidade dos estudos.

Diante do que foi exposto e da trajetória do professor Póvoa Neto, podemos também perceber que trabalhar com a questão da Geografia da População é um desafio para os geógrafos e representa ainda mais uma compartimentação dentro da Geografia, todavia, os temas a ela atribuídos podem muito bem ser trabalhados por outras ciências e também pela Geografia como é o caso da migração que ocupa um lugar de interesse na produção geográfica atual. Para Póvoa Neto:

> Os estudos sobre migração no Brasil de modo geral acabou sendo um processo importante desde o final da Segunda Guerra Mundial e a partir de 1908 e 1990 o Brasil começa a receber novos imigrantes como os latinos americanos, asiáticos e africanos, e ao mesmo tempo o Brasil passa também a ser um país de emigração. No qual a questão dos

> brasileiros no exterior começa a aparecer, inclusive, torna-se preocupação da Associação Brasileira de Estudos da população. Por conta da grande inserção do Brasil na migração internacional, hoje há um grande interesse sobre isso, basta analisar revistas como a Travessia. O campo de estudos da migração se expandiu e da geografia, e eu, como geógrafo, sempre considerei que o tema migração está profundamente imbricado na Geografia, porque as migrações são manifestações dinâmicas do espaço geográfico. Todo processo de circulação de bens e mercadoria envolve pessoas, assim como os processos de controle por meio das questões dos estudos de fronteiras. Por conta da minha experiência e contato com outros pesquisadores, percebo que quantitativamente os geógrafos não são os que mais estão produzindo no campo das migrações, pelo menos até onde eu sei, o que acontece é que têm pessoas estudando o tema porque é encantador, fascina as pessoas, o que normalmente não ocorre com a Geografia da População. Percebo que o tema da migração é central, no entanto, a subárea geográfia da População está no segundo time, dentro das diversas áreas da Geografia (entrevista concedida a pesquisadora em abril de 2011).

A discussão apresenta a nosso ver duas facetas, uma é que os temas populacionais podem ser trabalhados de forma interdisciplinar sem com isso empobrecer suas análises, como o caso das migrações. E outra é que a compartimentação ou reducionismo, ou até mesmo falta de conhecimento acaba por algumas vezes reduzir, limitar o universo de análise dos estudos da Geografia da População, o que pode levar as mesmas interpretações dos fenômenos, sem muita autonomia, o que pouco contribuiu para os avanços dos estudos populacionais na Geografia. Considerando-a, muitas vezes, como uma disciplina sem um fim ou propósito ou validade específica. Nesse mundo globalizado, de economia tão volátil, no qual as pessoas desejam cada vez mais e mais, será que a Geografia da População não tem sentido mesmo?

Lembrando que a fragmentação do conhecimento é resultado da necessidade em produzir ciência capaz de dar respostas cada vez mais rápidas e "eficientes", o que nos leva a indagar a quem a ciência serve? E a quais interesses? E qual a relevância dos estudos populacionais na Geografia, nessa perspectiva? Uma vez que a própria noção de eficiência está alicerçada à concepção de estado neoliberal, e nesse modelo de desenvolvimento econômico não há espaço para conjecturas pouco produtivas, a lógica é a produção de conhecimentos úteis à vida material. Na qual as análises da população não se enquadram ou não são relevantes. Dessa forma, por que se interessar pelos estudos populacionais, já que eles não representam *status* científico, e os demógrafos já dão conta de oferecer dados para que as pessoas saibam onde e como vivem os diferentes grupos humanos. O que buscamos expressar com essas palavras é que predomina o viés do esquecimento das

causas e consequências da vida humana, dos motivos e das condições de produção da vida, e quanto mais se busca respostas, ficamos mais certos de que elas não existem. Para ajudar a elucidar essa questão a professora Amélia Damiani lembra:

> O estudo da população é importante dentro da Geografia não só para estudar a mobilidade do trabalho, mas também para nos situarmos e expormos a leitura que imperou há séculos sobre a População, que é a leitura Malthusiana, leitura essa que achata, distorce os fundamentos do que seria a População. Destituir a ideologia malthusiana revelando que ela foi instrumental, serviu ao imperialismo, e é importante até na geopolítica. Portanto, na formação do sujeito em qualquer âmbito e agora com a questão ambiental volta a ser importante ativar essa discussão, porque há uma naturalização da questão social que pode expor novamente e acionar as leituras malthusiana (entrevista concedida a pesquisadora, abril de 2011).

A professora Amélia Damiani graduou-se em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) em 1975, fez mestrado em Geografia Humana pela USP em 1985, doutorado em Geografia Humana pela mesma Instituição em 1993 e livre-docência em Geografia Urbana pela Universidade de São Paulo em 2008. É professora doutora da Universidade de São Paulo com experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: cotidiano, urbano, urbanização crítica, produção do espaço e metrópole. Ao escrever o livro **População e Geografia** em 1991, acreditava que seria para os colégios, mas pela ausência de bibliografia o livro se tornou um texto universitário. Para ela a passagem de uma leitura malthusiana para uma leitura marxista tornou-se uma discussão importante, assim como a questão da superpopulação absoluta para superpopulação relativa. Porém, Damiani acredita que o reconhecimento da literatura do cotidiano, jornais, revistas e da reiteração de leituras malthusianas, é subliminar nessa questão. Nos livros clássicos de Geografia há uma primeira aproximação relevante, do ponto de vista analítico nas monografias clássicas, assim como nos estudos amplos sobre a questão urbana, pois tem uma aproximação quantitativa do processo. Assim como, ela defende que há uma relação entre a Geografia e a Demografia como ciência moderna nos estudos populacionais, e relata que no seu texto há essa aproximação. Com o apoio das obras do professor Pierre George, a autora foi decifrando no cerne de cada capítulo, uma aproximação quantitativa. Destaca que a aproximação com a população tem esse caráter relativo à quantidade, mesmo não sendo estritamente demográfico, pois para ela antes de ser demográfico, filosoficamente de uma relação com a quantidade, é necessário primeiro ter instrumentos analíticos para lidar com a quantidade. Sobre a

quantidade, a autora argumenta que esse elemento o texto vai reconhecer, tornar mais concreto essa abordagem e conhecer uma diversidade qualitativa, e destaca que é interessante verificar a importância de superar o limite malthusiano da interpretação, porque a leitura malthusiana pode ser perversa em relação às diferenças socioculturais, diferenças políticas, já que homogeneíza tudo.

Com o advento da chamada Geografia crítica, o espaço geográfico passa a ser concebido como fruto da ação humana, construído por meio do trabalho. Essa concepção geográfica busca romper com a compartimentação dos saberes geográficos, através de uma abordagem integrada dos conteúdos, sendo o espaço geográfico resultado da inter-relação entre os aspectos físicos e humanos, levando em consideração as transformações espaciais causadas pela ação antrópica e pelas causas naturais tanto a nível local quanto global.

Na prática, a Geografia crítica se configura como possibilidade de discussão sobre o espaço geográfico, buscando avançar para além da descrição das paisagens, considerando as relações entre espaço e sociedade, auxiliando na formação de sujeitos críticos e integrando o meio físico e as relações interpessoais. Com essa abordagem, os estudos populacionais começaram a superar as explicações pautadas, sobretudo, em análises quantitativas existentes até então nos estudos de População, difundidos pela Geografia. A professora Amélia Damiani (2008) reforça essa ideia quando escreveu sobre a valorização dos dados quantitativos nos estudos populacionais, em detrimento dos aspectos humanos, históricos, presentes na Geografia por um bom tempo.

Dessa forma, salienta-se que população pode ser bem compreendida à luz das condições que foram criadas, ou seja, analisando a forma como as pessoas satisfazem suas necessidades e garantem sua sobrevivência, seus valores culturais e sociais, suas ferramentas de organização, entre outras coisas. Uma abordagem contextualizada da população possibilita entender que não é possível se satisfazer apenas com médias nacionais, que frequentemente disfarçam fortes contrastes regionais. Para isso, é importante desenvolver métodos de estudos e análises que realmente contribuem no entendimento da dinâmica demográfica e seus condicionantes de forma crítica e participativa. Neste aspecto, Damiani reforça:

> A dificuldade em trabalhar com População na Geografia é não instrumentalizar os estudos populacionais, porque os estudos populacionais de caráter e fundamentos malthusiano se tornaram instrumentais, tanto que numa certa circunstância na década de 1970, Raffestin escreveu um livro "Geografia em Poder", e nele o autor cita que a população da Espanha se recusava ser mapeada através do censo,

> porque liam como uma forma de controle. Ele transmutou a leitura foucaultiana para o trabalho dele. A dificuldade está em não instrumentalizar a Geografia, porém quando estudei Geografia da População era uma fase que o marxismo tinha entrado na Geografia, inclusive estávamos em direção à democratização do país, então os estudos populacionais na universidade de São Paulo não foram instrumentalizados, não serviram ao planejamento de estados estritamente e deixaram livres a mim e a outros colegas para trabalhar, considerando as metamorfoses socioculturais e a População (entrevista concedida a pesquisadora, abril de 2011).

Assim, para romper com o formato não instrumental dos estudos populacionais, é imprescindível a superação ou substituição de alguns conceitos ou concepções presentes nesses estudos. Como por exemplo, a concepção de população estanque ou concebida, que prevalece ao se estudar essa temática, como se as pessoas num dado espaço fossem objetos de contemplação e não de investigação. Vale salientar a participação do pesquisador e que seu modo de perceber e entender a realidade incidirá no resultado de suas análises. Odeibler ao tecer críticas da forma como o geógrafo lida com as questões demográficas diz:

> No caso da Geografia as pessoas começam assim, considerando-a como dona do espaço, e de quem é o espaço? O espaço é da Geografia? Pois, é assim que muitas análises começam, como se a Geografia fosse dona do espaço, mas esse espaço tem população, e essa população muda, e muda quantitativamente e qualitativamente, quantitativamente quanto ao seu número, no total de habitantes e qualitativamente muda em termos de fecundidade, na medida em que essa se altera, muda na questão da mortalidade infantil, muda em relação ao índice de sobrevivência, de expectativa e forma de vida. Mas, sobretudo, ela muda espacialmente, e para o geógrafo é uma dificuldade imensa lidar com o espaço e a mortalidade infantil, a fecundidade, entre tantas coisas. Então o que ocorre é que o geógrafo está trabalhando com um espaço complexo, arbitrário, repleto de pessoas, e ao ver essas pessoas encontra dificuldade de trabalhar, porque, ou ele vai para a migração, e muitas vezes se desgasta por ver que este lugar não é necessariamente só produto de migração. E esta é uma questão muito interessante de ser percebido (entrevista concedida a pesquisadora em abril de 2011).

Como salientado, por um longo tempo os estudos da população na Geografia punham em destaque as abordagens apenas quantitativas. Embora isso ainda predomine, o que podemos notar é que ela vem sofrendo mudanças. A professora Damiani nos alerta que:

> Para Pierre George, as formas de sociabilidade não vão se alterar com o processo de concentração da população, pois além da questão migratória tem a questão social que se modifica a partir da experiência urbana. Em relação ao professor Pierre George os primeiros momentos de leitura dele são demarcados pela Geografia Clássica, pelo projeto da Geografia

> Clássica, depois começamos a perceber a influência da demografia, e isso alterou substancialmente a forma dele inserir os estudos populacionais no corpo dos estudos geográficos, e foi importante, pois os estudos de população de uma forma escrita levam em consideração em seus fundamentos históricos certa relação com o Malthus, e pouca relação com Marx, enfatizando que, é mais difícil acessar pelas leituras marxistas as questões populacionais, embora seja extremamente importante (entrevista concedida a pesquisadora em abril de 2012).

Sobre a influência da Geografia crítica, muitas destas mudanças não ocorrem somente nas universidades, mas, inclusive nas escolas, ou seja, o conhecimento produzido nas universidades é reproduzido nas escolas, claro que guardadas as especificidades de cada segmento. Entretanto, em relação aos conteúdos de população trabalhados nas aulas de Geografia nas escolas, percebe-se que mudanças vêm ocorrendo, especialmente, por conta das críticas realizadas por autores de livros didáticos que, algumas vezes, mesmo sem modificações radicais, passaram pelo menos, incluir novos assuntos nesse campo de estudos. Inclusive, o professor Helion Póvoa Neto relembra:

> O tema da População no 6º ano é um dos temas que mais propicia o debate com os alunos em aula, inclusive as questões políticas, e podemos tratá-las tanto no nível escolar quanto na universidade. O controle da natalidade, a crítica ao malthusiano, à questão do migrante como o responsável pela marginalidade, entre outras. Quando se começa discutir isso com alunos, a questão do racismo aparece muito vivamente, os temas populacionais mexem com questões políticas importantes, como a questão da capacidade de sustentação do planeta em relação ao crescimento populacional. O geógrafo da População tem a oportunidade de travar em sala de aula um debate sobre esse tema, porque é o melhor lugar para isso. Por exemplo, na escola o professor tem a oportunidade de abordar questões importantes sobre população, quem pode se aproximar um pouco do tema é o professor de ciências, que muitas vezes tem uma visão viciada pelas ciências naturais, o professor de Geografia tem a oportunidade de trazer à questão da População no espaço geográfico, eu penso que a Geografia pode contribuir muito com o enriquecimento desse tema (entrevista concedida a pesquisadora, abril de 2011).

Nesse sentido, cabe reforçar a crítica à visão evolucionista que ainda recai sobre as aulas de população nas escolas, nas quais considera as diferenças culturais como consequências de sucessivos atrasos no desenvolvimento econômico de alguns países. Na visão evolucionista os modelos ocidentais de crescimento econômico e demográfico têm servido de parâmetro para o estudo do crescimento populacional. Nessa análise, predomina uma visão neomalthusiana em que se mostra uma relação linear entre crescimento demográfico e pressão sobre a natureza e segundo a qual bastariam reduzir o crescimento

das populações nos países pobres para se diminuir os efeitos do desmatamento, da erosão, da desertificação, entre outros.

Moreira (1987), por exemplo, apresentou importante crítica aos estudos de população realizados nas salas de aula, dominados pela visão evolucionista. Para ele o método de estudos de população na Geografia apresentava inexistência de historicidade do fenômeno populacional e sua compartimentação. O autor ofereceu uma importante contribuição ao criticar a fragmentação desse recorte temático em: crescimento, estrutura e distribuição da população, e propôs que se integrasse o homem à sociedade da qual faz parte e que não se dissolvessem essas duas categorias.

Cabe enfatizar que a abordagem sobre crescimento da população, tema bastante difundido na Geografia da População, deixou de ser puramente quantitativa e voltou-se para uma análise qualitativa, em que as teorias e políticas demográficas passaram a ser enfatizadas e onde a relação desenvolvimento e população, mais recentemente incluindo também a natureza ganharam ênfase. É importante discutir também o papel das políticas oficiais e analisar seus efeitos na sociedade. É imprescindível estabelecer relações entre população, desenvolvimento e natureza, sem com isso reforçar o discurso neomalthusiano, já incorporado pela mídia, e com isso privar as pessoas de uma reflexão crítica e essencial para definições de escolhas individuais e coletivas.

Os assuntos atinentes à população têm fortes implicações territoriais e sociais, a questão do crescimento populacional, por exemplo, tem grande importância para o Estado como gestor do território nacional e com ele do contingente populacional, através dos dados dos recenseamentos, por exemplo, o governo tem a possibilidade de "controlar" a população, e ao mesmo tempo organizar seus territórios. Por isso, não é coerente continuar a encarar os estudos populacionais pautados apenas em dados numéricos, os números são importantes, mas sozinhos são insuficientes, é necessário compreender as diferentes e complexas relações sociais, políticas, econômicas e culturais existentes nos dados acerca dos estudos sobre população.

No caso das migrações é relevante a superação da visão neoclássica ou liberal que explicam esse processo, como direito individual de ir e vir, como uma liberdade exercida por indivíduos livres, nas quais as migrações seriam um mecanismo de ajuste destinado a eliminar os desequilíbrios entre as regiões. Esse tipo de análise tira qualquer perspectiva de criticidade, e despolitiza as pessoas que passam a focar apenas em dados que pouco ou nada revelam se não forem estudados de modo crítico e comprometidos. O fenômeno da

migração pode ser compreendido como um movimento de mobilização de pessoas de uma área para outra. Os motivos que levam as pessoas migrarem é mais importante do que entender o conceito em si. Esses movimentos são primordiais para que se possa entender não só a dinâmica interna do país, mas os motivos pelos quais as pessoas migram, e assim, buscar encontrar meios ou para estimulá-las ou impedir esse movimento, ou seja, o que for necessário e interessante para as políticas de planejamento e desenvolvimento de uma área ou nação. Nesse sentido, a identificação dos grupos mais propensos à migração está associada a maior parte das vezes aos fatores de expulsão e atração, que podem ter causas diversas. A riqueza desse debate repousa na possibilidade de discussão que a temática da População nos oferece, assim Póvoa Neto contribui dizendo:

> Não se entende a dinâmica do espaço abstraindo a questão da migração. A mobilidade é um dos elementos para se compreender os processos diferenciados. O lugar dos estudos populacionais aparece subordinado a outras questões, exemplo, hoje a Geografia está estudando a questão da reorganização dos territórios. Muitas vezes a migração aparece incluída nesse processo, ou seja, os processos de desterritorialização e territorialização. Há alunos que leem esse processo como processo de migração, não que não seja verdade, mas ao mesmo tempo em que ocorre uma reterritorização, a migração também contribui, só que a migração enquanto processo merece uma análise em si. Ela é um processo que tem suas especificidades, só se entende a migração em função de sua história, ela não é instantânea, ou seja, deve ser entendida dentro de um processo histórico, e tem diversas dimensões que não é só a questão da territorialização. Há uma série de dimensões que os antropólogos e sociólogos estudam e que os geógrafos parecem que só prestam a atenção quando veem a formação de territórios, mas a migração não se reduz só a isso. Considero a migração uma das maiores dimensões (entrevista concedida a pesquisadora, abril de 2011).

Um dos primeiros estudiosos a elaborar uma teoria para explicar os movimentos migratórios foi Ravenstein[33] em 1885. Ele desenvolveu um estudo sobre as migrações internas na Grã-Bretanha, desenvolvendo uma série de leis para explicar o processo de deslocamento populacional, em seus estudos, levou em conta elementos como distância, tecnologia, sexo, condição econômica, entre outras. Por meios de suas leis buscava justificar a diferença dos movimentos ou deslocamentos exercidos pelas mulheres em relação aos homens, pois aquelas requeriam mais dispêndio de tempo e de recursos, o que

---

[33] Para maiores informações sobre o tema sugere-se a leitura de: RAVENSTEIN, E. G. (1885). As leis da migração. Traduzido de RAVENSTEIN, E. G. *The laws of migration*. Journal of the statistical society, 47(1): 167-227. In: MOURA, H. A. (org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise. Tomo 1: 19-88. Fortaleza: BNB, 1980.

para muitas mulheres eram inviáveis. Entre muitas outras questões estudadas por ele. Ravenstein é considerado um dos maiores estudiosos sobre migração.

Para Vainer (1996), as migrações seriam resultado dos desequilíbrios socioeconômicos no espaço e, ao mesmo tempo, atuariam como fator de correção desses equilíbrios. Adotar a concepção neoclássica das migrações implicaria deixar para segundo plano a preocupação com seu caráter histórico. As migrações aparecem, em cada momento, como decorrência inevitável da vontade individual para os deslocamentos rumo as melhores condições de vida, entendidas como melhores níveis salariais, ou seja, na concepção neoclássica, o espaço é concebido como um espaço de liberdade e a migração como exercício dessa liberdade.

Outro enfoque adotado em relação à questão da migração está atrelado à vocação estrutural do capitalismo e o desenvolvimento desigual no espaço. As relações campo-cidade e as diferenças entre regiões aparecem como fatores condicionantes e explicativos dos fluxos de População. Nessa visão, enfatiza-se que a saída de uma área é fruto de um antagonismo entre o capital e o trabalho, conflitos que se reproduzem nos locais de chegada, já que são inerentes ao próprio capitalismo. As razões de saída são priorizadas em relação aos fatores de atração, que não teriam força suficiente para tirar as pessoas de suas famílias, de seu meio social. A ideia de migrações espontâneas é fortemente combatida, enfatizando-se o direcionamento dos fluxos de acordo com as necessidades do modelo econômico responsável pelas determinações estruturais. Embora essa abordagem preencha, com mais propriedade, as questões referentes ao processo migratório, ainda apresenta lacunas que de alguma maneira vêm sendo explicitadas, como, por exemplo, a necessidade de se dar conta dos deslocamentos e das localizações compulsórias.

Questões e desafios como esses têm estimulado os estudos populacionais mais atuais, e vêm repercutindo na postura de muitos geógrafos e professores de Geografia, que passam a adotar atitudes problematizadoras, que buscam aprofundar as análises dos contrastes globais quanto regionais. Dessa forma, salientamos que uma investigação mais acurada das questões populacionais globais pode contribuir para o entendimento das dinâmicas demográficas regionais. Não obstante, ainda há muito a ser feito, sobretudo, porque os estudos populacionais na Geografia, ou se repercutem nas questões migratórias, o que de forma alguma significa que isso seja ruim, porém, será que é suficiente para a Geografia? Ou fica a cargo das interpretações da Demografia?

> Nas ciências em geral, como na matemática, na biologia, na geologia, etc., a noção de região possui um emprego também associado à localização de certo domínio, ou seja, domínio de uma dada propriedade matemática, domínio de uma dada espécie, de um afloramento, ou domínio de certas relações como, por exemplo, na biogeografia, inspirada na ecologia, onde dividimos a Terra segundo associações do clima, da fauna e da flora em diversas regiões (região australiana, região neártica, região paleártica, etc.). Neste caso, é próximo de sua etimologia, ou seja, área sob certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem. Na geografia, o uso desta noção é um pouco mais complexo, pois ao tentarmos fazer dela um conceito científico, herdamos as indefinições e a força de seu uso na linguagem comum e a isto se somam as discussões epistemológicas que o emprego mesmo deste conceito nos impõe. Uma das alternativas encontradas pelos geógrafos foi a de adjetivar a noção de regiões para assim diferenciá-la de seu uso pelo senso comum. Ao tentar precisar, no entanto, o sentido do conceito de região através de associações surgiu outros debates que interrogam mesmo a natureza, o alcance e o estatuto do conhecimento geográfico [...] (GOMES, 2003, p.54).

Entre as diversas concepções adotadas pela Geografia e suas manifestações na Geografia da População, percebemos ainda a necessidade de análises que levam em consideração tanto as questões mundiais, quanto as regionais e locais. Desse modo, para identificar ou abordar a questão da população na Geografia há uma teia de relações, que contribuíram para além da descrição ou interpretação de dados, no entanto, é preciso analisá-las. Em cada momento, de acordo com cada contexto histórico, a população foi gerida e entendida de modo diferente, trata-se, portanto, de algo dinâmico, real, que precisa ser estudado, ou até mesmo, ‘recontextualizado’. Sobretudo, para que os aspectos obscuros e neutros sejam elucidados, isto é, que os dados ou informações que são maquiados/manipulados se dissipem para que os imbróglios socioeconômicos, políticos e ambientais, dos quais as análises populacionais estão essencialmente inseridas, sejam revelados e discutidos.

Por isso, a defesa é que no cerne do desenvolvimento histórico-econômico-social ambiental que as relações humanas ganham expressões diferentes. Nesse sentido, a Geografia crítica contribuiu ao priorizar temas sociais para explicar o processo de produção e reprodução do espaço geográfico, fundamentando-se no materialismo histórico-dialético. Nessa nova dimensão da Geografia, conceitos como modos de produção, relações de produção, divisão internacional do trabalho, globalização, problemas ambientais, entre outros, foram e são usados a partir de uma análise crítica do espaço geográfico. A professora Amélia Damiani ajuda a entender essa questão ao dizer:

> Os estudos populacionais em si mesmos tinham um vínculo com a Geografia clássica, então a Geografia crítica absorveu os estudos populacionais e traduziu esses estudos em estudos sociais e políticos. Então, a abstração da população quantitativamente definida passou a deixar de ter importância, assim estabeleceria um elo entre a Geografia crítica e a absorção dos estudos populacionais em outras disciplinas da Geografia, e atualmente a metamorfose dos estudos populacionais dentro da Geografia. Como a experiência do professor Dieter ao introduzir a mobilidade no trabalho, ao ler os trabalhos dos alunos dele, veremos não somente a questão da migração, mas teremos uma leitura extraordinária com uma tendência em Geografia. (entrevista concedida a pesquisadora, abril de 2011).

Partindo da opinião da professora Amélia Damiani quanto à questão da influência da Geografia crítica nos estudos populacionais, buscou-se entender o posicionamento do professor Dieter em relação à questão apresentada:

> A minha tendência, quando falo de Geografia da População, é sempre para a temática das migrações. Mas, é preciso estudar internamente a área de conhecimento da Geografia, sua fragmentação, isso é um procedimento que vimos muito nos anos 1960 quando se desenvolveu a Geografia social, com ênfase nas relações entre a Sociologia e a Geografia. Porém, na década de 1960 se instalou uma Geografia social a partir dos grupos sociais e o estudo passou a se fragmentar ainda mais. Estudava-se o homem enquanto hábitat, enquanto morador, enquanto trabalho, enquanto formação, enquanto estudo, enquanto saúde. Há geógrafos que entraram nessa Geografia social, viraram meio especialistas com um olhar mais específico para uma temática. Morar, estudar, enfim, as sete funções básicas da existência, como eles chamaram isso, e uma delas era o trabalho. Então, é importante colocar a população no centro daquilo que a Geografia faz. Agora vem minha defesa de colocar o trabalho no centro da reflexão sobre a população. Penso que nossa sociedade é uma sociedade do trabalho, voltada para o trabalho abstrato, então tem que entender o que é esse trabalho abstrato. E a partir do entendimento do trabalho abstrato, pode-se fazer todas as outras relações que aparecem de forma fragmentada. Não dá para estudar saúde sem saber do trabalho, não dá para estudar as migrações sem saber do trabalho; ao estudar as migrações se faz isso muito na percepção do migrante. Se estudarmos as motivações do migrante verificaremos que ele quer um salário melhor, quer uma melhor educação para os filhos, quer ir para um lugar e leva os pais porque tem um melhor atendimento à saúde; uns fogem da polícia e têm outros que fogem até da sogra. As motivações são inúmeras, mas se procurarmos, sempre reconheceremos que estamos numa sociedade do trabalho abstrato e por isso quando o professor Márcio Rocha estuda a mobilidade do trabalho para poder estudar a migração, percebe-se que ele está num caminho bom, num caminho certo para isso (entrevista concedida à pesquisadora, abril de 2011).

Para o professor Dieter o trabalho é um elo capaz de dar unidade ao pensamento, por meio do trabalho podem-se juntar os saberes fragmentados e entender os

desdobramentos sociais, econômicos e culturais. O professor Dieter antes de ser professor de Geografia e pensar em ensino e pesquisa, nasceu numa região industrial da Alemanha que estava cheia de migrantes, que era segundo ele, uma característica marcante dessa região. Dieter relatou que seus bisavôs fizeram parta daquele conjunto de pessoas que na Geografia passaram pelo processo do êxodo rural, eram famílias que viviam em áreas agrárias que foram para o centro industrial na vale do rio Ruhr que desde os meados do século XIX se industrializou fortemente. Então o convívio com os imigrantes era constante. Lembra-se que durante sua infância nos times como Borussia Dortmund e Schalke 04 que hoje fazem parte da liga, havia imigrantes. E ao ingressar no curso de Geografia em 1969 a temática migração estava clara para ele, antes de saber o que era Geografia da População, no entanto, a temática da migração e seu contexto já estava presente para ele. Dieter começou a estudar a migração de portugueses para a Alemanha desde a graduação, onde se envolveu em várias atividades com os portugueses. Desta forma, deu-se a abertura para estudar a migração, além do caminho de ser migrante. No doutorado fez uma tese sobre as migrações internas no Brasil, estudando as alterações das relações de trabalho que levaram o deslocamento populacional no estado de Pernambuco. Começou a lecionar e foi convidado como professor visitante para trabalhar na Universidade Federal de Pernambuco, ficando sete anos em Sergipe. Veio para São Paulo em 1989 e todas as disciplinas que ministrou tinham algo a ver com a problemática população- migração.

Novamente, a relevância dos estudos migratórios aparece com ênfase nos estudos de população. Contudo, outros pesquisadores críticos têm demonstrado que é possível fazer uso de outras categorias para entender a dinâmica da População no espaço. Nesse sentido, a contribuição dada pelo professor Márcio Rocha é importante, uma vez que para ele:

> A mobilidade enquanto categoria científica é utilizada constantemente para explicar os movimentos dos homens em suas mais diversas instâncias. Os estudos populacionais, as migrações e as mobilidades são noções que tratam de investigar a dinâmica de desenvolvimento das sociedades. No que concerne a Geografia, busca-se o nexo territorial deste fenômeno, tão amplo e complexo (ROCHA, 1999, p.16 e 17).

Assim, podemos perceber que existem diversos caminhos para se estudar a população, e não temos a pretensão de defender um único caminho, mas entender como essa temática se faz presente na Geografia, não como categoria, mas como processo a ser entendido e desvelado. Uma vez que, “o homem adquire consciência do ritmo natural,

compreende o ritmo da escala geológica, quando resgata sua própria escala histórica, analisando os passos evolutivos concretamente dados, que se espalham em espaços materialmente definidos" (OLIVEIRA, 1994, p.18).

Entendemos a Geografia da População pelo viés da Geografia crítica quando as tarefas de compreender e explicar os fenômenos populacionais na sua especificidade é encaminhado no sentido de formar convicções, princípios orientadores da atividade prática do homem frente a problemas e desafios da realidade social. É crítica porque se espera dela o alcance de objetivos sociopolíticos e o emprego de metodologias escolhidas e organizadas, mediante determinada postura frente ao contexto das relações vigentes nas práticas sociais.

A Geografia por muito tempo se preocupou em descrever paisagens naturais e humanizadas, influenciada pelo positivismo e por procedimentos pedagógicos pautados na memorização dos elementos que compõem o espaço geográfico. No entanto, o materialismo histórico associado ao contexto histórico tenta romper com essa maneira de pensar e fazer Geografia, revelando a importância de compreender as diferentes formas de organização das sociedades e a prática de seu cotidiano. Contudo, o universo geográfico não é limitado, e restringir os estudos populacionais apenas aos dados numéricos e a explicações superficiais e rasas, sem considerar seus desdobramentos no âmbito cotidiano e socioeconômico, seria o mesmo que limitar ou empobrecer a Geografia. Compreender, analisar e conceituar empiricamente o espaço geográfico gera efeito positivo, quando são relacionados ao cotidiano das pessoas e sua vivência prática, sem falar que atribui sentido e significado às ações humanas, e possibilita o entendimento das relações que permeiam a produção e manutenção da vida cotidiana.

Trabalhar com a Geografia da População apoiando-se apenas nas descrições de fatos e estudo dos números, apesar de serem as práticas mais comuns, pode gerar prejuízos para seu entendimento. Relegando-a para segundo plano na Geografia. "Mesmo com o progresso que se manifesta na Geografia, o lugar da Geografia da População é ainda modesto no seio da disciplina" (ROCHA, 1998, p.21).

Dessa forma, o estudo do pensamento e da produção geográfica brasileira revela a necessidade de discutir questões básicas, como o fato da Geografia ter métodos que lhe são próprios, sobretudo, no que tange as análises populacionais. Outra questão é o momento em que a Geografia passou a integrar o corpo disciplinar na academia, constituindo um ramo específico de pesquisa e do conhecimento científico. Nas últimas décadas, foram

notórias as indefinições na escolha dos conteúdos trabalhados pela Geografia, problemas como abandono de alguns conteúdos fundamentais, modismos, preocupação exacerbada com conteúdos conceituais, propostas que intensificavam a separação entre Geografia Humana e Geografia Física, entre outros.

Nesse sentido, defendemos que entender os estudos populacionais na Geografia não é simplesmente percorrer a história do pensamento geográfico, haja vista que cada momento de produção do conhecimento geográfico teve sua intencionalidade e, também a necessidade de se garantir no meio científico.

Baseado nisso, buscou-se demonstrar que foram, principalmente, duas as correntes de pensamento que mais orientaram os estudos populacionais na Geografia, ou seja, o positivismo e o materialismo histórico, apesar da dificuldade como alertada pela professora Damiani que acessar os estudos de população pelo marxismo é algo desafiador.

Marx expôs as condições históricas que viabilizaram a produção da concepção materialista e dialética da história como o método científico, capaz de explicar as transformações do século XIX. O autor descreve o estágio de desenvolvimento da economia política na Alemanha enquanto expressão do próprio estágio de desenvolvimento das forças produtivas naquele país. Retoma as condições históricas que impediram o crescimento das forças produtivas alemãs e as condições que permitiram as primeiras reflexões no campo da economia, acentuando as raízes da fragilidade desses primeiros esforços. Filia-se à crítica da economia política, a economia científica, à concepção materialista e dialética da história, destacando sua contribuição para a fundação do partido proletário alemão. Viabilizou o reconhecimento das relações sociais e do Estado dos sistemas religiosos e jurídicos, à luz das condições de produção da vida material da época correspondente. Sua crítica à economia política é descrita como uma visão de conjunto sistemático de todo o complexo da ciência econômica, desenvolvimento coerente com as leis da produção burguesa e da troca burguesa. Explica o método lógico e histórico a partir da primeira relação econômica com a qual nos deparamos no capitalismo: a economia política começa com a mercadoria, com as trocas que a produzem. Nesse sentido, percebemos que as preocupações de Marx se referiam ao processo e desenvolvimento do capitalismo do seu tempo, porém, a dialética e o método por ele desenvolvido nos permite também avançar nas questões que tange as abordagens populacionais na Geografia, pois possibilitam que análises sobre as relações entre sujeitos e sociedade, evidenciando que essas estão repletas de contradições e também de condições para sua possível superação.

Karl Marx bucou superar dialeticamente o Idealismo de Hegel, a filosofia dos neo-hegelianos e o materialismo abstrato de Feuerbach. Para Marx toda a filosofia anterior se deteve em analisar o mundo e suas representações sem que observasse o homem como o produtor da sua história e de suas ideias. Todos esses filósofos se preocuparam em legitimar o estado de coisas constituído na sociedade, estimulando que os valores morais eram valores de ordem divina, metafísica. E na medida em que o próprio homem não percebe sua capacidade histórica, a sua práxis revolucionária, contribui para a manutenção dos discursos ideológicos dominantes da sociedade. A partir da análise histórica da filosofia, Marx promove uma verdadeira ruptura com o Idealismo de Hegel, propondo o homem como sujeito histórico.

Como para Marx, a sociedade capitalista é dividida em classes, há por um lado os detentores do capital e do outro os proletários. Havendo uma "luta" entre ambos, caracterizando a luta de classes. Para ele lutas de classes e conflitos são inevitáveis numa sociedade capitalista, já que os interesses dos capitalistas e dos trabalhadores são antagônicos. Desse modo, a luta de classes seria o motor que levaria a transformação social, Marx almejava a revolução proletária, com o intuito de modificar o sistema econômico vigente e promover uma sociedade mais igualitária, onde a desigualdade entre as classes deixaria de existir. Quando a desigualdade fosse suprimida e a riqueza nacional produzida coletivamente, capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas, atingir-se-ia um novo estágio, denominado de comunismo. Marx concebia o comunismo como um desdobramento do socialismo, a ponto do Estado perder sua razão de ser. E acreditava que a burguesia estava "cavando" sua própria derrocada que resultaria na vitória da classe trabalhadora, pois defendia que os próprios capitalistas, como já discutido em momentos anteriores desta tese, forjariam as "armas" que os destruiriam.

Contudo, outras concepções também se fizeram presente, contribuíram e interferiram na forma como geógrafos e professores de Geografia passaram a produzir e entender os fenômenos populacionais. Esperamos que a breve contextualização histórica, até o momento realizada, possa permitir a compreensão de como a população, bem como a Geografia da População fora abordada pela Geografia e pela Geografia brasileira ao longo de seu processo histórico que continua em construção.

O esforço realizado pautou-se na vontade de mostrar que houve diferentes abordagens da população na Geografia, sobretudo, com a criação da disciplina Geografia da População que favoreceu um aprofundamento da temática pela Geografia. Vimos,

portanto, que durante o período que ficou conhecido como Geografia clássica, os estudos de população eram incipientes, e na maior parte condicionados à forma de vida da população, com a forte influência da escola lablachiana, em que o homem passou a ocupar um lugar de destaque na ciência geográfica. Contudo, as análises eram predominantemente interpretativas, a distribuição das pessoas era um dos elementos mais importantes, o que podemos considerar que durante esse período as abordagens teóricas- metodológicas a respeito dos estudos de população, permaneciam na grande parte das vezes, acopladas à concepção positivista na Geografia.

Durante o período que se denominou de nova Geografia, os estudos de população sofreram algumas rupturas nas formas de suas abordagens, especialmente pela maciça intervenção da estatística e da matemática aos estudos populacionais. O que promoveu um apanhado significativo de dados e informações quanto à dinâmica populacional, influenciados, especialmente, pela escola norte-americana e a criação dos Institutos geográficos. No que concerne o momento de maior adesão da chamada Geografia da percepção, é notável que o historicismo, bem como o neopositivismo, e também a fenomenologia atribuiu aos estudos de população um olhar a partir da individualidade, das sensações, do empirismo e por meio disso instigou uma maior aproximação com relação à natureza, formando neste momento, uma mescla teórica e metodológica que ora se aconchegava com o positivismo, em outros momentos refutava ou reativava-o com mais intensidade, atribuindo-o nova "roupagem", e em outros se apropriava dos pressupostos da fenomenologia.

E, durante o advento da chamada "Geocrítica" foi o período, no qual as abordagens teóricas e metodológicas dos estudos de população sofreram maiores transformações, por conta da incorporação da dialética e da elaboração de análises mais acuradas acerca dos desdobramentos e interfaces do sistema capitalista e das relações humanas, com ênfase na questão do trabalho, na sobrevivência da população, na expectativa de vida, nos movimentos de mobilidade e mobilização e, ainda, nas discussões sobre cadastro de reserva, acúmulo de capital, desigualdade social, entre outros.

Porém, no sentido de buscar respostas para respaldar a tese dos estudos de população na Geografia, bem como a própria disciplina Geografia da População têm sofrido um desaquecimento nas últimas décadas e com o intuito de corroborar essa ideia, realizamos uma análise dos Programas de Pós-Graduação de Geografia do Brasil, o que será explicitado com maior detalhamento no próximo subcapítulo.

3.1 Os programas de Geografia da População e áreas correlatas dos cursos de pós-graduação em Geografia no Brasil

O objetivo neste capítulo é entender como estão os estudos de população na Geografia, ou seja, por meio de análise dos programas da disciplina Geografia da População das principais universidades brasileiras que possuem pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, credenciados pela CAPES, buscamos identificar qual é o "lugar" da Geografia da População no currículo universitário, analisando a ocorrência da disciplina e seus programas de ensino, seja na pós-graduação stricto sensu ou nas graduações das respectivas universidades.

Assim, foi analisado o banco de teses e dissertações da CAPES para verificar a difusão da pesquisa em população na Geografia brasileira, também foram analisados a coleção do Boletim Paulista de Geografia e da Revista Brasileira de Geografia para verificar a divulgação das publicações científicas cujo objeto de investigação foi a População.

O estudo de Geografia da População nas décadas de 1980 e 1990 como demonstrou a pesquisa do professor Odeibler Santo Guidugli era bastante disseminado, o contrário do que se percebe hoje, onde em busca realizada sobre o tema foram localizadas 36[34] (trinta e seis) universidades que apresentam em sua grade curricular a disciplina de Geografia da População, somando graduação e pós-graduação perfazendo um total de 92 (noventa e dois) cursos analisados, sendo 46 (quarenta e seis) programas de pós-graduação recomendados pela Capes e, respectivamente seus 46 (quarenta e seis) cursos de graduação, distribuídas em todas as regiões do Brasil, como podemos observar nos quadros a seguir.

O primeiro quadro (1) trata do levantamento dos programas de pós-graduação em Geografia reconhecidos pela CAPES.

Quadro 1- Siglas das universidades brasileiras que possuem curso de pós-graduação em Geografia (strictu-sensu)

UNIVERSIDADES	ESTADO
UFAM	AM
UFBA	BA
UFC	CE
UECE	CE

[34] Vale destacar que foram encontrados 36 cursos de 92 analisados, somando graduação e pós-graduação.

UNB	DF
UFES	ES
UFG	GO
UFMG	MG
UFJF	MG
UFU	MG
UFMS	MS
UFGD	MS
UFMT	MT
UFPA	PA
UFPB/J.P.	PB
UFPE	PE
UFPR	PR
UEL	PR
UEM	PR
UEPG	PR
UNICENTRO	PR
UNIOESTE - FB	PR
UNIOESTE - MCR	PR
UFRJ	RJ
UFF	RJ
UERJ	RJ
PUC-RIO	RJ
UFRN	RN
UNIR	RO
UFRR	RR
UFRGS	RS
UFSM	RS
FURG	RS
UFSC	SC
FUFSE	SE
UNICAMP	SP
UNESP/PP	SP
UNESP/PP	SP
UNESP/RC	SP
PUC/SP	SP
UFT	TO
UFG	GO
UFG	GO
USP	SP
USP	SP
PUC/MG	MG

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012).

O quadro (1) representa os 46 (quarenta e seis) programas de pós-graduação-, salientando que alguns programas são citados duas vezes por ter a área da Geografia Física separada da Geografia Humana-, em Geografia no Brasil, sendo que desses 46 (quarenta e seis) programas 11(onze) possuem pós-graduação em nível de mestrado e doutorado que

trabalham com população, pois apresentam linhas de pesquisa ou pesquisas correlatas aos estudos de população, como mostra o quadro a seguir. Vale relembrar que esse levantamento consiste na análise dos cursos de pós-graduação existentes em 2010. Como alertado, anteriormente, foi consultado o banco de dados da CAPES, elaborado um quadro com os nomes de todos os Programas de Pós-Graduação em Geografia e posteriormente avaliado um por um desses programas, seja por meio de consulta pelos sites disponíveis, por telefone, via e-mail e em último caso pessoalmente, e ainda através de contato com professores que trabalham nas universidades e estão vinculados aos programas analisados.

Quadro 2- Universidades que trabalham com questões afetas a população na pós-graduação

Instituição	Sigla	Estado	Região
Universidade Estadual do Pará	UEPA	Pará	Norte
Universidade Estadual do Ceará	UECE	Ceará	Nordeste
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Espírito Santo	Sudeste
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Minas Gerais	Sudeste
Universidade Estadual de Londrina	UEL	Paraná	Sul
Universidade Estadual de Maringá	UEM	Paraná	Sul
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	Paraná	Sul
Universidade Estadual do Centro Oeste	UNICENTRO	Paraná	Sul
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	São Paulo	Sudeste
Universidade Estadual de São Paulo	UNESP-RC	São Paulo	Sudeste
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUCMG	Minas Gerais	Sudeste

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012).

Os dados do quadro (2) e as análises realizadas indicam que as linhas de pesquisa associadas às questões populacionais ainda são modestas, as pesquisas dessa temática ainda ocupam um lugar de pouco destaque na pesquisa geográfica brasileira, não querendo com isso supervalorizar os estudos de população, mas demonstrar que apesar de ser um campo vasto e rico, encontram dificuldades em se legitimar a pesquisa nessa área. Os motivos para tal situação são variados, contudo, a busca não é por culpados pela não repercussão dos estudos de população na Geografia, uma vez que a própria ciência geográfica nos oferece algumas explicações sobre os motivos que levaram a essa situação. Entre eles, a forte interferência dos dados estatísticos nos estudos populacionais e a intensa preocupação das coisas que marcaram o estudo populacional na Geografia, inviabilizando pesquisas contextualizadas mediadas pela perspectiva da crítica, e ainda a influência da Demografia, como ciência responsável em compilar os dados referentes às questões populacionais. Esses fatores somados a outros, como a própria fragmentação da ciência, e

seus desdobramentos na ciência geográfica, com a criação de áreas e subáreas na Geografia, contribuíram para que a Geografia passa-se a estudar a população como um dado pronto, ou sob a perspectiva de outras categorias ou conceitos como o trabalho, a migração, a questão de gênero, ou seja, há muita compartimentação do tema. Por isso, a dificuldade do estudo de população, pois exige a não fragmentação.

É importante destacar que essa situação não exclui e tão pouco desabona as pesquisas e estudos até então realizados, pois foi por meio das pesquisas realizadas pelos estudiosos da área que se encontrou o combustível que move a presente tese, e esta afirmação é fruto das leituras realizadas, dos estudos desenvolvidos e das entrevistas concedidas.

Na coleta de dados dos programas de ensino de Geografia das universidades credenciadas pela Capes encontramos dificuldades em reunir os dados necessários, em algumas universidades o acesso foi fácil, pois os dados estavam disponíveis on-line. Contudo, em outras, as informações postadas pouco ou nada contribuíam para o avanço da pesquisa, várias tentativas foram realizadas, por meio de e-mail, telefonemas, contato com professores conhecidos, todavia não se obteve êxito. Tendo em vista que boa parte dessas universidades se localiza a grandes distâncias se comparadas com local de realização da pesquisa, com recursos parcos e sem apoio financeiro de órgãos de fomento à pesquisa, teve-se que optar em trabalhar com os dados coletados, mesmo frustrados com as investidas em vão.

Assim, buscou-se para a análise dos dados disponíveis, apesar de saber que não representa o todo, porém, possibilita ter um parâmetro para que futuramente outros possam aperfeiçoá-los. Sendo assim, foram elaborados gráficos e quadros com o intuito de dar maior visibilidade aos dados obtidos, transferiram-se as informações obtidas em linguagem gráfica, na tentativa de enriquecer o trabalho e, também, possibilitar um diálogo mais próximo entre a teoria e a prática.

No quadro (3) estão os Programas de Pós-Graduação em Geografia que não disponibilizaram informação quanto à pesquisa em População, apesar de incisivas tentativas, como já salientadas anteriormente. Nesse sentido, elaborou-se o quadro para ilustrar as Instituições as quais não se obteve retorno. Assim sendo, consideramos que a pesquisa em população não desponta com uma área de grande repercussão nas linhas de pesquisa dessas instituições.

Quadro 3- Universidades onde não foi possível o acesso aos dados para a pesquisa

AUSÊNCIA DE DADOS
Universidade de Brasília/ UNB
Universidade Federal de Uberlândia/ UFU
Universidade Estadual do Pará/UEPA
Universidade Federal de Pernambuco / UFPE
Universidade Federal do Paraná/UFPR
Universidade Federal Fluminense/ UFF
Universidade do Estado Rio de Janeiro/UERJ

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012).

Dos 46 (quarenta seis) cursos de pós-graduação pesquisados, foram analisadas suas respectivas graduações. Dessa forma, a Geografia da População ou áreas correlatas aparecem em 30 (trinta) cursos de graduação dos 46 (quarenta seis) que tiveram suas grades curriculares analisadas, e com elas os respectivos planos de ensino. O que demonstra que os estudos de População encontram mais adesão nas áreas destinadas ao ensino do que à pesquisa. Se comparar a investigação desenvolvida pelo professor Odeibler na década de 1980 e a pesquisa ora desenvolvida, podemos perceber que as questões afetas à Geografia da Geografia estão perdendo "espaço", tanto no ensino quanto na pesquisa, as causas ou motivos que podem explicar essa situação são vários, entre eles destacam-se: a ineficiência na formação dos professores de Geografia e dos geógrafos para se trabalhar com a questão da população, pautados em análises quantitativas com pouca relevância para o entendimento da dinâmica populacional; a disseminação dos assuntos pertinentes à população entre outras áreas da Geografia, como a urbana, a agrária e a econômica; a propriedade da demografia em dar conta dos estudos da população. E, ainda, a dificuldade de trabalhar com dados heterogêneos, amplos e complexos pautados num paradigma de ciência, onde predominam análises fragmentadas do conhecimento. Nesse sentido George alerta "existem poucos campos em que as contradições dialéticas ocorram com maior liberdade do que na evolução dos efetivos populacionais e no jogo complexo de fatores que intervêm nessa evolução" (GEORGE, 1969, p.70).

> A professora Damiani comenta que o fundamento moderno da Geografia levou a discernir a população aos elementos quantitativos. A ciência moderna deixou de ser uma ciência qualitativa e passou a ser quantitativa, então se explica em partes o desenvolvimento da física, das matemáticas com a Geografia. Segundo Damiani, para o professor Pierre George, as circunstâncias espaciais do estabelecimento da população inferiam muitas informações com esse mapeamento, se a população estava dividida no território, se estava concentrada, para ele era muito importante para decifrar sócio culturalmente do país e depois a discussão da diversidade cultural no mundo. Então, tem uma perspectiva de Geografia geral, a

> Geografia clássica que de acordo com Damiani não era muito monográfica, ela era uma relação entre as monografias e uma perspectiva de construção de uma geografia geral. Por isso que os geógrafos faziam os manuais gerais de Geografia, mesmo para o ensino eles faziam essa abordagem relativa ao mundo; para eles naquele momento o único acesso ao mundo era através da diversidade sociocultural, política, que aparecia como uma diferença qualitativa. Mas, nessa diferença qualitativa eles chegaram antes, passando por recortes quantitativos e não só a quantidade das populações é um mapeamento da sua diversidade territorial, os raciocínios também atingiram a questão do superpovoamento que para os geógrafos era uma relação entre território e população (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

Em relação à propagação da pesquisa em população no Brasil, bem como suas heranças históricas como relatadas na citação acima, devemos considerar, entre os motivos, que podem explicar a pouca disseminação da pesquisa em população, nos programas de pós-graduação, pois os cursos de pós-graduação no Brasil em nível de mestrado e doutorado se disseminaram após a década de 90, período em que muitas outras temáticas geográficas ganharam maior projeção, sobretudo, pela influência exercida pelo neoliberalismo na produção científica e tecnológica do país. Com o desenvolvimento dessa pesquisa se pode notar que o tema população transita melhor no ensino de Geografia, do que na pesquisa propriamente dita, pelo menos no que se refere aos estudos de geógrafos e professores de Geografia. Isso pode ser justificado porque no ensino, o caráter fragmentado e a menor precisão e rigor metodológico do saber, não atrapalha categoricamente o processo de ensino e aprendizagem, necessários na construção e elaboração de conceitos e conhecimentos.

Contudo, isso não evita que os temas correspondentes a Geografia da População ao serem abordados na universidade e na escola não ocorram de forma superficial e descolada da realidade. Parte dos conteúdos populacionais foi ou são trabalhados de forma descontextualizada, e com muita ênfase nos números. Os estudos populacionais para não caírem numa leitura desinteressante, precisam ser contextualizados, isto é, romper com a naturalidade promovendo uma leitura dinâmica e complexa da realidade.

Entretanto, defendemos que é possível trabalhar com esse conteúdo de forma dinâmica e instigante, mediante situações que problematizem os diferentes espaços geográficos. Porém, de forma quase unânime tanto na universidade quanto na escola há a crença que uma reformulação metodológica atuaria por si mesmo na melhoria da aprendizagem, ou no modo como os conteúdos são trabalhados. Mas, o “sucesso” na aprendizagem e da elaboração de conhecimento, sem dúvida, perpassa fundamentalmente

pela formação docente e pelo comprometimento do professor e também do aluno. O professor deveria entre o rol de conteúdos associados ao tema população, selecionar e adequá-los à realidade na qual trabalha, problematizando o conteúdo, mobilizando os alunos na apropriação do conhecimento, uma vez que o processo de ensinar está intimamente ligado ao processo de aprender.

Dessa forma, os conteúdos sobre população estão de modo direto vinculado à concepção de mundo, de sociedade do professor e também dos alunos. Assim, não são os livros clássicos, periódicos, revistas e nem os livros didáticos que determinarão o êxito na aprendizagem e na transformação e assimilação de conhecimento, esses são complementos que podem ser usufruídos na medida das necessidades. É importante destacar que as atividades de ensino possuem especificidades próprias que as diferem das áreas de pesquisa, mas isso de modo algum significa que esse conhecimento é menos importante que o outro, mas que as formas de abordagens e os universos de análises são distintos, porém ambos desempenham funções sociais, políticas e culturais e até econômicas importantes.

Os conteúdos acerca das questões populacionais comumente ensinados nas universidades e escolas brasileiras estão normalmente voltados em explicar a distribuição da população e algumas características do povo brasileiro. Uma abordagem contextualizada da população pode possibilitar a interpelação de métodos e técnicas que permitam desenvolver metodologias de estudos e análises que contribuam para o entendimento da dinâmica populacional de forma crítica e participativa.

Para romper com a ênfase quantitativa dos estudos populacionais, é imprescindível a intervenção do professor para que esse supere alguns ranços ainda presentes nesses estudos. É importante salientar a participação do professor e que seu modo de perceber e entender a realidade incidirá tanto na forma de ensinar o conteúdo populacional na Geografia quanto no desenvolvimento de futuras pesquisas, reforçando que a formação do professor-pesquisador é extremamente importante, inclusive, para o enriquecimento da Geografia.

É sabido que os primeiros cursos de pós-graduação em Geografia foram os de Geografia Humana e de Geografia Física da USP, ambos instituídos em 1971, e acompanhados pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, implantado em 1972. A partir da instituição desses dois programas, a Geografia viveu um período de lento crescimento, contabilizando em uma década nada mais que 8 (oito) programas instituídos.

Sendo a maioria concentrado na região Sudeste, seguido por 2 (dois) no Nordeste e 1 (um) na região Sul. A quantidade de cursos de pós-graduação ampliou-se a partir de meados da década de 1990, aumentando gradativamente os números de cursos. O que denota que os cursos de pós-graduação em Geografia tendem a gradativa expansão, inclusive, com a aprovação de mais cursos em doutorado. Demonstrando que os cursos de mestrado sofreram um processo de interiorização no país, e que de uma forma ou de outra, contribui para as ofertas de doutorado, também aumentam a demanda e as necessidades da ciência geográfica.

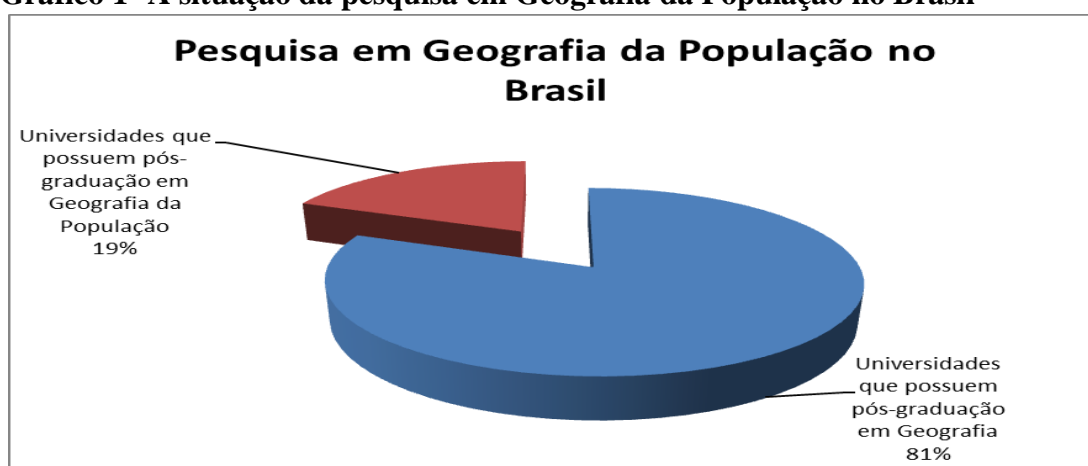
Entre os motivos que explicam o aumento dos cursos de pós-graduação no Brasil a partir da década de 1990, estão de alguma forma atreladas as políticas públicas vividas no país, às transformações ocorridas, sobretudo, no que se refere às reformas, o governo conseguiu a aprovação da quebra dos monopólios estatais nas áreas de comunicação e petróleo, bem como a eliminação de restrições ao capital estrangeiro. Política de privatização de empresas estatais invadiu o país. No Congresso Nacional, os opositores ao neoliberalismo, não tiveram forças para se opor ao governo, todavia as críticas quanto ao governo defender os interesses do capital estrangeiro e a iniciativa privada, continuava acirrado.

Algumas mudanças ou avanços ocorreram na educação e na saúde. E na questão agrária há elogios com algumas conquistas avançadas na frágil democracia brasileira, porém, a pobreza continuava imperante, apesar das medidas paliativas. A educação pública praticamente seguia os rumos ditados tanto pelo Banco Mundial quanto pelo Fundo Monetário Internacional, no qual os índices estatísticos explodiram como mecanismos “forjados” de avaliação da escolaridade. A velha lógica dominava, ou não tão velha assim, o rico cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre, apesar das falsas expectativas criadas.

Essa explanação foi realizada, tão somente com o intuito de demonstrar mesmo que de forma breve e parcial que as mudanças ocorridas no país no limiar da década de 1990, como as dos dias de hoje atendem a um projeto político econômico estabelecido para o país, o qual todos nós estamos, mesmo que indiretamente, envolvidos. E a compreensão desse aspecto é importante, por possibilitar o entendimento quanto aos valores destinados não só a educação como em outras áreas. O que demonstra as perspectivas e interesses do governo quanto ao desenvolvimento do país, com a maior oferta de curso de pós-

graduação, mestrado e doutorado, há também uma maior demanda no mercado de trabalho por pessoas capacitadas a desenvolverem funções específicas.

Nesse contexto, os cursos de pós-graduação expandiram-se e por meio deles entendemos a situação da pesquisa e ensino sobre Geografia da População. A seguir há um gráfico que representa em percentagem os Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil, e os que trabalham com questões ligadas à Geografia da População, percebe-se que a situação da pesquisa em população no país, ao contrário de outras áreas, ocupa um lugar tímido na produção científica brasileira.

Gráfico 1- A situação da pesquisa em Geografia da População no Brasil

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
Org.: Mormul, Najla Mehanna (2012).

A representação gráfica (1) retrata a realidade antes comentada, de que a visibilidade da pesquisa sob o rótulo de Geografia da População tem ocupado uma fatia pequena no universo científico da Geografia brasileira, e isto é perceptível tanto na pesquisa quanto nos grupos de trabalhos vinculados às universidades brasileiras e representados nos eventos técnicos científicos de Geografia no Brasil.

Esse esvaziamento é explicado em parte pela explanação da professora Rosa Ester Rossini que começou a pensar em Geografia no 2º ano ginasial, e a pensou, exatamente a partir da população, pois ela morava numa cidade, ou podemos até chamar de vila, onde o comércio fechava na segunda-feira e abria no domingo, para que as pessoas pudessem fazer compras. Rossini comenta que ia com sua nona visitar à colônia, onde viviam os italianos imigrantes que tinham ido para lá na década de 1940, a população dessa localidade denominada Serra Azul/SP, era composta por 35% de italianos. Nessa época já havia ocorrido à crise do café, a perda da propriedade e o loteamento da propriedade pela colonização. Rossini percebia que a casa do imigrante era diferente das demais, com mais

adornos, despensas, entre outras coisas, e começou a querer descobrir a diferença entre classe e organização. Em 1961 foi fazer Geografia na USP, mas sempre querendo desvendar os segredos da população. A Professora Rosa Ester Rossini relata que foi formada numa concepção positivista e diz que foi difícil transpor a estrutura histórica do positivismo para entender a população.

De acordo com a rápida trajetória relatada da professora Rosa Ester Rossini, percebemos que as questões afetas à população, bem como sua pesquisa, apresentam questões muitas vezes ligadas como a formação do sujeito, sua história, sua vida, a pesquisa em população, talvez não tenha ‘decolado’ na Geografia a exemplo do que vem ocorrendo com a urbana e com a agrária, por exemplo, pois os temas por ela abordados são trabalhados nas mais variadas áreas como: a análise da dimensão do trabalho, da família, do gênero, da urbanização, da mobilidade, o que cada vez mais fragmenta sua área.A impressão que se tem é que para o chamado geógrafo da população em termos atuais restam as questões associados ao ensino que de uma forma ou de outra, englobam um rol de conteúdo e tema, no qual se pode trabalhar sem tanta preocupação de formular teorias ou refutar ideias. Porém, é fundamental salientar que na escola temos um campo importante de difusão de conhecimentos, e os estudos da população em sala de aula podem potencializar essa área, desde que os professores tenham condições de trabalhar com esse tema de forma a desenvolver o senso de pertencimento e também o senso crítico nos alunos.

Sem dúvida a Geografia da população é uma área riquíssima e a história da Geografia nos permite verificar isso, e ainda nos permite enxergar o fato de não sabermos ou não conseguirmos oferecer os estudos populacionais na Geografia, a negação da fragmentação herdada do positivismo na busca desenfreada pela objetividade, em oposição aos ideais filosóficos, à materialidade merecida a esse campo de conhecimento. Como falou a professora Rosa Ester Rossini:

> A base teórica do geógrafo é a pesquisa, eu trabalho com pesquisa de campo, faço perguntas gerais e por meio das conversas as pessoas entrevistadas vão relatando os fatos, e uma característica interessante que percebi desde as minhas primeiras pesquisas foi a alteração nos números de filhos, o que revela uma mudança de mentalidade das mulheres, associadas à pressão dos organismos internacionais que acaba se transformando num desejo da mulher, sendo a gravidez, inclusive, encarada como um empecilho para arrumar e se manter no emprego. Então há uma dinâmica interessante, pois há um controle do capital desembolsado pelos patrões, já que fatalmente essas mulheres teriam que tirar licença. Então, eu tive a oportunidade de ver essas mudanças de

> concepção das mulheres em relação ao trabalho, e essas mudanças também ocorreram na forma como elas respondiam a essas questões. E uma pesquisa no tempo lhe permite ver essas variações na fertilidade, na percepção da mulher com o mercado de trabalho, a diminuição da família, o aumento da escolaridade feminina, a entrada de eletrodomésticos em casa, contudo, é um trabalho longo e algumas vezes se torna caro dependendo do tipo de material que deseja se produzir (entrevista concedida a pesquisadora em abril de 2011).

As pesquisas realizadas pela professora Rosa Ester Rossini são muito importantes, e como ela afirma nunca deixou de pesquisar população, e defende que a metodologia de pesquisa é importante, senão o elemento mais importante. Nesse sentido, indagamos como a população pode produzir e reproduzir o espaço. Assim, fica a pergunta: a população produz espaço? Para quê? Por quê? E como?

E para finalizar Rossini adverte que falta aos geógrafos uma base filosófica para entender como e porque as “coisas evoluem”, porém, a professora admite que é um esforço grande. E será que não seria uma questão que colabora para afugentar os geógrafos pesquisadores dos estudos de população? Já que a base filosófica de alguns geógrafos é ‘rasa’ e buscar os pressupostos na filosofia para fundamentar suas pesquisas seria um trabalho árduo? Enquanto a pesquisa de campo é mais comum para os pesquisadores da Geografia, e em alguns casos e na medida do necessário os pesquisadores querem encontrar algumas respostas que os dados empíricos não deram conta de responder de forma satisfatória. No entanto, é importante salientar que não estamos querendo dizer que a pesquisa filosófica é melhor ou mais importante que a pesquisa de campo, mas que possuem características diferentes e ainda se bem trabalhadas podem se complementar.

Questões como essas talvez justifiquem os motivos da pequena difusão da pesquisa em população nos cursos de pós-graduação em Geografia, ao menos no que foi possível percebermos com as análises dos programas, das linhas de ensino, das ementas e dos planos de ensino. Enquanto que no ensino a propagação da disciplina de Geografia da População é mais presente, lembrando que foram analisadas as graduações de Geografia das instituições brasileiras que possuem curso de pós-graduação reconhecido pela CAPES.

Em relação aos cursos de graduação em Geografia das universidades pesquisadas, a disciplina Geografia da População foi encontrada nas Instituições listadas a seguir, as quais tiveram seus planos de ensino analisados. Os planos de ensino verificados, em alguns, constavam o nome do docente que ministrava a disciplina Geografia da População, assim, possibilitando-nos a realizar uma busca por meio da plataforma Lattes para verificar se

esses professores pesquisavam na área da população, com intuito de agregar mais fundamentos à nossa análise.

Quadro 4- Graduação das instituições pesquisadas que possuem a disciplina de Geografia da População

INSTITUIÇÃO	SIGLA	ESTADO	REGIÃO
Universidade Federal de Goiás - Catalão	UFG - Catalão	Goiás	Centro-Oeste
Universidade Federal de Goiás - Jataí	UFG - Jataí	Goiás	Centro-Oeste
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	Mato Grosso	Centro-Oeste
Universidade Federal da Paraíba	UFPB-JP	Paraíba	Nordeste
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	Pernambuco	Nordeste
Universidade Federal do Ceará	UFC	Ceará	Nordeste
Universidade Federal do Rio Grande de Norte	UFRN	Rio Grande do Norte	Nordeste
Fundação Universidade Federal de Sergipe	FUFSE	Sergipe	Nordeste
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	Rondônia	Norte
Universidade Estadual do Pará	UEPA	Pará	Norte
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Minas Gerais	Sudeste
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	São Paulo	Sudeste
Universidade Federal Fluminense	UFF	Rio de Janeiro	Sudeste
Universidade do Estado Rio de Janeiro	UERJ	Rio de Janeiro	Sudeste
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-RIO	Rio de Janeiro	Sudeste
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	São Paulo	Sudeste
Universidade Estadual de São Paulo	UNESP-PP	São Paulo	Sudeste
Universidade Estadual de São Paulo	UNESP-RC	São Paulo	Sudeste
Universidade de São Paulo	USP	São Paulo	Sudeste
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC-MG	Minas Gerais	Sudeste
Universidade Federal do Paraná	UFPR	Paraná	Sul
Universidade Estadual de Londrina	UEL	Paraná	Sul
Universidade Estadual de Maringá	UEM	Paraná	Sul
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	Paraná	Sul
Universidade Estadual do Centro Oeste	UNICENTRO	Paraná	Sul
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE-FB	Paraná	Sul
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Santa Catarina	Sul
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	Rio Grande do Sul	Sul
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Rio Grande do Sul	Sul

Fonte: Planos de ensino ou programas de ensino das universidades pesquisadas.
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012).

De acordo com o quadro anterior podemos verificar que na graduação a disciplina Geografia da População aparece com mais frequência, apesar de que em alguns cursos a disciplina não compor mais o rol de disciplina, como exemplo, é o caso do curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon, nesse sentido Guidugli relata:

> É o cúmulo dos cúmulos o bacharelado em Geografia não ter Geografia da População. São eles que mais precisam disso, por isso já podemos saber que é a leitura absolutamente descritiva que predomina, isso é um desastre, e se for isso mesmo podia queimar a Geografia da População na fogueira da inquisição, pois não se tem outro lugar para colocá-la. Existem coisas na vida que não são claramente explicáveis, mas que afetam a nossa vida, a nossa trajetória. Sempre fui uma pessoa que

> gostava de viajar, eu achava uma das coisas mais lindas à época em se viajava de trem, e queria ir à janelinha, pois pela janelinha eu ia vendo as coisas da “geografia”, embora as coisas passassem tão rápido. A geografia marcou a minha vida, mesmo que a princípio não dava conta disso. E em 1985 fiz um curso que me possibilitou ser um geógrafo mais competente no manuseio do trabalho com a população, que certamente não é uma tarefa fácil (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

Dessa forma, e com base no relato do professor Guidugli, podemos dizer que lecionar Geografia da População e mantê-la no currículo é também assumir uma concepção de mundo, de sociedade e de espaço, e uma atitude frente às complexidades presentes na questão populacional.

Nesse sentido, entendemos que essa disciplina assume um papel importante tanto da formação do geógrafo quanto do professor de geografia, pois poderá a partir da ótica geográfica entender os processos populacionais e por meio dele entender melhor o mundo em que vivemos e as formas como as pessoas não só ocupam o espaço mais os motivos dessas ocupações, perpassando ao mesmo por questões atinentes à Geografia da População, mas que, muitas vezes, passam despercebidas pela Geografia. Sobre essa disciplina o professor Póvoa Neto comentou:

> O geógrafo da população tem a oportunidade de travar em sala de aula um debate sobre esse tema, porque é o melhor lugar para isso. Por exemplo, é na escola que se vai tratar disso, quem pode se aproximar é o professor de ciências, que muitas vezes tem uma visão viciada pelas ciências naturais. O professor de Geografia traz à questão da população no espaço geográfico. A Geografia tem uma ótima oportunidade de trabalhar com isso, e outra questão é o tema das migrações o qual é atravessado por todo um debate político e permite intervenção dos geógrafos nos embates políticos, tanto na questão da migração interna quanto internacional (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

É importante salientar que o ensino e a pesquisa são processos relevantes na formação profissional, principalmente de professores e geógrafos. A pesquisa possibilita a produção de conhecimento, por meio de situações problemas, o que permite promover reflexões entre as informações obtidas com as informações do mundo. Desde modo, ensino e pesquisa não deveriam ser vistos como coisas desconexas, mas como algo que se complementam, por permitir ao sujeito um amadurecimento cognitivo frente às complexidades do mundo.

O professor, além de ser pesquisador, pode ser mediador no processo. A pesquisa não deveria ser algo que começasse somente na fase acadêmica, pois o quanto antes o

sujeito for apresentado à pesquisa, aos seus métodos e procedimentos, provavelmente mais cedo se interessará por essa atividade, e descobrirá suas vantagens e desvantagens.

É válido destacar que boa parte da defasagem do ensino está no desconhecimento de como fazer pesquisa, o que para muitos alunos, inclusive durante a fase escolar, pensam e acham que pesquisar é fazer cópias de textos e livros. Sem falar que escrever é um hábito que se aprimora com a escrita, e partindo desse pressuposto consideramos que a distância entre o ensino de Geografia da População e a pesquisa, pode ser explicada pela dificuldade de articulação entre ambas, como na elaboração de situações problemas e as dificuldades em operacionalizá-las.

A seguir foi elaborado um gráfico (2) para melhor visualização e representa em percentagem, dentre as universidades pesquisadas, as que possuem a disciplina Geografia da População em suas grades curriculares. Salientando que a manutenção da disciplina Geografia da População nas universidades pesquisadas, supera a pesquisa em população das mesmas instituições o que demonstra de certo modo um descompasso entre o ensino acadêmico e a pesquisa.

> Para Odeibler Santo Guidugli o ensino da disciplina Geografia da População permanece ainda com papel secundário nos currículos dos cursos de formação de geógrafos, especialmente nos países menos desenvolvidos, onde justamente a problemática populacional espacialmente observável é bastante grave. É este último aspecto o motivador da avaliação da disciplina no ensino universitário brasileiro (GUIDUGLI, 1990, p. 97).

Nessa passagem do professor Guidugli, podemos notar que a disciplina Geografia da População cumpriria no currículo acadêmico do curso de Geografia uma função primordial, principalmente em países como o Brasil, onde os estudos sobre a questão populacional estão alicerçados a várias problemáticas, as quais os geógrafos poderiam contribuir, no sentido de explicitá-las e até explicá-las, tanto para a comunidade científica ou para a sociedade. E, talvez, com uma contribuição mais efetiva dos geógrafos e dos professores de Geografia. O tema populacional que é tão afeto aos estudos dos demógrafos e sociólogos pudessem também estar entre os mais discutidos pelos geógrafos, uma vez que a contribuição dada por esses profissionais, a nosso ver seria além de interessante, também, importante para a visibilidade desse profissional no mercado.

Gráfico 2- Ocorrência da disciplina Geografia da População nos cursos de graduação das universidades pesquisadas

A Geografia da População nos cursos de graduação pesquisados

Universidades que possuem em sua grade curricular a disciplina de Geografia da População 37%

Universidades que possuem graduação em Geografia entre as pesquisadas 63%

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012).

Vale relembrar que a Geografia da População encontra certa dificuldade em se consolidar como disciplina acadêmica nos cursos de graduação em Geografia, mesmo na atualidade, apesar dela se manter mais no ensino do que na pesquisa. Durante a realização da pesquisa e conversa com professores que trabalham com a disciplina, podemos perceber certo desconforto em relação a Geografia da População, nos cursos de bacharelado em Geografia, por exemplo.

Percebemos que a manutenção da disciplina na grade curricular do curso se mantém, sobretudo, por conta das atribuições no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), e não necessariamente pela relevância da disciplina na formação do geógrafo. Entendemos que essa disciplina poderia potencializar o futuro geógrafo a trabalhar com os fenômenos populacionais de forma mais abrangente e espacialmente, porém, ao se analisar o currículo, de boa parte das instituições, nota-se que não há abordagem crítica, contextualizadora e espacializada das questões populacionais. Póvoa Neto teceu uma interessante critica sobre este fato:

> A impressão é que a Geografia da População é um desses conteúdos não críticos, que não serve para pesquisador, mas para dar aulas, serve para os alunos aprenderam alguma coisa ou outra. Talvez o estudo da migração por mais que você possa mostrar mapas, ele se presta mais à abordagem não tão comportada do ensino de Geografia, na medida em que as migrações não respeita a lei das fronteiras. Por isso não se pode afirmar que a distribuição da população é essa, tem que mostrar, não trabalhando os dados de forma acabada como geralmente a Geografia da População, mas como um processo dinâmico (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

A citação anterior além de proporcionar um repensar sobre a Geografia da População, sua importância, sua relevância, sua necessidade e funcionalidade, mostra a valorização dada dos estudos de migração para a Geografia, a exemplo do professor Póvoa Neto que declarou que a questão da migração é o que ele consegue ver melhor, por conta dos anos dedicados a essa área, mas alerta, segundo seu entendimento para o empobrecimento da Geografia da População.

Há muitas hipóteses para explicar a dificuldade da disciplina Geografia da População se manter no currículo universitário, tanto enquanto disciplina quanto na pesquisa. Mas, no momento vamos nos ater num aspecto que nos parece peculiar que é a falta de sintonia entre a Geografia Humana e a Geografia da População, sendo que em alguns cursos a Geografia da População aparece como desdobramento da Geografia Humana e em outros como uma área autônoma. A própria indefinição dentro da Geografia acaba por reduzir o campo de atuação dos estudos da população na Geografia. Como bem lembra a professora Amélia Damiani "[...] a Geografia da população, compreendida como primeira aproximação dos fenômenos urbanos, políticos, econômicos, constitui-se, nesse sentido, o primeiro capítulo dos tratados de Geografia humana" (DAMIANI, 2008, p. 10). E complementa Zelinsky (1969, p.22):

> Se definirmos população nos termos mais amplos, amplitude dos tópicos tratados pelo demógrafo e pelo geógrafo da população inclui tudo o que concerne ao ser humano e às Ciências Sociais. Tal massa de aspectos sociais, econômicos, psicológicos, culturais e políticos obviamente excederia o campo de visão de qualquer grupo de especialistas. É necessário, portanto, circunscrever com bastante nitidez o campo dos estudos de população.

Nas análises realizadas dos programas de ensino de Geografia da População que tivemos acesso, tanto da pós-graduação quanto da graduação em Geografia, apareceram abordagens de variadas temáticas referentes aos estudos ou a área da população. O que demonstra que apesar da recorrência dos temas/conteúdos, as propostas metodológicas indicadas nos planos de ensino analisados demonstram uma variedade de concepções didáticas. Em alguns planos de ensino há reflexões críticas sobre as definições clássicas da Geografia da População, e em apenas um dos programas analisado, está descrito que é dado ênfase a assuntos da população no Brasil. Há planos que possuem temas comuns a essa área desde os idos da década de 1950. O que nos remete novamente ao estudo do professor Guidugli quando aponta:

> O conjunto de temas propostos nos programas para o desenvolvimento de uma determinada disciplina resulta simultaneamente de escolhas e de influências e representa ou deve também representar também, não apenas a linha mestra condutora do processo de aprendizagem como também deve refletir as formas pelas quais a temática está sendo abordada, os diferentes níveis de significância dos temas no conjunto da ciência e, especialmente, a coerência teórica e a capacidade de identificar o cerne da ciência. No caso o da Geografia (GUIDUGLI, 1990, p 101-102).

Como citado anteriormente dos planos analisados somente um se referia a população do Brasil, todavia, isso não deve ser encarado como se não se falasse da Geografia da População com relação aos assuntos do Brasil, apenas não foram enfatizados nos programas de ensino analisados. É relevante citar que outras temáticas aparecem com frequência nos programas de ensino, como por exemplo: o reconhecimento da demografia nos assuntos populacionais, análises de distribuição do espaço geográfico e sua dinâmica, mobilidade urbana, redistribuição espacial, teorias demográficas como a de Malthus, políticas populacionais, entre outros. É visível a repetição de temas nos programas analisados, porém em muitos casos esses temas foram abordados com terminologias diferentes, porém o significado se mantém. O quadro (5) traz os temas mais citados, tanto nos programas de ensino das pós-graduações analisadas, quanto nos planos de ensino dos cursos de graduação também analisados, como forma de dar visibilidade ao que está sendo trabalhado atualmente.

Quadro 5- Temas mais citados na pós-graduação e na graduação relacionados aos estudos populacionais

TEMAS [1]	**TEMAS [2]**
Demografia	Natalidade/ Mortalidade
Dinâmica populacional (natalidade, fecundidade, mortalidade)	Características Ambientais
Distribuição populacional	Migrações
Teorias demográficas	Mobilidade urbana
Migrações	Fecundidade

Fonte: Programas e planos de ensino das instituições analisadas.
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012).

A título de explicação do quadro (5) os temas [1] referem-se à análise dos planos de ensino de Geografia da População na graduação e os temas [2] referem-se à análise dos programas de Pós-Graduação em Geografia.

A questão dos temas trabalhados, bem como de sua distribuição na pós e na graduação, novamente nos leva a considerar o que o professor Guidugli (1990, p. 105-106) afirmou:

> O geógrafo da população não tem se envolvido, quer de maneira quantitativa, mas especialmente qualitativa, com um dos temas mais centrais ao seu próprio trabalho. Disto decorre a marginalização de temas paralelos como os da análise, avaliação e correlação de dados, especialmente quanto às suas especializações. O conjunto parece indicar que os geógrafos além de não se envolverem com a produção dos dados demográficos muito pouco se preocupam com sua utilização adequada. Esta situação impede o avanço dos estudos populacionais elaborados pelos especialistas da ciência e especialmente impossibilitam a consideração da dimensão prospectiva indispensável para estudos sobre espacialização da urbanização, desenvolvimento regional, envelhecimento populacional, entre outros.

No sentido de contribuir com a discussão proposta o professor Póvoa Neto comentou que considera os temas da Geografia da População instigantes, mas sobre a quem compete investigar esses temas, se são geógrafos ou sociólogos, ele realmente não sabe, pois trabalha na perspectiva interdisciplinar e ainda defende que há tendências dominantes. E no Brasil, para ele, a tendência dominante dos estudos populacionais são as questões migratórias, e relata isso com tranquilidade, pois para ele vivemos num mundo especializado em que as pessoas se dirigem cada vez mais às suas áreas de interesse, que são mais específicas, e cada pesquisador a seu modo pode contribuir, como é o caso dos estudos de migrações no Brasil. O professor Dieter também discute essa ideia ao declarar que os geógrafos inteligentes têm contribuições importantes para entender o mundo, não porque são geógrafos, e nem porque são donos de uma carteirinha do CREA, mas porque a Geografia tem um potencial de reflexão crítica contra os mecanismos de controle de alienação, contra a automatização fetichista que faz a cabeça das pessoas todos os dias. Porém, isso exige um esforço intelectual de consciência diferente, de entender o mundo, parar de reproduzir as coisas para poder enfrentar criticamente, e isso significa pensar o mundo a partir de sua negatividade. É preciso "cutucar" as feridas e refletir sobre o que é negativo na sociedade moderna, sociedade essa que prioriza a produção de mercadoria, valorização dos bens (móveis, imóveis, semoventes). É isso que deveria estar no centro do debate da crítica e como entender isso, trata-se de um processo duro, difícil, é preciso encontrar contribuições informativas, mas informação é uma coisa, conhecimento é outra. Na era da tecnologia o mundo está repleto de informação, os jovens, as pessoas são bombardeadas o tempo todo por elas e isso para muitos já basta, e pior, alguns acreditam que quanto mais informações automáticas tiverem se traduzirão em conhecimento, o que não é verdade. Produzir conhecimento, pensar criticamente e agir em prol da

transformação são tarefas dificílimas, que muitas vezes são descartadas ou inviabilizadas pelos embustes do próprio sistema econômico instituído.

Entre as questões analisadas junto aos programas e os planos de ensino, buscamos verificar a questão do tempo ofertado ao ensino da Geografia da População, tomando como parâmetro os conteúdos propostos e o tempo destinado às aulas. Em nossas avaliações percebemos que o tempo destinado à disciplina Geografia da População, correspondente às cargas horárias, apresentaram interessante, variação, por exemplo, 51h/a na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) até 90 h/a na Universidade Estadual de Londrina (UEL), interessante é que as duas universidades citadas estão localizadas no estado do Paraná e apresentam uma variação significativa entre as cargas horária destinada à disciplina. Contudo, é válido enfatizar que a dispensação de carga horária direcionada à disciplina está em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada Instituição de ensino superior, portanto, está de acordo com a identidade do curso e com perfil de sujeitos que visam formar. Entretanto, é importante destacar que um grande número de aulas (elevada carga horária), não significa que essa disciplina está sendo bem trabalhada, e é a mais importante do currículo acadêmico, mas que há uma diferenciação que atende as exigências previstas no PPP dos cursos, onde disciplinas com carga horárias menores pode exercer uma importante função formadora, especialmente, porque a importância da disciplina muitas vezes está mais condicionada à 'postura' do professor, sua competência didático pedagógica, seu compromisso e comprometimento frente à disciplina e os conteúdos por ele ministrados, do que necessariamente a um número excessivo de carga horária. Apesar, de que na maioria das vezes não ocorre alteração de carga horária de algumas disciplinas, mesmo alterando-se o contexto e o Projeto Político Pedagógico do curso, o que de demonstra que de alguma forma as intencionalidades e as exigências relacionadas ao perfil profissional, possivelmente sofreram alterações. Enquanto outras disciplinas sempre se adaptam às exigências do curso, o que demonstra, mesmo que de forma sutil, as relações políticas e até pessoais presentes em algumas áreas, contudo, esta questão não vem ao mérito agora.

Nesse sentido, é bom relembrar que a disciplina Geografia da População poucas vezes esteve no rol das disciplinas obrigatórias, o que nos reporta a fala do professor Dieter quando disse:

> Quando faz a diferença entre as disciplinas obrigatórias e as disciplinas optativas, a migração ou a Geografia da População estão entre as disciplinas optativas. Apesar, quando os professores montam a grade

> curricular e não querem privilegiar as disciplinas obrigatórias, dizendo que estas são mais importantes, eles querem deixar o máximo possível de optativas para cada estudante construir o seu percurso de estudo, conforme os seus interesses. Então, há um número de optativas, mas apesar da filosofia de amplitude e liberdade para o estudante, há na percepção de muitos professores e na percepção de muitos estudantes, que as disciplinas obrigatórias são as mais importantes e as optativas são disciplinas de segunda categoria, nisto vê-se que a Geografia urbana, está dentro das obrigatórias ao contrário da Geografia da População (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

De acordo com a fala do professor Dieter, quando há um currículo flexível à questão da disciplina ser obrigatória ou não, não vai interferir diretamente no valor da disciplina. Entretanto, é válido lembrar que nem todas as universidades brasileiras possuem currículo flexível, a maioria das universidades estaduais, por exemplo, trabalha com currículo fechado, e às vezes a carga horária destinada à disciplina de Geografia da População na graduação vai se eximindo a ponto de até deixar de existir no currículo de bacharelado e licenciatura em Geografia, a exemplo do que ocorre em algumas universidades.

Vale salientar que nem todos os programas analisados traziam informações referente à carga horária. Em pesquisa aos PPP dos cursos, alguns haviam sofrido alteração, e não estavam disponíveis, de tal modo que elaboramos um quadro demonstrativo, tomando como referência os planos de ensino completos. Desse modo, foi explicitada no quadro (6) a situação da carga horária da disciplina de Geografia da População dos cursos de graduação analisados. Lembrando que essa informação é tão somente no intuito de levar a reflexão que a maior ou menor disponibilidade de tempo destinado à disciplina, também está de certo modo associada ao perfil do docente, sua formação e especialização, o que de uma forma ou de outra, interfere no desenvolvimento e aproveitamento da disciplina.

Quadro 6- Carga horária destinada à disciplina de Geografia da População

Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	Sul	**108 h/a**
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR	Sul	**90 h/a**
Universidade Estadual do Pará	UEPA	PA	Norte	**68 h/a**
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR	Sul	**68 h/a**
Universidade Estadual do Centro Oeste	UNICENTRO	PR	Sul	**68 h/a**
Universidade Est. do Oeste do Paraná	UNIOESTE-FB	PR	Sul	**68 h/a**
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	Nordeste	**64 h/a**
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	Sudeste	**60 h/a**
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	SP	Sudeste	**60 h/a**
Universidade do Estado Rio de Janeiro	UERJ	RJ	Sudeste	**60 h/a**
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	Sudeste	**60 h/a**

Universidade Estadual de São Paulo	UNESP	SP	Sudeste	**60 h/a**
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR	Sul	**51 h/a**

Fonte: Programas e planos de ensino das universidades pesquisadas.
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012).

É importante salientar que na Universidade Estadual de Maringá há a disciplina Geografia da Mobilidade e Mobilização, sendo essa optativa e com carga horária de 68h/a. A oferta dessa disciplina demonstra que os estudos de população, estão e podem ser contemplados por áreas que abordam fenômenos, no qual a população está inserida. Desse modo revela que o tema por ser rico e amplo possibilita um campo importante de investigação, a exemplo dos estudos de mobilidade e mobilização.

De acordo com o quadro (6) podemos perceber que a carga horária designada à disciplina Geografia da População, nas universidades consultadas demonstra que os estudos de população, sobre o rótulo de Geografia da População são incipientes, uma vez que é destinada a essa disciplina uma carga horária reduzida, o que pode ser um indicativo que esta disciplina vem perdendo espaço dentro do currículo acadêmico de Geografia, talvez pela falta de uma análise crítica referente aos assuntos populacionais pelo viés geográfico, ou talvez pela própria disseminação do tema em diferentes áreas. O corporativismo presente nas universidades acaba, muitas vezes, engessando o processo democrático e crítico de produção do conhecimento, as especificidades e a busca insistente em formação de eixos estritamente específicos têm tirado de temas como população a dimensão dinâmica e dialética da qual suas análises deveriam brotar, desde que se façam escolhas em prol de um conhecimento organizado, sistematizado, mas não fechado em si mesmo.

Uma das questões que nos passa a mente quando analisamos a população é a questão: a quem interessa esses estudos e porque a Geografia deve ou não se preocupar com isso? Não podemos ser ingênuo ao ponto de achar que as políticas populacionais só dizem respeito a uma pequena parcela da sociedade, deve-se enquanto pesquisador e acima de tudo professor, pensar que o mundo está sendo construindo ou, o que se quer construir, e diante disso, provocar a reflexão, a práxis no sentido de buscar entender de que forma os estudos de população podem ou não auxiliar na melhoria da vida de todos e até no entendimento da dinâmica social.

Para finalizar a discussão acerca da variação entre as cargas horárias destinadas a disciplina, ou seja, entre a universidade que apresenta maior carga horária e a menor. É relevante complementar e relembrar que o fato da disciplina Geografia da População ter

uma carga horária maior em determinada universidade não significa dizer que ela possui um melhor ensino ou maior comprometimento com as análises populacionais. Não obstante, se é ofertada uma carga horária anual maior isso pode representar que no rol de disciplinas ofertadas para o curso de Geografia de tal localidade há uma maior resistência ou necessidade em se manter uma carga horária compatível com as necessidades do curso, da disciplina ou até do professor, e assim também um maior comprometimento em relação a seu ensino. Essa afirmação deriva das várias entrevistas coletadas durante a pesquisa que demonstra que em várias universidades a manutenção da disciplina ocorre pelo esforço do professor da área que na maioria das vezes, infelizmente, precisa sustentar sozinho a relevância da disciplina no contexto acadêmico.

A concepção e a prática do professor que ministra a Geografia da População que estamos analisando, e também algumas vezes criticando, se instauram como eficientes instrumentos para a legitimação da real situação dessa disciplina. A nosso ver, isso resulta num dos objetivos fundamentais, mesmo que sem advertência dos que a realizam, dificulta o pensar autêntico. Em especial, porque o modo como muitas aulas são lecionadas pautadas em aulas verbalistas, em métodos de avaliação dos conhecimentos como forma de controle ou até punição, e há ainda a distância entre educador e educando, em que prevalece a proibição do pensar 'verdadeiramente', por esses e outros motivos essa disciplina vem atravessando um período de transformação, no qual sujeito e objeto precisam se conectar em prol da produção de um conhecimento 'verdadeiramente' válido. Em que questões como número de aulas, entre outras questões passem a ser mais um elemento a ser discutido, e não um fator de descaso e desprezo em relação à disciplina, na qual vários professores para a manterem precisam quase que literalmente promover uma 'guerra' para tentar defender suas ideias, argumentos e justificar a relevância de algo imprescindível como a Geografia da População, tanto para a formação do geógrafo quanto para a formação do professor de Geografia.

Acreditamos que repetidas vezes na academia sobra eficiência intelectual e falta bom senso e complacência, em especial no que se refere às questões pedagógicas, porque muitos docentes são excelentes pesquisadores, mas não conseguem manter essa mesma excelência enquanto docentes, talvez por isso seja interessante a exemplo do que vem ocorrendo no Estado de São Paulo, fazer concursos para pesquisador e outro para professor. Já que a concepção de professor-pesquisador, infelizmente, não passa muitas vezes de intencionalidades expressas nos PPP dos cursos de licenciaturas.

Outra questão apontada ao se analisar os planos de ensino dos cursos de graduação diz respeito ao referencial bibliográfico, na maioria dos planos, observou-se que a maior parte são similares. Com destaque para as obras dos seguintes autores: Amélia Luisa Damiani, Jacqueline Beaujeu-Garnier, Pierre George, Paul Singer, George Martin, Karl Marx, Milton Santos, Wilbur Zelinsky, Josué Castro e Rui Moreira, vale enfatizar que o número de planos de ensino analisados é proporcional ao número de planos de ensino de Geografia da População completos que se teve acesso para a construção do trabalho, já que havia planos de ensino da graduação sem o referencial bibliográfico.

Sobre a questão bibliográfica, percebemos que são raros os planos de ensino que trabalham com periódicos, o que predomina são as obras de autores clássicos da Geografia da População, não que essas não sejam importantes, mas levando em conta o contexto atual, algumas modificações seriam interessantes e importantes para o ensino dessa disciplina, como lembra-nos o professor Guidugli (1990, p.112):

> Qualitativamente a bibliografia indicada compõe-se dominantemente dos "clássicos manuais" de Geografia da População em utilização há algum tempo na geografia brasileira. A Geografia da População, de Beaujeu-Garnier (1956-58); Geografia da População, Trewartha (1969) e Geografia da População, de George (1970) formam o conjunto. São raras as indicações de textos mais recentes. Isto é um grave problema, especialmente quando se verifica que em periódicos recentes surgiu um número não desprezível de novas contribuições e, o que é mais importante à dimensão demográfica vem apresentando grandes alterações teórico-metodológicas. O texto de Woods (1982), intitulado de *Theorical Population Geography*, apesar de alguns reparos que podem ser feitos, apresenta um salto qualitativo em Geografia da População. Este texto representa para os anos 80 aquilo que George (1951) e Trewartha (1953) representaram nos anos 50.

Com a análise do referencial bibliográfico podemos notar que as obras relacionadas aos estudos de população se mantêm as mesmas por décadas, e a ausência de periódicos nas bibliografias analisadas já é um indicativo que esse tipo de fonte de informação e conhecimento não é bem utilizado pelos professores-pesquisadores de Geografia da População. Em se tratando de periódicos há um número considerável de revistas de renome internacional que discutem questões acerca dos estudos de população na Geografia. Um agravante que podemos identificar é a não adesão a esses periódicos, pois a maioria está em inglês e sua aquisição exige um desembolso financeiro, o que na maioria das vezes, cabe ao próprio pesquisador esta incumbência, já que boa parte das universidades não paga por este tipo de acervo, pois algumas vezes são dispendiosos. Para a realização desta tese

tive acesso a alguns textos publicados nas revistas *Geography Abstract*, esta revista proporciona uma leitura prospectiva dos assuntos, e uma questão interessante da revista é a organização do índice, por meio dele temos possibilidades de encontrar o que procuramos com rapidez e facilidade. A revista *Progress in Geography Human*, da qual alguns textos foram extraídos para a leitura e que contribuiu para a construção desta tese, aborda uma série de questões atuais e suas abordagens são riquíssimas e ampliam o horizonte do pesquisador, priorizando mantê-lo informado e buscando assegurar qualidade sobre os assuntos que interessam ao leitor, no nosso caso a população. Informações como essas prestadas por esses periódicos e por tantos outros que estão em circulação no Brasil e no mundo são importantíssimos, pois trazem o conhecimento, a informação de forma mais ágil, atualiza o pesquisador, o professor, e permite que revisões ocorram de maneira célere, ao mesmo tempo em que contribui na divulgação das pesquisas científicas. É lamentável, para nós geógrafos percebermos que as revistas de Geografia brasileira não se interessam tanto pelos temas populacionais. As revistas onde encontramos discussões, temas polêmicos à população, na sua maioria das vezes, não são da Geografia, mas de outras áreas. Esses e outros motivos podem explicar em parte, a recorrência das obras, quando analisados os planos de ensino. Não que essas obras não sejam boas, pelo contrário prestam um papel importante nos estudos de população, a problemática, ao nossa ver, é quando não se avança para além delas. O que esperamos é que os geógrafos passem a se interessar mais pelas questões populacionais, pois como relatou o professor Guidugli: “nosso país oferece razões substanciosas; sua extensão territorial, o volume da população e o dinamismo revelado pela mesma, as transformações econômicas, etc. Tudo isso se constitui em um excelente laboratório para os geógrafos da população” (GUIDUGLI, 1990, p.113).

A seguir foi elaborado um quadro (7) com as universidades pesquisadas e outro quadro (8) com os autores mais citados. E, posteriormente, foi elaborado um gráfico (3) para auxiliar e ajudar na identificação e visualização dos autores mais citados nos planos de ensino das universidades analisadas. Observe primeiramente os quadros.

Quadro 7- Universidades que tiveram seus planos de ensino analisados

Universidades	**Sigla**	**Estado**	**Região**
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste
Universidade Federal do Ceará	UFC	Ceará	Nordeste
Universidade Estadual do Pará	UEPA	Pará	Norte

Universidade Estadual de São Paulo	UNESP	São Paulo	Sudeste
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	São Paulo	Sudeste
Universidade do Estado Rio de Janeiro	UERJ	Rio De Janeiro	Sudeste
Universidade Estadual de São Paulo	USP	São Paulo	Sudeste
Pontifícia Universidade Católica do Rio de janeiro	PUC-RIO	Rio De Janeiro	Sudeste
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Rio Grande do Sul	Sul
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Santa Catarina	Sul
Universidade Federal do Paraná	UFPR	Paraná	Sul
Universidade Estadual de Londrina	UEL	Paraná	Sul
Universidade Estadual de Maringá	UEM	Paraná	Sul
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOEST E-FB	Paraná	Sul

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012).

Quadro 8 – Autores mais citados nos planos de ensino analisados

AUTORES MAIS CITADOS	QUANTIDADE DE VEZES CITADOS
Amélia Luisa Damiani	10
Jacqueline Beaujeu – Garnier	9
Pierre George*	8
Paul Singer	8
George Martine	6
Karl Marx	4
Milton Santos	4
Josué de Castro	3
Wilbur Zelinsky	2
Ruy Moreira	2
TOTAL DE PROGRAMAS COMPLETOS	**14**

Fonte: planos de ensino das universidades analisadas
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012).

* Com mais de duas (2) obras

Observando os planos de ensino notamos que há uma proporcionalidade entre os autores citados, e podemos dizer que as análises de suas obras são importantes para entender os desdobramentos dos estudos de população na Geografia. E que nessa área não há muita alteração de referencial bibliográfico, se comparar os planos de ensino analisados na pesquisa do professor Guidugli, realizadas há mais de duas décadas, muitas obras se repetem nos planos que analisamos referente ao ano de 2010. O que significa dizer que no estudo da Geografia da população há uma recuperação dos estudos clássicos da Geografia, por parte de alguns autores como: Pierre George, Jaqueline Beaujeu-Garnier, Wilbur Zelinsky, Trewartha, e outros, balizados por análises voltadas a explicar os indicadores estatísticos, o crescimento populacional, a distribuição da População e suas características, e há esforços por parte de outros autores em aproximar o diálogo das questões populacionais com as proposituras investigadas por Marx, como é o caso da Amélia

Damiani, Paul Singer, Ruy Moreira, Josué de Castro e outros. Oferecendo maior atenção e criticidade ao fenômeno populacional.

O caso de Pierre George, por exemplo, considerado um dos maiores representantes da Geografia da População, percebemos ao longo das obras, abordagens diferenciadas, o que denota um amadurecimento do autor, ou momentos em que o próprio George colocava em 'xeque' as questões aparentemente resolvidas. Uma parte da obra de Pierre George foi atravessada pela influência da geografia clássica, em outros momentos aproxima-se das leituras marxistas, ou seja, há um ecletismo em suas obras e na sua escrita, parecendo às vezes que há mais de Pierre George no mesmo texto. Não se trata de uma interpretação fácil, já que em momentos há congruências com a Demografia e Geografia e depois discrepâncias, chamamos a atenção para essa questão porque quando se analisa apenas o autor por uma única obra dificilmente conseguiremos entender ou captar seu pensamento, muitas vezes suas ideias podem ser distorcidas ou até condicionadas pelas leituras de mundo, sociedade, população, o que predomina em nós, por isso que a escolha do referencial teórico, assim como das obras, dos textos, não é uma ação mecânica, mas sim algo que deve ser refletido, repensado para que os objetivos formulados quando se propõe uma disciplina, um curso, ou uma linha de pesquisa sejam atingidos de forma satisfatória e responsável.

Assim, constatamos que o ensino da Geografia da População no Brasil, ainda se mantém assentado sobre uma vaga contribuição de textos externos, ou seja, textos ou obras de autores diferentes dos amplamente citados, porém, essa constatação não indica que não há diversas obras sobre os temas. Mas, há certas dificuldades na inserção de outros autores na leitura geográfica sobre população, do mesmo modo, como há o desconhecimento de outras contribuições. O professor Guidugli em sua pesquisa chamou a atenção pelo fato de que a produção sobre Geografia da População em inglês tinha despontado na década de 1980 a 1990 com um grande número de contribuições.

Já a professora Damiani alertou, anteriormente, que nos Estados Unidos a leitura malthusiana teve uma forte vinculação com o desenvolvimento do imperialismo americano, e as abordagens presentes nas revistas norte americana, que discorriam sobre o controle de natalidade, por exemplo, também estavam alicerçadas aos princípios do imperialismo. Os livros russos também apresentavam uma leitura extremamente dogmática, nos quais, estava explicitado o processo de vulgarização das discussões populacionais, tanto pelo viés malthusiano quanto pelo marxismo. Essa constatação da

professora Damiani, ajuda-nos a entender que o momento histórico interfere de forma congruente nos estudos populacionais. Durante o período de disputas entre Estados Unidos e União Soviética, conhecido como Guerra Fria, os estudos de população atendiam as exigências políticas, econômicas e ideológicas de ambas as nações, não obstante, a produção na área da população não era desprovida desses interesses, por isso tanto as publicações norte-americanas quanto as soviéticas, estavam de acordo com o contexto histórico e os interesses do Estado. É importante relembrar que nesse período a questão da expansão territorial, da consolidação do capitalismo ou "socialismo soviético" ambicionavam, além de demonstrar poder e força, diferentes formas de controle e persuasão da população, bem como o condicionamento das pessoas às ideias propostas por essas potências antagônicas, que sem sombra de dúvida, interferiram em todos os segmentos da vida humana.

Essas discussões nos permitem refletir que a escolha de autores para se trabalhar determinada temática, representa a forma como os professores e pesquisadores leem e entendem os estudos populacionais. No Brasil, a ocorrência dos textos de George, Trewartha, Beaujeu-Garnier, Zelinsky, Damiani, entre outros, demonstra que no período atual os textos e conteúdos voltados ao que se convencionou chamar de *new Geography* perderam espaço no rol de autores citados em suas referências, o que demonstra que os estudos populacionais apesar de tímidos têm resistido às abordagens estritamente técnicas das temáticas populacionais. O professor Zelinsky (1969, 13) adverte que talvez um dos maiores problemas relacionados à disciplina Geografia da População não esteja tão vinculado aos autores escolhidos, mas as questões de ordem metodológica:

> A deficiência mais séria está na metodologia. Os princípios diretores para a organização da pesquisa e a ordenação dos fatos e das ideias têm sido no melhor dos casos nebulosos. Este trabalho é uma tentativa de construir uma estrutura para a disciplina. Ele tenciona delinear, modelar e discernir as linhas gerais da Geografia da População, e colocar algumas das questões centrais que ela procura estabelecer, bem como os encaminhamentos mais prováveis para essas questões. De modo algum pode se encarar isso como os *précis* pelo trabalho maior que ainda deve ser feito; é apenas uma espécie de capítulo introdutório. Embora muitos fatos isolados a exemplos regionais sejam citados de passagem, não há qualquer esforço em larga escala para aplicar as técnicas propostas à análise de qualquer tópico ou área.

Nesse estudo que Zelinsky faz referência na citação acima, representa parte da obra **Introdução à Geografia da População,** em que o autor faz um estudo acurado sobre a Geografia da População, explicitando, inclusive, o papel do geógrafo da população,

salienta ainda os conteúdos e limites da Geografia da População, analisa a participação do homem como ser social, porém, não apenas como mais um elemento da paisagem, mas como um agente transformador, sinaliza as armadilhas dos dados demográficos que camuflam informações importantes que na maior parte das vezes são escassos ou frágeis. Estuda a distribuição da população no mundo, descrevendo os impactos dos fatores físicos e econômicos sobre o homem, realizando um estudo acerca das questões culturais aliadas à quantidade e distribuição da população.

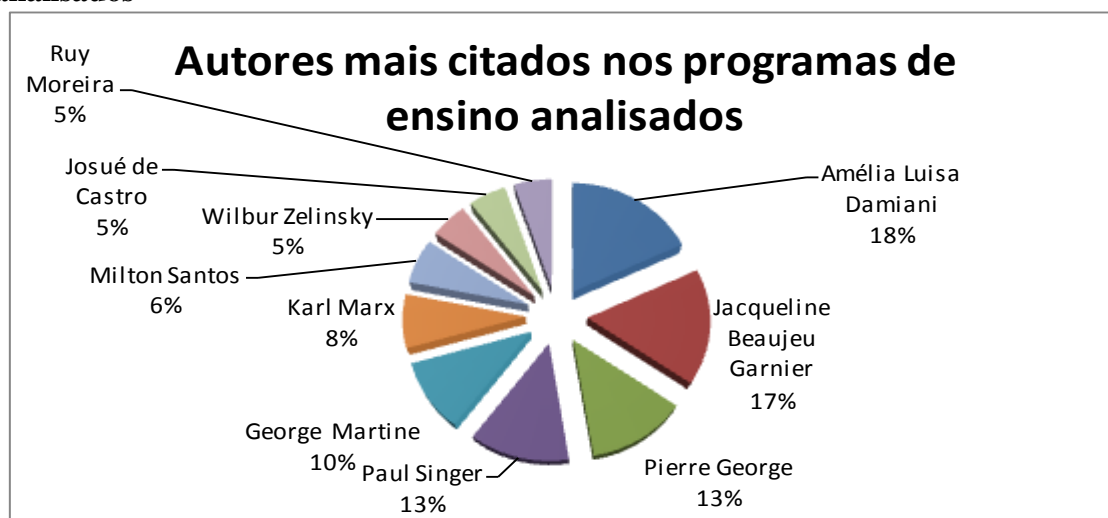
Posteriormente, faz um trabalho de regionalização do espaço, analisando as diferentes formas de ocupação do território e das civilizações rurais, urbanas. Trata-se de uma obra importante por fornecer dados sobre as diferentes áreas do globo, sinalizando de forma incisiva como o geógrafo pode ou deve se postar diante dos aspectos atinentes a dinâmica populacional na Terra. Desta forma, expressa não só a relevância do método, mas das metodologias para que as pesquisas, e estudos em população na Geografia ocupem o lugar que merecem.

Por esses e outros motivos que consideramos importante trazer os elementos discutidos por Zelinsky ao tratarmos dos autores mais citados nos planos de ensino que analisamos. Pois acreditamos que por meio das questões levantadas, defendemos que os estudos populacionais possuem uma natureza interdisciplinar e, assim sendo, o diálogo com autores de outras áreas, e o emprego de metodologias condizentes com a perspectiva do professor e dos alunos quanto à disciplina, pode colaborar, não só para a melhoria do tema como para a Geografia avaliar suas particularidades, assim como, criticar seu desempenho tanto na pesquisa quanto no ensino.

Assim, contribuir para que a Geografia da População “alce voos” mais altos, promova discussões mais profícuas, elabore análises críticas, proponha caminhos, já que consideramos que a Geografia tem muito a contribuir com o estudo da população, e por meio da problematização dos temas, a Geografia quiçá possa sugerir, propor soluções alternativas para a gama de problemas populacionais que podem ser observáveis nas mais variadas escalas.

Para representar o número de vezes que cada autor aparece nos programas de ensino analisado, transformamos em percentagem e construímos o gráfico a seguir. Essa forma de representação gráfica, acreditamos ser didática, pois permite de forma rápida a compreensão dessa distribuição.

Somadas com as discussões feitas anteriormente, fornece elementos importantes para a construção de nossa análise, pois o que realmente nos interesse não é somente indicar esses elementos, mas buscar entender os motivos da existência deles. Já que combatemos o uso de gráficos e tabelas, apesar de ser muito importante, ganham mais valor e relevância na medida em que são analisados, interpretados e nos conduzem a possíveis respostas dos fenômenos, neste caso, relacionados à disciplina Geografia da População. Todavia, já realizamos muitas vezes crítica em relação à abordagem dos números expressos em tabelas, e até mesmo gráficos, pois por si só não são capazes de analisar os fenômenos demográficos em sua totalidade. O que fazem na maioria das vezes é nos passar uma informação parcial da realidade, o que contribuiu para que os estudos demográficos traduzidos por essas formas de representação sejam, na maior parte das vezes, só contemplativos.

Gráfico 3 – Distribuição percentual dos autores mais citados nos programas de ensino analisados

Fonte: Programas e planos de ensino da universidade analisadas.
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012).

Em relação à pós-graduação o referencial bibliográfico dos programas de ensino analisados se diferenciou com a presença de outros autores, no entanto, na pós-graduação de Geografia, os estudos de população, sob o rótulo de Geografia da População é insignificante.

Assim, de posse dos programas das disciplinas, elaboramos o quadro (9) como forma de organização dos dados e também para dar mais visibilidade aos autores citados.

Quadro 9 – Autores mais citados nos programas de pós-graduação analisados

AUTORES MAIS CITADOS	QUANTIDADE DE VEZES CITADO
BEANINGER, R.	2
MARTINE, G.	2
MOURA, H, A.	2
PATARRA, N, L.	2
VÉRON, J.	2
GEORGE, P.*	2
MARTINS, J.	2
PÓVOA, NETO, H.	2

Fonte: Programas de ensino dos cursos de pós-graduação das universidades pesquisadas. Org. MORMUL, Najla Mehanna.

*Com mais de duas obras.

É importante reconhecer que a ciência moderna ao abordar os estudos populacionais acabou reconhecendo a população como uma abstração. E isso de certa forma contribui para que os estudos populacionais fossem, gradativamente, dispersados entre as outras áreas da ciência geográfica, e essa dispersão culminou na criação de outras disciplinas e também em variadas áreas de pesquisa. Nesse sentido, ao observarmos a pós-graduação há programas que ainda mantém a população como área de pesquisa específica na Geografia, esses, normalmente, compõem seus planos ou currículos tomando como base, além dos autores clássicos da Geografia da População, outros autores que trabalham com áreas específicas da população, como demógrafos, sociólogos, economistas, que também compõe o universo dos estudos populacionais.

A tendência tem sido que os temas ligados à população estão ganhando cada vez mais novas nomenclaturas e peculiaridades na pesquisa geográfica como: discussão de massa, multidão, mobilidade, mobilização, populações tradicionais, entre outras. Por um lado, isto pode demonstrar um enfraquecimento da Geografia da População como tema de pesquisa na Geografia. Mas, ao mesmo tempo, mostra a capacidade de adaptabilidade e transformação que esse temário possui e, ainda, o quanto os geógrafos e professores de Geografia podem avançar nas pesquisas em população e quão ilimitadas são na capacidade de flexibilização que esse tema tem, e isso pode oferecer aos interessados em pesquisas ligadas à dinâmica da população, uma vasta gama de investigação e estudos.

Diante desse quadro, não há como fecharmos os olhos e não perceber que a tendência da ciência atual, apesar dos rumores contrários, ainda é as "especificidades das especificidades". Os cientistas asseguram que com um universo pequeno de investigação

as possibilidades em alcançar resultados mais promissores são mais preciso. Assim, perguntamos: o que leva o pesquisador a “afunilar” cada vez mais seu campo de investigação? A falta de tempo em realizar pesquisas, já que as agências de fomento não vão esperar a “vida toda” por resultado e maior facilidade para realizar pesquisas, já que, trabalhar com um recorte menor possibilita análises mais aprofundadas e também um fluxo maior de produção. Ou ainda, a necessidade ou dinâmica imposta pelo mundo globalizado capitalista em que o tempo virou artigo de luxo e as informações têm que ser repassadas e refutadas num “piscar de olhos”, o que acabou por gerar ou estimular uma intensa disseminação da pesquisa científica, e que certa força imprimiu “competitismo” entre as áreas, para ver quem é mais produtivo, já que infelizmente a produtividade, muitas vezes, se confunde com competência. Ou será que a lógica separar, fragmentar, dividir para controlar, ainda é válido? O que diriam os filósofos da antiguidade que produziram trabalhos magníficos? Fazer ciência é isso? Ou, será que é isso que querem que pensemos que seja? De qualquer modo, a comunidade acadêmica está vivendo nesse turbilhão e acreditamos que boa parte dos pesquisadores, encaram suas atividades com muita seriedade e buscam por meio dela contribuir para a sociedade como um todo quanto para o desenvolvimento da própria ciência.

Assim, para situar de forma mais categórica o desenvolvimento da população na Geografia, e com isso realizar uma apreciação sobre os estudos populacionais por meio da análise dos programas de ensino disponíveis, buscamos apreender como está sendo abordada a disciplina Geografia da População pela Geografia na atualidade. Sem com isso recorrer a uma sistematização linear da produção acerca do tema, mas sim levando em conta os aspectos que compõem os programas de ensino, fazendo uso de leituras transversais para dinamizar e problematizar a questão por ora apresentada, e como isso buscou atribuir história e materialidade aos elementos que compõe o objeto de análise.

A investigação sobre disciplinas acadêmicas como sabemos tem campo a ser pesquisado, pois há muitos elementos que podem ser analisados. Tais elementos se configuram como combustível para fomentar e fortalecer essa pesquisa. As pesquisas de amostragem nos dão importantes indicativos de como está à situação do tema proposto, a elaboração de tabelas e gráficos por meio dos dados obtidos facilitam a visualização, todavia, esses precisam estar acompanhados de explicações que as fundamentam.

Em relação à pesquisa apresentada tivemos a intenção de contribuir com o debate sobre o lugar da pesquisa e do ensino da população na Geografia, com intento de

vislumbrar possíveis caminhos para o futuro da Geografia da População, tendo em vista que na atualidade a população vem sofrendo certo esvaziamento dentro da ciência geográfica, o porquê e as causas desse processo, podem ser explicados de várias formas, contudo, isso é algo que exige um esforço teórico e metodológico e por vezes até são necessários propor algumas suposições que podem futuramente serem corroboradas ou refutadas.

Todavia, sabemos que os programas de ensino não são suficientes para qualificarmos ou não uma disciplina, já que as transformações que passam as disciplinas acadêmicas, e entre elas a Geografia da População são produtos de processos históricos, econômicos, e a investigação desses fenômenos, bem como suas interpretações e entendimentos desses processos podem ser diferentes. É esse o pressuposto que nos orientou na proposta de investigar a Geografia da População no contexto dos cursos de pós-graduação e seus respectivos cursos de graduação em Geografia do Brasil, para termos um parâmetro de análise do ensino e da pesquisa em nível de Brasil, mas cientes que as questões disciplinares exigem análises de muitos outros elementos, como estamos tentando demonstrar ao longo dessa tese.

> As fronteiras entre as disciplinas acadêmicas são conveniências administrativas e não barricadas. Consequentemente, o estudioso que nominalmente é um demógrafo pode por vezes realizar um trabalho útil de natureza geográfica, e um geógrafo pode ocasionalmente achar-se trabalhando no campo da Demografia. É útil notar, entretanto, que os dois campos se divergem em seus objetivos básicos, embora compartilhe um interesse comum pela distribuição territorial, da população (ZELINSKY, 1969, p.12).

A discussão de Zelinsky realizada no fim da década de 1960, deixa viva a influência da Demografia nos estudos de população, sobretudo, na Geografia da População. Mas, mesmo assim o autor expõe que ambas as áreas contribuem de forma diferente para o ensino e pesquisa sobre população. A questão é que para a Geografia a clareza quanto a finalidade da Geografia da População, nos parece que não ficou muito clara, já que muitos trabalhos de cunhos geográficos se confundem com os realizados pelos demógrafos. A este respeito o professor Póvoa Neto comentou:

> Nós geógrafos temos a dificuldade de enxergar a dimensão espacial, acredito que deveria ter uma contribuição específica da Geografia sobre isto, eu penso que nós tentamos pegar a concepção dos demógrafos, mas de um modo geral ela não nos parece ser suficiente, ou seja, o debate sobre a questão do crescimento da estrutura populacional, por exemplo, tem sido apropriada tal e qual pela Geografia. E há muitas outras possibilidades de trabalhar questões como essas de forma mais

> integradora, não presa somente ao crescimento ou diminuição da família, por exemplo. É preciso levar em consideração as variações tanto do tempo quanto do espaço, abordando inclusive questões sobre mobilidade, já que houve muitas pessoas que nasceram e morreram na mesma localidade e outras, não. Então, por que essas mudanças foram ocorrendo? A família foi se transformando ao longo do tempo, e por que ela foi se deslocando? Acredito que falta um pouco de criatividade, de provocação, pois de modo geral no que se refere aos estudos populacionais na Geografia a tendência é ir para o que está pronto como os conteúdos de crescimento e de distribuição da população. A própria palavra distribuição populacional nos remete a alguma coisa estática, e o chamado movimento de renovação da Geografia, no final da década de 70 e início de 80, criticou muito as concepções estáticas, assim como a ideia de distribuição populacional que de certa forma é uma ideia cristalizada. Pode-se até falar para os seus alunos que não é bem assim, mas a primeira imagem que a expressão, evoca a de uma população que está distribuída de forma estática, em vários ambientes, desde sempre e para sempre, ou seja, o mapa nos convida a olhar as coisas de forma estática, pois vemos as áreas divididas em cidades, estados, países. Nessas áreas tem população, aqui tem população, e isso nos acena a ver que nesta área se tem população, tem densidade, tem formas de ocupação, tem as proporcionalidades entre gêneros, e que as áreas são diferentes, são distintas, e a ideia de distribuição contém necessariamente a dinâmica da mobilidade. É claro que podemos mostrar essa distribuição de forma histórica, mas ainda a imagem do limite da fronteira ainda é muito forte, então, quando mostramos o mapa, as porcentagens de crescimento populacional, a distribuição espacial se não trabalhadas de forma problematizadora com os alunos, podem concluir que as populações estão estanques, cada uma presa no seu lugarzinho. Defendo que a ideia de renovação da Geografia tem que tentar mobilizar os alunos para entender a dinâmica do espaço, no qual a população está nitidamente incluída, e para mim, as migrações aparecem como um tema muito importante e também como uma possibilidade não só para renovar o ensino como para potencializar os estudos de população na Geografia (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

O relato do professor Póvoa Neto, convida-nos a não só pensar o quanto a Geografia pode contribuir para os estudos de população, ao mesmo tempo em que chama a atenção para a influência da Demografia. Vale destacar que a ciência demográfica contribui para que a Geografia da População se expandisse no país, contudo, a forte vinculação com essa área impediu, ou dificultou, que a Geografia atribuísse aos estudos populacionais elementos atinentes a suas formas de análises e compreensão do mundo. Enfim, do espaço, ao longo das transformações históricas ocorridas. Esse relato e essa rápida discussão nos impulsionou a realizar, também, o levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES, para verificar a incidência da pesquisa em população em Geografia. Dessa forma, foi feito uma busca ano a ano, desde 1987, isto é, as teses e dissertações disponíveis de 1987 até 2010 foram analisadas. Essas pesquisas nos indicam o

volume de trabalhos realizados, mas também as concepções teóricas e metodológicas dominantes. Essa análise nos ofereceu um panorama interessante, no qual foram encontradas desde pesquisas com cunhos predominantemente demográficos a pesquisas com concepções formuladas pela Geografia crítica, pulverizando questões antes por nós não problematizadas.

Como é de praxe nas pesquisas acadêmicas de Geografia predominam pesquisas de estudo de caso. Quanto às metodologias das pesquisas encontradas, preponderaram as teóricas e metodológicas, com ênfase para a pesquisa empírica, em relação aos objetivos, verificados pelas informações obtidas através dos resumos dos autores, em sua maioria tratavam de pesquisas de caráter descritivo e investigativos.

No que tange aos procedimentos, houve o predomínio de pesquisa de campo, e quanto ao objeto, predominou nas dissertações e teses analisadas a pesquisa bibliográfica e de campo com forma de abordagem quantitativa.

Contudo, sabemos, que nem todas as teses e dissertações defendidas constam no banco de teses da CAPES, no entanto, essa é uma fonte acessível e confiável para se obter informações. De posse dos dados elaborou-se uma tabela (1) e um gráfico (4) para demonstrar a difusão da pesquisa em população na Geografia brasileira na forma de teses e dissertações, já que as questões discutidas anteriormente, ajudam-nos mesmo que sutilmente no entendimento das propostas dessas pesquisas, que apesar de numericamente não serem expressivas, provavelmente contribuíram para o desenvolvimento tanto dos estudos de população na Geografia quanto da própria disciplina Geografia da População.

É importante salientar que a busca no banco de teses e dissertações da CAPES se deu por meio do uso de palavras-chave que se remetia aos estudos populacionais, como: população, natalidade, fertilidade, crescimento vegetativo, fecundidade, teorias demográficas, mortalidade, Geografia da População, estudos populacionais, entre outros, para que pudéssemos chegar o mais perto da realidade, contudo, sabemos da limitação dessa busca, e ainda ratificamos que não empregamos o termo migração, por considerarmos que a análise de pesquisas nessa área merece maior aprofundamento, e não é esse nosso objetivo no momento.

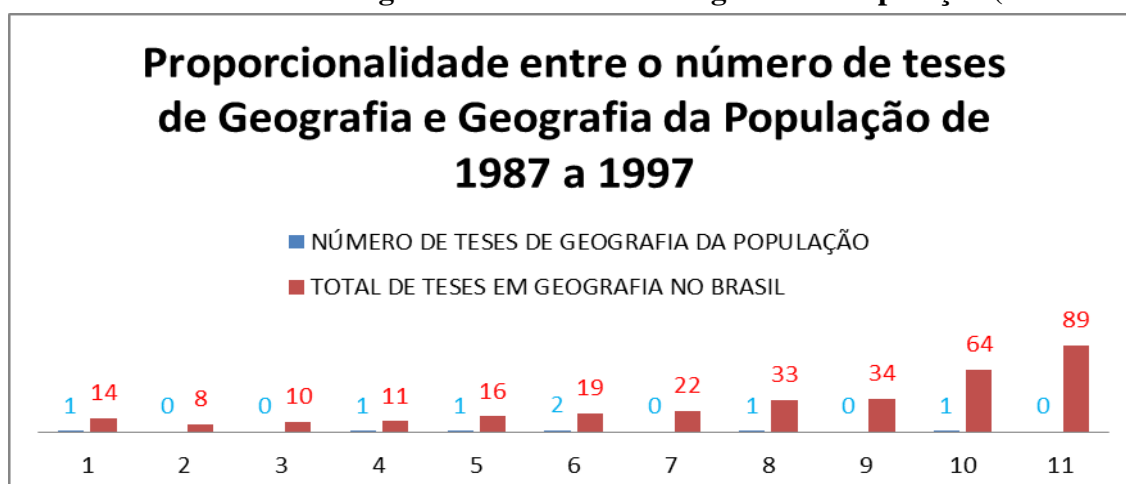
Tabela – Quantidade de dissertações e teses defendidas sobre população nos programas de pós-graduação em Geografia de 1987 a 2010.

ANO	NÚMERO DE TESES DE GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO	TOTAL DE TESES EM GEOGRAFIA NO BRASIL	PORCENTAGEM APROXIMADA %
1987	1	14	7,14%
1988	0	8	0%
1989	0	10	0%
1990	1	11	9,10%
1991	1	16	6,25%
1992	2	19	10,50%
1993	0	22	0%
1994	1	33	3%
1995	0	34	0%
1996	1	64	1,50%
1997	0	89	0%
1998	0	75	0%
1999	1	117	0,80%
2000	1	168	0,60%
2001	1	175	0,60%
2002	1	182	0,50%
2003	0	205	0%
2004	1	215	0,50%
2005	1	239	0,40%
2006	0	253	0%
2007	2	320	0,60%
2008	0	324	0%
2009	1	373	0,20%
2010	0	369	0%

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
Org. MORMUL, Najla Mehanna (2012).

A seguir buscamos por meio de representação gráfica (4) demonstrar o volume de teses defendidas sobre o rótulo de Geografia da População, com intuito de dar maior visibilidade e dimensionamento à produção científica em nível de pós-graduação (strictu sensu) em Geografia no Brasil.

Portanto, para promover uma maior visualização das teses defendidas optamos em fazer um comparativo entre o total de teses de Geografia defendidas no Brasil, de acordo com o banco de teses da CAPES, e as teses defendidas sobre Geografia da População. Primeiramente, do período corresponde aos anos de 1987 a 1997 e depois de 1998 a 2010, para facilitar, inclusive, a compreensão das informações por conta do número de dados.

Gráfico 4 - Teses sobre Geografia e Teses sobre Geografia da População (1987-1997)

Proporcionalidade entre o número de teses de Geografia e Geografia da População de 1987 a 1997

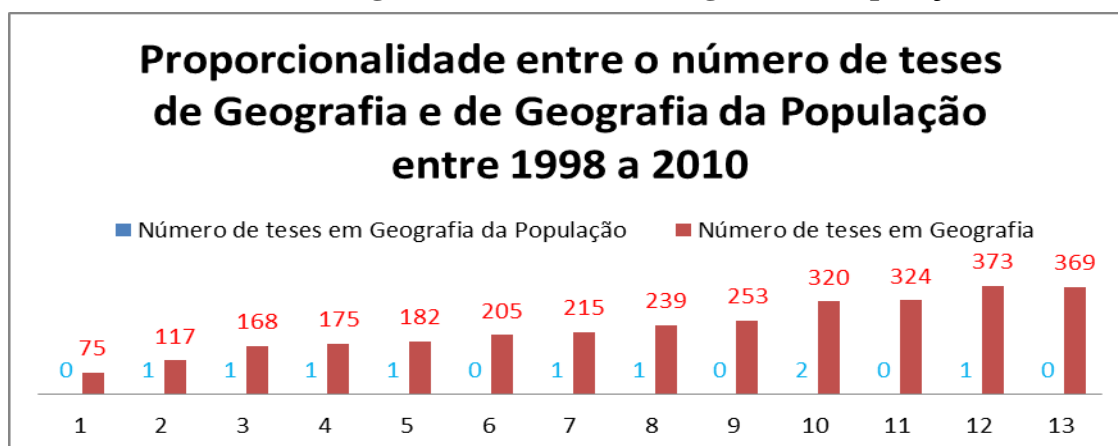
NÚMERO DE TESES DE GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO
TOTAL DE TESES EM GEOGRAFIA NO BRASIL

1 14 | 0 8 | 0 10 | 1 11 | 1 16 | 2 19 | 0 22 | 1 33 | 0 34 | 1 64 | 0 89

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior.
Org. MORMUL, Najla Mehanna (2012).

Vale salientar que os números indicados de 1 a 11 no gráfico correspondente respectivamente aos anos citados no título. O gráfico (5) representa as teses defendidas de 1998 a 2010, onde é perceptível verificar um aumento no número de teses defendidas em Geografia, boa parte desse aumento pode ser explicada pela crescente difusão dos cursos de pós-graduação em Geografia no Brasil. Porém, o aumento no número de teses defendidas em Geografia, não representa necessariamente um crescimento numérico nas teses sobre Geografia da População, sobretudo, porque a partir dos fins da década de 90 outras temáticas começaram a despontar nas pesquisas em Geografia, como as teses defendidas sobre a questão de gênero, mobilidade, entre outras.

Gráfico 5- Teses sobre Geografia e Teses sobre Geografia da População (1998-2010)

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior.
Org. MORMUL, Najla Mehanna (2012).

De acordo com os gráficos anteriores podemos perceber que a pesquisa em Geografia da População na Geografia não ocupa um lugar de destaque na produção científica brasileira. O que reforça a tese do professor Odeibler quando relata.

> A geografia não é uma religião, basta caminhar um pouquinho pela geografia, por exemplo, há duas décadas falar em gênero de vida era o topo, hoje não é mais. Mas, naquele momento captamos o problema e discutimos, em compensação, nos deparamos com novos temas no desenvolvimento da geografia e que decorrem da sociedade. Nós estamos prestando atenção na sociedade? A uns 8 a 10 anos uma orientanda queria estudar a geografia do crime e isso era raríssimo. No direito, na criminologia, na sociologia encontrava-se, mas na geografia era incomum, pois a bibliografia era pobre nos periódicos, e se não tem nos periódicos não existe. Como a bibliografia sobre a geografia do crime é rara, não precisa matar uma formiga com uma bala para matar um elefante. Solicitei a mesma que fizesse uma dissertação focada na questão da bibliografia para criminalidade e com ênfase na geografia, e depois com tudo o que aprendesse, levasse sua experiência para o doutorado, onde se estudaria o criminalismo. Não deu outra, o que foi importante na verdade é que ela era socióloga, tinha uma boa formação na área de metodologia de ciências sociais. Porque quando se traz tal autor não é simplesmente citar o autor e procurar o seu resumo, na verdade essa caminhada tem que ser crítica, tem que ser encaixada, ajustada, e ela fez uma dissertação de mestrado interessante. Na época esse assunto era raro, hoje, nem tanto. Atualmente a geografia apresenta outros temas, por exemplo, está na ordem dos últimos anos a geografia do medo, o medo se coloca, por que eu não o vejo? No entanto, eu me comporto e vivo e me organizo e mantenho-me no contexto do medo, conheço artigos de geografia, psicologia, e psicanálise, psiquiatria, que discutem o assunto e isso na verdade é importante pois quando nós vemos no espaço uma leitura de como somos a partir de uma leitura psicológica ou psiquiátrica, então na realidade esse é um exemplo de uma ciência que muda (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

Esse relato do professor Odeibler, nos orienta no sentido de perceber a mudança nas ciências, e, além disso, a necessidade de flexibilização das ciências frente às demandas do sistema econômico predominante. O fato da população não estar entre os temas mais pesquisados na Geografia, não tira dela seu valor. No entanto, retrata que a Geografia que se faz é uma Geografia voltada para certos fins e interesses, que refletem na produção científica em si, pode-se analisar que o que tange as pesquisas de geógrafos e professores de Geografia da população não figura como uma área atrativa.

A dificuldade vivida pela orientanda do professor Odeibler teve ao pesquisar sobre o crime, a impressão que tínhamos é a de estávamos sem rumo, já que a percepção era que “ninguém” ou pouquíssimas pessoas na Geografia atualmente querem discutir Geografia da População. Os motivos dessa resistência, ou não, recai sobre uma série de questões, e

para reforçar essa impressão apresentamos ao debate a fala do professor Helion Póvoa Neto.

> A respeito dos estudos populacionais, quando se fala no Brasil sobre isso, na maioria das vezes está se referindo a demografia, porque é a área que se dedicou em estudar seus diferentes aspectos. No Brasil, existe atualmente, preocupação em relacionar os estudos populacionais com questões que envolvem politicamente o gênero, raça, ou seja, as chamadas janelas demográficas. A questão da previdência social está em debate, porém considero esses debates mais afetos a demografia e sociologia do que geografia (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

A esse respeito, a professora Rosa Ester contribuiu para que pudéssemos encontrar caminhos que conduzissem para análises e reflexões acerca da situação da Geografia da População, pois, a exemplo da pesquisa no banco de teses da CAPES a situação das dissertações não é muito diferente, neste sentido a professora orienta:

> No estudo da população, deve-se dar estrutura para os estudantes como trabalhar a população. Mas, é difícil trabalhar sem integrar em alguma coisa, para mim a questão básica é a metodologia de pesquisa. Como a população através do seu trabalho produz e reproduz o espaço? Como o espaço como categoria indispensável para a Geografia foi sendo produzido e reproduzido ao longo da história? Assim, temos que nos informar, porque não recebemos a base suficiente como é a história do pensamento geográfico. O defeito dos nossos jovens é acessar os clássicos através de outros. Falta-nos uma base filosófica, para poder entender, tenho uma orientanda estudando Proálcool, território, poder e bicombustível, começou com a filosofia para entender como as coisas evoluíram, foi à formação do pensamento... é um esforço muito grande, mas é válido (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

Nesse sentido, a fala da professora Rosa Ester chama atenção pelo fato da necessidade de professores-pesquisadores terem em sua formação um embasamento filosófico, que os oriente a trabalhar e entender os pressupostos que norteiam os temas afetos a suas áreas de estudos. Há algumas áreas que têm mais familiaridade com alguns temas filosóficos, mas, em contrapartida, há outras que perdura total ausência de postulados filosóficos o que compromete as pesquisas, bem como as análises realizadas por seus pesquisadores. Essa fragilidade filosófica provoca certo desconforto em relação, por exemplo, por onde começar uma pesquisa.

Ao iniciarmos essa pesquisa tínhamos a impressão de estávamos pisando num terreno que não competia a Geografia, e isso é desconfortável, pois não se encontrava nos

pares[35] e na literatura suportes para aprofundar nossas inquietações. A pesquisa em Geografia da População tira-nos do lugar de conforto e coloca-nos as inquietações. Não obstante, que nos estudos da população predominam trabalhos de caráter demográfico, ou sociológico, e raras vezes geográfico. Nesse sentido, podemos retomar a discussão que a Geografia ambiciona dar conta do todo, pelo menos é isso que percebemos quando resgatamos os pressupostos teóricos filosóficos da ciência geográfica, no qual vale a "máxima" - Geografia é a ciência que estuda a Terra-, e com isso muitas áreas ficaram descobertas, já que entendemos que ciência alguma consegue dar conta do todo. Porém, ao entender a Geografia como ciência de síntese, qual é sua contribuição quando se pensa e estuda a População em âmbito geográfico? Já que a ciência trabalha em "guetos", portanto, a fragmentação apesar de suas controvérsias continua sendo o modo de se fazer ciência neste país.

E, por que os estudos sobre Geografia da População, apesar de importante parecem que transitaram na 'contramão' da história? Muitas das respostas a essas indagações foram dadas. Mas, ao que parece a mais sólida, consiste na questão da identidade curricular do curso de Geografia, e do perfil de profissionais que as instituições de ensino superior que tem curso de Geografia no Brasil pretendem e estão formando. Para que formar esse ou aquele perfil de profissional? Para qual sociedade? O que a sociedade almeja? Na maioria das vezes a formação superior em Geografia está atrelada a ideia do professor, ou seja, o professor "aulista" e nesse país para ser professor qualquer um serve, pelo menos é essa impressão que se tem quando analisamos as políticas para formação docente do país. Sendo assim, a maioria dos profissionais que concluem o curso de Geografia, quando chegam à sala de aula para ministrarem suas aulas reproduzem o que está posto no "bom e velho" livro didático, encaram-no com uma "cartilha" a ser detidamente seguida. Enquanto, nas universidades, ótimos pesquisadores se tornam professores que formam professores, sem nunca ter experenciado à realidade de uma sala de aula. E, é nessa convulsão de fatos que se depara a questão principal: quais os conteúdos ou requisitos necessários para ser um "bom" profissional da Geografia, seja ele geógrafo, mas, sobretudo professor. Não se quer com esta discussão apresentar um modelo de profissional ideal, mas fomentar a discussão no sentido de perceber que muitas das mazelas hoje

---

[35] Com essa frase não se quer desconsiderar o trabalho realizado por geógrafos sobre a questão da População, se quer apenas compartilhar que muitas das vezes que se buscaram meios para desenvolver a tese, com exceção dos professores colaboradores que foram entrevistados e do professor orientador, raras foram às pessoas ou até mesmo textos encontrados que puderam contribuir efetivamente para realizar uma interpretação mais contundente dos dados e informações obtidas.

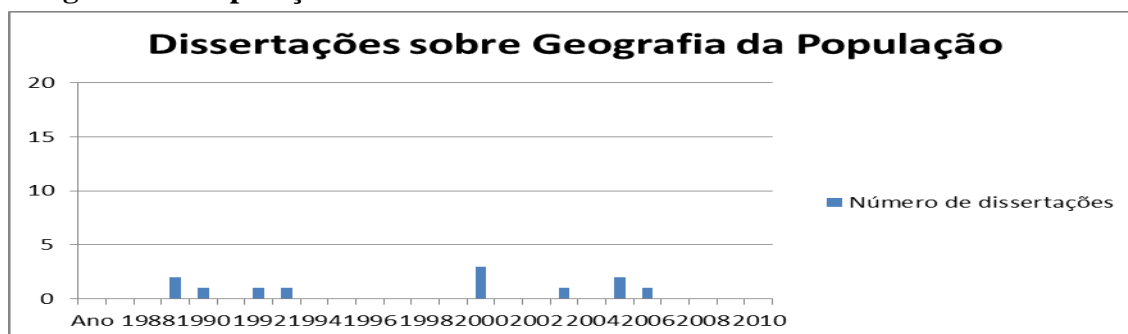
encontradas na produção científica das ciências humanas, têm relação com a formação desse sujeito - que hoje é professor e pesquisador -, e retomando a discussão sobre Geografia da População e sua incidência tanto no ensino quanto na pesquisa em Geografia, percebemos que a Geografia da População tornou-se desinteressante nas universidades, mas também nas escolas e sem sombra de dúvida que esse desinteresse, proposital, ou não, consciente, ou não, terá seus reflexos na ciência geográfica como um todo, e a nosso ver já está tendo.

Recuperando a discussão sobre a incipiente difusão das pesquisas em população na Geografia, em nível de doutorado, fez-se o mesmo exercício tomando como base as dissertações de mestrado disponíveis no banco de dissertações da CAPES, e novamente o resultado da produção foi irrisório. Tendo em vista as questões já debatidas, ainda levantamos a provocação que talvez muitos desses pesquisadores, estudaram em instituições de ensino superior que provavelmente não atribuíam à Geografia da População, a problemática necessária ao ponto de se tornar objeto de estudo de pesquisas posteriores. Muitas instituições não possuem grupos de pesquisas e trabalhos de Geografia voltada aos estudos populacionais, com raríssimas exceções. Deixando esse tema a cargo da Demografia, da Sociologia, da Antropologia, da Economia e outros. Neste sentido o professor Guidugli contribuiu ao dizer:

> [...] a pequena significância do tema Geografia da População em caráter aplicado à solução de problemas. Neste item as questões sobre dimensão populacional no planejamento territorial, os assentamentos humanos, a adequação entre população e recursos, os modelos de densidade demográfica, etc. deveriam ser consideradas quer de maneira teórica quer prática. Esta ausência é indicadora de que o tema população em Geografia não tem sido considerado convenientemente na formação de seus profissionais. Na verdade ele tem sido apenas acessório, o que gera insignificância para o professor da ciência [...] não podemos, contudo, supor que o caminho do aperfeiçoamento deva ser o de permanentemente ampliar os temas e aumentar a bibliografia. Há a necessidade do estabelecimento de novos parâmetros para a identificação dos temas relevantes para estudo os quais respondam tanto para fins acadêmicos quanto para a pesquisa aplicada à solução de problemas, às questões envolvendo as novas condições de relações espaciais dos indivíduos, sobre a superfície da terra, particularmente a relação homem/natureza (GUIDUGLI, 1997, p.78-79).

O gráfico (6) e o quadro (10) foram elaborados com o intuito de ilustrar o volume de dissertações em Geografia da População envolvendo os mestrados no Brasil, o que de certo modo dialoga com as argumentações citadas anteriormente. Fizemos uso desse

recurso metodológico para expressar a questão da Geografia da População, seus avanços, suas transformações, permanências e rupturas.

Gráfico 6 – Número de dissertações disponíveis no banco de dados da CAPES em Geografia da População

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
Org. MORMUL, Najla Mehanna (2012).

Quadro 10 – Distribuição por ano das dissertações sobre Geografia da População e total de dissertações sobre este tema defendidas

ANO	NÚMERO DE DISSERTAÇÕES
1987 - 1988	0
1989	2
1990	1
1991	0
1992	1
1993	1
1994 - 1999	0
2000	3
2001	0
2002	0
2003	1
2004	0
2005	2
2006	1
2007	0
2008	0
2009	0
2010	0

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012).

Essa pesquisa buscou explicitar de modo sutil como está organizada a disciplina Geografia da População na atualidade. Muitos dados foram analisados, portanto, com os resultados podemos dizer que a Geografia da População vem atravessando um período de transformação dentro da Geografia o que nos leva a indagar: para onde vai a Geografia da

População? Especialmente, no que diz respeito a seus estudos, uma vez que o ensino é importante, mas a pesquisa é imprescindível para o fortalecimento de qualquer que seja a área de conhecimento. Para contribuir com essa discussão o professor Odeibler S. Guidugli salientou:

> Como a Geografia vem contribuindo para fomentar os embates sobre os estudos populacionais? Primeiro pelo ponto de vista teórico-metodológico é preciso tomar um pouco de cuidado, já que a geografia não tem priorizado nem a si próprio como o todo. Mas, até que ponto isso importa? Na realidade menos ainda, quando se trata de população, quando se olha o livro sobre população qual é a parte teórica que mais lhe interessa? O que mais se aproxima enquanto geógrafo? Na maioria das vezes é quando se discute a migração? A geografia discute mortalidade, discute migração, discute envelhecimento, então o que mais lhe chama a atenção? Muitas vezes o título não contempla o que propõe, preocupo-me, especialmente, com a análise espacial proposta, e esta para mim é a grande competência geográfica. Para a qual temos muitos desafios, a começar pela parafernália que a geografia cria com território e região, lugar, espaço, como manusear tudo isto? Veja não é pela falta de teoria que ela não pode contribuir na questão da população, mas pela forma como interpretamos as informações, os problemas que chamamos de problemas urbanos, na verdade são problemas humanos e que se configuram num determinado espaço, por exemplo, nascer e morrer não são problemas, é uma condição da espécie que nasce, cresce e morre; a grande mobilidade para o trabalho, não é necessariamente problema único do Brasil, é um problema humano; por que a sociedade humana de maneira geral, não tem mais espaços reais, o que temos são espaços para perambular, que significa onde sou encontrado. Assim, qual o lugar do estudo populacional na geografia? Qual a relevância do estudo populacional na geografia? Diria que o lugar da pesquisa populacional em geografia tem sido fraco, continua fraco, porque se vê o reflexo do produto que vem da universidade. Quando leio ou vejo uma tese ou dissertação que faça referência à população, ou seja, população urbana, já que esse é o rótulo que está aparente, tento achar uma parte que com propriedade discuta isto, muitas vezes é complicado, não se acha então o lugar dos estudos da população na pesquisa geográfica, não está bom, e se precisa tomar cuidado (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

A discussão apresentada pelo professor Guidugli representa bem a encruzilhada que vive a pesquisa da população na Geografia, há uma ausência de espacialidade, de criticidade, sobretudo de necessidade ou interesse para que a pesquisa se realize com propriedade, não só teórica mais humana. O tema apresenta-se como algo híbrido e, muitas vezes, sem sentido, porque estamos habituados a trabalhar com fragmentos. Não há muitas vezes consciência de classe e as interfaces disso com a produção do espaço, pois ao mesmo tempo em que se produz a riqueza, produz-se também a pobreza. Nisso reside a contradição inerente do capitalismo, que é ocultada pelo processo de alienação. Tratam-se,

na maior parte das vezes dos problemas relacionados à população como se esses fossem "não humanos", ou seja, não produzido pelo homem, pela exploração e expropriação do trabalhador. Focam-se, sobretudo, nas questões de ordem ditas naturais, por isso a crítica realizada desde o começo da construção dessa tese. É importante deixar de encarar a população como um elemento da paisagem, estático a ser contemplado, mas enfrentar os processos e desdobramentos vinculados à produção humana no espaço, ou seja, a reprodução e manutenção da vida, a produção dos meios de sobrevivência, o envelhecimento da população, os deslocamentos populacionais, assim como, as consequências oriundas das transformações humanas sejam elas, ambientais, econômicas, sociais ou culturais.

É preciso avançar e para isso torna-se imprescindível propor uma análise da população a partir do que essa produz, e produz espacialmente. A Geografia ao longo da sua história apresentou a população como um dado predominantemente descritivo, muitas vezes, sem vigor, sem vida, sem propriedade, é necessário parar de afirmar que só se faz pesquisa de qualidade quando se estuda coisas palpáveis, quantificáveis, dissecáveis. É importante perceber a dimensão do sujeito e em sua subjetividade e com ela enxergar um campo repleto de questões a ser discutidas.

Nesse sentido, vale relembrar que em Marx como em nenhum pensador crítico, o que ele criticou, e cientificamente destruiu, não foi à subjetividade, mas o subjetivismo, o psicologismo. A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores dessa realidade e se essa, na "inversão da práxis", volta-se sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.

O que importa de fato não é só entender o lugar ou importância da população para a Geografia ou da Geografia da População, mas também entender como vive a população, e os porquês das diferentes formas de vida; quais são os interesses de quem a controla; e quem controla; quem realmente define como é gasto o tempo, e o que consumir, e por que e para quê a vida se manifesta de diferentes formas no espaço geográfico. Seja, para produzir capital, para ser massa de manobra, para se alienar em frente à televisão aberta que, infelizmente, inunda as mentes das pessoas com um monte de informação inútil, isso precisa vir à tona, para que se possa fazer/pensar/agir diferente, e ainda para que a Geografia, seus professores e pesquisadores possam contribuir efetivamente para uma leitura crítica não só da temática populacional, mas também do mundo. Pois, acreditamos

que através do olhar e pensar geográfico muitas coisas ganham dimensões e proporções diferentes e instigantes, antes talvez não observadas.

Isso tudo é posto no sentido de problematizar, a intenção não é dar respostas. Mas, abrir possibilidade para o debate, pois a Geografia da População está perdendo espaço na Geografia e o que fazer diante disso? E, isso realmente importa?

Como mais uma forma de qualificar a tese que a Geografia da População vem sofrendo, que há um processo de esvaziamento, buscamos verificar também como está a publicação na área, tomando como parâmetro dois periódicos conhecidos e difundidos na Geografia brasileira - o Boletim Paulista de Geografia (BPG) e a Revista Brasileira de Geografia -. O BPG é um periódico semestral editado pela AGB-SP que em 2009 completou 60 anos, trata-se, portanto, de um periódico de alcance nacional bastante conhecido, sobretudo, porque atualmente suas publicações são encontradas on-line, o que possibilita uma maior divulgação dos estudos realizados.

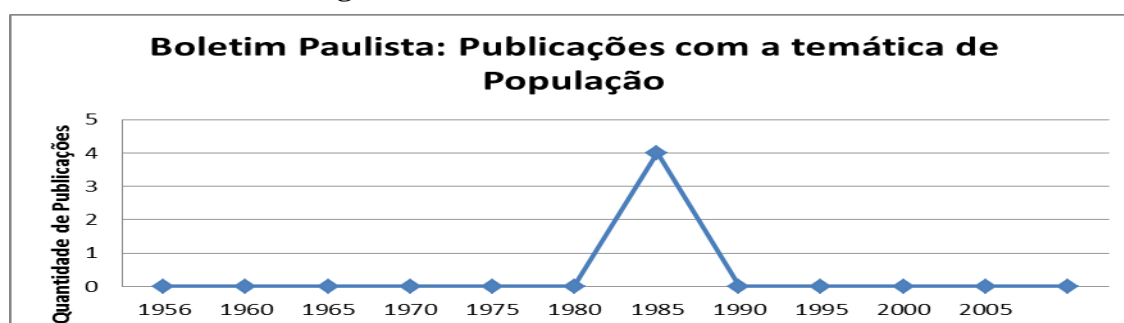
O levantamento que realizamos levou em consideração a presença de temas afetos à população na Geografia, num período aproximadamente de 49 anos (1956 a 2005), vale explicar também que de 1956 a 2005 conseguimos os Boletins impressos, e isso de certo modo facilitou nosso trabalho. Pois, de posse da sequência impressa das publicações em mãos buscamos realizar um levantamento mais detalhado possível, para que pudéssemos traçar um panorama da produção científica em população no Brasil. Vale salientar que esse esforçou pautou-se em tentar dar mais materialidade ao objeto, e a problemática acerca da questão do esvaziamento da Geografia da População, e é importante salientar que por meio das análises realizadas nesses dois periódicos, acreditamos que podemos ter uma noção melhor sobre a difusão da pesquisa em Geografia da População ou da população na Geografia no país. E com isso promover uma reflexão dialética sobre esse fato. Foi organizado a seguir um quadro (11) e um gráfico (7) com a intenção de mostrar a situação da produção referente à população no Boletim Paulista de Geografia.

Quadro 11 - Análise da produção sobre população no Boletim Paulista de Geografia

TÍTULO	ANO	Nº	PUBLICAÇÃO	AUTOR
Boletim Paulista de Geografia	1958 - Jul	29	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1959	31	Nenhuma Publicação	
BPG - A região de São Gabriel	1962	44	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1964	40	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1967	44	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1972	47	Nenhuma Publicação	
BPG- A indústria de vinho do sul de Minas	1972	47	Nenhuma Publicação	

Boletim Paulista de Geografia	1973-Nov	48	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1974	49	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1976 -Jun	51	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1976-Mar	50	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1976	52	Nenhuma Publicação	
Seleção de textos AGB	1977	2	Nenhuma Publicação	
Seleção de textos AGB	1977- Set	3	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1977	53	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1977	54	Nenhuma Publicação	
Seleção de textos AGB – Geopolítica	1984	9	Nenhuma Publicação	
Seleção de textos AGB – Urbano	1985	12	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1986	64	As Condições de existência de parcelas da população trabalhadora- Osasco – SP	Santos, R.C. B
Seleção de textos AGB - Teoria e Método	1986	14	Nenhuma Publicação	
Seleção de textos AGB – Terciário Econômico	1986	16	Nenhuma Publicação	
Seleção de textos AGB	1986	15	Previsão Regional de população e processos étnicos	B. M. Ekkel
Boletim Paulista de Geografia	1986	15	A Região demográfica como objetivo para o planejamento e administração	I. N. Kornev
Boletim Paulista de Geografia	1987	65	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1989	67	Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico científico	Milton Santos
Seleção de textos AGB-Geomorfologia	1991	19	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1991	69	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1992	71	Nenhuma Publicação	
Seleção de textos AGB - Teoria e Método	1992	20	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	1995	74	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	2001	77	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	2003	80	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	2004	81	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	2005	83	Nenhuma Publicação	
Boletim Paulista de Geografia	2005	68	Nenhuma Publicação	
Projeto "O ensino na cidade de São Paulo" AGB	2005	—	Migrações para a cidade de São Paulo e os problemas de moradia	Arlete Moysés Rodrigues

Fonte: Boletim Paulista de Geografia.
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012).

Gráfico 7 – Representação da publicação com a temática vinculada à população no Boletim Paulista de Geografia

Fonte: Boletim Paulista de Geografia.
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012)

O quadro (12) tem o objetivo de auxiliar ou contribuir na compreensão das informações expressa no gráfico anterior. É visível o pequeno número de publicações nesta área.

Quadro 12 – Número de publicações (BPG 1956 - 2005)

Ano	Publicações
1956	0
1960	0
1965	0
1970	0
1975	0
1980	0
1985	4
1990	0
1995	0
2000	0
2005	0

Fonte: Boletim Paulista de Geografia.
Org. MORMUL, Najla Mehanna (2012).

De acordo com os dados apresentados podemos identificar o quanto a pesquisa e publicação em população na Geografia é irrisório. Isso demonstra que há certa fragilidade ou desinteresse por parte dos geógrafos e professores de Geografia em lidar com a temática, havendo um completo esvaziamento na publicação como foi possível perceber. Vale destacar que analisamos o Boletim Paulista de Geografia até o ano de 2005, pois dessa data em diante encontramos algumas dificuldade em manter uma sequência que nos permitisse dar unidade ao trabalho. Mas, em conversa na Associação de Geógrafos Brasileiros de São Paulo, percebemos o quanto as fontes ligadas à Geografia da População são escassas - apesar de ficarmos por horas vasculhando o arquivo da AGB - pouco se encontrou que pudesse contribuir com nossa pesquisa.

Mesmo reconhecendo e verificando que a Geografia da População não é uma área de interesse dos pesquisadores da Geografia, mas, sempre há aqueles que encontram nela seu brilho e seu valor e para demonstrar isso vou novamente me valer da fala do professor Odeibler S, Guidugli quando apontou:

> De vez em quando encontramos alguém que se atreveu a escrever um livro de Geografia da população, que por sinal ficou interessantíssimo, e quando se vai ler é provável que algumas ideias ali expostas precisam de tempo para a maturação. Então se cria um conjunto de ideias, que me permite citar uma parte do seu trabalho, e que mostra que não há todo esse avanço de população na geografia ou na geografia da população em

> particular, e quem sabe seja capaz de não só estudar o fato, mas mostrar a pobreza com que isso aparece no estudo da geografia da população e isto é um eixo brilhante (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

Inspirada pela fala do professor Odeibler S. Guidugli acreditamos que somos uma dessas pessoas que conseguem enxergar na população, por mais subliminar que apareça o sentido para a vida, para a Geografia, enfim para a sociedade, os dados demonstram que cientificamente a Geografia da População está sem fôlego, sobretudo, porque nós, não damos a ela o retorno merecido, digo isso porque sinto que na formação do profissional da Geografia há um "vácuo", em que não conseguimos dialogar com a população. A não ser mediado pelas questões migratórias, ou quando abordamos as estatísticas que acabam por contribuir, ainda mais, para a manutenção da ideia da população como algo estático, sobretudo, através das leituras malthusianas, essa falta de formação, rebate quando percebemos um descompasso entre os estudos do território com o crescimento populacional e as demandas decorrentes desse fenômeno, que na maioria das vezes são descritas, mas não analisadas.

A pesquisa nos periódicos foi um momento importante para verificarmos a situação da pesquisa em população na Geografia, porém, o resultado já era previsto em virtude dos levantamentos realizados, das conversas tidas com professores-pesquisadores sobre a questão do esvaziamento, que é algo concreto. Esse mesmo processo também está presente nos congressos e eventos científicos, nos grupos de trabalho, pois dificilmente encontramos pessoas que discutam a questão da população, e os trabalhos sobre a temática populacional, muitas vezes, são alocados em áreas consideradas mais próximas, neste sentido o professor Helion Póvoa Neto lembra-nos:

> Percebo que o interesse sobre migração continua, vejo pessoas trabalhando com migração, mas quando tem encontro da ANPEGE e da AGB, nunca vemos temas ligados à Geografia da população, a migração aparece, mas me parece que a Geografia não reconhece muita autonomia a ponto de merecer uma área de estudo própria, seja talvez por que a crítica que a Geografia fez há 30 anos, são questões quantitativas e formais da análise do espaço. Talvez esse estereótipo da demografia como sendo quantitativa pode ter ficado muito associado à Geografia da população. Os processos sociais que foram estudados na Geocrítica ficaram ligados à luta no campo, e a migração é uma consequência do desenvolvimento do capitalismo no campo, a migração é um processo dentro do processo da urbanização, mas acho que a migração é uma condição dinâmica do espaço e não simplesmente um reflexo. não existe uma migração do nordeste para o sudeste porque há um desequilíbrio regional, não existe uma migração internacional porque um país é subdesenvolvido e outro desenvolvido, para mim a compreensão da

> migração é uma forma de entender os processos de urbanização, exemplo, não há como entender a industrialização de São Paulo sem entender a migração. A existência da migração foi uma condição necessária para que ocorresse um desenvolvimento capitalista em São Paulo, para mim o tema da migração é central. No entanto, a subárea da Geografia da População está no segundo time dentro das diversas áreas da Geografia (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

Com essa constatação do professor Póvoa Neto, fica nítido que a Geografia da População, vem passando um período difícil ou conflituoso na Geografia, digo difícil porque não encontramos na população uma identidade geográfica, ao contrário, do que ocorre com os estudos de migração. Porém, é necessário reavaliarmos, quais são as reais condições, tanto teóricas quanto metodológicas que temos para fazer dessa temática uma área de interesse para a Geografia brasileira na atualidade. Vimos vários caminhos onde a população pode se aconchegar na Geografia e, além disso, produzir estudos interessantes.

Entendemos ainda que é cada vez mais pujante a necessidade de entender as relações humanas, a produção e “consumo” do espaço, a questão crescimento e declínio demográfico, a busca pela eterna juventude, a lógica do produtivismo, a questão do consumo voltado para as pessoas da terceira idade, o aumento substancioso do uso de antidepressivos pelos jovens, e a adequação das cidades- por conta do excesso de veículos automotores- a falta de espaço nas médias e grandes cidades, as necessidades de criação de áreas de lazer, entre outras tantas coisas.

Todas essas questões somadas a outras abrem um vasto campo de investigação que nós enquanto professores e geógrafos podemos discutir, e dar a essa temática o lugar que ela merece.

Ao exemplo do levantamento realizado no Boletim Paulista, realizamos uma classificação da Revista Brasileira de Geografia, como já havíamos sinalizado. Essa revista foi uma das pioneiras na divulgação periódica de assuntos relacionados ao território nacional, suas publicações visa contribuir para um melhor conhecimento da nação brasileira, além de difundir no país uma metodologia geográfica, a gênese dessa revista, inicialmente, estava atrelada ao reconhecimento da pátria e objetivava a fomentação da publicação geográfica com o intuito de divulgar os estudos realizados em âmbito geográfico no país. Porquanto, o quadro (13), apresenta um panorama bem similar com a do Boletim Paulista de Geografia, ou seja, a publicação sobre a temática Geografia da População ou sobre população na Geografia, também, é insignificante.

Quadro 13 - Análise da publicação sobre população e Geografia da População na Revista Brasileira de Geografia

TÍTULO	ANO DA PUBLICAÇÃO	PUBLICAÇÃO	AUTOR
Revista Brasileira de Geografia	Janeiro 1939 - Set. 1945	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia	Outubro-Dezembro 1945	A população do Brasil	Giorgio Mortara
Revista Brasileira de Geografia	Jan. 1946 – Março 1947	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia	Abril-Junho 1947	Aspectos Geográficos da imigração e colonização do Brasil	Dr. Artur Hehl Neiva
Revista Brasileira de Geografia	Julho 1947 – Junho 1950	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia	Julho-Setembro 1950	Distribuição da população no estado do Espírito Santo em 1940	Ruth Bouchaud Lopes da Cruz
Revista Brasileira de Geografia	Outubro-Dezembro 1950	Distribuição da população no estado do Paraná em 1940	Lísia Maria Cavalcanti Bernardes
Revista Brasileira de Geografia	Janeiro-Março 1951	Distribuição da população no estado do Maranhão em 1940	Eugênia Gonçalves Egler
Revista Brasileira de Geografia	Abril-Junho 1951	Crescimento da população no estado do Paraná	Lísia Maria Cavalcanti Bernardes
Revista Brasileira de Geografia	Julho 1951 – Março 1952	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia	Abril-Junho 1952	Densidade da População Rural no Sudeste	Eloísa de Carvalho
Revista Brasileira de Geografia	Julho-Setembro 1952	Distribuição da População no estado de São Paulo, em 1940.	Elza Coelho de Souza
Revista Brasileira de Geografia	Outubro-Dezembro 1952	Expansão do povoamento no estado do Paraná	Nilo Bernardes
Revista Brasileira de Geografia	Janeiro-Março 1953	Distribuição da População no estado de Minas Gerais, em 1940.	Eugênia Gonçalves Egler
Revista Brasileira de Geografia	Abril 1953 – Junho 1955	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia	Julho-Setembro 1955	Distribuição da População na ilha do governador	Lourdes M. M Strauch
Revista Brasileira de Geografia	Outubro 1955 – Set. 1957	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia	Outubro-Dezembro 1957	Estudo da População ativa fluminense e sua Utilização e Distribuição nas Zonas Econômicas do estado	Maria Rita da Silva Guimarães
Revista Brasileira de Geografia	Janeiro 1958 – Jun. 1959	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia	Julho-Setembro 1959	Notas sobre a ocupação Humana da montanha do Distrito Federal	Nilo Bernardes
Revista Brasileira de Geografia	Out. 1959 – Março 1960	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia	Abril-Junho 1960	Codajás: Comunidade Amazônica - Estudo Médico-Social de uma População da Hinterlândia Amazônica	Djalma Batista - Wallace Ramos de Oliveira - Virgínia Duplé e Mário Morais
Revista Brasileira de Geografia	Julho 1960 – Junho 1966	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia	Julho-Setembro 1966	Aspectos Demográficos de Santa Catarina	Paulo Fernando Lago
Revista Brasileira de Geografia	Outubro-Dezembro 1966	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Janeiro 1967 – Dez. 1968	Sem Publicações	

Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Janeiro-Março 1969- Edição 9	Ilhas Falklands ou lhas Malvinas - Quadro natural - População- antecedentes históricos.	Delgado de Carvalho
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Abril 1969 – Março 1971	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Abril-Junho 1971 - Edição 18	Suriname Autônomo - Feições físicas - População - História da Colonização.	Delgado de Carvalho
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Julho-Setembro 1971 - Edição 19	Taiwan e as Ilhas de Ryu-Kyu - Aspectos Físicos - As Populações - Economia.	Delgado de Carvalho
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Julho-Setembro 1971 - Edição 19	A Dinamarca e o Problema Europeu - Feições Fisiográficas - População - Evolução Histórica.	Delgado de Carvalho
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Outubro-Dezembro 1971 - Edição 20	Maurício: Monarquia Independente do Indico - Oceano Índico - As Mascarenhas - População.	Delgado de Carvalho
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Janeiro-Março 1972- Edição 21	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Abril-Junho 1972 - Edição 22	Suíça Geo-história - Uma nação - Quadro Geográfico - População	Delgado de Carvalho
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Julho-Setembro 1972- Edição 23	Os Dois Mundos Paquistaneses - Ambientes Culturais - População Línguas.	Delgado de Carvalho
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Outubro-Dezembro 1972 - Edição 24	Romênia: País Latino dos Balcãs - Os treze núcleos populacionais	Therezinha de Castro
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Jan. 1973 – Junho 1973	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Julho-Setembro 1973 - Edição 27	Camerum - República Federal - Condições Físicas - Populações	Delgado de Carvalho
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Outubro-Dezembro 1973 - Edição 28	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Janeiro-Março 1974- Edição 29	Uganda na comunidade orienta africana - Aspectos físicos -População - Condições econômicas	
Revista Brasileira de Geografia/Atlas de Relações Internacionais	Abril 1974 – Dez. 1980	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia	Janeiro-Março 1981	A migração como indicador para o estudo de aglomerações urbanas no Brasil	Fany Davidovich
Revista Brasileira de Geografia	Abril 1981 – Março 1982	Sem Publicações	

Revista Brasileira de Geografia	Abril-Junho 1982	Imigração e favelas: O caso do Rio de Janeiro de 1970	Vera Maria d' Ávila Cavalcanti Bezerra - Jana Maria Cruz
Revista Brasileira de Geografia	Julho 1982 – Junho 1985	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia	Julho-Dezembro 1985	A dinâmica demográfica de uma área de fronteira: Rondónia	Maria Helena Fernandes de Trindade Henriques
Revista Brasileira de Geografia	Jan. 1986 – Junho 1990	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia	Julho-Setembro 1990	Os Povos da floresta, Os imigrantes e os modelos de ocupação territorial: Impactos e alternativas - 83.	Dora Rodrigues Hees
Revista Brasileira de Geografia	Out. 1990 – Set. 1992	Sem Publicações	
Revista Brasileira de Geografia	Outubro-Dezembro 1992	Organização Territorial e/ou uma geopolítica da população qual o desafio para o próximo milênio?	Luiz Paulo Souto Fortes
Revista Brasileira de Geografia	Jan. 1993 – Dez. 2005	Sem Publicações	

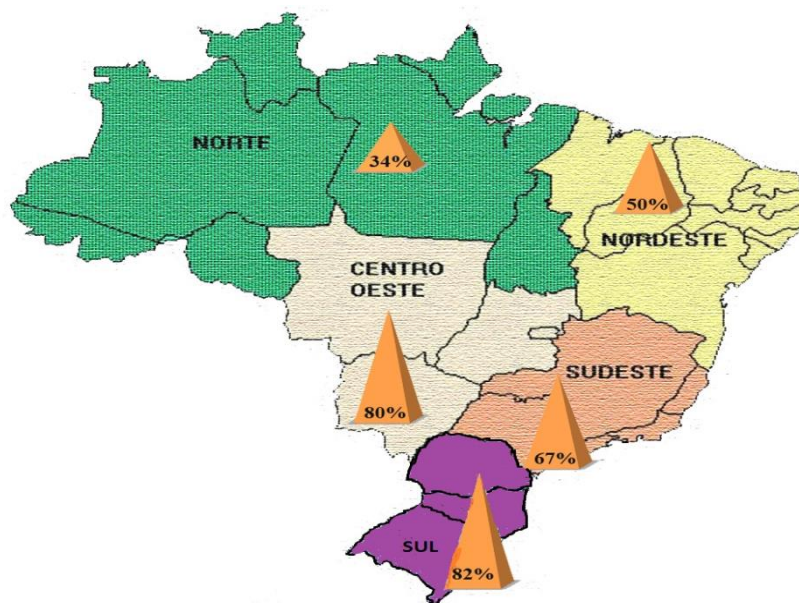
Fonte: Revista Brasileira de Geografia.
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012).

E, assim podemos entender que a publicação na área de estudo da Geografia da População é restrita, o que não significa dizer que não há geógrafos preocupados com essa questão, mas que há razões para a não disseminação dessa temática na Geografia, como foi discutido ao longo do trabalho.

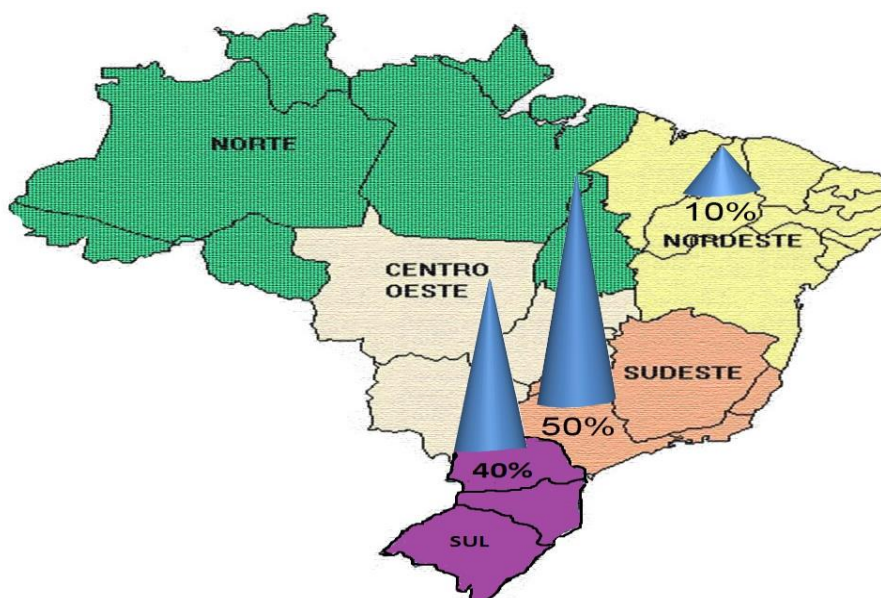
Os levantamentos realizados nos dois periódicos tiveram o objetivo de corroborar a tese que os estudos de população ao longo da ciência geográfica vêm perdendo espaço, o que pode ser demonstrado através da análise dos programas de ensino da graduação, das linhas de pesquisas da Pós-Graduação em Geografia, do acesso ao banco de teses e dissertações da CAPES e pela revisão realizada nas duas revistas de abrangência nacional da Geografia.

Mas, também, para ilustrar e corroborar como está a situação dos estudos de população na Geografia brasileira, foram elaborados duas figuras para que possamos visualizar melhor o que estamos discutindo desde os primeiros rascunhos dessa tese.

As figuras (1) e (2) representam o Brasil e foram divididas por regiões brasileiras segundo o IBGE, e por segmentos, o primeiro voltado para a questão do ensino da Geografia da População nas Instituições de Ensino Superior pesquisadas e o segundo para a situação da pesquisa em nível de Pós-Graduação em Geografia recomendada pela CAPES.

Figura 1 - Incidência do ensino de Geografia da População por regiões brasileiras.

NORTE
34%
50%
NORDESTE
CENTRO OESTE
80%
SUDESTE
67%
SUL
82%

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
Org.: MORMUL, Najla Mehanna (2012)

Figura 2 - Incidência da pesquisa em Geografia cuja temática versa sobre população/ Geografia da População por regiões brasileiras

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
Org. MORMUL, Najla Mehanna (2012).

De acordo com as figuras anteriores, verificamos que as regiões sul e sudeste têm o ensino e a pesquisa em população em mais evidência, isso não significa que se compararmos a pesquisa em população com outras áreas da Geografia, como a agrária, ambiental, a urbana a física, a proporção se mantém, ou seja, no cenário brasileiro essas regiões se destacam, sobretudo, pela concentração de Programas de Pós-Graduação em Geografia, contudo, as dificuldades persistem. Com o intuito de contribuir com essa questão retomamos a fala da professora Amélia Damiani quando disse:

> O estudo da população é importante dentro da Geografia para estudar a mobilidade do trabalho, entre outras coisas, mas também pra nós nos situarmos e expormos a leitura que imperou há séculos sobre a população, que é a leitura malthusiana porque ela achata, distorce os fundamentos do que seria a população. Destituir a ideologia malthusiana, pois ela foi instrumental, serviu ao imperialismo, é importante até ao nível da geopolítica, portanto, na formação do sujeito em qualquer âmbito e agora com a questão ambiental volta a ser importante porque há uma naturalização da questão social e pode-se expor novamente e reativar as leituras malthusiana. Os estudos populacionais para a geografia crítica foi traduzido em estudos sociais e políticos, a abstração da população quantitativamente definida deixou de ter importância, então estabeleceria um elo entre a geografia crítica e a absorção dos estudos populacionais em outras disciplinas da geografia e agora a metamorfose dos estudos populacionais dentro da Geografia (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

Nessa passagem a professora Amélia Damiani é enfática ao dizer que temos que tomar cuidado ao trabalhar com a questão da população na Geografia, para não reacender as teorias malthusianas, que por muitos anos foram amplamente aplicadas aos estudos de população na Geografia.

A naturalidade que as teorias malthusianas possuem em dirimir os problemas populacionais, como se esses fossem resultados de aspectos isolados do contexto da dinâmica demográfica, é um caminho perverso, que retira da Geografia a criticidade necessária para que os estudos de população se consolidem, como uma área importante, tanto para o ensino quanto para a pesquisa. Ao recuperarmos, inclusive a abordagem da Geografia teorética, para responder/entender as questões de âmbito demográfico, devemos ter cautela para não fazermos análises fugazes de fenômenos complexos.

Estudar população não é algo fácil, o campo é amplo e heterogêneo, e nos faz trilhar caminhos diferentes, como norte para essa tese. Buscamos entender a população à luz da Geografia, que é por si uma ciência complexa. Esperamos ter demonstrado que atravessamos desde a década de 80 para cá um caminho de imprecisão sobre a Geografia

da População, pois se mantém à custa de empenhos individuais, e onde ela não está presente justifica-se, especialmente pela sua dissolução ou ressignificação em outras áreas que abordam problemas mais caros aos olhos dos geógrafos.

Novamente retomamos aqui a ideia que por muito tempo persistiu, se é que ainda não persiste, de que para fazer ciência precisamos isolar os fatos ou as partes para compreender o todo, tarefa difícil quando se trata de aspectos humanos, em que as ações e reações não podem ser meramente controladas. Sobremaneira, pelas intercorrências existentes na produção da vida humana. Intencionamos no próximo capítulo estreitar mais essa discussão objetivando trazer para o debate o valor relegado à Geografia da População ou aos estudos populacionais na Geografia, e também discutir sobre a dispersão desse tema em várias áreas da Geografia. Dessa forma, entendê-los e discutir suas contribuições para o desenvolvimento da ciência geográfica. E, assim, indicar como podemos contribuir para que um tema tão imprescindível para o desenvolvimento das ciências humanas não desapareça na Geografia, já que reconhecemos que a Geografia da População tem um grande potencial de discussão que ainda pode ser realizado, contudo, precisamos discutir como a Geografia pode participar e contribuir com esse processo e seus por quês.

4

A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS POPULACIONAIS NA GEOGRAFIA

De início creio, como Schopenhauer, que um dos motivos mais fortes conduzindo à arte e à ciência é o desejo de evasão da existência terra a terra com a sua aspereza dolorosa e o seu desolado vazio, de libertação das peias dos próprios desejos eternamente volúveis. É uma força impelindo os que a ela são sensíveis a sair da existência pessoal para o mundo da contemplação e da compreensão objectiva; esse motivo é semelhante à atracção, que leva o habitante da cidade irresistivelmente a sair do seu ambiente barulhento e confuso e procurar a paisagem calma dos altos montes, onde o olhar se espraia pelo ar tranquilo e puro e acaricia as linhas calmas, que parecem ter sido criadas para a eternidade. A esse motivo negativo, porém, alia-se outro positivo. O homem procura formar para si, de qualquer modo adequado, uma imagem simples e clara do Mundo e vencer assim o mundo da vida banal tentando substituí-lo, até certo grau, por essa mesma imagem. É o que faz o pintor, o poeta, o filósofo especulativo e o cientista da natureza, cada um à sua maneira. É dessa imagem e da sua conformação que ele faz o centro da sua vida afectiva, para procurar aquela tranquilidade e segurança que não consegue encontrar no turbilhão demasiado estreito da experiência pessoal.

Albert Einstein

Geralmente o temário da população no âmbito da Geografia ocupa um lugar no rol das chamadas disciplinas acadêmicas, comumente os estudos de População estão na maior parte das vezes alocados, na disciplina chamada Geografia da População, trata-se, portanto, de uma disciplina a ser cursada, predominantemente, durante o curso de graduação em Geografia. Em termos gerais a Geografia da População se mantém entre as disciplinas abordadas pela área humana da Geografia, e se dedica aos estudos dos fenômenos demográficos, procurando explicá-los, bem como sua dinâmica.

A partir dessas constatações é possível afirmar que a Geografia da População tem um importante papel no cenário atual, pela razão de seu objeto de estudo concentrar-se em um dinâmico fenômeno humano. Além de considerarmos que a questão populacional impõe-se como matéria merecedora de maior atenção de todos os governos, visto que o contínuo crescimento populacional se dá de modo cada vez mais concentrado, colocando em pauta o equilíbrio da equação população X recursos naturais, exigindo desse modo estudos e debates mais aprofundados, entre outras questões.

> Podemos definir o poder político de uma nação ou grupo como a capacidade de influenciar outras nações ou grupos no sentido de empreenderem programas de ação que, de outro modo, não empreenderiam. Esse poder pode ser exercido mediante: o oferecimento de recompensas pela aceitação das metas propostas; ameaça do emprego da força no caso de não aceitação; emprego real da força quando não se obtém de outro modo à aceitação. As variáveis populacionais influem no poder relativo das nações, no terreno da política internacional, mas também dos grupos empenhados em conflitos políticos dentro de uma nação. Entretanto, a influência das varáveis populacionais sobre o poder nem sempre é simples. Seria, sobretudo, um erro afirmar que o poder político poderá sempre ser fortalecido pelo aumento da população (HERR, 1972, p.151).

Contudo, essas constatações são discutíveis ao se analisar como a Geografia abordou e aborda as questões ligadas à população ao longo de sua história. As concepções e pressupostos teóricos e metodológicos dominantes na história da ciência geográfica pouco ou nada contribuíram para o enriquecimento e aprofundamento das análises geográficas acerca da dinâmica populacional, com raras exceções. O que predomina ao se enveredar pela Geografia e nela analisar a população são observações reducionistas pautadas numa visão positivista de ciência com forte apego dos ideais malthusianos que colaboraram por traduzir os estudos de população em algo “matematizável”, abstrato, sem sentido e sem relação histórica com a produção da vida humana. Sem dizer da pouca inferência dos estudos populacionais com a produção científica, sobremaneira, no que se

refere à Geografia da População. Boa parte dos estudos de população relacionados a temas como: crescimento, fertilidade, mortalidade, natalidade, são encrustados de explicações naturalizantes e simplistas, o que leva a constatações óbvias com nenhuma relevância social, política e econômica, e é esse empobrecimento de uma área tão rica que infelizmente predomina na Geografia. Max Sorre (1984, p.90), sobre as noções de gênero de vida e sua repercussão comenta:

> Na análise das relações entre o grupo humano e seu meio, o geógrafo utiliza uma noção de caráter funcional que é, na verdade, uma noção central para sua disciplina: a noção de gênero de vida, Ratzel faz dela grande uso, e entre nós, Vidal de la Blache. É mais fácil apreendê-la por exemplos concretos, de modo por assim dizer intuitivo, do que por meio da definição sistemática. Contudo, pode-se dizer que a expressão designa o conjunto mais ou menos coordenado das atividades espirituais e materiais consolidados pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura sua permanência em determinado meio. Descrevemos assim, os gêneros de vida baseados na pesca, na criação nômade, na agricultura e em seus diversos modos. Tudo isto é perfeitamente claro. A questão se complica, porém, quando passamos a considerar modos de existência às vezes menos completos, mais especializados e, geralmente, mais independentes do meio físico, como modos de vida de grupos que vivem da indústria no mundo contemporâneo.

Diante dessa constatação de Sorre, é possível verificar que na chamada Geografia clássica o pensamento da escola francesa de Geografia se fez presente, e como já sabemos interferiu nos estudos de população. Vale salientar que consideramos a Geografia da População uma área do conhecimento com conteúdo extremamente dinâmico, e defendemos que ela deveria deixar de ser uma simples disciplina relegada às salas das universidades para se transformar também em objeto de pesquisa exterior, de observação, de análise, de investigação. Colaborando com isso para que criem novas perspectiva a esta área do conhecimento que pode contribuir para enxergarmos a dinâmica populacional por uma perspectiva diferente.

A Geografia da População pode debruçar-se sob o caráter geográfico do local, potencializando um conjunto de fenômenos populacionais que variam no interior desses lugares através do tempo e do espaço, na medida em que são abordados não só as diferentes formas que as pessoas produzem e reproduzem a vida. Mas, também destacando a relevância dos fatores externos que exercem influência sobre as pessoas. Podemos então extrair de tal ideia que os principais conceitos a serem utilizados como instrumentos, tanto para o geógrafo quanto para o professor de Geografia, dedicados aos estudos do crescimento populacional e também de outras temáticas, estão vinculados às questões do

lugar, do comportamento das pessoas, da dinâmica do espaço, bem como de sua produção, além das relações econômicas. Esses instrumentos, muito vezes, estão além daqueles presentes nos estudos dos demógrafos, do qual o geógrafo da população se vale tanto.

Assim, o estudo da Geografia da População pode-se cobrir de importância redobrada, dado que seus estudos envolvem mais que análises do comportamento humano, mesmo que em seu sentido mais amplo. Seus estudos são importantes, também, em campos distintos da Geografia, mas que também se apropriam das questões populacionais em seus debates. Nesse sentido, a Geografia da População vem buscando incorporar conceitos de outras áreas em seus estudos como os da Demografia, Biologia, Sociologia, Economia, Filosofia, Psicologia, entre outras, o que demonstra não somente a difusão de conceitos ditos populacionais, mas também a possibilidade de aprimoramento dos estudos populacionais, sobretudo, para a Geografia.

Há uma gama grandiosa de temas/assuntos que a Geografia da População pode abordar. Temas que variam desde questões culturais, religiosas, sociais, econômicas, familiares até ambientais. Sabemos da forte influência da Demografia acerca dos procedimentos de quantificação dos dados de população, o que de certa forma colaborou com a Geografia na qualificação de suas análises e também no esclarecimento de algumas tensões da sociedade, mas por outro lado acabou por enrijecer os estudos de população, por conta dos aspectos predominantemente quantitativos. E a ideia da população como algo estático, estanque, alheio às transformações sociais e principalmente econômicas, contribuiu para o enfraquecimento da Geografia da População. Para Sauvy (1979, p.293). “o termo demografia traduz uma intenção quantitativa mais nítida, correspondente à análise demográfica ou à demografia pura. Ao contrário, o estudo dos costumes, das migrações, etc. que estão incluindo na história da população”.

> A temática da Geografia da População tem se ampliado. Isto decorre não apenas do crescimento populacional e da crescente mobilização das pessoas, mas especialmente como das novas formas de organização do espaço e da implantação dos homens sobre elas, decorrentes de aceleradas transformações espaciais e econômicas. A partir destas constatações não pudemos supor que o caminho do aperfeiçoamento deva ser o de permanente ampliar os temas e aumentar a bibliografia. Há a necessidade do estabelecimento de novos parâmetros para a identificação dos temas relevantes que respondam tanto para o ensino quanto para a pesquisa, as novas condições de relações espaciais dos indivíduos sobre a superfície da terra. Da mesma maneira como a Demografia é uma ciência útil e com largo público fora de sua sociedade interna, também é preciso que a disciplina Geografia da População considere as possibilidades de trilhar caminhos semelhantes. Para tanto, necessitamos melhorar os

> fundamentos epistemológicos e metodológicos de nosso trabalho para dar aos estudos de Geografia da População um caráter de maior rigor científico e não uma caracterização de permanente descrição das localizações das populações no espaço terrestre (GUIDUGLI, 1990, p.115).

Reconhecemos a amplitude do tema que nos propomos a estudar, mas, pretendemos de certo modo, aprofundar, analisar os pontos de permanências, transformações e rupturas presentes nos estudos da população ao longo da Geografia. Todavia, reconhecemos que o elemento população é um desafio e um problema, pois à medida que avançamos em direção a essa temática verificamos o pouco que sabemos, e isso nos inquieta cada vez mais. Ao divulgar essa preocupação, implica indiscutivelmente reconhecer que esse tema exige não apenas viabilidade metodológica, mas também a necessidade de ser lido e interpretado a partir de sua realidade histórica.

A preocupação, nesse trabalho, é apenas apresentar alguns aspectos que nos parece constituir o que hoje entendemos como Geografia da População, e a nosso ver esse exercício tem que ser realizado a partir da mediação entre sujeito e espaço geográfico, ou seja, algo que deve ser construído por nós e não para nós. Enquanto população que luta pela recuperação de sua humanidade e também pelo entendimento do seu lugar no mundo. O grande problema está em como fazer com que uma Geografia em que os fenômenos da população predominantemente são desprovidos de criticidade, passe a elaborar como área da ciência geográfica com conhecimentos que promovam um pensar geograficamente.

Nesse sentido, valeremo-nos do conceito de intelectual orgânico de Gramsci, onde o autor indaga: se os intelectuais constituem um grupo autônomo e independente ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais? E responde dizendo que existem várias formas no processo histórico real das categorias intelectuais, destacando em seguida duas mais importantes: a do grupo social que nasce de uma função essencial no mundo da produção econômica, representado pelo empresário, mas também os senhores feudais que eram detentores de uma particular capacidade técnica, e o grupo social surgido a partir da estrutura econômica anterior e que não muda com a continuidade histórica. Tomando como pressuposto os postulados de Gramsci podemos nos questionar que talvez para a Geografia da População esteja faltando esses intelectuais orgânicos, isto é, sujeitos que se reconhecem no processo de construção do conhecimento com objetivos claros e vislumbrando-os atingi-los. Esse enfraquecimento da pesquisa e até do ensino da Geografia da População, até certo ponto pode ser explicado por essa ausência de pesquisadores,

estudiosos em se ater ao tema e por meio dele demonstrar como a Geografia pode contribuir para aprofundar essa área de estudo.

É importante enfatizar que entendemos que não há melhorias no ensino sem pesquisa e vice-versa, desse modo, se a pesquisa em população na Geografia for enfraquecendo, certamente o ensino de Geografia da População também sofrerá esse enfraquecimento, pois enquanto ensinamos, continuamos buscando, procurando. O processo de ensinar está associado à busca da indagação e a pesquisa auxilia-nos a constatar, e constatando podemos intervir. Pesquisamos para conhecer o que ainda não conhecemos ou queremos conhecer. Logo, quando verificamos que há pouco interesse na pesquisa, desconfiamos que possa ser porque há pouco para se conhecer, ou será por que realmente pouco se conhece? Defendemos que a Geografia da População deve ser apropriada pelos geógrafos, e imagino que muitos vão dizer que faço pesquisa sobre população, mas em que medida, em qual dimensão, para qual finalidade? Não queremos dizer com isso que as pesquisas sobre população não são "boas", mas que as pesquisas sobre Geografia da População são escassas. Será que ainda em pleno século XXI, ainda não conseguimos dar materialidade e espacialidade aos fenômenos populacionais, seja eles em qual escala de análise for; acreditamos que não há muita distância entre a ingenuidade e criticidade, entre o saber fruto da experiência vivida e o saber que resulta das intervenções metodicamente rigorosas.

Defendemos que a superação ocorre quando a curiosidade ingênua sem deixar de ser curiosidade se criticiza. Dizemos isso porque constamos que os estudos de Geografia da População "descansam" predominantemente sobre o saber associado ao senso comum, e por isso entendemos que ao fazermos a crítica aos fenômenos da população aproximamos de forma cada vez mais metodicamente do objeto cognoscível, assim a disponibilidade em investir algo, em investir tempo e motivação é o caminho para a transformação deste conhecimento comum em consciência filosófica, ou seja, consciência esta que promove maior integração entre os sujeitos e o mundo, assim como os estudos de população com sua base histórica e socialmente construída e reconstruída.

A importância dos estudos populacionais para Geografia reside na necessidade em não "só conhecer o mundo", mas as transformações ocasionadas pela relação homem e natureza. Entender esse fenômeno sempre foi um dos maiores desafios da ciência geográfica. Desse modo, a Geografia da População se inserida no movimento da dialética, ela soma, agrega e não enfraquece o desenvolvimento da Geografia. Entendemos a

população não como um elemento estático, mas como uma força móvel, desafiadora e repleta de aspectos a serem investigados, analisadas mais acuradamente.

> Falar de nossas capacidades de transformar o mundo por meio do trabalho e, por meio disso, transformar a nós mesmos, ao lado de falar como por em prática nossa imaginação, ainda que sujeita a restrições, na busca de realização de tal projeto, é pressupor alguma maneira de nos compreendermos como espécie, de compreender nossas capacidades e potencialidades específicas em relação ao mundo que habitamos. A relação dialética e metabólica que temos com a natureza e, por meio dela, com uma natureza distintivamente humana (com suas qualidades e seus significados especiais) tem, por conseguinte de estar na base daquilo que nós, na qualidade de arquitetos de nosso futuro e de nosso destino, podemos e queremos realizar (HARVEY, 2006, p. 271).

Diante das argumentações de Harvey, não há como não nos sentirmos responsáveis por nossas escolhas e nossas ações. Escrever que os estudos de população para a Geografia, assim como a Geografia da População é importante, é o mesmo que dar uma sentença decisiva entre se ela serve ou não. E acreditamos que o caminho seja completamente o reverso, não defender cegamente uma área, mas relativizar até que ponto os estudos de população ou a própria Geografia da População é importante não só para a Geografia, mas para a vida das pessoas de uma forma geral.

Desse modo, insistimos em discutir sobre as condições, as motivações e os objetivos dos estudos populacionais para a Geografia, porque acreditamos que isso permitiu apresentar esta questão sobre uma dimensão mais ampla, pois basta procurar por livros que tratam de população e Geografia que encontraremos seções onde são discutidas: crescimento da população mundial; distribuição geográfica da população; mortalidade; fertilidade; migração, composição por idade e sexo; população e políticas públicas; população e meio ambiente; e assim por diante. Nesse sentido, entendemos que é momento de se perguntar sobre a natureza e sobre o conteúdo concreto desses estudos. Os estudos de todas essas problemáticas citadas e muitas outras são sem dúvida importante, e se caracterizam como a base dos estudos de população na Geografia, mas a falta de atividade e de esclarecimento ou até de conhecimento, faz com que muitos geógrafos e também professores de Geografia somente repisam essas informação como se fossem dados passíveis de não serem analisados criticamente.

> Uma geografia que inclua a dialética, e ainda, relação entre estratégia e dialética pode nos ajudar a compreender os termos da modernização do mundo. É necessário examinar o processo de modernização extensiva e intensivamente. E, neste duplo, os termos de deterioração da vida social e humana a da própria economia (DAMIANI, 2005, p.61).

A argumentação da professora Damiani, somada ao comentário do professor Guidugli, que "considera que os estudos de população na Geografia são incipientes, expondo que quando lê uma tese ou dissertação que faça referência à população, não consegue encontrar com propriedade quem discuta isso" (entrevista concedida a pesquisador em abril de 2011). Podemos entender que esse processo é complicado porque, muitas vezes, não achamos o lugar dos estudos da população na pesquisa geográfica, e isso é um indicativo que algo não vai bem e precisamos tomar cuidado.

> [...] tem que ser claro que a realidade é uma, é uma totalidade concreta, dialeticamente articulada e é essa unidade do real que será a premissa básica da unidade da ciência. Isso quer dizer que se por um lado o enfoque de cada pesquisador é específico, o pano de fundo da explicação do fenômeno é um só. [...] a nosso ver, discutir o problema da Geografia da população, não é simplesmente reproduzir as ideias de Marx a respeito da população como alguns já fizeram, mas pensar a população do ponto de vista geográfico, através do materialismo histórico, o que é bem diferente. Isso quer dizer que teremos que pensar a população como uma sociedade de classes, no seu papel enquanto produtora do espaço geográfico e, consequentemente, a apropriação desse produto criado no processo de produção social. O espaço geográfico é um espaço humanizado exatamente pelo fato da sociedade produzi-lo e apropriar-se do objeto produzido, então pelo fato de habitá-lo (CARLOS& ROSSINI, 1982, p. 09).

A história tem nos mostrado que a população se desenvolve em relações bem diversas, e que tanto a população que é considerada excedente como a que é considerada necessária para o capitalismo, são produtos da história e se dão por meio das relações entre os sujeitos e o processo histórico. Os estudos de população pautados nas suas relações com o capitalismo é uma das formas de perceber o movimento histórico e dialético do qual a população está inserida.

Como nos propusemos a defender, ao longo dessa pesquisa, os estudos de população são por natureza interdisciplinar, e assim sendo, é importante que a Geografia da População encontre seu espaço. E mais do que isso, sua função não apenas como disciplina curricular, mas como articuladora entre os saberes produzidos e as realidades vividas. A partir dessas elucubrações acreditamos que temos que ampliar a pesquisa e também o ensino em Geografia da População, para isso acreditamos que uma possibilidade para acontecer é estender o nosso olhar para além da produção brasileira. Consideramos que é necessário uma maior divulgação dos trabalhos de geógrafos, tanto em congressos, como em revistas especializadas, bem como em jornais de circulação popular. É importante que os grupos de estudos, de pesquisa como: os da urbana, da agrária, dos

estudos regionais, entre outros, encontrem espaços para discutir os pontos em comum com a questão populacional e a Geografia da População. E, ainda consideramos pertinente que sejam oportunizados, seja por meio das associações científicas, ou por meio das próprias universidades, reuniões com os pesquisadores que têm se predisposto a trabalhar com a área, propiciando trocas de experiências que possibilitem aperfeiçoar os estudos dessa área, e também discutir orientações e preposições metodológicas que norteiem os estudos de Geografia da População.

E, por fim acreditamos que devemos encontrar a unidade do conhecimento ligada aos estudos de população na Geografia, e com isso averiguar a capacidade dessa área de produzir conhecimento, permitindo ao mesmo tempo um constante repensar, sobre a legitimidade dessa especificidade para a Geografia. O que percebemos é que a Geografia da População ainda não revela essa unidade de conhecimento e de alguma forma não tem contribuído para o desenvolvimento da Geografia, ao contrário do que ocorre com outras disciplinas.

Dessa forma, consideramos baseados em nossos estudos e levantamentos que a tendência da Geografia da População, tem sido ganhar “fôlego” na medida em que busca aproximar seus campos de interesse com os temas populacionais que são abordados pela Geografia, em suas diversas áreas, urbana, agrária, econômica, entre outras. Contudo, vale destacar que os estudos produzidos por essas áreas são estudos com uma base teórica e metodológica bem específica, na qual a população aparece na maioria das vezes ligada a uma problemática apresentada. Não sendo necessariamente objeto primeiro de investigação.

Para o professor Odeibler S. Guidugli de todas as disciplinas nas quais o tema população é relevante a Geografia tem mais a fazer, ela precisa buscar uma direção para produzir novas reflexões e teorias para a geração de práticas que permitam prescrever alternativas para a ampla gama de problemas populacionais observáveis (GUIDUGLI, 1990).

Diante do exposto, e cientes de que a importância dos estudos de população para a Geografia é algo que pode gerar diferentes opiniões, e também contradições, apostamos na ideia de que os estudos populacionais são importantes, e mesmo com a escassez na pesquisa e no ensino em Geografia da População, não podemos deixar de apontar que existem muitos trabalhos interessantes produzidos por geógrafos que relacionam a população com várias questões como: a produção de espaço geográfico, o trabalho, a

questão urbana, entre outras. Trabalhos importantes que reforçam a tese de que nós, enquanto geógrafos, aos poucos nos afastamos da leitura demográfica da população, ou não conseguimos nos apropriar bem dela para convertê-la em algo geograficamente espacializado. Porém, a questão da população e seus fenômenos estão postos ao longo da história humana; e também nos dias atuais, estudá-la sobre o viés da questão ambiental, do envelhecimento populacional, da mobilidade, da fecundidade, da mortalidade, da desigualdade, são opções, escolhas teóricas e metodológicas adotadas por cada pesquisador, o que não podemos é perder a dimensão e a relevância dos estudos populacionais, inclusive, para o desenvolvimento da Geografia enquanto ciência a e também enquanto disciplina escolar.

A fim de aprofundar um pouco mais o tema, em especial, sobre a produção de divulgação do mesmo, buscamos, também, averiguar como estão os estudos de população no Paraná, cientes que quando falamos da situação da pesquisa e ensino relacionados à Geografia da População brasileira, estamos de certa forma contemplando o Paraná.

O Paraná está passando por um processo de desenvolvimento científico e de difusão de cursos superiores bastante expressivos, em especial, nos municípios de médio e pequeno porte que têm recebidos extensões das universidades maiores, e também da entrada significativa de faculdades, universidade, e centros de educação superiores mantidos pela iniciativa privada; e também pelo governo federal com a ampliação dos campus da Universidade Federal Tecnológica da Paraná - UTFPR, da Universidade Federal Fronteira UFSS, e da Universidade Federal de Integração da América latina - UNILA. O Paraná é um estado que possui um número expressivo de universidades mantidas pelo governo do Estado e boa parte dessas instituições possuem cursos de pós-graduação stricto sensu, e vem ao longo dos anos formando inúmeros professores.

No Paraná, há também o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), esse programa viabiliza o retorno dos professores da educação básica às universidades, a fim de se aperfeiçoarem, considerado como uma formação continuada, e entendemos que esse retorno à universidade tem propiciado resultados importantes. Desse modo, percebemos que o contato com esses professores poderiam nos oferecer uma via interessante de investigação, em especial, no que se relaciona à população, ou seja, o ensino da população nas aulas de Geografia.

4.1 O ensino da população nas aulas de Geografia das escolas públicas estaduais do Paraná: a visão dos professores e os livros didáticos

Em relação aos professores de Geografia, e a forma como trabalham com a Geografia da População, tivemos a oportunidade de ter contato com 60 (sessenta) professores[36] que trabalham nas escolas públicas estaduais que pertencem ao Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Cascavel e Foz do Iguaçu, perfazendo um total de 54 (cinquenta e quatro) municípios. Propusemos a eles dois questionamentos: a) Como a Geografia aborda os estudos populacionais? b) Como você trabalha com os temas vinculados à dinâmica populacional? Com o intuito de saber como esses professores trabalham o tema, coletamos essas informações, pois as respostas foram feitas na forma escrita; esse esforço foi no sentido de ter um panorama do sudoeste e oeste do Paraná, ciente que metodologicamente não podemos afirmar que representa o todo, mas partindo do pressuposto que o Estado do Paraná instituiu nas escolas do Estado as Diretrizes Curriculares Estaduais (2004) em todas as disciplinas, e que este é um documento norteador da prática escolar e os livros didáticos distribuídos nas escolas públicas do Estado são os mesmos, acreditamos que nossa análise mesmo que não represente o todo, dá-nos elementos importantes para diagnosticarmos o ensino de população nas aulas de Geografia das escolas públicas paranaense.

Em relação ao primeiro questionamento: como a Geografia aborda as questões populacionais, a maiorias dos professores respondeu que ela aborda de modo conceitual, histórico, com ênfase na descrição e de forma fragmentada. Outros associaram esta resposta aos temas referentes a esta área como: estrutura da população, densidade demográfica, migração, mobilidades e teorias demográficas. No entanto, predominou a visão de uma abordagem na maior parte das vezes desvinculadas da leitura e interpretação crítica da dinâmica populacional, com enfoque na Demografia e nos dados quantitativos. Conforme relata a professora:

> A Geografia aborda os estudos populacionais, de forma a conceituar tópicos que norteiam o tema População, como: estrutura populacional, população distribuída nos setores da economia, expectativa de vida, etc. Entendo que ocorre mais em nível de descrição. Pelo menos é como se

[36] É importante salientar que este contato ocorreu através dos cursos de formação continuada, na qual os professores da Rede Estadual de Educação Básica, vão até a universidade, no nosso caso a UNIOESTE-campus de Francisco Beltrão, cursar o PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional), sendo que o primeiro contato deu-se em 2011, quando ministrei um curso de 8 horas, e outro em 2012, também com 8 horas.

> apresenta nos livros. As inter-relações ficam no plano secundário, cabendo ao professor essa tarefa. A proposta da Secretaria de Estado da Educação do Paraná que são as Diretrizes Curriculares Estaduais de Geografia em que se trabalha o conteúdo na abordagem das dimensões políticas, econômicas e físicas. No entanto, isto ainda está longe de se realizar (resposta dada por professora que leciona no Colégio Estadual José de Alencar do município de Braganey que pertence ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel – PR).

Percebemos também que houve certa confusão entre os professores sobre a diferença de como a Geografia enquanto ciência aborda o tema, e como eles enquanto professores e professoras fazem a "transposição didática". O que notamos, foi um predomínio de respostas tendo como parâmetro a vivência na escola, o contato com o livro didático, e pouquíssimo entendimento em relação à forma como a Geografia trata e analisa os dados e informações populacionais. Contudo, o relato da professora a seguir demonstra como a Geografia da População fora compreendida e vivenciada por ela, ao longo de sua formação.

> Na formação acadêmica os estudos populacionais baseavam-se na história da humanidade, teorias populacionais e crescimento demográfico. Quanto ao estudo da população brasileira o enfoque era a sua formação, e nas especializações as quais participei a temática não foi abordada. Na formação continuada os temas não contemplam população (resposta dada pela professora que leciona no Colégio Estadual Pacaembu- Ensino Fundamental e Médio do município de Cascavel-PR).

Verificamos também uma relação dos estudos de população muito forte com a questão migratória, quase todos os professores questionados inseriram a migração como um tema a ser trabalhado pela Geografia da População, sendo inclusive o mais citado, novamente reforçamos a tese que nos estudos de migração os geógrafos e professores de Geografia conseguem dar mais visibilidade ao fenômeno populacional em si. Porém, mesmo reconhecendo a migração como um tema importante destacaram que há algumas falhas que de certo modo prejudicam ou empobrecem a compreensão do fenômeno migratório.

> A Geografia aborda os estudos populacionais de forma conceitual, e após descreve os movimentos migratórios mundiais e nacionais, não relacionando com o momento histórico e econômico. Deixando vazios em determinados períodos históricos (resposta dada pela professora que leciona no Colégio Estadual Guilherme de Almeida localizado no município de Santa Izabel do Oeste pertencente ao Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão – PR).

Em relação ao segundo questionamento, os professores conseguiram expressar melhor suas respostas, demonstrando acima de tudo que consideram um tema importante, porém, ainda pouco aprofundado pela Geografia escolar. Como demonstra o relato:

> Nas séries finais do ensino fundamental II abordam-se as questões populacionais relacionadas à mobilidade e de certa forma bem superficial. No ensino médio ocorre além da mobilidade o crescimento populacional, porém, com a mesma parcialidade, ou seja, de maneira superficial, dependendo do autor o enfoque geralmente é desconexo. Acredito que nós, como professores, acabamos nos atendo ao livro didático e, portanto, não damos ênfase à importância deste conteúdo (resposta dada pela professora que leciona no Colégio Estadual de Renascença Pe. J. J. Vicente – Ensino fundamental e médio, município de Renascença pertencente ao Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão –PR).

Notamos, com as respostas, que as formas de abordagem deste conteúdo em sala de aula dão-se predominantemente por meio de análise de gráficos, tabelas, pirâmides etárias, figuras, mapas dos dados disponibilizados pelo IBGE, e, sobretudo, pelas informações fornecidas pelo livro didático. Os professores relataram que buscam fazer uso de metodologias variadas com a inserção de charges, notícias, depoimentos, vídeos, mas admitem que encontram certa dificuldade em trabalhar com o tema, sendo que para muitos é um conteúdo acessório.

> Trabalha-se na Geografia questões populacionais no ensino fundamental II, nas séries finais relacionando com o desenvolvimento de países com alto crescimento demográfico e também países que já apresentam um crescimento negativo. Aborda-se também o aumento no número de idosos e uma consequente diminuição da mão-de-obra, em geral fala-se de várias questões relacionadas à população, mas de forma superficial. No ensino médio explora-se a mobilidade do crescimento populacional e as teorias demográficas, mas também de forma imparcial. Na verdade não nos atemos muito a esse tema. Nós professores, acabamos também deixando a desejar, trabalha-se, mas não é feito um aprofundamento necessário, trabalha-se com pirâmides, crescimento vegetativo, taxa de fecundidade, etc. em alguns momentos no ano letivo são feitas feiras culturais onde se expõe algumas caraterísticas referente à vivência dos diferentes povos, com danças folclóricas, comidas típicas, mas depois deixa-se tudo de lado (resposta dada pela professora que leciona no Colégio Estadual Arnaldo Busato- Ensino Fundamental e médio localizado no município de Verê pertencente ao Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão – PR).

Entretanto, há vários professores que consideram esse assunto um tema interessante, no qual eles conseguem abordar questões associadas à vivência dos alunos, partindo da realidade local e a partir disso ir aprofundando o tema:

> Com os alunos trabalha-se bastante este tema, pois é a vivência deles já que moram em Foz do Iguaçu e trabalham na Ciudad de Leste, por exemplo, a mobilidade cidade/cidade para moradia é uma situação comum. Nossa cidade tem a segunda maior colônia de libanês do país com mais de 70 (setenta) etnias presentes; os paraguaios e argentinos, estão diariamente ao nosso lado no trânsito, no banco, no mercado, enfim em vários lugares, portanto, o tema população é parte do nosso cotidiano (resposta dada pela professa que leciona no CEEBJA - Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos, Professor Orides Balotin Guerra - Ensino Fundamental e Médio. Localizado no município de Foz do Iguaçu-PR).

Quando o professor consegue partir da realidade do aluno, a problematização do conteúdo ganha mais sentido, promovendo uma aprendizagem significativa, que se converte numa aprendizagem de fato e não simplesmente numa memorização ou numa aprendizagem mecânica que visa tão somente uma nota no fim do trimestre ou bimestre.

> O meu trabalho parte do cotidiano, da vivência do aluno. Por que ele mora aqui? Por que o pai ou a mãe trabalham aqui? Por que se mudou para cá? Levando, o aluno a perceber que sua vida está inserida no contexto. A partir disso, coloco-o em contato com outros espaços e vivências fazendo-o integrar-se, através de metodologias variadas, reportagens atuais, imagens e textos, além do livro didático (reposta dada pela professora do Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva do município de Medianeira pertencendo ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel-PR).

Alguns professores, além de se interessar pelo tema o consideram um dos mais interessantes de trabalhar, fazendo com que nós percebamos que na escola esse conteúdo ainda tem muito a contribuir para a formação dos alunos, e quanto melhor formados e preparados os professores estiverem para lidar, abordar, contextualizar, problematizar a questão populacional nas aulas de Geografia, colheremos dessas intervenções pedagógicas resultados positivos, tanto para o ensino quanto para a pesquisa em população na Geografia brasileira.

> Em sala é o tema que mais gosto de trabalhar, início o trabalho sempre com imagens que vão me dar condições de abordar os principais conceitos que levam a compreensão da realidade, partindo do contexto em que os alunos estão inseridos. Particularmente, faço a introdução com a frase “diferentes formas de nascer, viver e morrer” e a ilustro com diversas imagens dando continuidade ao trabalho. As atividades estão sempre vinculadas à prática social, fazendo as inter-relações (resposta dada pela professora que leciona no Colégio estadual José de Alencar do município de Braganey que pertence ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel – PR).

Como esses questionamentos e por meio da nossa experiência enquanto professora que forma professor, percebemos que os critérios utilizados para a seleção dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, referem-se à escolha de certas categorias consideradas essenciais no estudo sobre população. Nos livros didáticos de Geografia adotados pelas escolas públicas do Paraná, notamos que boa parte dos conteúdos populacionais são abordados de forma descontextualizada, e com grande ênfase nos números. Os estudos populacionais para não caírem numa leitura desinteressante, sem sentido, precisam ser problematizados objetivando uma leitura dialética da realidade.

Em relação aos livros didáticos[37] analisados e discutidos, percebemos que há diferentes propostas, desde textos produzidos pelos próprios organizadores da referida obra, como textos de jornais e revistas de outros autores. Além de textos literários que contribuem para a formação geral do educando. Apesar das críticas, dos limites que o livro didático impõe ao processo de ensino e aprendizagem, acreditamos ser preferível que os educandos os tenham em mãos, a não ter nenhum, especialmente por reconhecermos que, no que tange às milhares de famílias brasileiras, livros não fazem parte dos elementos culturais presentes em seus lares.

Percebemos que predominam conteúdos voltados em explicar a distribuição e as características da população brasileira. A nosso ver uma boa abordagem sobre a população brasileira, tomando como parâmetro o conteúdo dos livros didáticos de Geografia, permite aos alunos e estimulam os professores a tecerem considerações mais concretas acerca do fenômeno populacional, fazendo inclusive, o aluno pensar geograficamente esta questão. Acreditamos que o professor tem condição de salientar sobre a importância dos estudos populacionais para o entendimento das dinâmicas locais e regionais.

Apesar da ênfase quantitativa dos estudos populacionais, é imprescindível a intervenção do professor para que este rompa com alguns estereótipos presentes nestes estudos. Nos livros didáticos adotados nos Estado do Paraná o conteúdo sobre população

---

[37] É importante salientar que à medida que conversávamos com os professores, coletávamos as informações obtidas por meio dos dois questionamentos apontados, sentimos a necessidade de analisar mesmo que de forma rápida os livros adotados pelo Estado da Paraná para o ensino de Geografia, e percebemos que predominam as seguintes obras: PROJETO ARARIBÁ: Geografia/obra coletiva, concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Virginia Aoki. 2. ed. Obra em 4 volumes para alunos de 6ª a 9ª anos, 2010. SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. Geografia Geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2010. GUERINO, Luiza Angélica. Geografia – A dinâmica do espaço mundial. Curitiba: Positivo, 2010 (Projeto ECO em 3 volumes), obras estas adotadas para o ensino médio. Para a análises dessas obras foram válidas as contribuições dos professores, mas também minha experiência como professora da rede estadual de ensino do Paraná por 07 (setes) anos consecutivos a qual, inclusive, participei ativamente da elaboração e construção das Diretrizes Curriculares Estaduais de Geografia desenvolvida durante a gestão do Roberto Requião (2003-2010).

brasileira é inserido em unidades, o que significa que este pode ser trabalhado em qualquer momento do ano letivo, dependendo é claro do planejamento do professor que não precisa seguir necessariamente os sumários dos livros, e geralmente são subdivididos em capítulos, como: - Quantos somos e onde vivemos?- este capítulo, comumente apresenta um estudo voltado para os dados censitários, e por meio deles trabalha-se conceitos como: populoso, povoado, densidade demográfica, além de outros, frequentemente, aplicadas aos estudos populacionais. Normalmente, existe uma ausência de questionamentos referentes à importância de se conhecer esses dados, e ainda sua relação com a vida dos alunos. Mas, vale salientar que na maioria dos livros são propostas algumas atividades de reflexão, buscando explicar e dar maior concretude aos fenômenos.

O capítulo referente à diversidade da população brasileira é sempre muito presente nos livros analisados, neste capítulo são apresentados aos alunos os diferentes povos que compõe a nação brasileira, e com isso, são propostas atividades que buscam relacionar a realidade do aluno com o conteúdo abordado. Porém, temáticas conflitantes e polêmicas[38] que permeiam estas questões são abordadas de forma muito superficial, ou seja, ainda prevalece uma leitura descontextualizada da formação do povo brasileiro, assim como são insuficiente os aspectos relacionados à vida cotidiana. O que verificamos é que na tentativa de se explicar a diversidade acaba-se homogeneizando características proeminentes, que são importantes para os alunos entenderem a formação do povo brasileiro, bem como os desdobramentos desse processo na formação econômica, social, cultural e política do país.

Outro capítulo muito presente nos livros didáticos são os relacionados aos movimentos migratórios no Brasil, inicialmente são apresentados para os alunos conceitos como: emigrantes, imigrantes, migração nas suas diferentes acepções, entre outras. São sinalizados de forma sucinta os principais motivos que provocam o deslocamento de milhares de pessoas. Inclusive, vale salientar que nos estudos populacionais associados aos índices numéricos, a mobilidade é outro aspecto bastante interpelado, a questão é: será que estes realmente expressam a realidade, e como a Geografia lê esse processo? Como os professores promovem o pensar geográfico sobre esta questão. O capítulo, em especial, trabalha demasiadamente com conceitos, no sentido de explicá-los, mas não prioriza uma abordagem crítica e contextualizada. Muitas vezes, naturaliza aspectos que deveriam ser analisados de forma contundente e crítica.

---

[38] Neste sentido destacam-se a questão do preconceito, da discriminação, do racismo, da desigualdade econômica e social, concentração de renda, fundiária e outras.

Há outro capítulo presente em quase todos os livros didáticos de Geografia que se refere à população e o trabalho no Brasil, o conteúdo fundamenta-se numa abordagem conceitual dos estudos sobre população, no qual a PEA (População Economicamente Ativa) é tomada como ponto de partida para a análise dos trabalhadores do país, bem como são evidenciados: o papel da mulher no setor produtivo e, sua efetiva participação na renda familiar.

Diante disso, é importante que se estabeleça diálogos com os alunos a partir da realidade que estão inseridos. Sobretudo, porque as respostas dadas pelos professores, bem como as análises e discussões dos livros didáticos adotados destacam a divisão setorial e seus incrementos como também um tema bastante presente nas aulas, cujo conteúdo seja população. Neste momento, os professores buscam demonstrar com o apoio do livro didático como estão divididos os setores econômicos e as mudanças sofridas ao longo do século XX e o advento das tecnologias. No entanto, é válido salientar que o trabalho é considerado a força motriz da sociedade moderna e, está repleto de significados e, portanto, exerce considerável importância nos estudos populacionais. É de fundamental importância que esse represente a vivência e o cotidiano dos alunos, para que esses possam dimensionar este conhecimento e apropriar-se de determinados conceitos, percebendo-se assim, como sujeitos de sua história.

Acreditamos que aprender é um processo de aquisição de experiência que executa uma função determinada do conhecer. Na escola se vive uma etapa de trabalho e de formação que vai propiciar a transição do Ser aluno ao Ser profissional. É uma fase importante para trabalhar o cotidiano da vida. É quando estamos desejosos do aprender, de mudar, de vivenciar o novo e de planejar a vida.

Portanto, a preparação do aluno para entender os conteúdos geográficos, e neste caso a população, é tão importante quanto à do professor. É necessário trabalhar com o cotidiano que é, sem dúvida, a conexão entre a realidade em que vivemos e o saber que produzimos, assim como a ligação com o que outros viveram e produziram e com as possibilidades de construir e se reconstruir continuadamente.

É importante sempre trabalhar com os conteúdos na perspectiva da pesquisa e a aprendizagem significativa possibilita isto. Pois, conforme Demo (1992), a possibilidade da pesquisa é o oxigênio do trabalho do professor e é preciso cotidianizá-la, questionando a realidade e elaborando a partir dela.

A experiência com os conteúdos e a forma como os professores se apropriam para ensinar os alunos, tem grande importância no ensino de Geografia, sobretudo, pela oportunidade de articulação entre a teoria e a prática os saberes e conhecimentos sobre o espaço de vivência. Considerando que esses momentos propiciam a problematização pelo aluno e possibilita o aprendizado. Estas questões do estudo e do ensino da população pela Geografia devem fomentar a necessidade e a atitude de investigação, de pesquisa que se baseie na inquietude e na busca pelo desenvolvimento. Sempre é momento de prestar atenção no significado do nosso olhar e do olhar do aluno. Verificar qual é a ação semiótica que medeia à fala e à prática do professor e do aluno na intermediação com o livro didático.

A prática e a teoria não sobrevivem isoladas. Elas estão nas nossas leituras da realidade, realidade na qual o tema população está muito presente. Devemos possibilitar ao aluno o estar junto a essa realidade, presenciar a prática, a vivência, a vida, a realidade de forma compreensiva.

No ensino e aprendizagem de Geografia, além da linguagem textual que exige que os autores sejam especialistas, portanto, conhecedores da ciência e de seu ensino, há as representações gráficas e cartográficas que são extremamente importantes para legitimar a produção do conhecimento. Não obstante, vale ponderar o posicionamento de Lajolo (1996) quando afirma que não há livro que seja à prova de professor, ou seja, o pior livro pode ficar bom nas mãos de um bom professor e o melhor livro desanda nas mãos de um mau professor.

Portanto, o livro é apenas um livro, instrumento auxiliar na aprendizagem, e os conteúdos expressos neles, podem ou não, contribuir para a formação e construção do conhecimento. No entanto, o cuidado com os conteúdos e a forma como são apresentados são importantes, porque nos revelam o conceito de homem e sociedade que almejamos formar, e assim, não deve ser negligenciado.

Essa experiência com os professores que atuam nas escolas públicas do Paraná, nos possibilitou averiguar que o tema da população tende a se fortalecer na escola, porém, esse fortalecimento está de certo modo condicionado à formação do professor, seja esta inicial ou continuada, uma vez que o professor deve estar sempre em constante aprendizado e mais do que acumular conhecimento o professor precisa avaliar e reavaliar suas práticas, rever suas metodologias, em prol de um ensino e uma aprendizagem realmente de qualidade. E o Estado do Paraná vem de algum modo buscando proporcionar aos

professores esse constante repensar, contudo, há sempre interesse por trás das políticas educacionais, mas sem dúvida o professor é o agente de transformação social e ciente desta condição por mais adversas que sejam as condições de trabalho, há sempre a possibilidade de fazer diferente, de instigar a reflexão crítica, de debater questões atinentes ao mundo em que vivemos, especialmente, por que ser professor deve ser acima de tudo uma escolha, um reconhecimento enquanto classe, e não algo que "sobrou" por não ter outra opção.

4.2 As relações existentes entre a Geografia da População os estudos de migração, a questão urbana e os estudos de mobilidade e mobilização

Nesse momento, nosso olhar volta-se para aquelas áreas da Geografia, inclusive, disciplinares, que de uma forma ou de outra se "apropriaram" dos temas afetos a população, e produzem um volume considerável de trabalhos, e que colaboram significativamente para que os estudos de população se mantenham pulsantes dentro da ciência geográfica e com novas conotações. Inclusive, essas manifestações dos estudos de população estão cada vez mais presentes, pois à medida que o tempo passa outras questões vão surgindo, temas antes não comentados surgem e ganham proporções.

A priori, começaremos a discutir a respeito da relevância dos estudos de migração para a ciência geográfica, e também para os estudos de população na Geografia de uma forma geral. Tema esse que por sinal é bem aceito pelos geógrafos, pelo menos no que diz respeito à boa parte dos pesquisadores de Geografia. As questões migratórias além de intrigantes colaboram substancialmente no debate acerca das questões populacionais, apesar de não rotularem seus trabalhos e publicações como Geografia da População.

O campo dos estudos de migração se expandiu na Geografia, as migrações são consideradas manifestações dinâmicas do espaço geográfico. Todos os processos de circulação de bens e mercadorias envolvem pessoas, podemos considerar a migração como consequência do capitalismo, é uma condição dinâmica do espaço geográfico, ajuda a compreender os processos de urbanização, portanto, entendemos os processos migratórios se situá-los historicamente as causas e o desencadeamento desse processo. Para Póvoa Neto:

> Entender a Geografia como um processo histórico de organização do espaço, de formação e transformação dos territórios, entende-se historicamente, e vai perceber que a migração, o deslocamento da população, está atravessando quase todos os períodos históricos e isso ajuda a ter uma compreensão do momento atual, como um momento ao

> longo de um grande processo, na qual as pessoas, algumas vezes, decidiriam ou foram forçadas a migrar, possibilitando desenvolver um olhar mais rico para a questão da urbanização, para o desenvolvimento das regiões, das questões de povoamento, até a questão ambiental que está muito relacionada com o meio ambiente. Acredito que boa parte dos estudos de geografia tem relação com os processos de mobilidade da população (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

De acordo com a explanação do professor Póvoa Neto, entendemos que não podemos ver a migração como um mero resultado da disparidade espacial, ela pode ser mais bem entendida se relacionada com o processo de formação da mobilidade no capitalismo. Dessa forma, a migração tem uma dimensão espacial, talvez por isso os geógrafos se situassem bem nesse ramo de estudo, por perceber a questão da espacialidade de forma mais evidente. Já nos temas relacionados ao crescimento demográfico, e as transformações na estrutura da população, embora a dimensão espacial exista, a impressão é que esses temas não estão intrinsecamente espacializados.

> [...] no sentido original, bem amplo, o termo aplica-se somente à ideia de movimento, de mudança de lugar e de moradia. Designa tanto uma atitude individual, como a do homem da cidade que vai para o campo, quanto uma transferência de móveis ou uma mudança de sentido de uma palavra. Pode-se, portanto, utilizá-lo igualmente para transportes ou circulação de grupos humanos através dos oceanos, sem expectativa de volta, para movimentos sazonais de grupos à procura de trabalho e para os deslocamentos periódicos de espécies animais, aves ou peixes, descritos pelos naturalistas. O termo é rico em possibilidades. A palavra migração presta-se hoje, no vocabulário das ciências humanas, a usos mais específicos, o que, de certo modo, denota um empobrecimento. Os estatísticos, encarregados de fornecer material de base a economistas e sociólogos, tentaram circunscrever-lhe o sentido, de dar a ele uma definição conveniente para os objetivos em mira. Encontraram-se, então, diante de verdadeira anarquia resultante da diferença de conceituação do fenômeno migratório, de país para país. No mais das vezes, esse fenômeno é apreendido apenas indiretamente, avaliado, em termos de volume, pela diferença entre balanço demográfico global de determinado período e o balanço de mortalidade correspondente. Evidentemente, trata-se de abordagem grosseira. E mesmo ao ser apreendido diretamente, a diversidade das definições de migrante era causa de lamentável discordância entre estatísticas nacionais, bases dos recenseamentos internacionais [...] (SORRE, 1984, p.124-125).

Já Malthus, por exemplo, ao introduzir a discussões sobre o crescimento da População, teve algumas considerações sob o ponto de vista migratório, apesar de pouquíssimos estudiosos falarem disso, o que predomina são as críticas que se faz às teorias malthusianas, sobretudo, porque ele considerava que o crescimento demográfico e a relação dele com a disponibilidade de alimentos, de trabalhos, de meio de vida, estavam

vinculados aquela visão fechada, de que não haveria alimentos, nem trabalho suficientes se a população continuasse crescendo.

> Segundo Malthus, a migração era vista como uma consequência inevitável da superpopulação. O Novo Mundo possibilitava um espaço para as migrações temporárias para fugir do ciclo de pobreza e miséria. Este pensamento derivava de sua concepção de que a população crescia em ordem geométrica, enquanto a capacidade de gerar tecnologias crescia em ordem aritmética (SASSAKI&ASSIS, 2000, p.3).

É importante, salientar que raros são os momentos que encontramos onde falam que Malthus está escrevendo sobre a Inglaterra do final do século XVII e início do XVIII. Naquele momento a Inglaterra era um país que recebia imigrantes da Irlanda e também era um país de saída de imigrantes, principalmente, em direção à América. Diante disso, a impressão que predomina é que essa questão não aparece na obra de Malthus, mas ela aparece como vimos, e o exemplo a seguir reforça essa situação:

> Por consequência, as análises demográficas que se debruçaram sobre a problemática dos deslocamentos humanos também acompanham os princípios analíticos originados em MALTHUS e, depois, da economia política, especialmente os princípios organizados pelo pensamento econômico liberal. Sem dúvida, o marco analítico estabelecido por MALTHUS no início do século XIX é fundamental para a compreensão de como as migrações (como componente populacional) são instauradas no campo científico, tendo como substrato empírico os deslocamentos populacionais da recente sociedade industrial e conquistas territoriais do Novo Mundo. O Mundo Clássico do século XVIII, abalado pela irrupção de novas estruturas produtivas, políticas e ideológicas cede espaço para as novas atitudes e comportamentos que irão marcar distintamente o campo discursivo e prático das ciências — implica dizer novas percepções e interpretações dos fenômenos empíricos tal como sucede à população e à migração. Portanto, MALTHUS é emblemático porque inscreve o peso e a profundidade da marca de uma diferente realidade objetiva, a população, no campo das ciências empíricas. A população tomada em conceito objetivo, derivado empiricamente, é submetida às concepções malthusianas e assimilada à matriz epistemológica moderna. Tão importante quanto o Estado, o Mercado ou a própria Sociedade, a População também se objetiva, ganha força e autonomia junto aos mecanismos de causalidade instituídos no campo das ciências modernas (REZENDE, 2005, p.14).

Porém, é sempre importante relembrar que Malthus tinha concepções bem claras, sobre a população, e essas teorias além de influenciarem os estudiosos de seus períodos, também exerceram influências em tempos posteriores. Um grande exemplo disso são os estudos de população na Geografia e seu alcance na Geografia da População.

> Para MALTHUS, a população deveria ser apreendida como uma unidade de força que encontra seu limite e sua virtude na confluência de estruturas ecológicas e biológicas (natureza) / sociais e econômicas (sociedade). Em

> um ponto se postam as forças propriamente naturais que impelem os homens (indivíduos) a agirem irrefletidamente, ou seja, o exercício da natureza bestial constitutiva dos indivíduos conducente aos vícios na reprodução humana; noutro ponto se postam as forças morais instituídas socialmente, restringindo a ação e seu significado no processo de constituição e fortalecimento das populações humanas (REZENDE, 2005, p.45-46).

A verificação anterior nos permite uma reflexão diferente de Malthus, uma vez que podemos perceber que suas argumentações eram consistentes e tinham desdobramentos para além daqueles normalmente rotulados de teorias malthusianas. Contudo, isso não isenta Malthus, pois de modo geral ele trabalhou com a questão do crescimento demográfico de uma forma evidentemente não espacial, inclusive o predomínio da visão acrítica, como se população que nasce, cresce e morre estivesse sempre no mesmo lugar. E neste sentido o professor Póvoa Neto complementa: “na migração a dinâmica espacial é uma dimensão evidente, ou seja, não existe migração sem dinâmica espacial” (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

Podemos dizer que Malthus compreendia o indivíduo como ser livre e relativamente autônomo; compreendendo-se capaz de atuar sob a razão, assim como sob os domínios da paixão. A sociedade, e mais propriamente a população, atuariam como força reguladora das razões e paixões individuais ao cingir, demograficamente, o ‘palco’ de possibilidades da ação humana.

> Marx discordava de Malthus, cuja visão ele considerava reacionária, pois apontava para a inevitabilidade e/ou naturalização da pobreza. Marx colocava a culpa do quadro de pobreza nos empreendedores capitalistas que deliberadamente abaixavam os salários para maximizar seus ganhos. Ao examinar os efeitos das mudanças econômicas e políticas na França, Irlanda, e Escócia, Marx realçou a cumplicidade dos governos e dos militares na coerção de camponeses e pequenos proprietários para migração, através de movimentos de cercamento, autorização de partida e assistência estatal aos movimentos de emigração (SASSAKI & ASSIS, 2000, p.3).

Com os estudos de migração, as questões populacionais aparecem mais dinâmicas e também abordam conteúdos mais interessantes, todavia, no estudo da Geografia da População a dimensão da migração acaba aparecendo menos do que as dimensões do crescimento populacional.

Foucault, por exemplo, delega um lugar interessante à população, mostrando que a partir do século XVIII, existe a emergência do problema da população e existe também uma preocupação com as formas de governabilidade da população, e a partir do momento

que há um grande crescimento demográfico, o modelo de família existente já não é mais eficiente para garantir a governabilidade e, então Foucault invoca a questão do Estado para se organizar e também para gerir a população. A nosso ver Foucault aborda a dinâmica da população, e nesse aspecto, da governabilidade o que está mais claro é a questão relativa ao crescimento populacional. Nesse sentido, fica evidente que é o Estado que tem que controlar a população, não só porque ela cresce, mas também porque ela se desloca, porque a população possui uma dinâmica não tão facilmente controlada, assim em outros momentos Foucault vai discutir acerca das possíveis formas de controle dos deslocamentos da população.

> Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então – ao corpo que se manipula, se modela se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. O grande livro Homem-máquina foi escrito simultaneamente em dois registros: no anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram; o outro, técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo. Dois registros bem distintos, pois se tratava ora de submissão e utilização, ora funcionamento e de explicação: corpo útil, corpo inteligível. E, entretanto, de um ao outro, pontos de cruzamento. O Homem-máquina de La Mettrie é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de docilidade que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. Os famosos autômatos, por seu lado, não eram apenas uma maneira de ilustrar o organismo; eram também bonecos políticos, modelos reduzidos de poder: obsessão de Frederico II, rei minucioso das pequenas máquinas, dos regimentos bem treinados e dos longos exercícios. Nesses esquemas de docilidade, em que o século XVIII teve tanto interesse, o que há de tão novo? Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações [...] (FOUCAULT, 2009, p.132).

Sobre essa discussão o professor Póvoa Neto complementa ao relembrar um texto de Foucault[39] denominado "O nascimento da medicina moderna" no qual comenta que:

> A cidade de Paris do século XIX tem um inspetor que vai ver se as pessoas estão doentes ou não, esse controle todo, está muito relacionado à questão da repartição dos corpos, ou dentro daquilo que Foucault chamou de docilidade dos corpos. Mas também, tem a questão dos deslocamentos, pois ele deixa claro, por exemplo, que a escola é aquele lugar que deve

---

[39] Para maiores informações acerca desta discussão recomendamos a leitura da obra: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. O nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

> ensinar as pessoas a se distribuírem, neste sentido, a ideia de distribuição e não de mobilidade está implícita, cada um ocupa seu lugar. No exército tem que se marchar em tropa, o louco precisa ser ensinado a ficar parado quando necessário, sem falar de todas as representações simbólicas e até fotográficas que retratam essas situações nas obras foucaultiana. Para mim, é assim que Foucault aborda a questão do controle da população como um todo. Como trabalho com migração eu enfatizo mais a questão da mobilidade e não da distribuição. Mas, acredito que Foucault como um importante pensador pode sim nos dar "pistas" interessantes para pensarmos e entendermos as questões relativas à população (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

Outra questão que aproxima os estudos da Geografia da População com a questão migratória são as relacionadas às políticas de população, ou seja, novamente a ideia de que a população é algo que deveria ser gerenciado, controlado. A Associação Brasileira de Estudos da População (ABEP) publicou os 15 anos da Conferência do Cairo, material que tivemos acesso, e pudemos perceber que há estudos sobre a relação do desenvolvimento econômico, a questão da saúde reprodutiva, a questão do gênero, a questão do envelhecimento e também da migração. Essas conferências são mais centradas nas questões ligadas a gênero e direitos reprodutivos, do que necessariamente migração, tema que no momento estamos tentando discutir juntamente com a Geografia da População, lembrando que não somos especialistas na área de estudos migratórios mais reconhecemos sua importância. Então, é interessante notar que as questões mais debatidas nessa conferência, como as citadas, ocuparam maior espaço, e outras como a própria questão da migração ocupou menos espaço, ao passo que as questões relacionadas ao crescimento da população ficaram a cargo dos demógrafos, e as migratórias mesmo que timidamente estavam representadas por geógrafos. A impressão que as questões relacionadas à população, com exceção das migrações, os demógrafos se apropriaram como suas, eles não hesitam, enquanto os geógrafos, sim. Nesse sentido Póvoa Neto comentou:

> Quanto a questão da migração, os geógrafos se apropriam melhor porque reconhecem como algo geográfico, por todas as conexões evidentes que ela oferece, como a questão da urbanização, como o processo de esvaziamento do campo, como as questões das fronteiras. Com a globalização, o tema das migrações é um tema indissociável nesse estudo, desta forma, os geógrafos acabaram deixando os estudos populacionais de lado, não que quisessem, mas o interesse não se desenvolveu tanto quanto o da migração, e se desenvolveu associado à urbanização, a geopolítica, a globalização, a desterritorialização. Enquanto na Geografia da População há um grupo de conteúdos, cuja pertinência era duvidosa, ou pelo menos os professores não se sentiam seguros, enquanto os demógrafos não tinham dúvida. Até na escola os biólogos se apropriaram disso e os pesquisadores das ciências naturais também. Já a migração

> como tema da Geografia é mais manifesto, e seus estudos foram sendo valorizados, mas por outro lado aparecem como temas associados, então também acabam sendo trabalhados muitas vezes na Geografia econômica, na Geografia urbana, mas dificilmente acabam sendo trabalhados na Geografia da População, pois nesta área não temos um reconhecimento tão claro, como existe na Geografia urbana com a presença de importantes geógrafos como Milton Santos, Maurício de Abreu, Roberto Lobato, são pessoas de reconhecimento indiscutível. Na Geografia agrária tem o Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano, que são pessoas com áreas específicas e na Geografia da População temos quem[40]?(entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

Talvez a falta de reconhecimento dos geógrafos pela Geografia da População, pode ser entendido pelo fato da Demografia e da Sociologia terem dado muita mais atenção aos temas populacionais, e por isso estão presentes nessa área. Basta notar que quando se discute questões sobre crescimento demográfico, sempre há um demógrafo ou sociólogo comentando sobre isso, já se o assunto é cidade, é mais provável que procurem um geógrafo que tenha um reconhecimento social. Acreditamos que a Geografia cedeu lugar, ou não reconheceu seu espaço, mas defendemos que ainda há tempo para que esta situação se inverta, mesmo reconhecendo que as áreas como urbana e os estudos migratórios aparecem em termos de pesquisa como área mais forte.

Tendo em vista a difusão dos estudos de migração e a parca participação da Geografia da População, pode-se ser explicada rapidamente, porém pautada em aspectos históricos é que a Geografia da População ficou muito associada à chamada Geografia tradicional, Geografia esta que foi fortemente criticada a partir dos fins dos anos de 1970. À medida que esta Geografia foi desconstruída, a Geografia da População foi desconstruída também, o interessante é que este processo não ocorreu com outras áreas como a agrária ou a urbana. Pois, a impressão que temos que essas áreas buscaram reconstruir seus estudos, adotando metodologias de pesquisas e teorias mais adequadas ao contexto atual.

Em relação à Geografia da População esse processo não está tão evidente, sobretudo, por conta das críticas de Marx às teorias malthusianas. Harvey, inclusive, foi um importante divulgador dessa condição na qual Marx "destrói" Malthus fazendo uma crítica incisiva ao Malthus, sobretudo, a ideia que não existe uma lei geral da população,

---

[40] Vale salientar que quando o professor Póvoa Neto se referiu a isso, ele comentou sobre a professora Rosa Ester Rossini, mas acrescentou dizendo que ela não só trabalhou com a Geografia da População, trabalhou com várias outras coisas, mas reconhece que talvez ela seja uma das pessoas da Geografia que mais reconhece essa área, e se remete aos textos dela sobre crescimento da migração, a migração japonesa, entre outros (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

mas existe uma lei geral do modo de produção capitalista, e esta crítica de certa forma desestabiliza os estudos de população na Geografia, porém, não a coloca em outro lugar. Marx diz que não há uma lei geral da população conforme defendia Malthus, mas que existem leis do modo de produção capitalista, embora, reconheçamos que é meio exagerado falar em leis do modo de produção capitalista.

Portanto, não se deixa de tratar de uma espécie em desconstrução da própria relevância de estudar a população, e como a Geografia crítica foi bastante influenciada pelo marxismo, entendemos que essa desconstrução que Marx fez teve uma influência direta na Geografia, e diante disso os geógrafos passaram a se opor a ideia da Geografia da População, talvez pelo fato da Geografia da População ficar muito associada à Geografia tradicional. Foi meio deixada de lado, mas a migração, os geógrafos "adotaram" como objeto de respeito para a Geografia, sobremaneira, por suas associações à urbanização, à geopolítica entre outras.

O professor Póvoa Neto destacou que não nota muito futuro para a Geografia da População, vê que a área das migrações tende a permanecer e se fortalecer, o que demonstra que o tema da migração vem 'aparecendo' cada vez mais. E, assim o professor Dieter complementa: "esta pesquisa que está desenvolvendo acredito que não vai resultar em informações muito positivas à população tradicionalmente, não tenho muito envolvimento com geógrafos" (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

E ainda o professor Dieter reforça que para falar de Geografia da População é voltar-se para a questão da migração. Para ele, uma das questões cruciais que permeiam esta tese refere-se à questão da fragmentação, que segundo ele foi um procedimento que se deu de forma mais enfática a partir da década de 60 no Brasil, quando se desenvolve a chamada Geografia social, com ênfase nas relações entre Sociologia e Geografia, que foram observadas e estudadas pelos clássicos da Geografia em todo século XX. A partir da década de 60, instalou-se uma Geografia social que emergiu dos grupos sociais e o estudo se fragmentou ainda mais, estudando o homem enquanto habitat, enquanto morador, enquanto trabalho, enquanto em seu processo de formação escolar, enquanto saúde, propiciando uma maior separação entre os geógrafos que aderiram a essa Geografia social tornando-os especialistas com olhares cada vez mais específicos para uma temática.

A partir das discussões propostas sobre a relevância ou não dos estudos de migração para a Geografia da População, pudemos perceber que apesar da proximidade das áreas, essas não se reconhecem como parte de um mesmo processo. A Geografia da

População aparece como uma 'coisa' relegada aos ditames do positivismo, resultante da forte influência da Demografia e da Geografia tradicional, e as migrações como uma área rica, ampla, com muitas possibilidades de desenvolvimento, e ainda com probabilidades reais de surgimento de conceituações novas ou revisão das antigas que podem gerar intrigantes estudos, que podem resultar em aberturas para novas investigações dos fenômenos históricos e econômicos que variam no tempo e no espaço. Sem dúvida que os geógrafos se identificam mais com esta área, e esta identificação não é a toa, mas condicionada a uma série de processos históricos e metodológicos que nos ajudam a entender os encaminhamentos desse processo.

Não queremos de forma alguma desmerecer a Geografia da População e tão pouco supervalorizar os estudos de migração, nosso intento é problematizar esta situação no sentido de tentar não só entender, mas também averiguar se há meios/caminhos onde estas áreas tão ricas e importantes para a Geografia possam realmente dialogar. Quem sabe por meio dos estudos das migrações possamos impor maior espacialidade aos estudos populacionais chancelados pela Geografia da População. E, futuramente produzir trabalhos de âmbito populacional, mostrando que as questões afetas aos estudos de população, podem oportunizar maiores melhorias aos estudos migratórios e vice-versa, objetivando assim melhores contribuições. Talvez, a ideia não seja dispensar o ensino e a pesquisa em Geografia da População, por conta do forte viés da chamada Geografia tradicional ainda presente em suas análises, mas ao contrário, promover a crítica e a contextualização chamando para geógrafos e professores de geografia a responsabilidade de assumir a Geografia da População atribuindo a ela aqueles elementos que faltam, e não fragmentá-la ainda mais. Este é nosso anseio, talvez seja ingênuo e descabido diante do mundo globalizado repleto de informações e sedento por novidades, porém, se continuarmos a criar mais e mais disciplinas, mais e mais linhas de pesquisa isso não necessariamente significa que estamos avançando, talvez a questão não seja só criar, mas, sobretudo resignificar.

4.3 Os estudos de urbana e suas relações com a Geografia da População

Segundo a professora Amélia Damiani (2011), para Pierre George as formas de sociabilidade não vão se alterar com o processo de concentração da população, por isso

que para além da questão migratória tem um processo social que se "metamorfoseia" a partir da experiência urbana. Para ela, os primeiros momentos dos estudos populacionais de George foram demarcados pela chamada Geografia clássica, a partir de certo ponto aparece à influência da Demografia, e essa influência altera consideravelmente o modo como a Geografia insere os dados populacionais em seus trabalhos. Esses momentos são importantes, pois não só explicam os processos de desenvolvimento da Geografia da População para esse autor, como sinaliza que na produção de qualquer conhecimento sempre haverá momentos de permanências, transformações e rupturas.

Na Geografia da População a proximidade com as teorias de Malthus é uma constante, e em relação ao Pierre George isso não é diferente, apesar de que a partir do movimento de crítica da Geografia, P. George, também incorpora essas críticas às suas análises, contribuindo muito para o desenvolvimento da Geografia da População. Entretanto, as relações com os pressupostos marxistas, são quase imperceptíveis no estudo de população, o que denota que não é em vão a crítica severa de Marx a Malthus no que tange as questões populacionais e por seguinte a Geografia da População.

Como vimos, os estudos sobre migração na Geografia se apropriaram inicialmente dos estudos marxistas sobre população, contudo, é importante salientar que não é somente o tempo que determina essas variações nas interpretações afetas aos temas populacionais, pois desde o início dessa tese estamos defendendo que por mais distintas que sejam as concepções teóricas e metodológicas há possibilidades de encontrarmos divulgação e expressão de diferentes concepções no mesmo tempo histórico. Em nossa pesquisa foi possível verificar isso, há textos escritos na década de 30, por exemplo, que serviu de respaldo para as pesquisas de estudiosos da população muito tempo depois, voltando ao Pierre George podemos perceber que seus estudos alteram-se, também, na medida em que o elemento cidade aparece ou ganha projeção, sobretudo, quanto ao seu crescimento e as formas de organização. Diante da complexidade das cidades P. George, busca estudar uma série de elementos, desde as questões relacionadas às unidades familiares como a noção de gênero, entre outras.

Os estudos elaborados por Pierre George nos oferece um panorama rico e interessante sobre a dinâmica da população, pois ao mesmo tempo em que ele tece argumentações para explicar os fenômenos populacionais, ele revisa suas ideias. Não é fácil entender a obra desse autor, foi algo difícil e que não conseguimos realizar do modo como realmente gostaríamos por conta do tempo, da dificuldade ao acesso a bibliografia,

entre outras coisas. Mas, não podemos deixar de dizer que foi um aprendizado importante, em especial, por nos fazer refletir que algo que hoje afirmamos com tanta convicção amanhã nós mesmos podemos questioná-los. E isso é salutar, pois como diz o ditado "o difícil não é mudar de ideias, mas não ter ideias para mudar".

Damiani se tornou uma referência para quem estuda população, apesar de sabermos que hoje seu foco são os estudos do urbano, porém, comentou o seguinte:

> [...] pensei num segundo momento em estudar integração da população ao estado, relacionar população e estado. Cheguei nisso porque estudei os grandes conjuntos habitacionais que reúnem duzentas mil pessoas, trezentas mil pessoas, e eram propostas de política habitacional, agregar toda essa gente em São Paulo somando esses conjuntos com alguns da empresa estadual, todos amarrados às políticas federais. Enxergamos um corredor imenso de gente à Zona Leste de São Paulo, ligados a conjuntos habitacionais, e na Zona Sul, uma massa de gente que é loteamentos clandestinos, favelas, cortiços. Na minha tese lanço uma ideia de inovação crítica, que é uma ideia que venho trabalhando há alguns anos e o mapa sobre urbanização tem uma relação e sensibilidade sobre a questão populacional. Num determinado momento, cheguei a pensar o que significam grandes massas de população e as políticas de estado, descobri com o tempo um autor chamado Michel Foucault que vem da sociologia, foi linguista, e em um livro relativo às aulas dele, chamado "Em defesa da Sociedade", é interessante e como ele observou que no final do século XVIII início do século XIX, havia uma concentração populacional muito grande e isso sugeriu uma metamorfose das políticas de regulação, foi onde compreendi, porque tudo tem seu contexto (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

A respeito das argumentações realizadas pela professora Amélia Damiani, sobre a importância da obra de Foucault para seus estudos, consideramos prudente sinalizar sucintamente um aspecto de como a cidade era por ele entendida. A concepção da cidade-modelo do século XIX, a cidade operária, segundo Foucault ela articula mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, pela localização, cada uma numa casa, e dos indivíduos, cada um num cômodo. Assim, seria possível normalizar os comportamentos, regras de higiene aplicadas à população; pressões que a cidade exerce sobre a sexualidade, sobre a procriação; os cuidados dispensados às crianças; a escolaridade, etc.(FOUCAULT, 2000).

Para Foucault a filosofia fisiocrática dispersou a ideia de que a produtividade está em conformidade com a produção econômica e social que ocorreria livremente. Desse modo, os chamados poderes locais passam a não ter mais a responsabilidade de proteger o território, esta característica se transforma com o desenvolvimento das cidades. Neste sentido, os obstáculos territoriais deveriam ser abolidos para que a economia fluísse e com

ela o fluxo de pessoas, mercadorias de ideias que ainda colaboraram na difusão dos ideais liberais. Promovendo uma espécie de transformação no objeto essencial do governo da cidade. Pois, agora a cidade que florescesse, traria consigo um modelo de governo, que garantisse as demandas do mercado, ao passo que controlaria o fluxo populacional, por meio dos estudos da Demografia, da medicina, e dos comportamentos da população no território.

Assim, para Foucault uma governança na qual o poder é fundado não mais no controle do território, mas na população, era o foco onde os olhos dos poderes se voltam. Desse modo, soberania se pauta no poder de assegurar a vida. Poder, esse que precisava se reorganizar, ou seja, ampliar sua capacidade produtiva, dentro da nova lógica que é o mercado e a ampliação da forma de trabalho.

> Esses fenômenos se traduzem na introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, como organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população. Portanto, problemas da reprodução, da natalidade, problema da morbilidade também. O outro campo de intervenção da biopolítica vai ser todo um conjunto de fenômenos dos quais uns são universais e outros são acidentais, mas que, de uma parte, nunca são inteiramente compreensíveis, mesmo que sejam acidentais, e que acarretam também consequências análogas de incapacidade, de pôr indivíduos fora de circuito, de neutralização, etc. será o problema muito importante já no início do século XXI (na hora da industrialização), da velhice, do indivíduo que cai em consequência, para fora do campo de capacidade, de atividade. E, dá outra parte, os acidentes, as enfermidades, as anomalias diversas. E é em relação a estes fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à Igreja. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva de seguridade, etc. (FOUCAULT, 2005.p.291).

As contribuições de Foucault abrem debate sobre muitas questões a respeito da população e nos fazem relembrar que durante o século XVII[41] houve uma discussão sobre população, onde predominava a ideia de que um grande número de pessoas precisava de um apoio político centralizado e o estado seria esta identidade desse corpo populacional. Havia outra tendência na qual se discutia a questão do reconhecimento das diferenças, e esta tendência levou a discussão de povo, população, etc., outras questões pertinentes

---

[41] Para informações sobre este tema sugerimos a leitura de GRAMÁTICA DA MULTIDÃO - Para uma Análise das Formas de Vida Contemporâneas por Paolo Virno.

também foram aventadas nos estudos de população como a questão da diferença entre nação e povo que parecem coisas similares, mas que no fundo são questões complexas.

Para alguns historiadores, a nação está ligada ao fator tempo, sendo a história um elemento fundamental para conceituá-la. Está intimamente ligada à cultura de um povo, cultura que se constrói através do tempo e se desenha em boa parte em função dos acontecimentos históricos, que de uma forma ou de outra, marcaram a história de um povo. Existem autores, inclusive, que consideram que o conceito de nação está superado, ou nem chegou de fato a existir. A nosso ver, o conceito de nação existe, portanto, não possui elementos tão claros, como o de Estado. Nesse sentido, a nação agrupa uma série de elementos como os aspectos naturais, históricos, culturais e até psicológicos.

De acordo com o dicionário[42] povo é um conjunto de homens que vivem em sociedade. Conjunto de indivíduos que constituem uma nação. Conjunto de indivíduos de uma região, cidade, vila ou aldeia. Conjunto de pessoas que não habitam o mesmo país, mas que estão ligadas por sua origem, sua religião ou por qualquer outro laço. Conjunto dos cidadãos de um país em relação aos governantes. Conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre, à classe operária ou à classe dos não proprietários; plebe. Lugarejo, aldeia, vila, pequena povoação: um povo. Público, considerado em seu conjunto.

Partindo-se das observações feitas entre nação e povo, percebemos que devemos considerar que os estudos populacionais, baseados nos estudos de mobilidade do trabalho e nos estudos sobre migração dão mais movimento e visibilidade à população, pois se analisarmos nação e povo de forma estanque, novamente cairíamos nos estudos de população com pouco ou nenhuma relação com a produção do espaço, ou seja, a produção da vida material.

Outra discussão bastante presente nos estudos urbanos concernentes às questões populacionais é a discussão física, do tamanho da população, sobre esse assunto David M. Heer (1972 p.152) argumentou:

> Há uma correlação positiva entre o tamanho da população de uma nação e o peso de sua influência nas questões internacionais (está visto que nenhum país com população muito pequena poderá ser uma grande potência), trata-se de correlação aproximada. Por exemplo, muitas pessoas concordariam em que os Estados Unidos são a mais poderosa nação do mundo; entretanto, a China, a Índia e a União soviética têm maior população do que eles. Haveria também concordância geral em que a União Soviética é a segunda potência mais importante do mundo, a população da URSS é inferior à da China ou à Índia. Talvez, a mais

[42] Dicionário novo Aurélio Século XXI. Nova Fronteira S.A. Rio de Janeiro, 1999.

> notável ilustração recente da imperfeita correlação entre o tamanho da população e o poder nos assuntos internacionais foi a vitória de Israel, em 1967, com uma população de apenas 2,7 milhões de habitantes, sobre os seus adversários árabes, cuja população conjunta totaliza perto de 100 milhões. Claro está que só o tamanho da população não explica as variações do poder internacional. São talvez necessárias quatro variáveis para explicar a força de uma nação nas questões mundiais: (1) o tamanho da população, (2) a renda per capita, (3) o grau de motivação governamental para a consecução de metas intencionais, e (4) a eficiência do governo na mobilização dos recursos para atingir essas metas. O tamanho da população é importante por suas razões. Primeira, é necessária grande população para que o país possa ter grande conjunto de homens em serviço militar. Segunda, é importante porque, do esforço produtivo de cada membro da força de trabalho, é possível deduzir certa quantidade para pagar os custos dos efeitos militares e outras despesas destinadas a fortalecer o poderio do país. Se essa quantidade for constante para cada membro da força de trabalho o esforço que poderá ser despendido para manter ou aumentar o poder de uma nação variará na razão direta do tamanho da força de trabalho [...].

Essa discussão apresentada por Heer é interessante pois nos possibilita verificar que os temas associados ao tamanho da população e sua importância para o Estado é algo que permeia as políticas públicas e as questões governamentais desde muito tempo. Hoje, as questões relacionadas ao tamanho das populações, sobretudo, nos grandes centros geram uma gama de estudos e debates que os geógrafos urbanos estão discutindo, aprimorando e problematizando.

Desse modo, percebemos que os estudos urbanos possuem uma vinculação muito próxima com a Geografia da População, a exemplo disso citaremos uma argumentação da professora Amélia Damiani que na atualidade tem desenvolvido trabalhos urbanos dialogando-os com as obras de Pierre George:

> Escrevi um trabalho sobre Geografia urbana para uma revista chilena, baseando-me no professor Pierre George, como a sua trajetória foi marcada pelos estudos populacionais, é interessante ler o trabalho dele sob o ponto de vista da Geografia Urbana. Para ele as formas de sociabilidade vão se alterar a partir da experiência urbana, em um dos estudos dele, pude perceber que a forma de sociabilidade vinculada aos estudos populacionais altera-se intensamente no processo histórico quando as cidades crescem. O fenômeno é citado como uma metamorfose sociocultural gigantesca. Neste sentido, minha tese, também faz uma ponte com Pierre George, pois é importante reconhecer o trajeto enquanto ciência moderna da geografia incluindo os estudos populacionais, porque a Geografia absorveu e reconheceu a população em si como uma abstração e localizou a população como uma questão populacional como uma questão de geopolítica, urbana, agrária com isso a traduziu em novas disciplinas. Na USP não se desistiu da Geografia da População ela se conserva entre as disciplinas da Geografia (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

A partir da explanação da professora Damiani, e da leitura de textos, artigos, livros dela, tivemos a oportunidade de não só de “mergulhar” nos estudos populacionais, a partir da leitura, através da questão do urbano, mas também entender um pouco a trajetória desde importante geógrafo, sobretudo, situando-a para também nos ajudar a entender a Geografia da População.

> É extraordinário examinar o livro de Pierre George, **Geografia Urbana**, à luz da realidade da urbanização de nossos tempos. Trata-se de encontrar a potência da observação dos fenômenos urbanos, nos anos 1950-60, e avaliar como o corpo conceitual da Geografia, deste período, lidava com fenômenos tão mutáveis, como aqueles que envolvem o urbano. O autor buscou dentro da Geografia uma concepção de totalidade dos processos geográficos, que atravessavam as cidades no mundo, nos anos 1960. O livro data de 1961. Contudo, já em 1952, ele escrevia sobre o tema, desse ponto de vista: o de uma geografia geral sobre o urbano no mundo, sugerindo tipos de cidades e os condicionantes de seu crescimento urbano, de sua repartição desigual no mundo, em estudos comparativos (DAMIANI, 2008. p.156).

Em outro momento a professora Damiani adverte quanto a aproximação da questão urbana por meio da população, onde P. George discorre sobre a repartição das cidades no mundo. Nesse sentido, ela destaca que é importante se ater a contradição dialética presente, onde quantidade e qualidade aparecem nesse movimento.

> A razão dialética traz a possibilidade de reunir o real e o racional, em sua complexidade, sem que isto signifique uma redução ou isolamento do conteúdo real e da aparência refletida dele. À base de sua constituição está o sentido contraditório do real. Há movimento contraditório porque a natureza, o homem, os objetos contêm em si mesmos seu oposto, pois contêm em si mesmos suas mútuas relações. Examinados não isoladamente, mas em suas relações, interações, o sentido contraditório prevaleceria. Esta é uma lei universal da realidade concreta (DAMIANI, 2008, p.93).

Pierre George em **Geografia Ativa** comenta que a importância numérica da população é certamente um elemento de relevo para a economia de um Estado, contudo, esse processo é bastante heterogêneo e flexível, uma vez que de acordo com as necessidades do Estado a entrada no mercado se dará em volume ou proporções maiores ou menores, com ou sem distinção de gênero. Alerta também que a situação econômica do mercado de trabalho, sobretudo, durante o forte incremento do capitalismo industrial, varia muito, ora havendo uma grande demanda de mão-de-obra, ora não, essas peculiaridades, sem dúvida altera substancialmente a dinâmica das cidades.

> A Geografia Urbana, no interior da Geografia, tem um importante papel de elucidar a voracidade das transformações sociais, que precipitam

> transformações geográficas. O mundo que se moderniza, industrializa é o mundo que se urbaniza. O urbano detém contradições históricas fundamentais (DAMIANI, 2008, p.158).

Com esse relato da professora Damiani verificamos que a Geografia urbana, sem querer entrar no mérito de recuperar historicamente sua trajetória, principalmente, porque este não é o foco primordial do nosso trabalho, dinamiza os estudos de população e suas relações com os deslocamentos humanos e, com a produção da vida material. Sua proximidade com as teorias de Marx e as críticas contundentes ao sistema capitalista, potencializam a nosso ver essa área. Porém, a título de uma rápida explanação sobre a questão da Geografia Urbana a professora Damiani (2008, p.164) relata:

> Os fundamentos conceituais e epistemológicos da Geografia Urbana são também fundamentos do processo de conhecimento filosófico e científico como um todo, que se realiza, de alguma forma, na Geografia e na Geografia Urbana. Assim como as circunstâncias históricas da vida social são decisivas, também o são as bases intelectuais das ciências. O trajeto do conhecimento do objeto da Geografia Urbana, que se anuncia através dos estudos populacionais e se desdobra na repartição geográfica das cidades no mundo, com suas qualidades socioculturais, muitas vezes, de raízes de longa duração, definindo uma regionalização do fenômeno no mundo; esse trajeto, compreendido no plano mais abrangente do processo de conhecimento em geral, tem a profundidade do desenvolvimento do conhecimento moderno, assim como seus impasses: a relação dialética entre o infinito e o finito; entre a quantidade e a qualidade; entre a análise e a síntese; entre a parte e o todo, a superfície terrestre como um todo e a particularidade, mesmo a individualidade, dos lugares...

Talvez a abordagem que faremos agora não seja interessante para a maioria das pessoas que lerem este trabalho, mas é algo que nos toca profundamente, já que reconhecemos que o crescimento das cidades é resultado de um processo que acima de tudo está estritamente relacionado ao crescimento da população e também do consumo. Essa população aumenta pelos mais variados motivos, os principais normalmente estão relacionados ao crescimento natural, outros associados aos deslocamentos humanos, sejam de áreas próximas ou muito distantes.

A cidade é um espaço construído e assim sendo reflete os interesses e também as necessidades das pessoas, os grandes centros, na maior parte das vezes são as áreas de maior atração populacional, em especial, pelas supostas oportunidades que são oferecidas, mas ao mesmo tempo se torna um ambiente afugentador, sobretudo, para aqueles que não reconhecem nesses espaços elementos que lhes transmitam segurança e acolhimento. Essas pessoas em sua maioria são imigrantes, e quando falo de imigrantes inevitavelmente

lembro-me do meu pai, um imigrante libanês, pobre, num país distante e com pouquíssimos meios para sobreviver. O Brasil foi para ele a terra da oportunidade, de fugir da guerra e da fome. Aqui fez sua vida, aprendeu precariamente o idioma e buscou seu lugar entre outros tantos iguais e diferentes dele. Seu refúgio foi uma cidadezinha no interior da Paraná que atualmente tem aproximadamente 10 (dez) mil habitantes. Trabalhou uma vida inteira, e no seu leito de morte ainda se lamentava por não ter feito mais. Essas palavras e o exemplo estão gravados na minha memória, e nos faz acreditar e repudiar ainda mais este sistema econômico tão excludente que faz com que as próprias pessoas se culpem pelos seus 'fracassos', como se os motivos para a tão almejada ascensão econômica, que, diga-se de passagem, é tão bem propalada pelos meios de informação, fosse opção, escolha e não algo determinado por um paradigma de vida que se pauta num sistema econômico que não é para todos, e se assim o fosse certamente ainda não estaríamos sob sua égide.

> A perspectiva da cidade como organismo urbano é também a compreensão da cidade como obra humana, aquela que reflete e, ao mesmo tempo, humaniza o homem. Nesta literatura geográfica sobre a cidade antevê-se um embate surdo, não refletido completamente, ambíguo teoricamente, entre a humanização e a desumanização, expresso na manutenção da ideia da cidade como organismo urbano. Essa ambiguidade conceitual também é aquela da relação não plenamente resolvida entre o imediato e o mediato; a dificuldade da compreensão da presença constitutiva da abstração nas relações sociais modernas. Por outro lado, o espaço guarda outros tempos, incluindo os da imediaticidade das relações sociais. Os próprios princípios de tratamento da população: por idade, sexo; equivalendo a diferenças primárias, ainda mantêm esse caráter antropológico. Mas, como aponta as grades conceituais que começamos a apresentar, a voracidade do processo urbano, da urbanização, recebe, nesse método geográfico, um impulso necessário e considerável, inclusive, pondo em questão, de alguma forma, o conceito de organismo urbano, no caso do estudo das cidades. Estaríamos resvalando algo relativo à noção de *medida* - quando a quantidade deixa de ser estritamente um elemento indiferente e passa a ser ativo, impulsionando a dialética entre quantidade e qualidade (DAMIANI, 2008, p.162-163).

Com o intuito de contribuir com a discussão apresentada pela professora Amélia Damiani, retomamos rapidamente a obra de Lefebvre[43] onde o autor repudia a postura determinista do urbanismo moderno, criticando o urbanismo positivista, ao fazer isso

---

[43] LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 3º edição. São Paulo, Centauro, 2004.

rejeita o caráter alienante de tornar os problemas urbanos, como uma mera questão administrativa ou técnica, pois essa postura transforma os cidadãos em sujeitos alienados.

> O conceito de alienação é, certamente, de origem hegeliana e feuerbachiana. Em Hegel, o seu sujeito é o espírito; em Feuerbach, o homem. Tanto em um como no outro, a alienação é assunto espiritual e reveste-se de um caráter tão abstrato como seu sujeito. No entanto, não se deve perder de vista que – de acordo com a crítica a que Marx submete a Fenomenologia do espírito – tal conceito tem em Hegel um conteúdo real, antropológico, ainda que de forma mistificada. O conceito de alienação em Marx parte e não obstante, o de Feuerbach, ou o de Hegel já antropologizado. Neste problema concreto, parte de Feuerbach não só porque com ele a alienação se situa em um plano humano (antropológico), mas também porque toma dele a própria estrutura do processo de alienação que se conserva nos Manuscritos de 1844, a saber: a) objetivação do sujeito no produto de sua atividade; b) objetivação como alienação ou estranhamento; c) ação inversa do objeto sobre o sujeito que se traduz no empobrecimento, submissão ou "despossessão" deste. Esse terceiro elemento do processo, tão característico da relação religiosa feuerbachiana, não o encontramos em Hegel (VÁZQUEZ, 2007, p. 416).

No marxismo o sujeito que se aliena é o trabalhador, o caráter de sua atividade é a prática, o produto desta atividade é o produto do trabalho, e a esfera da alienação é o trabalho humano, e o conteúdo da alienação se pauta na desumanização do trabalhador. Neste sentido, o produto do trabalho se volta contra quem o produz, onde o que aliena e desaliena é a essência humana.

Inclusive, Lefebvre denuncia a questão dos sujeitos serem bem mais do que objetos do espaço social, fruto das relações econômicas de dominação, dos quais o Estado ordena e controla a população. O autor aponta que o Estado autoritário pode até resolver as necessidades de transporte e moradia, contudo, priva as pessoas da condição de sujeitos da construção da cidade. Nesse sentido, o autor politiza a produção social do espaço, assentando o direito à cidade e a plena fruição do espaço social, avançando, sobretudo, no que diz respeito à concepção de cidadania, que vai muito além do voto. Assim, a realização de seu projeto só pode ocorrer no confronto com a lógica de dominação que prevalece sobre o espaço dos cidadãos. Para ele a classe trabalhadora deve ser agente de luta, o novo urbanismo almejado por Lefebvre é o da utopia experimental, que parte dos problemas locais concretos para a crítica e sugestões de novas possibilidades, cabendo à ciência fazer à crítica à vida cotidiana, através da análise da vida habitual das pessoas, estudando as implicações e consequências das novas possibilidades de apropriação criadas pelos

cidadãos. Lutar pelo direito à cidade é romper com a lógica da indiferença e caminhar para um novo modelo de produção do espaço urbano.

> O surgimento de uma estrutura espacial diferente com a ascensão do capitalismo não é um processo livre de contradições. Para superar barreiras espaciais e anular o espaço pelo tempo, criam-se estruturas espaciais, que, no fim agem como barreiras contra a acumulação adicional. Essas estruturas espaciais se manifestam de forma fixa e imóvel de recursos de transporte, instalações fabris e outros meios de produção e consumo, impossíveis de serem movido sem serem destruídos. Depois que se introduz o modo de produção capital, esse modo estabelece seu domicílio na área, e as pressuposições aparentemente sólidas, dadas pela natureza afiguram-se nos bens imóveis como fixadas pela indústria. Assim o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada à sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível. A paisagem geográfica abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação, pois a própria construção dessa paisagem é antiética em relação à derrubada das barreiras espaciais, e, no fim, até a anulação do espaço pelo tempo (HARVEY, 2005, p.53).

Partindo das argumentações de Harvey e toda a complexidade que envolve o capital e sua relação com o urbano, enfim com as pessoas, é que objetivamos nessa parte da tese fazer uma breve análise da Geografia urbana e sua relação com a Geografia da população, ou com os estudos de população, buscando explicitar sua noção de campo científico. Para isso, fazemos uso das argumentações apresentadas para entender o espaço em que estão inseridas a população e as instituições que produzem, reproduzem o espaço urbano. Relacionando a questão urbana com o contexto histórico, com as teorias de George e outros, onde os e agentes envolvidos nesta análise contribuíram para os estudos deste tema que nos é tão importante. Às críticas marxistas, permitiram relacionar diversos campos do meio urbano com a produção e manutenção da vida, analisando as intervenções, sobretudo, dos elementos socioeconômicos.

> As grandes teorias às quais nos acostumamos de alguma maneira, o marxismo e outras correntes e tradições, não parecem nos servir totalmente neste momento. Servem-nos em parte, e acredito que hoje há uma volta ao marxismo em todo o mundo. Isso não me surpreende porque a crise do marxismo, de alguma maneira, coincidiu com a "marxização" do mundo: a ideia de que o mundo era cada vez mais parecido com o que Marx havia diagnosticado. As dificuldades aparecem ao passarmos do diagnóstico para uma visão do futuro, questão que no marxismo nos traz muitos problemas. Mas há outras dificuldades. O materialismo histórico converteu o capitalismo em um fator de progresso, em uma fase de progresso da humanidade, e isso nos trouxe problemas pelo fato de essa ter deixado de fora uma questão fundamental: a questão

> colonial. O colonialismo não tem sido bem tratado nessa teoria e, além disso, em alguns textos de Marx vemos uma justificação, sobretudo na Índia, do colonialismo como fator do capitalismo: o colonialismo, e é muito importante recordemos isso. A outra consequência foi tornar invisíveis, esconder outras formas de opressão, de discriminação e de exclusão que, para nós, hoje são muito importantes: o racismo, o sexismo, as castas etc. outra consequência é que o marxismo, de alguma maneira, compartilha o ideal da unidade do saber, da universalidade do saber científico e de sua primazia. Propõem-se hoje a necessidade de uma ecologia dos saberes, estamos falando de algo distinto. Finalmente toda a teoria crítica tem sido bastante monocultural, e estamos cada dia mais conscientes da realidade intercultural de nosso tempo. Por essa razão chegamos à conclusão de que, provavelmente, a razão crítica não pode ser a mesma que pensa, constrói e legitima o que criticável (SOUZA SANTOS, 2007, 51-52).

De acordo com Boa Ventura de Souza Santos (2007), é preciso que renovemos a teoria critica; não queremos dizer com isto que as teorias de Marx, não servem, muito pelo contrário, acreditamos que não devemos cobrar de Marx algo que realmente não era o propósito dele, nem tão pouco seu campo de interesse e investigação. Assim, como todas as teorias, elas têm seus limites e suas contribuições, nenhuma teoria sozinha a nosso ver, em especial, as que se propõe a fazer a crítica à sociedade consegue sozinha dar conta do complexo universo que compõe a vida e o mundo.

Mas, ao mesmo tempo devemos levar em consideração alguns aspectos do pensamento de Souza Santos, sobretudo, no que se refere à necessidade de avançarmos para além da estrutura monocultural dos saberes, este elemento para nós permite que disciplinas como a Geografia da População saiam da espécie de "limbo" que foram relegadas com as críticas marxistas e que se projetem para fora, ou seja, que sejam capazes de pensar geograficamente as necessidades do hoje.

E, como já discutimos acreditamos que a leitura interdisciplinar possa contribuir para que esta área seja novamente acionada como um campo importante para a Geografia, para as ciências de um modo geral, mas, sobretudo para a sociedade. Por isso, o diálogo com a Geografia urbana é um caminho para que a Geografia da População possa quem sabe perceber qual trajeto trilhar e com qual finalidade; conscientes que não teremos condições de aprofundar os estudos de urbana na Geografia. Nossa intenção foi verificar, nesse momento, a relação entre essas áreas e se há este reconhecimento. Nesse sentido é que nos propomos a discutir menos que parcialmente esta questão, por acreditar na viabilidade política, social e cultural deste debate.

Diante de um panorama amplo como o trabalhado pela Geografia urbana, a qual por sinal infelizmente não nos aprofundamos, possibilita-nos dizer que a Geografia, devido à sua politização, pode contribuir na conquista da autonomia científica, que se reflete nos campos científicos no qual a Geografia da População pode se destacar. Trata-se da especificidade de seu campo científico, pois defendemos que quanto mais os campos científicos são autônomos, mais eles escapam às leis sociais externas, e é importante destacar aqui que ser autônomo não significa se isolar do contexto, mas ter voz e vez na produção e reprodução do conhecimento, assim como seu reconhecimento.

Dessa forma, a autonomia é almejada por todo campo científico, no qual seus agentes esforçam-se para isso, através de instrumentos, conceitos, categorias que permitam o avanço da ciência, bem como de suas áreas, e, no caso da Geografia da População almejamos seu aprimoramento para uma Geografia mais crítica, problematizadora e impulsionadora dos estudos de população na Geografia.

4.4 Os estudos de mobilidade e mobilização e a Geografia da População

Podemos entender a mobilidade em sentido amplo, como deslocamentos geográficos. E, nesse sentido os estudos de migração, os estudos populacionais de certa forma incluem a mobilidade como forma de deslocamento. Existem muitas formas de mobilidade, como a pendulares, a movimentação de grupos nômades ou seminômades, como os ciganos, e também os executivos que estão sempre se deslocando, entre muitas outras. Há pessoas que incluem o turismo dentro dessas formas de mobilidade, são formas de mobilidade que não implicam na mudança de domicílio, não pelo menos num período muito grande de tempo.

Para Gaudemar (1977) a ideia de mobilidade é uma qualidade inerente à força de trabalho no capitalismo, dessa forma, muitas pessoas utilizam a ideia de Gaudemar e a difundiram. O conceito dele é bastante disseminado nos estudos de mobilidade do trabalho, respaldando-se nas concepções de Marx. Trabalhou-se sobre a ideia dos estudos e dos processos de modernização e o papel que o trabalho tem dentro deles. Acreditamos que esse tipo de abordagem tem uma relevância, tem um futuro importante, os estudos de mobilidade a nosso ver são um elo importante entre esse processo e a Geografia da População.

Póvoa Neto sobre Gaudemar e a questão da mobilidade discorre que:

> Considero que a análise dele está muito associada a um determinismo histórico, na qual a mobilidade precisava ser produzida, por exemplo, estuda-se os processos de acumulação primitiva, num determinado momento em que as pessoas não eram móveis, no sentido que elas não se dispunham vender sua força de trabalho nas condições que o capitalismo demandava ou requeria que essa mobilidade fosse reproduzida. Processos, inclusive violentos, expulsões de população, produziram um homem móvel, um homem que se desloca, um homem que internalizou. Marx diz que ele deve sentir sua força de dimensão positiva e negativa da mobilidade, que deve vender sua força de trabalho aonde ela for requerida, porque ele não tem outra opção a não ser fazer isso. Acredito que Gaudemar chama a atenção para isso, só que a partir de certo momento essa mobilidade torna-se uma coisa muito internalizada, penso que ela passa a ser uma característica dos trabalhadores que não precisa ser produzida originalmente. O que Gaudemar descreveu, ou seja, essa mobilização é um processo que acaba acontecendo quase que naturalmente mesmo, as pessoas já acham natural que elas vão se deslocar para aonde elas tiverem mais condições, mas acha que é como o trabalho dela fosse requerido. As pessoas se conformam com a ideia de que se ela perderem o emprego aqui elas tem que se mudar para outra cidade, ou se não se mudar, a família vai continuar ali. Ela vai continuar saindo duas, três vezes por semana, deslocando-se a longa distância, indo e vindo. Então, nesse sentido eu acho que a nossa sociedade já é uma sociedade mobilizada. Acho que houve um momento em que foi necessário produzir, em um momento histórico foi necessário produzir essa aptidão para a mobilidade, essa disponibilidade para se deslocar e que hoje em dia, essa disponibilidade já está produzida. Talvez o que falte é apenas desenvolver um pouco a questão da mobilidade, da resistência, isso que o Gaudemar assinala no final de estratégias, da contra mobilidade, da resistência. Eu na verdade, tenho a curiosidade de saber como Gaudemar desenvolveria a sua ideia, ele não continuou, e o último livro dele foi um livro sobre a questão estudantil, população estudantil nas universidades e depois disso eu não sei, eu não consegui achar mais nada dele. É claro que não impede que a gente veja outros autores, mas a mobilidade nesse sentido ficou um pouco concentrada em torno da figura do Gaudemar e não surgiram outros autores temos o Dieter em São Paulo, o Márcio Mendes que continua trabalhando nesse sentido, mas penso que está um pouco restrito a esses lugares... (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

Uma das formas de conceitualização de mobilidade bastante difundida está relacionada à capacidade dos corpos se deslocarem. O professor Márcio Rocha[44] desenvolveu o conceito de mobilidade humana, que segundo ele pode ser entendido como fator principal para o entendimento da dinâmica territorial.

> A mobilidade humana é uma noção que procura estabelecer a síntese das construções teóricas sobre os vários conceitos de mobilidade, desenvolvidos nos ramos das ciências humanas que trataram desta questão. Procura-se uma articulação dos diversos caminhos teóricos

[44]ROCHA, Márcio Mendes. A Espacialidade das Mobilidades Humanas – Um olhar para o norte central paranaense. Tese de Doutorado – USP, 1998.

> percorridos com o intuito de criar uma noção com algum poder explicativo. Para tanto, parto de uma perspectiva transdisciplinar para atingir o objetivo almejado (ROCHA, 1998, p.21).

É importante salientar que a concepção de mobilidade manifestada pelo professor Póvoa Neto, difere um pouco da concepção do professor Márcio Rocha, contudo, gostaríamos de salientar que apesar das diferentes interpretações existentes para o fenômeno da mobilidade, consideramos que o trabalho é predominantemente o aspecto mais influente na sociedade, que faz com que as pessoas se desloquem.

A mobilidade enquanto categoria pode ser utilizada para explicar os movimentos das pessoas nas suas mais variadas escalas. Desse modo, os estudos populacionais, os movimentos migratórios e as formas de mobilidade são noções que buscam investigar e embasar os fenômenos que estão inseridos no desenvolvimento das sociedades. Quanto a Geografia, essa busca a relação entre o fenômeno da mobilidade que é amplo e complexo e suas relações territoriais. Nesse sentido, Rogério Haesbaert (2007, p. 237) comentou: "é importante destacar que não focalizamos mobilidade nem no sentido estrito de mero deslocamento "objetivo" e genérico de um local para outro, nem no seu extremo, o oposto, como abstração e mesmo como simples metáfora, onde tudo é passível de mobilidade".

Haesbaert, como já comentamos, trabalha com os conceitos de territorialização e desterritorialização e neles a dinâmica da mobilidade pode estar imbricada, para ele:

> Um dos fenômenos mais frequentemente ligados à desterritorialização diz respeito a crescente mobilidade das pessoas, seja como "novos nômades", "vagabundos", viajantes, turistas, imigrantes, refugiados ou como exilados – expressões cujo significado costuma ir muito além de seu sentido literal, ampliando-se como poderosas (ou ambivalentes e, assim controvertidas) metáforas. Toda uma cultura das viagens e mesmo uma *travelling theory* passou a se desenhar a partir da crescente mobilidade "pós-modernidade". Entretanto até que ponto a mobilidade geográfica pode ser vinculada a desterritorialização?[45](HAESBAERT, 2007, p. 237).

Retomando o conceito de mobilidade humana desenvolvido por Márcio Rocha, entendemos que para ele, a mobilidade humana pode ser composta por três ordens: a física, a centrada no trabalho e a social. É importante salientar que esse conceito tem como pressuposto teórico e metodológico o marxismo, no qual o desenvolvimento geoeconômico é bastante debatido.

Em relação à chamada mobilidade física, os elementos analisados estão "condicionados" aos fluxos e refluxo da população, e ainda a própria questão da

---

[45] Para maiores informações sobre este tema sugerimos da leitura do Capítulo 6 do livro **O Mito da Desterritorialização** de Rogério Haesbaert.

quantidade populacional das áreas. Os estudos da mobilidade física estão presentes nos mais variados espaços e podem ser subdivididos em micromobilidade ou macromobilidade. Cada qual variando de tamanho/proporção e duração.

A denominada mobilidade social está associada ao movimento de ascensão dos sujeitos, isto é, as mudanças das chamadas classes sociais, este processo se ocupa de analisar as mudanças ocorridas na sociedade em virtude das alterações de classe e os desdobramentos deste processo na vida das pessoas e na sociedade como um todo.

A mobilidade que tem sua centralidade no trabalho é considerada a principal causa que leva os indivíduos a se deslocaram pelo espaço geográfico, de certo modo, este tipo de mobilidade muitas vezes é a qual viabiliza a realização das demais.

> As denominações dadas às ordens de mobilidade são: a) mobilidade física, que se subdivide em macromobilidade física e micromobilidade física, são mobilidades horizontais, ou seja, se reproduzem no espaço concreto, físico. Apresentando um perfil histórico-geográfico. Funda-se nos estudos migratórios a partir de uma avaliação histórica de tais fluxos. A macromobilidade física diz respeito aos deslocamentos físicos praticados pelos indivíduos em escala internacional, nacional estadual e municipal. Nesta categoria a temporalidade dos deslocamentos não é cotidiana, diz respeito aos fluxos demográficos. Quanto à micromobilidade, a escala temporal é curta, cotidiana, diz respeito aos deslocamentos diários de casa ao trabalho, às compras; b) mobilidade centrada no trabalho; esta ordem de mobilidade é uma mobilidade horizontal, ou seja, o deslocamento se dá no âmbito da qualificação dos indivíduos, de seu status profissional, da produtividade do trabalho, de sua condição funcional e de sua submissão à lógica capitalista de acumulação. Esta mobilidade nasceu da reflexão de economistas marxistas. A explicação parte da contradição entre trabalho e natureza, da apropriação histórica da natureza pelo homem. Esta força de trabalho é entendida como uma mercadoria especial que se desloca em função da dinâmica do mercado e; c) mobilidade social; entendida como mobilidade vertical, trata de interpretar a mudança de status social dos indivíduos, sua posição e estrutura de classes e o movimento de polarização das classes sociais. Aqui a fonte de reflexão parte de sociólogos marxistas que, a partir da crítica à escola de estratificação social de cunho funcionalista, constroem um referencial teórico para tratar esta questão (ROCHA, 1998, p.14).

Como a interpretação e análises dos fenômenos de mobilidade estão alicerçadas numa concepção materialista histórico dialética, isso permite uma discussão profícua e dinâmica do objeto investigado, possibilitando uma análise interdisciplinar envolvendo, inclusive, o diálogo com outras ciências as quais a Geografia pode se apropriar de aprofundar aspectos importantes acerca dessa discussão. Desta forma, o uso dessa

categoria referenda o esforço em buscar apresentar uma leitura contextualizada e abrangente dela com a Geografia da População.

Trewartha[46] aponta para a necessidade, dentro do escopo da Geografia, de que o termo migração abranja a mobilidade populacional em todas as suas formas. De qualquer maneira, para ele é considerado migrante, sob uma perspectiva geográfica, o grupo que, devido a circunstâncias diversas, sai das fronteiras de sua terra de origem em direção a outros territórios. A população mundial, por razões ecológicas, econômicas, religiosas e/ou políticas, tem a mobilidade como uma de suas principais características. Ainda que a maioria dos indivíduos apresente uma preferência por se manter em uma mesma localidade, uma parcela considerável da população mundial tende a trocar o local de residência ou a se submeter a viagens periódicas ou não periódicas segundo Trewartha, comparar com exatidão a mobilidade populacional de todos os países do mundo é algo complexo.

Percebemos que a leitura de Trewartha sobre mobilidade, não tem necessariamente uma relação direta com as relações capitalistas de trabalho. Dessa maneira, podemos de certo forma entender que ao se tratar da Geografia da População este fenômeno, também, não foi acolhido dentro de uma dimensão crítica. Por isso que ao considerarmos a mobilidade como um fenômeno importante na dinâmica populacional, entendendo, inclusive, inseridos dentro das relações capitalistas de produção de força de trabalho. Nesse sentido, podemos também abordar os estudos populacionais na Geografia da População de forma crítica e atuante.

Defendemos o trabalho como condição do ser humano, independente do modo de produção dominante e das relações sociais, neste caso o trabalho é ontológico, e está explícito na relação existente ao longo da história entre homem e natureza. O homem por meio de sua relação com a natureza transforma ou a altera, ou seja, busca um modo de agir sobre ela. Para Marx o homem ao atuar ou transformar a natureza através de sua forma de trabalho, ao mesmo tempo em que a transforma também transforma a si mesmo.

A natureza é a essência de toda forma de organização social, o homem por meio da força de trabalho altera substancialmente a natureza, visando com isso atender suas necessidades. Para Lessa[47] qualquer forma de sociedade não se viabilizaria se não

---

[46] TREWARTHA, G. T. Mobilidade e migração In: TREWARTHA, G. T. **Geografia da população: padrão mundial**. Trad. Veneranda Barreto Hellmeister. São Paulo: Atlas, 1974.
[47] LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez. 2007.

houvesse a natureza para que o homem pudesse dela se dispor. Já que a natureza é fonte dos meios de manutenção da vida e também de sua produção. O trabalho se altera ao longo da história e é a forma como os homens se apropriam e transformam a natureza. Assim, a natureza sofre todo um processo de transformação vinculado à questão do trabalho, vale destacar que nosso foco é o trabalho humano, portanto, não entraremos na discussão de outras formas de transformação que ocorrem na natureza. Pois, o homem antes de realizar qualquer trabalho concebe o resultado bem como sua finalidade, desse modo o trabalho é um processo consciente. Neste sentido, o trabalho é um ato teleológico, já que se realiza primeiro na consciência na qual é projetada sua finalidade que são previamente determinadas pela sociedade.

Contudo, para que o trabalho tenha êxito, é necessário uma série de conhecimentos anteriormente adquiridos, pois esses possibilitaram a realização ou não de determinado trabalho. "No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida deste o princípio" (MARX, 1984 p.151).

No capitalismo, o trabalho é resultado da apropriação da força de trabalho, tornando-se algo estranho ao trabalhador, pois no capitalismo não é mais o trabalhador que decide vender, ou não, sua força de trabalho, nem o que produzir e para quê. Desse modo, a finalidade do trabalho não é escolha do trabalhador e muito menos determinada por ele, do mesmo modo que as relações com a natureza também se processam de forma diferente, uma vez que transformá-la, ou não, não está mais condicionada a sua necessidade de sobrevivência, mas a manutenção e reprodução do capital.

No capitalismo, o trabalho assume outras formas muito mais elaboradas e dissonantes das relações primitivas entre homem e natureza, tornando-se algo complexo e abstrato, envolvido por múltiplas determinações. A função primordial do trabalho é a produção e valorização do capital. Essa abordagem, breve, sobre a questão do trabalho no sistema capitalista foi no sentido de buscarmos compreender a mobilidade do trabalho. Entendemos que isso nos provoca a pensar sobre a natureza, da força de trabalho, e as formas de mobilização que a nosso ver são compostas pelos responsáveis em desempenhar as funções de trabalho mais precarizadas e insalubres, impostas pelo capital.

Gaudemar (1977) destaca que a mais-valia representa a diferença apropriada pelo capitalista, entre o valor de uso e o valor de troca da força de trabalho. Mas, também se

refere à natureza desta força de trabalho que se presta tanto ao uso extensivo quanto intensivo em prol da “qualidade”.

Para o professor Márcio Rocha a mobilidade é forçada, porque é vista a partir do sistema de produção capitalista e conduzida por uma lógica própria, na qual capital e trabalho se articulam, caracterizando uma forma de mobilidade da força de trabalho que é determinada pela luta de classes e pela exploração capitalista do trabalho. Deste modo, o sujeito é encarado como uma mercadoria a serviço do capitalismo e seu deslocamento é condicionado pelas ‘leis’ gerais da acumulação capitalista.

Assim, a mobilidade do trabalho está atrelada ao exercício de poder e pressão imposta pelo sistema capitalista, em relação à venda e exploração da força de trabalho. A mobilidade do trabalho, de certo modo, é reflexo de como o capitalismo controla o trabalho. Segundo Gaudemar (1977) a mobilidade do trabalho revela sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. Toda estratégia capitalista de mobilidade é ao mesmo tempo tática de mobilidade, forçada e ainda ressalta que os fenômenos da mobilidade do trabalho estão pautados na reestruturação industrial, na organização do território, na imigração, na mobilidade profissional e ainda na formação escolar. Enquanto os objetivos visados pelo governo e pelos patrões são: mobilizar a mão-de-obra, dinamizá-la e reconvertê-la.

Neste sentido, a força de trabalho se mobiliza a partir das exigências do capital. A mobilização da força de trabalho tem como objetivo os interesses do momento, ou seja, do capitalismo. Mas, é importante também que esta força de trabalho esteja disposta, ou melhor, esteja à disposição de se condicionar de acordo com as demandas do capital. Para Gaudemar (1977) a lógica é incentivar a mobilidade, tornando-se, assim um instrumento de condicionamento de mão-de-obra, adaptando-se às necessidades do mercado e também as exigências de deslocamentos espaciais.

> [...] a adaptação da mão-de-obra, as deslocações espaciais não são aqui os únicos em causa, mas, juntamente com eles, todos os modos de passagem da mão-de-obra disponível para as esferas de valorização do capital e todos os modos de intensificação e produtivização desta mão-de-obra (GAUDEMAR, 1977, p.21).

Dentre essa perspectiva, Gaudemar (1977) sintetiza quatro formas de mobilidade, que segundo ele são: o encorajamento dos movimentos migratórios que facilitam as expansões espaciais importantes para o desenvolvimento capitalista; o encorajamento do desenvolvimento das camadas mais móveis e o controle da imigração estrangeira; o

incremento da formação profissional; a intensificação de todo o trabalho, tanto industrial como terciário.

A mobilidade assentada sobre a formação ou aperfeiçoamento profissional, ou desenvolvimento escolar, a nosso ver também é uma forma de mobilidade importante e bastante presente, sobretudo, porque hoje em dia, para se manter em seus trabalhos, exige-se maiores habilidades, o que por um lado é ruim por condicionar à formação somente à necessidade do trabalho, mas por outro, pode oportunizar aos sujeitos um reconhecimento maior de suas potencialidades, assim como o próprio desvelamento do senso crítico, e talvez com isso, consigam vislumbrar outras possibilidades para além daquelas impostas pelo capital que muitas vezes é vista como a única possível.

Uma das formas mais cruéis da mobilidade do trabalho, considerado por nós, está relacionado à intensificação do trabalho, objetivando maior produtividade. Em uma de nossas entrevistas realizadas para essa tese, tivemos contato com um pós-graduando em nível de mestrado orientado pelo professor Dieter. Em conversa com ele sentimos que a mobilidade do trabalho associada a sua intensificação ainda é muito presente, e para nossa surpresa ou ignorância, esse jovem pesquisador se dirigiu a Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, dois municípios do sudoeste do Paraná, para estudar o trabalho realizado, sobretudo, por africanos na Brasil-Foods, uma das maiores empresas do ramo de alimentos do mundo. Nessa oportunidade, tivemos ciência de que o volume de imigrantes trabalhando nessa empresa é surpreendente, claro que esta é uma exigência do mercado, já que esta empresa exporta seus produtos para boa parte do mundo, e nos países predominantemente islâmicos, as aves só são consumidas se abatidas conforme os preceitos dessa religião, mas fora isso, existe as relações de trabalhos, essas sim repetitivas e precárias, fazem do imigrante um refém das péssimas condições de trabalho e pior, na maioria das vezes esses são invisíveis para a sociedade, mas o que importa é que o capitalismo continua lucrando.

Diante desses fatos e das argumentações tecidas até aqui não dá para não considerar que a mobilidade é algo importante para melhor entendermos e dinamizarmos os estudos de população na Geografia, esse campo do conhecimento abre um rol de formas de mobilidade que podem e estão sendo estudado, o que demonstra que questões como estas realmente precisam vir à tona.

Desse modo, destacamos que a mobilização para o trabalho, é possível porque no capitalismo o trabalhador é "livre" e assim sendo pode dispor de sua força de trabalho

enquanto mercadoria e por meio da venda de sua força de trabalho, o dinheiro se transforma em capital. E assim, ele sobrevive, pois sem dinheiro não há como manter a vida. Enfatizando que está liberdade está relacionada aos interesses do sistema capitalista, na realidade não existe liberdade alguma, já que as ambições capitalistas ditam as regras tanto fora quanto dentro do ambiente de trabalho.

> [...] a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor a sua vontade; o trabalhador é então considerado como ator da sua própria liberdade, considerado isto como liberdade positiva; já a liberdade negativa, o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre. A liberdade de trabalho encontra-se totalmente definida nesta dupla determinação: o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de vendê-la (GAUDEMAR, 1977 p.189-190).

Nisto resulta a mobilidade forçada do trabalho, que é um entre tantas outras formas de mobilidade. Assim à mobilidade da força de trabalho é introduzida, em primeiro lugar, como a condição de exercício da sua liberdade de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital (GAUDEMAR, 1977).

Atualmente, o mundo do trabalho não se resume mais ao chão da fábrica, o trabalho hoje ganhou uma conotação mais ampla, revelando-se complexo, dinâmico. Entender os mecanismos implícitos no processo de trabalho são tão fundamentais, quanto compreender o trabalho do próprio chão de fábrica, mas hoje o trabalho se realiza de formas tão variadas que se ficarmos restritos só as fábricas, de certo modo isto limitaria nossa visão sobre a magnitude desta categoria, especialmente, se atrelada à mobilidade. Logo porque os espaços da produção e o da reprodução estão interligados e um depende do outro, evidenciando-se o trabalho abstrato e sua expressão territorial explicitada cotidianamente nos movimento de mobilização dos trabalhadores.

Marx expõe as condições históricas que viabilizaram a produção da concepção materialista e dialética da história como o método científico capaz e explicar as transformações do século XIX. Viabiliza o reconhecimento das relações sociais e do Estado dos sistemas religiosos e jurídicos, à luz das condições de produção da vida material de sua época. A crítica da economia política é descrita como uma visão de conjunto sistemática de todo o complexo da ciência econômica, um desenvolvimento coerente das leis da produção burguesa e da troca burguesa. Aborda o método lógico e histórico a partir da primeira relação econômica com a qual nos deparamos no capitalismo:

a economia política começa com a mercadoria, com as trocas que a produzem. Deste modo, as discussões expressas até aqui sobre a mobilidade do trabalho pautado no materialismo histórico dialético, ajuda-nos a entender as relações entre homem e trabalho, inclusive, nos dias atuais, para muitos as concepções formuladas por Marx, foram superadas e não respondem mais os anseios capitalistas do século XXI. Nosso intuito nunca foi "transplantar" as ideias de Marx para o nosso momento histórico, mas por meio da categoria da dialética do trabalho e da mobilidade, buscar entender os desdobramentos desses processos quando pensamos a Geografia da População no século XXI, e percebemos que não podemos continuar abordando-a transvestida com as ideias e concepções do século passado e até retrasado.

A sociedade capitalista é uma sociedade dividida em classes, de um lado os opressores e do outro os oprimidos. Devendo haver uma luta entre esses lados, a luta de classes; a questão é que hoje em dia as pessoas não se reconhecem mais como classes, somos todos iguais, ao menos é essa impressão que muitas pessoas têm, apesar de uns serem milionários e outros miseráveis. Segundo Marx luta de classes e conflitos são inevitáveis numa sociedade capitalista, uma vez que os interesses dos capitalistas e dos trabalhadores são antagônicos. Assim, a luta de classes seria o motor que levaria a transformação social. Quando a desigualdade fosse suprimida e a riqueza produzida coletivamente, seria capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas, atingir-se-ia um novo estágio, denominado de comunismo. Marx concebia o comunismo como um desdobramento do socialismo, a ponto do Estado perder sua razão de ser. E acredita que a burguesia estava "cavando" sua própria derrocada que resultaria na vitória da classe trabalhadora. Bom, as teorias de Marx não se realizam a revolução proletária não ocorreu, não dá forma idealizada por ele, e o sistema capitalista se fortaleceu e diante desse cenário, as pessoas continuam produzindo suas vidas, ou planejando suas vidas, nascem, crescem, deslocam-se, indignam-se, alegram-se, revoltam-se, regozijam-se, enfim, morrem.

E, nesse sentido os estudos de mobilidade humana são percebidos de forma mais ativa no processo de submissão do trabalho ao capital, a partir do conceito de mais-valia, de modo que a migração leva em apreço as contradições do processo social. E, nessas decorrências, percebemos a complexidade e a influência da mobilidade humana. Sendo assim, a mobilidade humana poderia ser entendida como uma "chave interpretativa", que propicia um entendimento mais amplo do fenômeno de mobilidade, a partir das avaliações contidas nos estratos estudados (ROCHA, 1998).

Muitas pessoas encontram na mobilidade do trabalho uma possibilidade de sobrevivência que faz, por exemplo, com que as pessoas se desloquem do campo para a cidade, ou as pendulares, etc. Há ainda, por exemplo, como o conceito de mobilidade do consumo desenvolvido por Guizzo (2012), onde o motor do deslocamento está condicionado ao consumo no qual a mobilidade ocorre por conta da "necessidade" de consumir. Necessidade esta, muitas vezes manipulada e também condicionada aos interesses do capital e que Harvey (2006, p.154-155) nos leva a refletir:

> [...] ao restringir os trabalhadores à aceitação de certas concepções de estilo de vida, de hábitos de consumo e de desejo, os capitalistas podem garantir mais facilmente a obediência no âmbito do processo de trabalho, ao mesmo tempo em que capturam nichos de mercado distintivos e em proliferação para suas vendas. Surgem confrontos entre o modo como os trabalhadores fazem individual ou coletivamente suas escolhas de consumo e estilo de vida e a maneira como as forças capitalistas tentam capturar e orientar essas escolhas para o consumo racional em favor da acumulação continuada. Marx não submete a escrutínio esses conflitos, mas há dificuldades particulares para integrá-los a seu corpo teórico. Está claro que o processo é marcado por uma extraordinária heterogeneidade, ao mesmo tempo em que acossado pela instabilidade. Por exemplo, podem ser criadas comunidades inteiras de estilos de vida (como as moldadas pelas classes trabalhadoras em ambientes industriais ou por tradições culturais marcadas pela especificidade) no âmbito da circulação do capital variável apenas para ser dissolvidas (mesmo que isso encontre considerável resistência) pelos mesmos processos que levaram à sua formação inicial.

Os estudos de mobilidade têm sido recorrentes nos estudos de âmbito geográfico, esta temática prende a atenção dos geógrafos e outros pesquisadores há um bom tempo. Nos estudos populacionais a compreensão da natureza, causas e intensidade dos deslocamentos tem proporcionado um amplo campo de estudos na Geografia.

> O estudo do habitat, isto é, das condições de estabelecimento dos grupos humanos na superfície terrestre e de sua estabilidade, constitui um dos capítulos principais da geografia humana. Constitui mesmo o capítulo central para todos aqueles que se empenham em descrever, antes qualquer outra coisa, a paisagem humana. Mesmo sem ir muito longe, deve-se admitir a permanência do habitat com a expressão completa do arraigamento dos homens. A permanência corresponde a uma espécie de cristalização do complexo geográfico, e isto é verdadeiro tanto para o habitat rural como para o habitat urbano. [...] quando um grupo está perfeitamente arraigado ao solo, quando não apenas os recursos do meio estão em equilíbrio atual com suas necessidades, mas seus recursos potenciais equiparam-se ao crescimento demográfico, se nenhum evento exterior intervém não há razão alguma para que seus membros abandonem o convívio grupal. [...] quando o equilíbrio entre os recursos de uma comunidade e suas necessidades é rompido, ou mesmo quando ameaça romper-se, essa comunidade pode ser abandonada por uma parcela, algumas vezes pela maioria de seus membros, que parte para

> agregar-se a outro habitat ou fundar um novo. O habitat original é, algumas vezes, totalmente abandonado. As migrações tem caráter definitivo. A mobilidade, que se manifestou sob pressão das necessidades, desaparece com a constituição do novo habitat, podendo ressurgir se este novo habitat não atender às esperanças dos migrantes (SORRE, 1984, 130-131).

Os estudos populacionais desenvolvidos na Geografia devem se diferenciar da Demografia, sobretudo, por sua perspectiva de análise, enfatizar na espacialização dos fenômenos. Dessa forma, não é difícil entender porque os estudos migratórios ganharam repercussão na Geografia. Neste sentido a Geografia da População aborda as diferentes concepções de mobilidade populacional, como a pendular, sazonal, temporária, entre outras. Porém, a abordagem deste tema levou certo tempo para ocupar lugar de destaque nos estudos populacionais. Como lembra o professor Márcio Rocha:

> Antes do século XIX, os estudos sobre a mobilidade dos homens se apresentam de forma fragmentada, ligados fundamentalmente à descoberta do mundo e sua orientação, as análises de mobilidade, nesta fase, podem ser classificadas como etnológicas. Durante a antiguidade e idade média, os indicadores apreendidos nas viagens marítimas e terrestres são incompletos e apresentam incoerências. Durante o séc. XVII e, sobretudo XVIII, aparecem os primeiros estudos sobre a relação existente entre o meio e a sociedade. As reflexões filosóficas, um repensar do mundo e o triunfo do liberalismo frente à igreja, a revolução tecnológica e a revolução social, marcam este período com importantes reflexões sobre a sociedade e a economia. Podemos citar alguns expoentes que contribuíram efetivamente com a construção de uma geografia científica e abriram espaço para a formulação de uma geografia humana. Pensadores como Varenius, Barão de Montesquieu, Kant prepararam o terreno para o que posteriormente constituir-se-ia a geografia humana. Durante o segundo período que cobre a primeira metade do século XX, os estudos de mobilidade populacional se desenvolvem porque se apoiam sobre uma informação numérica mais abundante e confiável, graças aos recenseamentos empreendidos pelas nações mais avançadas, tornando-se um tema bem estudado pelos geógrafos preocupados com os fatos humanos. Este desenvolvimento se notabiliza em dois países que vão ter um importante papel no desenvolvimento da geografia moderna, a Alemanha e a França (ROCHA, 1998, p.18-19).

Os estudos de mobilidade e mobilização são importantes para o desenvolvimento dos estudos populacionais da Geografia. Entre os teóricos que se dedicaram a estudar a população à luz da Geografia, devemos a Pierre George (1966-1971-1974-1979) e suas contribuições o aperfeiçoamento da Geografia da População, seus estudos são importantes para entendermos, inclusive, os estudos de mobilidade e a própria "evolução" da Geografia da População, bem como da própria humanidade.

Pierre George apresentou hipóteses sobre as possíveis causa dos deslocamentos populacionais, que muitas vezes eram motivadas por questões de sobrevivência, como fugas das guerras. Abordou, também, a questão dos recenseamentos, como fundamento para os estudos de mobilidade. Para ele, os estudos populacionais são desenvolvidos a partir da relação entre a quantidade de pessoas e o tamanho o território. Deste modo, George colaborou para a difusão dos estudos de mobilidade, ao passo que incorporou em seus estudos algumas dimensões desse fenômeno. Sua base marxista contribuiu para sobrepujar as análises descritivas e acríticas fortemente presentes nos estudos populacionais na Geografia.

Os geógrafos por um bom tempo se ocuparam em estudar as questões relacionadas à saída do homem do campo para a cidade, o fenômeno da urbanização, as migrações, as questões de gênero, porém, há um vasto campo de estudos populacionais a serem perscrutados pelos geógrafos e os estudos de mobilidade se apresentam como uma possibilidade, intrigante e importante para fortalecer e fomentar os debates em prol dos estudos de população na Geografia.

Se a intenção é potencializar a Geografia da População, tornando um campo mais atrativo para os geógrafos e também para os professores de Geografia, acreditamos que o caminho mais interessante parece-nos que é lançar uma crítica sobre a condição dos estudos de população abordados pela Geografia da População na atualidade, pautados em concepções neopositivistas e neomalthusianas, perdendo com isso a dimensão da criticidade e da espacialidade como produto da ação humana sobre o espaço geográfico. Defendemos que um dos meios para superar alguns dos limites presentes nos estudos de população, é a apropriação da categoria da dialética e do materialismo histórico, já que essa opção metodológica não implica na mera negação dos questionamentos dos desafios teórico-metodológicos existentes na Geografia da População, mas pelo contrário, proporciona um esforço no sentido de promover como afirma Harvey (1992) uma renovação do materialismo histórico-geográfico que pode impulsionar a adesão a uma nova variante aos estudos de população que estão acoplados a Geografia da População.

Promovendo um entendimento que para os estudos de população as dimensões do espaço e do tempo são proeminentes, e que é preciso trazer à tona esses debates como: a relação homem e meio na atualidade, o discurso da sustentabilidade, a questão dos impactos ao planeta, o envelhecimento da população, as questões previdenciárias, as políticas populacionais, a mundialização da economia, os fluxo e refluxos de pessoas, o

reconhecimento das fronteiras, entre outras. Convergindo em prol de uma Geografia da População aberta e dialética que precisa ser vista, estudada e compreendida em suas múltiplas determinações.

Verificamos a importância dos estudos de mobilidade e mobilização como um viés relevante para entender a dinâmica demográfica pelo prisma da Geografia, delineando as possíveis contribuições que os estudos de população podem agregar ao desenvolvimento da Geografia de forma geral. Não se aspira com isso, advogar em prol da Geografia da População, mas perceber as diferentes nuances que esse tema recebe e vem recebendo da Geografia, ao se tratar da população. Dessa forma percorrendo brevemente os diferentes campos do conhecimento que são e estão sendo "diluída", a questão populacional, como a dimensão dos estudos de migração, da urbana, de mobilidade, entre outros, podemos perceber o movimento dessa área e quanto ela ainda tem e pode contribuir. O que de certo modo parece estar fragmentado está a nosso ver agregado tendo como elo de unidade a questão populacional.

Por fim, gostaríamos de salientar a importância do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização (NEMO) [48] que também é um espaço importante no processo de formação e fortalecimento da Geografia da População. No NEMO temos a possibilidade de conversar, de pesquisar com diversos pesquisadores. As experiências resultantes dessas trocas visam não só o fortalecimento das pesquisas, mas também uma formação pessoal, mais comprometida com as demandas da sociedade. Desse modo, caracteriza-se como um espaço de aperfeiçoamento, de estudo, uma vez que ele representa a união de pessoas que possuem afinidades com as questões de mobilidade, mas, sobretudo interdisciplinar o que traz um enriquecimento para todos os membros do núcleo, o NEMO é acima de tudo um espaço de resistência, formado por pesquisadores empenhados com a transformação social.

4.5 A Geografia da População e a produção do conhecimento científico

[48] NEMO – Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização é um grupo de pesquisa de cunho interdisciplinar que se fundamenta nos estudos de mobilidade humana a partir da produção do espaço. Os estudos populacionais; as políticas públicas; as redes urbanas e o mundo do trabalho são as linhas básicas de ação dos pesquisadores envolvidos no grupo. O grupo orienta as discussões dos pesquisadores de iniciação científica e de mestrado, doutorado, bem como profissionais da educação que trabalhem em consonância com as linhas do grupo. O grupo até o momento tem desenvolvido suas atividades vinculadas ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá -UEM e vem tendo apoio também da Pró- Reitoria de Pós-graduação – PPG-UEM. Este grupo faz parte do 5º Diretório de Pesquisa do CNPq.

Abordar as questões políticas e de poder presentes na produção do conhecimento científico exige uma análise acurada acerca dessas questões, contudo, essas questões não estão claramente expostas e divulgadas, essas relações ocorrem de forma sutil mascarando muitas vezes os reais interesses presentes na produção de determinado conhecimento. A academia está repleta dessas intencionalidades, desde ações consideradas corriqueiras como a construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) até as discussões de planos de ensino. O problema acentua-se quando não se reconhece as intencionalidades ou as naturaliza. Acreditamos que um bom antídoto ao processo de alienação seja realmente admitir ou reconhecer que ciência pretende-se construir e para que, e com isso assumir as consequências e riscos dessas escolhas e isto serve, inclusive para a Geografia.

Partindo do pressuposto, anteriormente, apresentado podemos indagar: qual a relação da Geografia da População com isso tudo? Ao adentrar neste âmbito é importante discutir se nos estudos populacionais ocorre à separação entre os fenômenos e sua essência, e, ainda, há uma investigação sobre sua coerência interna, e a partir dessas indagações como a Geografia aborda este tema, por qual viés, e com qual intencionalidade? Diante dessas inquirições, não queremos apresentar ideias especulativas que pouco ou nada contribuiriam para o entendimento da questão, mas sinalizar possíveis respostas.

A população assim como muitos outros temas que se enquadram na denominada Geografia humana apresenta um caráter singular, e na medida em que avançamos para o esclarecimento do objeto desta tese, verificamos que a Geografia da População sofreu uma grande influência da Demografia ao abordar os estudos populacionais, e sendo assim muitas questões afetas a população na Geografia foi tratada superficialmente, não queremos com isso criticar a Demografia, e atribuir a ela todos os limites e fragilidades da Geografia da População, mas entender a Geografia e com ela as questões populacionais que a priori estiveram essencialmente ligadas aos estudos realizados pelos demógrafos.

Para o professor Guidugli (1990) a "Demografia é uma ciência útil e com um amplo público fora de sua sociedade interna, e ele defende que a Geografia, assim como a Demografia deveria considerar as possibilidades de trilhar caminhos parecidos" (GUIDUGLI, 1990). Contudo, este forte vínculo com a Demografia fez com que a Geografia não avançasse muito nos estudos populacionais para além da "aparência", isto é, seus estudos de certo modo estavam muito focados em análises abstratas e descolados do movimento da história. Assim, os estudos populacionais foram gradativamente perdendo

espaço dentro da Geografia, sobretudo, pela falta de criticidade e domínio teórico e metodológico dos geógrafos pesquisadores no trato das questões populacionais.

Muitos dos estudos realizados sobre o rótulo de Geografia da População apresentam-se apolíticos, “naturalizantes”, o que de certa forma permitiu que se camuflasse a real importância dos estudos populacionais na Geografia; não só se camuflasse, mas também não se identificasse a relevância deste estudo. Estas análises geralmente foram tecidas levando-se em conta uma abordagem genérica dos estudos de população na Geografia. É importante ressaltar que o que estamos tratando neste momento são os aspectos predominantes; o que não significa dizer que não houve em determinados momentos um maior envolvimento da Geografia com os estudos de população, como foi explicitado nesta tese, da mesma forma que houve momentos de “desapego” geográfico aos estudos populacionais como da própria Geografia da População. Por exemplo, com o limiar do movimento da denominada Geografia crítica onde às análises populacionais sofreram um processo de metamorfose que redundou numa espécie de “espraiamento” dos estudos de população dentro da ciência geográfica, ao passo que outras áreas geográficas passaram a ganhar maior projeção, dirimindo a importância e área de ocupação da Geografia da População na ciência geográfica.

Por isso, a constatação de que a produção científica atende aos interesses políticos e econômicos de cada contexto histórico. E isto se confirma ao avaliarmos, por exemplo, o período de auge da Geografia teorética quantitativa que favoreceu o florescimento dos estudos populacionais, sobretudo, pela presença marcante dos institutos que atribuíram aos estudos de população, um aspecto quantitativo e com grande repercussão tanto nacional quanto internacional. Não obstante, essas sinalizações são somente no sentido de perceber que as mudanças na produção científica bem como seu valor são mais compreendidas se postas à luz do tempo histórico.

Os estudos populacionais, assim como a Geografia da População são exemplos interessantes de como o processo de produção científica na academia sofre ou são influenciados com os processos políticos, econômicos e de poder existentes.

Para Kosik (2002) a produção do conhecimento se realiza quando ocorre a separação do fenômeno e da essência, do que é secundário e do que é essencial, pois através da separação se pode mostrar a coesão desse conhecimento, e com isso, o caráter específico da coisa. Para ele a decomposição do todo é o elemento constitutivo do conhecimento, sem decomposição não há conhecimento. E esse processo de conhecimento

esta condicionado de certo modo às necessidades e interesses iminentes da cada contexto socialmente produzido.

Nesse sentido, a discussão por ora apresentada pretende trazer para o diálogo não só a questão dos interesses existentes na produção científica, mas também aprofundar o debate sobre população na Geografia, um tema importante que vem passando por transformações significativas dentro da Geografia. Mas, que por motivos políticos, econômicos, sociais e até culturais não vem recebendo muita atenção por parte dos geógrafos. Tratar das questões populacionais é um desafio e aliá-la à Geografia não simplifica em nada esta análise, já que se refere a um tema que abriga uma complexidade de fenômenos e ao mesmo tempo é muito amplo o que dificilmente pode ser descrito ou explicado com poucas palavras. Desta forma, ao escolhermos enveredar pela história da Geografia para atingir nosso objetivo, deparamo-nos com outra tarefa que é a de entender a organização e “valores” dos saberes dentro desta área de conhecimento (Geografia), e no nosso caso com ênfase para a Geografia da População.

Como sabemos os anos de 1950 marcou um período importante para a Geografia acadêmica e mais especificadamente para a Geografia da População, sobretudo pela influência de geógrafos franceses de formação marxista que promoveram por meio de seus estudos um processo de renovação, como “resgaste” do conceito de gênero de vida de Vidal de la Blache.

> A noção de gênero de vida é extremamente rica, pois abrange a maior parte, senão a totalidade, das atividades do grupo humano. É preciso atingir um grau de cultura bastante avançado para que os indivíduos se libertem da tirania do costume. Esses elementos materiais e espirituais são técnicas transmitidas pela tradição, mediante as quais os homens asseguram domínio sobre a natureza. Técnicas de obtenção de energia, técnicas de produção de matérias-primas, de utensílios; elas são sempre produtos da arte, técnicas, e também, assim, as instituições que mantêm a coesão do grupo, assegurando-lhes a perenidade. Criações do gênio humano: a pressão do meio físico estimula, orienta esse gênio, mas é preciso ter sempre em mente sua força criadora (SORRE, 1984, p.100).

Neste período ganha destaque os trabalhos de Max Sorre e Pierre George, considerado um continuador dos trabalhos de Sorre. George ocupou um lugar importante na produção científica de sua época, suas análises não só acionaram conceitos clássicos da Geografia como introduziu discussões consonantes aos sistemas econômico-sociais, e por meios deles interpretou a realidade econômica do mundo tecendo análises acerca do desenvolvimento econômico dos países, diferenciando-os. Ao estudar a Geografia de cada

país, não a fez apenas com os dados econômicos mais também naturais, elegendo a história como um método para entender a relação dos homens com o meio natural.

> Os anos 50 marca uma transformação no desenvolvimento da geografia da população. A primeira obra de geografia geral consagrada à geografia da população aparece em 1951. É a partir de 1956 que a bibliografia geográfica internacional consagra uma rubrica especial a este ramo da geografia. A partir daí se torna mais frequente esta disciplina no ensino universitário de vários países. A pesquisa neste período aumenta, chegando a representar 10% dos títulos de geografia geral. De 1962 a 1972 a proporção dos artigos sobre população passa de 5% a 12% nos grandes periódicos de geografia nos EUA. Observa-se, também, um importante aumento das publicações de comunicações que tratam de geografia da população nos congressos de geografia. Observa-se uma grande diferença do período precedente e isso se deve basicamente pela abundância de informações, colocadas à disposição dos geógrafos pelos serviços de estatística de diversos países e pela facilidade relativa de sua exploração (ROCHA, 1998, p 21-22).

A partir do advento da Geografia crítica o homem passa a ser estudado através de suas condições econômicas e sociais. E com isso é possível entender historicamente como os homens vivem e suas forma de manutenção de vida. P. George contribui significativamente com o que se convencionou a ser denominada Geografia Ativa, ao estudarmos as obras de George se nota que há uma mescla em seus estudos entre a herança da Geografia clássica de La Blache com os postulados marxistas, no pensamento de Pierre George encontramos possibilidade de avanços no que se refere aos estudos populacionais, especialmente, pelo o que ele representou para a Geografia da População, ao realizar análises para além das concepções malthusianas.

No entanto, a questão que ora se coloca é como um corpo de conhecimento como o que compõe a Geografia da População se mantém no cenário de produção científica atual? Cientes de que esta área vem perdendo espaço dentro da produção científica atual, por todas as críticas e questões por nós apontadas ao longo deste trabalho. Sendo a universidade um espaço também de disputas e os intelectuais não serem sujeitos neutros, toda pretensão de manutenção de determinada área ou disciplina tem uma origem histórica de como está organicamente estruturada a ordem social. Desta forma, entendemos que o conhecimento intelectual está ideologicamente situado.

Tais questionamentos vão ao sentido de perscrutar qual o sentido ou valor destinado à Geografia da População, principalmente, no que diz respeito à pesquisa nesta área. Tendo em vista que a produção científica bem como sua divulgação requer na maior parte das vezes, a união de profissionais em torno de determinadas problemáticas. Porém, devido ao

caráter mercadológico da ciência o que vemos é que a produção científica, ou o interesse por uma ou outra área tem sido transitório. Uma vez que a dinâmica exigida de um ambiente científico é que este abra espaço para a modernização de algumas disciplinas, tidas como ultrapassadas ou desnecessárias, o erro recorre quando se mudam os rótulos, mas as interpretações continuam as mesmas. Neste sentido Souza Santos diz que: "criam-se novas disciplinas para resolver os problemas produzidos pelas antigas e por essa via reproduz-se o mesmo modelo de cientificidade" (SOUZA SANTOS, 2010, p.75).

Ao longo da história da Geografia foi possível perceber que os estudos de população sempre estiveram presentes, ora com mais ênfase ora com menos, porém, foram poucos os momentos encontrados onde foi possível identificar uma contribuição acerca das questões populacionais genuinamente geográficas, talvez uma possível resposta para esta situação esteja na própria fragmentação do conhecimento, às análises microscópicas dos fenômenos populacionais acabam por reduzir o campo de investigação, e outra hipótese é a dificuldade da Geografia de trabalhar de forma interdisciplinar. Ao se referir a análises genuinamente geográficas, esta observação está vinculada à ideia de interdisciplinaridade na qual o trabalho intelectual dependeria da existência de pessoas formadas em áreas específicas e que, em determinados momentos buscam formas de cooperação entre si e entre as áreas, já que as universidades atuais se configuram como um espaço múltiplo, diverso, e para que a interdisciplinaridade ocorra é importante que haja espaço para a aceitação das diferenças e do pluralismo de ideias e valores.

Mas, como as relações de produção estão imbricadas com as relações de poder não há como desconsiderar o fato da necessidade de certa defesa "ideológica" por parte dos estudiosos dos temas, como investigamos para que a pesquisa e o ensino em Geografia da população se mantenham, em alguns momentos é necessário fazer uso de atitudes militantes, acreditamos inclusive que isso tenha sido um meio utilizado para que esta área não desaparecesse completamente.

Os cursos de pós-graduação strictu sensu no Brasil oferece um interessante panorama sobre o assunto, bastam verificar as linhas de pesquisa, os grupos de pesquisas e de trabalho formados e consolidados na atualidade e percebemos que o lugar destinado aos estudos de população na Geografia é irrisório se comparados com outras áreas, o que reforça a tese de que a Geografia da População não é uma área de atração de geógrafos pesquisadores. E, não é uma área atrativa talvez pelo aspecto de "abstração" da população introjetados nesses estudos pela Geografia, sobretudo pela herança existente entre a

Geografia da População e a Geografia clássica, e a não superação desta situação que permanece em muitos estudos populacionais de geógrafos; ou ainda pela falta de formação que capacite os geógrafos a abordarem os estudos populacionais à luz das contradições existentes e situando o sujeito como um ser histórico que necessita viver socialmente, e com isso dando materialidade ao fenômeno populacional, as ações humanas, sobretudo, em suas várias formas de mobilidade.

Nosso intento, não é tecer considerações empolgadas acerca da população e nem supervalorizá-la, mas propor uma reflexão: será que na pesquisa em Geografia na atualidade não há um esforço coletivo em abordar questões que dizem respeito ou atendam à lógica perversa do capitalismo em detrimento de estudos que promovam um maior reconhecimento e entendimento das questões ligadas, por exemplo, a ontologia do ser humano? Senão, por que questões ligadas aos fenômenos populacionais parecem não ser importantes aos olhos de boa parte dos pesquisadores da ciência geográfica, em especial, quando retiramos destas análises os estudos de migração. E mais, será que essas indagações são legítimas?

Diante de tantas elucubrações vem à tese de que a história nos oferece condições legítimas de avaliar a produção de conhecimento e nos “presenteia” com a possibilidade de superar alguns ranços que acompanham o desenvolvimento científico e que promovem uma espécie de engessamento tanto do pesquisador quanto de seu universo de pesquisa.

Mas, como superar este processo de “alienação”? O que compete à ciência na atualidade? O positivismo, a grosso modo, já foi repelido da pesquisa, mas suas permanências estão aí para todos verem. A impressão que se tem é que muitas vezes estamos marcando passo, pois em pleno século XXI a compartimentação dos saberes é imperante e para aquilo que não há interesse de investigação o senso comum é suficiente, e isto é notável nos estudos de população onde muitas análises são desprovidas de senso crítico que redundam muitas vezes na divulgação de dados estéreis que pouco ou nada contribuem para o avanço na pesquisa em população, ao menos no que tange à ciência geográfica.

Se a Geografia da População se tornou hoje, pouco relevante para a pesquisa científica, talvez seja porque se deixou de lado a ação social e se esqueceram de que a essência da sociedade é política. O processo de despolitização presente nos estudos populacionais redunda de uma leitura mercadológica sobre ciência, na qual, as relações sociais são reguladas pelo mecanismo de oferta e procura. Aristóteles lembra de que a

ciência política determina quais são as ciências indispensáveis ao Estado, bem como o que compete a cada uma, a partir de tais constatações podemos prescindir que produzir ciência é uma ação política e que se expressa por meio de relações de poder que manifestam na universidade e na sociedade.

4.6 Produção de conhecimentos, uma necessidade real?

A produção do conhecimento científico está atrelada a questões de diferentes âmbitos, sobretudo, políticos e econômicos. As relações políticas e econômicas existentes na produção científica interferem diretamente no modo como as pessoas concebem ou passam a conceber a importância de determinado ramo do conhecimento científico e também no valor atribuído e destinado para o desenvolvimento da pesquisa científica nas diversas áreas. Essas relações políticas estão de certo modo vinculadas às relações de poder que se processam inclusive no meio acadêmico. Tanto as manifestações políticas quanto as de poder expressam as motivações e intenções de determinados e/ou diferentes grupos, cada qual inseridos em seu contexto histórico, ou seja, dos sujeitos e suas relações com a sociedade historicamente construída. Sobre isso Foucault alerta para:

> [...] não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centro de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um primeiro efeito de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder, simultaneamente, ou pelo fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (FOUCAULT, 2011, p.183-184).

Tanto as relações de poder quanto a produção científica não são desprovidas de interesses, porém, esta constatação vai além da busca por culpados, já que isto acabaria por reduzir ou empobrecer o universo de produção científica. Torna-se importante compreender que a ciência não está isolada do mundo e os fenômenos sociais não podem ser explicados por leis naturais. A especulação científica parte de sujeitos humanos, como tentativa de conhecimento da verdade, numa relação com a totalidade dos aspectos sociais e históricos. No mundo moderno a produção científica está cada vez mais atrelada a disponibilidade de recursos financeiros, uma vez que com parcos recursos e falta de estrutura dificilmente se produzirá ciência ou conseguirá dar prosseguimento aos projetos, sobretudo, se considerar que produzir ciência ou conhecimento exige tempo, disposição, condições financeiras entre outros elementos. Algumas áreas requerem mais recursos financeiros do que outras, como os setores voltados para o desenvolvimento tecnológico, ou as áreas que dependem da aquisição de materiais para experimentos, um rápido exemplo são os investimentos necessários para os estudos sobre buraco negro[49], investigados pela Física. Porém, independente da área, produzir ciência é algo que exige não só esforço intelectual do pesquisador, mas condições materiais para que as pesquisas/projetos se realizem.

Há algumas áreas que ocupam um lugar de maior destaque na produção científica, seja pelos resultados que delas se esperam, como as pesquisas nas áreas de saúde, ou dos interesses existentes, o que comumente se percebe é que as pesquisas em ciências humanas não ocupam um espaço de destaque na produção científica como um todo, para isto basta ponderar o volume de recursos destinados as pesquisa nessa área. Portanto, o desprestígio das ciências humanas remonta ao um processo histórico vinculado à concepção de ciência moderna, tema este, inclusive que já fora abordado anteriormente. Contudo, isto não significa que as pesquisas nesta área não são de qualidade, mas sim que as produções científicas desta área não são de grande interesse, especialmente, para os órgãos financiadores de pesquisa se comparadas com outras áreas em que o volume de recursos são maiores.

---

[49]Maior acelerador de partículas do mundo, o LHC – Large Hadron Collider ou em português, grande colisor de hadrões, orçado em 4 (quatro) bilhões de euros, é a maior máquina o planeta, com um perímetro de 27Km de extensão e com um total de 9300 magnetos supercondutores no seu interior. Segundo muitos esta é a máquina do juízo final. Trabalham nesta pesquisa pesquisadores brasileiros. Para maiores informações acesse: http://obviousmag.or/archives/2008/08/lhc_a_maquina_do_fim_do_mundo.

> [...] as ciências sociais aplicadas, ciências humanas e linguísticas, letras e artes não são contempladas como áreas estratégicas relevantes para o desenvolvimento industrial e científico-tecnológico do Brasil. No entanto, não se busca afirmar que elas não sejam importantes para a compreensão da dinâmica regional, histórica, econômica e social; reconhecemos o papel dessas áreas (CHIARINI & VIEIRA, 2012, p.126).

Olhar a produção científica pelo âmbito das relações políticas e de poder, exige que se considere que toda ou qualquer produção de conhecimento está em consonante com os interesses do momento historicamente construído. A história nos revela que por muito tempo o domínio da ciência era privilégio de poucos, quando não, um fator de distinção de classes, todavia, pelo distanciamento existente entre os produtores de conhecimento e o restante da população, ou seja, a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, atende a lógica funcionalista do capitalismo, e possui um caráter ideológico de manutenção da dominação. Para Gramsci (1968) a população sente ou sabe, mas nem sempre consegue compreender, já o intelectual sabe, mas nem sempre compreende e sente. Desta forma o produto do trabalho intelectual deveria ser o elo no qual as pessoas se uniriam em prol de mudanças, porém, isto não é fácil, uma vez que para isso os intelectuais deveriam se opor contra a dominação e vislumbrar alternativas de superação coletiva, ou seja, assumir a condição de trabalhador orgânico. Neste sentido o primeiro passo seria buscar construir novas perspectivas para a sociedade.

Para isso é importante destacar como e de que forma a produção do conhecimento ocorre, uma vez que este processo é resultado da inter-relação entre o sujeito e o objeto que pode ser conhecido. A priori, a produção do conhecimento ocorre pela troca entre a intencionalidade do sujeito sobre determinado objeto ou fenômeno, porém, esta troca não ocorre de forma mecânica, mas ela é reflexo das condições econômicas e políticas existentes, não há produção científica despretensiosa, pelo contrário, a produção da ciência é impregnada de interesses e intencionalidade o que ocorre muitas vezes é que essas relações não são aparentes.

As pesquisas em ciências humanas normalmente visam contribuir para aprofundar o debate acerca de alguns temas promovendo sua transformação ou até sua manutenção, contudo, esta produção também fica restrita há um grupo de pessoas que por questões de afinidades, interesses ou curiosidade acabam se interessando pelo tema, o qual para a maior parte da população torna-se sem sentido, pois está distante da realidade que o cerca, ou ainda é desconhecido, seja pela linguagem adotada ou pela forma de divulgação que restringe e limita a publicação e conhecimento do tema. Então não há como afirmar que a

ciência se popularizou, uma vez que boa parte da população vive alheia aos conhecimentos produzidos nas universidades e em outros ambientes de produção científica.

Com o passar dos anos a democratização do conhecimento e o acesso ao ensino superior se tornou algo defendido por todos, mas isso não significa que a produção científica e o acesso à universidade deixaram de ser privilégio. A universidade como espaço “democrático” de produção de conhecimento ainda enfrenta na contemporaneidade mazelas decorrentes de sua formação histórica, um exemplo de uma das muitas mazelas é o modo como ocorre o ingresso no ensino superior público. A forma de ingresso é apenas um exemplo de como a democratização do ensino superior é algo ainda a ser conquistado. Contudo, para uma análise mais aprofundada sobre esta questão seria necessário uma reflexão acerca de toda a educação escolar, melhor sobre a educação no país[50] e não somente da universidade em si.

Além dos ideais de democratização e triagem dos mais aptos à universidade cumpriria outra função, a de racionalização da sociedade. A educação universitária permitiria abolir as diferenças entre o culto e o inculto, entre o saber científico e o saber comum. Ela proporcionaria, enfim, a chegada do terceiro estado defendido por Comte de ”evolução positivista da sociedade, o da ciência”.

A busca pela universidade em termos gerais parece que se dá prioritariamente em função da necessidade de titulação para ingresso no mercado de trabalho e não necessariamente pela busca da competência científica (ANDRIOLI, 2010). Por mais que se tente negar a universidade também se organiza a partir das demandas do capital, e isso de certa forma explica o fato de que a formação humanística, no mundo contemporâneo acaba por exercer papel secundário se comparada com a crescente valoração das áreas de tecnologia e da informação, da saúde.

Essa condição está associada à lógica imperante da sociedade ocidental capitalista, pois é necessária a distinção de classes entre os que consomem e os que produzem conhecimento, os que vendem sua força de trabalho e os que lucram com a exploração do trabalhador, enfim entre os que sabem e os que obedecem. Portanto, essas relações de

---

[50] Melhorar a qualidade da educação básica é um dos fatores necessários para maximizar a qualidade e a quantidade científica do País e um dos pilares do novo Plano Nacional de Educação elaborado pelo ministro Fernando Haddad para o período 2011-2020. O ministro optou por aumentar as atribuições da Capes para que a entidade também trabalhe a melhora nas primeiras camadas educacionais do País. A Capes agora é focada na formação de cientistas e também na de professores, para a qual se criaram duas diretorias só para atacar esse problema. O objetivo é recuperar o estímulo dos docentes para a educação básica através de projetos nas universidades, junto aos futuros professores (Notícia divulgada na Revista Carta Capital em 18 de maio de 2011, disponível em www.cartacapital.com.br/carta, acesso em 14 de janeiro de 2013).

poder estão atreladas não só ao capitalismo, mas a concepção positivista de ciência. Na qual as ciências humanas poderiam desmistificá-las, por isso talvez não sejam valorizadas já que poderiam promover a transformação da estrutura vigente e quiçá romper com o ciclo de manutenção e opressão instituído pelo capital.

A produção científica se situada no contexto histórico passa a ser entendida como um processo dinâmico e complexo, esse movimento permite que a compreensão de determinado objeto ocorra em sua totalidade, revelando não somente suas peculiaridades, mas também sua importância. No capitalismo a produção científica também é mercadoria e sendo mercadoria precisa ser útil ou que ao menos atenda aos interesses do momento, desta forma a produção científica não se justifica por ela mesma, mas pelo o que ela pode oferecer.

Como em um mercado, os pesquisadores "vendem" seus produtos como publicações e trabalhos científicos, e são "pagos" em termos de prestígio e influência acadêmica. Como no mercado, a racionalidade individual leva o cientista a trabalhar nos temas que lhe sejam mais “preciosos”, quer dizer, que lhes possam dar maior prestígio e reconhecimento. Ele busca benefícios comparativos, em termos de sua formação prévia e sua capacidade intelectual. Se caso, não tenha êxito na escolha de sua área de investigação, certamente será excluído do mercado pela competição. Assim, o império da ciência estimula a racionalidade individual, e, ao fazê-lo, incita a ciência como um todo.

> O resultado agregado de tantas decisões individuais não é o caos, mas coerência: a comunidade científica se organiza segundo os princípios de "autocoordenação por ajustes mútuos", e "disciplina sob autoridade mútua". Essa comunidade desenvolve, pelas leis do mercado, um conjunto de noções a respeito do que é importante e do que não é, que padrões de comportamento são aceitáveis e quais não o são, e quais são os problemas que merecem ser estudados. Em termos mais atuais, ela desenvolve um paradigma comum de trabalho (SCHWARTZMAN, 2008, p.31).

A visão mercadológica presente na ciência moderna relegou às ciências humanas um espaço espinhoso neste universo, em nível de “subjetividade” e complexidade presente nos seus estudos, faz com que as pesquisas em ciências humanas não tenham um lugar de destaque na produção científica moderna.

> Se as ciências humanas se tornaram hoje socialmente pouco relevantes ou insignificantes, talvez seja porque deixaram de lado a interrogação sobre o agir social e se esqueceram de que a essência das sociedades é política, assim como o a do homem consiste em seu um *“zoôn politikôn”* (Aristóteles e Marx); não é um indivíduo vivendo numa sociedade, mas um “animal político”, um ser por essência coletivo e social. A crise, o

> declínio ou eclipse dessas disciplinas coincide com seu processo de despolitização, iniciado a partir do momento em que as sociedades mais avançadas e democráticas começaram a não mais pôr em questão a seguinte verdade praticamente aceita por todos sem discussão: doravante, o mercado é a instituição prototípica, pois é ele que assegura uma função de alocação dos bens entre os agentes a fim de tornar compatíveis ofertas e demandas a priori disparatada; ademais constitui o único e melhor meio para se organizar a produção e as trocas de modo eficaz e equitável: harmoniza o interesse individual com o geral pelo jogo do mecanismo da oferta e da demanda. Ao impor-se como mecanismo regulador permitindo- se atingir o equilíbrio geral, apresenta-se como uma espécie de "mão invisível" que decide o *optimum* da produção e da repartição das riquezas em função da preferência dos "consumidores reais" (JAPIASSU, 2012, p.113-114).

Esta constatação acima, faz-nos refletir sobre um elemento importante para os pesquisadores de forma geral, mas principalmente, para os pesquisadores das ciências humanas que devem se reconhecer como agente político e assim agir. E partir desta constatação, a política passa a ser um elemento de luta, no sentido, de promover um esforço coletivo para que as pesquisas e também o ensino nessas áreas recebam e tenham o respeito e o reconhecimento que merecem. Não dá para admitir que as pesquisas bem como o ensino nessas áreas (humanas) sejam destinadas apenas aquelas pessoas que possuem pouca condição financeira, com raras exceções, não que isso seja um problema, mas que talvez por este motivo vejam essas áreas como à única opção para ingressar num curso superior, e assim não encontram e não tem com ela nenhum vínculo político ou de reconhecimento enquanto classe, todavia, porque essas áreas normalmente apresentam menor concorrência.

Sabemos que há muitos pesquisadores e estudantes que optaram, escolheram as áreas das humanas como a Geografia, por exemplo, e isso é muito bom. Sem dúvida há uma maior facilidade de ingresso para a entrada em alguns cursos, porém, é importante enfatizar que não defendemos que o ingresso no ensino superior seja "superdifícil" e excludente no qual só uma minoria de pessoas que tiveram chances ou oportunidades de estudar tenham acesso, ou seja, que as escolhas sejam entre os que podem e os que não podem. Talvez seja utópico pensar numa sociedade como a nossa que acesso ao ensino superior não ocorra de forma excludente, contudo, há um aspecto importante que nos preocupa é que muitos ingressam nos cursos das áreas de humanas, como a Geografia, sem ter com ela nenhuma identidade, estuda primeiramente por necessidade e, por conseguinte, outros elementos vão aparecendo, isso quando muitos não desistem no meio do caminho, mas os que continuam normalmente se engajam nas pesquisas nessas áreas.

Na atualidade, com a expansão dos cursos de pós-graduação, há de certa forma uma difusão maior da produção científica, e esse processo senão for analisado com atenção pode gerar não só uma banalização da produção científica, por conta do produtivismo[51], mas um processo de alienação da chamada massa crítica, já que a produção científica ganha mais repercussão se aliada ao capital. Da mesma forma que deve ser reticente quando se diz que a expansão dos cursos de pós-graduação favorece a divulgação científica, uma vez que o ingresso cada vez maior de pessoas na pós-graduação demonstra que há cada vez mais competitividade para entrar no mercado de trabalho. E esta mesma competitividade leva para muitas armadilhas entre elas o produtivismo e com ele a precarização do trabalho do pesquisador e com isso a quantidade na maioria das vezes se sobrepõem a qualidade.

> Na última década, o número de matrículas nas universidades e escolas superiores no Brasil quase decuplicou, a cátedra foi abolida, institutos e departamentos acabaram com as escolas isoladas nas universidades, amplos sistemas de pós-graduação foi implantado. Nem por isso parece que a Universidade tenha menos problemas, o número de candidatos que não conseguem entrar nas escolas superiores é maior, proporcionalmente, do que antes; a qualidade média dos alunos caiu assustadoramente; houve uma grande proliferação de cursos de má qualidade, diplomando profissionais de formação cada vez mais tênue para um mercado de trabalho cada vez mais saturado: a pós-graduação é cara, restritiva, e muitas vezes de qualidade duvidosa; a criação de sistemas de vestibular unificado não igualou efetivamente as oportunidades, ao permitir que os alunos melhor formados oriundos de famílias mais ricas, e educados nas melhores escolas secundárias privadas escolham as carreiras de maior prestígio das universidades públicas, deixando as escolas pagas, de má qualidade e nas áreas profissionais menos valorizadas para os alunos de origem social mais humilde. E não está claro que as ciências sociais e naturais geradas pelos novos institutos de pesquisa tenham a qualidade e a pertinência que seriam necessários (SCHWARTZMAN, 2008, p.80).

Não queremos dizer que se devem reduzir as vagas nos cursos de pós-graduação, pelo contrário, quanto mais pessoas tiveram acesso ao ensino superior e a pós-graduação melhor, o problema reside quando o processo de produção científica se banaliza por conta de incentivos financeiros atribuídos a quem publica mais o que de alguma forma deturpa e atrapalha a produção científica de qualidade. Porquanto, não dá para aceitar que os responsáveis em produzir ciência atuem como "marionetes", pois ao passo que a questão

---

[51] O que estamos nos referindo como produtivismo é processo de precarização do trabalho do professor, onde se prioriza a quantidade de trabalhos, artigos, livros resenhas, produzidos durante um período; que transforma o professor-pesquisador em um "fazedor" de artigos, e como bônus por seu esforço muitas vezes "descomunal" recebem bolsas e conseguem aprovação de projetos que são indispensáveis para o desenvolvimento das ciências.

da quantidade for resolvida, acreditamos que outras formas de subserviência possam a vir ser criadas.

É importante ressaltar que os efeitos do poder não são sempre negativos, para Foucault (1977) o poder produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam dessa produção. O poder, portanto, não é apenas dominação, mas também produção, e a partir dessas relações que a realidade se configura. As relações de poder estão presentes em toda vida social.

Nessa perspectiva, Foucault (2008) reforça que as relações de poder existentes nas universidades foram marcadas pela disciplinarização dos indivíduos que trazem consigo uma maneira específica de punir, isto é, através das relações de poder isso se torna mais facilmente observável, pois é por meio dela que estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido, e tantas quantas forem às relações que exprimam comando e comandados.

> A violência dos opressores, que faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação, a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar, recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos, libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. Por isto é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas, quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria (FREIRE, 2011, p.41-42).

A universidade em nosso entendimento tem o desafio de refletir constantemente o valor e o sentido do conhecimento, da cultura, da ciência, e até da autonomia da formação de sujeitos que possam atuar criticamente na sociedade. A produção científica é mais uma das formas de conhecimento do mundo, mas não é a única, o problema aparece quando essa parece ser a mais importante se não a única função da universidade, sobretudo, quando percebemos o processo de “verticalização” que vem ocorrendo nos meios acadêmicos, onde a graduação parece ir aos pouco perdendo “espaço e valor” frente aos

avanços dos cursos de pós-graduação. Um processo que a nosso ver deveria ser totalmente o inverso já que uma boa graduação com professores e alunos comprometidos, levaria consequentemente a uma pós-graduação de tão, ou melhor, qualidade, mas o que vemos são os professores “mais qualificados” irem limitando suas horas de trabalho na graduação e dedicando-se mais propriamente a pós-graduação. Por que será que isso ocorre? Há ainda rumores que haverá concursos específicos para docentes, ou seja, concurso para trabalhar na graduação e concurso para trabalhar na pós-graduação. Acredito que daqui a algum tempo deverá existir cursos para formar pesquisadores e outros para formar professores, porque ao que nos parece ser professor e pesquisador é algo que não se coaduna em tempos como o nosso.

A Geografia enquanto ciência, enquanto disciplina, enquanto um campo formado por tantos geógrafos e professores tem também esse compromisso e a função de pensar seus rumos, seu futuro, e dessa forma o processo dialético de ação e reflexão deveria ser uma constante na produção e manutenção científica de todas as áreas, em especial, no nosso caso da Geografia da População.

O espaço acadêmico e a produção resultante do trabalho intelectual de seus pesquisadores, também é um espaço social de disputa que se constrói a partir das relações sociais que vão se estabelecendo. Assim, é importante lembrar que o professor pesquisador é um trabalhador e, dessa forma parece coerente que esse esteja aliado às lutas enquanto classe, e suas escolhas sejam em prol de seus pares e do desenvolvimento da ciência em que acredita.

Sendo a ciência uma atividade essencialmente humana, a defesa em prol de uma área do saber, bem como sua manutenção, são ações comuns, ou melhor, necessárias no meio acadêmico. A produção de textos de divulgação ou a formação e consolidação de grupos de pesquisas, trabalhos de leituras, são importantes para o fortalecimento da Geografia e também para os estudos sobre população na Geografia e da Geografia da População. O embate entre pesquisadores/ professores, precisam ser estreitados e melhorados, é essencial compreender os motivos que geram a valorização de uma determinada área e a desvalorização de outras, ou seja, realizar um constante e crítico exercício avaliativo das áreas do conhecimento geográfico, para que a produção científica na Geografia exerça seu papel social e político.

Neste sentido, é importante compreender que o conhecimento científico não pode ser dissociado de sua dimensão social. O fazer ciência além de atender as exigências do

método é uma atividade humana, e por isso não pode ser considerada neutra, uma vez que os sujeitos que a produzem estão imbuídos em uma sociedade culturalmente instituída. Dessa forma, as relações presentes na produção científica também expressam a forma como cada um interage e concebe o mundo. Sem perder de vista que fazer ciência é uma atividade que está também vinculada aos interesses do mercado, talvez em algumas áreas isto seja mais explícito, em outras não, contudo, essa é uma condição que não pode ser descartada, sem ao menos uma prévia reflexão acerca disso.

> Num estado da relação de forças econômica e política onde os poderes econômicos estão colocados a seu serviço recursos científicos, técnicos e culturais sem precedente, o trabalho dos pesquisadores é indispensável para desmontar as estratégias elaboradas e postas em prática pelas grandes empresas multinacionais e pelos organismos internacionais que (como a OMC) produzem e impõem regulações com pretensão universal capazes de conferir realidade, pouco a pouco, à utopia neoliberal de desregulamentação generalizada (BOURDIEU, 2001, p.70).

A divulgação científica de forma contextualizada e crítica é importante não só no processo de popularização do conhecimento, mas também para sua manutenção, divulgação e fortalecimento, uma vez que uma pesquisa pode resultar em muitas outras, pois, o processo é dinâmico e requer um constante ir e vir, para que seja cada vez mais aprimorado.

Ao estudar a questão dos estudos de população na Geografia e com eles a situação da Geografia da População percebemos que a pesquisa e divulgação nessa área são incipientes, nos congressos científicos de Geografia os grupos de trabalhos relacionados à Geografia da População, as mesas redondas ou até mesmo palestras são raríssimas. E aqueles pesquisadores que de certa forma estão envolvidos em pesquisas nessa área, sentem a necessidade de politizar as relações, estabelecer alianças, trocar experiências, para que ocorra um reconhecimento das potencialidades dos limites desse campo, e com isso possam realizar projeções futuras e, assim, mantê-la entre o rol das áreas de interesse da Geografia na contemporaneidade, com objetivos e fins bem esclarecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre que tiveres dúvidas, ou quando o teu eu te pesar em excesso, experimenta o seguinte recurso: lembra-te do rosto do homem mais pobre e mais desamparado que alguma vez tenhas visto e pergunta-te se o passo que pretendes dar lhe vai ser de alguma utilidade. Poderá ganhar alguma coisa com isso? Fará com que recupere o controlo da sua vida e do seu destino? Por outras palavras, conduzirá à autonomia espiritual e física dos milhões de pessoas que morrem de fome? Verás, então, como as tuas dúvidas e o teu eu se desvanecem.

Mohandas Gandhi

Estudar a população à luz da Geografia é compreender o contexto histórico no qual os fenômenos – econômicos, políticos, sociais- associados a ela estão inseridos. O homem como ser histórico, imprimiu no espaço geográfico diferente formas e ritmos que estão expressos no processo de produção da vida humana. Ao delimitarmos a análise dessa tese a partir do contexto da constituição da ciência geográfica, tivemos como necessidade analisar os diferentes contextos no qual o temário da população foi se transformando.

O estudo da população seja como tema, ou como uma disciplina, deve ser entendido como algo no qual concorrem forças naturais e não naturais que conjugadas pela ação consciente, ou não, dos seres humanos constroem e transformam continuamente o espaço geográfico e suas vidas. Para tanto, as análises populacionais não podem ser confundidas com o simples desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem com a mera adaptação do indivíduo ao meio. Consiste num conjunto de atividades resultantes da ação coletiva, que leva o ser humano a realizar as suas potencialidades e encarar as contradições. Pois, sempre há interesses econômicos, políticos, sociais que se projetam sobre a população. Não é raro identificarmos um conceito idealizado de população, o qual esconde os interesses que pessoas e grupos têm para o seu uso, administração, organização e até controle. Do ponto de vista de quem controla, muitas vezes, definir população é legislar sobre ela, e isso, implica justamente em ocultar os interesses, ou seja, a realidade de que ela serve, e sob quais circunstâncias.

O crescimento populacional, bem como outras dinâmicas relacionadas aos estudos populacionais, na maior parte das vezes, fazem parte de um processo contínuo que acompanha o ser humano desde o nascimento até a sua morte. E pode ser mais compreendida se posta à luz da história, isto é, no contexto em que os homens estabelecem entre si e com as relações de produção da sua existência. Assim, as análises populacionais, como as políticas demográficas, estão comprometidas com a economia, e com a política do seu tempo, e envolve as relações humanas em sua totalidade.

A presente tese representa o esforço de promover uma pequena reflexão a respeito das diferentes abordagens acerca da população na Geografia, por isso buscamos o caminho da história da Geografia para entender como esse tema fora abordado no cerne da Geografia. Tendo como pressuposto que as distintas abordagens representam os interesses vigentes no âmago das relações sociais e econômicas da sociedade.

Assim, ao estudar a ciência geográfica, e seus desdobramentos enquanto Geografia da População pode-se entender que essa disciplina seria mais útil, e melhor estudada, desde

que situada em paralelo com o projeto de sociedade que se busca construir, já que as diferentes orientações teóricas por ela vivenciadas indicam-nos as funções e/ou atribuições destinadas à Geografia da População, ou seja, a quem ela serve e para que. E, também se pautássemos os estudos populacionais em situações problemas, poderíamos promover a reflexão e ação dos sujeitos a partir do lugar que vivem, reconhecendo esse espaço e construindo com ele laços de pertencimento, ao mesmo passo que compreende a dinâmica da população global e sua transformação ao longo da história.

Com o movimento de renovação, caracterizado como Geografia crítica, a partir dos anos 1970, sob influência das teorias marxistas, intensificou-se a crítica à Geografia tradicional, em especial, no que diz respeito das análises populacionais. A exemplo disso é, possível verificar a proliferação de livros e textos sob o título de Geografia crítica que foram difundidos no país. A insatisfação voltada às formas de análises da população revelava que a maneira como a Geografia da População era trabalhada pela Geografia transformava-la em um conhecimento inútil e estéril. Com a disseminação da Geografia crítica o centro de discussão, passa a ser as relações entre sociedade, trabalho, natureza e produção do espaço geográfico. Contudo, no que tange a questão teórica e metodológica da Geografia da População ainda predominava um modelo curricular conteudístico, fortemente padronizado e "engessado" em substituição à consciência crítica acerca do fenômeno populacional. A lógica funcionalista, impregnada por muito tempo, às análises populacionais desvendava o pragmatismo que a sociedade ocidental vinha mantendo e que, de uma forma ou de outra, rebatia-se nas universidades, nas escolas, enfim nos lugares de difusão de conhecimento.

A trajetória da Geografia enquanto ciência e da disciplina Geografia da População tem apresentado uma ampla complexidade. O processo de produção de conhecimento, bem como a elaboração de teorias mais consistentes supõe o domínio de determinados conhecimentos, conceitos, categorias e de certos métodos e metodologias. Porém, acima de tudo, é fundamental que se considere a produção de conhecimento, sua manutenção e propagação como um processo, e que se tenha clareza das concepções teóricas e metodológicas que os norteiam.

A consistência, a coerência e a clareza da opção teórica e metodológica são fundamentais para trabalhar com os fenômenos populacionais. Há uma grande variedade de práticas e de concepções geográficas, contudo, há uma grande confusão quando se aborda os temas populacionais na Geografia, ora enfatizam-se os dados/números -

lembrando que esses são importantíssimos- pois, a partir deles, por exemplo, podemos problematizar e dar materialidade aos estudos de população, todavia, isso nem sempre ocorre. Ora predominam interpretações descritivas como se tivemos que somente contar o número de pessoas num determinado espaço geográfico, sem levar em consideração as causas e os fatores que alteram e influenciam, transformam suas vidas, inclusive, dando a impressão que esses nem existem. Tratando a população como um mero dado, sem nem reconhecer-se como parte dela.

Os problemas surgem quando essa situação conduz à massificação de conhecimentos e não a sua problematização. As propostas de reformulação da Geografia da População deveriam ter o objetivo de explicitar as possibilidades de a Geografia cumprir papéis politicamente voltados aos interesses das classes menos favorecidas, e não somente da classe dominante. Contudo, essa perspectiva ainda não se realiza em sua totalidade.

Nesse ponto de vista, os estudiosos alertam para a necessidade de se considerar o lugar, e a realidade dos sujeitos como referência inicial para o estudo, entendimento e reconhecimento do espaço geográfico. E, isso cabe também as forma de abordagem dos estudos populacionais. Nesse sentido, esses estudos não devem se pautar, apenas, pela descrição e enumeração de dados, priorizando somente aqueles aspectos visíveis e observáveis. Ao contrário, devem propiciar a compreensão do espaço geográfico na sua concretude e com suas contradições.

Uma abordagem equivocada dos fenômenos populacionais condiciona a uma visão reducionista da população, reforçada por modelos "prontos e acabados". É possível verificar uma fronteira nítida entre uma abordagem tradicional da população - que pode agir como reprodutora e mantenedora do sistema -, e uma abordagem crítica que pode atuar como agente de mudanças na forma de entender, produzir e viver socialmente. Sabemos que os desafios quanto aos estudos sobre população na Geografia são muitos e que a ação dos interessados no tema deve se direcionar para além da seleção de metodologias que o orientem nas diferentes abordagens do tema, acreditamos que devemos estimular uma reflexão sobre o valor e sentido dessa disciplina, não só para a Geografia, mas para as demais ciências como um todo.

É preciso refletir sobre os elementos contraditórios presentes na população e no mundo e relacionar dialeticamente a sua teoria com a prática cotidiana. Freire (1988) argumentava que toda prática contém uma teoria e ambas são indissociáveis e se

constroem reciprocamente. Para Giroux (1986) a cultura dominante não está apenas entranhada na forma e no conteúdo do conhecimento expresso claramente, mas é constantemente reproduzida naquilo que se denomina currículo oculto, por isso a importância de se compreender os pressupostos teóricos que fundamentam as práticas.

A Geografia brasileira tem sido permeada por um discurso ideológico que mascara a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço, obviamente, que esse discurso não é à toa, e sim proposital, e sistematicamente organizado. Por muito tempo, a Geografia da População tem sido marcada por uma enumeração mecânica de fatores de ordem natural presentes num dado território. Ignorar o caráter ideológico e político do conhecimento seja em qualquer área, parece-nos não só uma atitude ingênua, mas comprometida com a alienação social. A Geografia se abordar as questões populacionais de forma comprometida com a realidade vigente pode auxiliar no processo de democratização da sociedade e até contribuir no processo de emancipação humana.

Os aspectos teóricos e metodológicos que na atualidade orientam a Geografia da População enquanto campo do conhecimento apoia-se, predominantemente, em quatro orientações teórico-metodológicas: a tradicional, a crítica, a pragmática e a da percepção ou comportamental. Todavia, nesse momento, especificadamente, vamos nos ater a tradicional/clássica e na crítica, por serem essas duas orientações as mais difundidas na Geografia.

Muitas das propostas estudadas deram-nos a entender que a renovação metodológica atuaria por si só na melhoria do conhecimento produzido ou trabalhado pela Geografia da População, bem como na sua utilidade, inclusive, para romper com os excessos e com o aspecto da abstração presente nas abordagens da Geografia.

Todavia, tão importante quanto à renovação da metodologia é definir as bases teóricas que se fundamenta a Geografia da População, pois é na articulação entre elas que podem surgir as explicações sobre os tipos de processos que a acompanham, e posteriormente, seu enfrentamento.

Quando situamos as explicações metodológicas como definidoras, procuramos encontrar o modelo a partir do qual qualquer tema possa ser trabalhado, o que pode recorrer em sucessivos erros, uma vez que, não há manuais ou “receitas” para se desenvolver qualquer assunto. É importante salientar, ainda, que conteúdo, metodologia e método, embora distintos não existe um sem o outro e, portanto, precisam estar articulados e com propostas claras. Desse modo, defendemos que deveria estar sempre presente nas

abordagens populacionais de Geografia, o trabalho da autocrítica e da observação e investigação, já que não existem metodologias infalíveis, e o processo dialético "de negação da negação" leva-nos a síntese de conceitos e conhecimentos relativamente importantes para o desenvolvimento e reconhecimento dessa área.

Para que os estudos populacionais alocados na Geografia sejam significativos e contribuam para a formação de sujeitos autônomos e para a construção de conhecimentos importantes, a nosso ver faz-se necessário a conjunção de dois fatores: que se conheçam as diferentes orientações teóricas e metodológicas presentes nos estudos dessa área, e que se tenha clareza sobre concepção geográfica que adota e aonde se quer chegar, isto é, que tenhamos objetivos definidos e coerentes com as expectativas e necessidade do momento, com vistas a transformações sociais e não sua reprodução ou manutenção.

Destarte, é importante dizer que as orientações teóricas que fundamentam a Geografia da População, seja ela tradicional, pautada no positivismo, crítica ajustada no materialismo histórico dialético, estatísticas respaldadas no pragmatismo, ou subjetiva postulada na fenomenologia, correspondem a um projeto político, econômico, cultural, de sociedade. Não há produção de conhecimento sem intencionalidade, assim como não há ação docente, pesquisadores, instituições oficiais, ou não, desprovidas de qualquer posicionamento político. O que pode ocorrer é um desconhecimento, ou até mesmo uma "naturalização" dos fenômenos históricos, políticos e econômicos produzidos pela ação humana, o que demonstra um processo de alienação que, também, pode estar presente no meio acadêmico. Mas, o que percebemos que esse entendimento político, a leitura crítica do mundo é na maioria das vezes uma ação consciente e presente nos meios de construção de conhecimento, portanto, expressa os interesses e intencionalidade de cada grupo e seus contextos históricos e, portanto, deveriam ser mediado pela práxis.

Esperamos que com a discussão apresentada possamos ter maior clareza quanto às orientações teóricas e metodológicas adotadas pela Geografia no que se refere aos estudos de população, e com isso, avaliamos o modo como a população foi trabalhada pela Geografia, e como a Geografia da População ganhou "corpo" ao ser integrada às áreas de estudo da Geografia, ao mesmo tempo, que entendemos que o conhecimento é produto da ação humana, portanto, transitório e suscetível de constante transformação.

Acreditamos que a apropriação de conhecimento deveria conduzir as pessoas de um estado para outro, isto é, mudar, transformar e modificar numa certa direção o que é suscetível de transformação, esperamos que ao estudar a população à luz da Geografia

possamos refletir, analisar e agir em prol de uma sociedade melhor, e ainda, que a questão populacional possa contribuir para que os sujeitos alcancem maior autonomia, permitindo-lhes conhecer e entender o bairro, a cidade, o país, enfim, o mundo em que vive e os fenômenos que os envolvem.

O conhecimento a respeito dos fatos e fenômenos que envolvem as vidas das pessoas deve instrumentalizá-las, para que se tornem capazes de agir sobre o mundo, e ao mesmo tempo, compreendam a ações por elas exercidas. Promover o debate e a reflexão em torno da população não é apresentar algo pronto e acabado, é buscar a união entre teoria e prática. A partir do momento que os sujeitos perceberem que os fenômenos geográficos trabalhados por meio da Geografia podem ser importantes para melhorar e entender suas vidas, eles serão vistos com maior apreço por todos aqueles que se reconhecem como sujeitos e não objeto no processo de construção e produção da história humana.

Como vimos, para Marx a lei da população defendida por Malthus era abstrata e só podia servir para plantas e os animais, que vivem à margem da intervenção histórica do homem. Para ele o que importava não era o tamanho da população, mas a repartição das riquezas. Pensamos que um dos maiores desafio do século XXI é tirar da pobreza o máximo de pessoas, e com isso também reduzir os danos causados à natureza. Por um bom tempo, alguns estudiosos lançavam teorias avassaladoras sobre a extinção da humanidade, e ainda surge sempre uma aqui ou acolá. Em contrapartida há os otimistas que acreditavam na capacidade humana de contornar os impactos causados ao meio ambiente, e com isso promover uma maior integração entre homem e meio.

Entretanto, não podemos deixar de considerar nessa amálgama de relações as relações capitalistas de produção. Apesar das multifacetas do capitalismo, o artifício da acumulação de riqueza e o lucro ainda prevalecem como sendo um dos elementos constitutivos desse sistema e ainda agem como determinantes para a vida de muitas pessoas, sobretudo, aquelas que vivem à margem da sociedade, expropriadas inclusive da sua condição humana.

Frente a uma sociedade que cada vez mais é impulsionada pela ambição e pelo ter , a divisão de classes se torna necessária para a manutenção do sistema, e nesse sentido, as condições nos quais a população é abordada, diz respeito na maioria das vezes a questões "sensacionalistas" como o fato de haver muitas pessoas no planeta, sendo isso a razão do aumento da pobreza e dos danos à natureza. Ideias como essas estão camufladas nos

discursos hegemônicos que acionam as teses malthusianas, que deturpam, distorcem os motivos que levam a degradação do planeta e também o aumento da população, sobretudo, nas áreas mais deprimidas do globo terrestre. Marx, não se interessou pela questão demográfica em si, mas considerava Malthus um inimigo da classe trabalhadora, referindo-se a ele como um insolente sicofanta das classes dirigentes.

Assim, a sociedade baseada no modo de produção capitalista produz e reproduz as desigualdades sociais. E, essa desigualdade é condição inerente das relações sociais de produção que se expressam na constituição da superpopulação relativa, ou seja, dos trabalhadores “desnecessários”. Porém, interessante aos olhos do capital por comporem um exército de reserva. Essas constatações estão no sentido de nos fazer refletir que quando falamos em população, estamos falando de pessoas que se submetem conscientemente, ou não, s formas de controle impostas a elas pelo sistema econômico predominante.

No decorrer desse trabalho notamos que a Geografia da População é uma disciplina que vem se mantendo a “duras penas” nos cursos de Geografia e há insignificância nas pesquisas nessa área, demonstrando que há um desdobramento dos estudos populacionais em suas diferentes áreas: a urbana, econômica, agrária, e ainda, migração e mobilidade que são atualmente campos de pesquisa considerados legítimos e importantes aos olhos dos pesquisadores da Geografia.

Nessa tese, propomo-nos a analisar as teorias e as metodologias da Geografia da População, que se desenvolveram a partir da Geografia brasileira enquanto conhecimento sistematizado. Desse modo, verificamos os caminhos trilhados pelos estudos populacionais na Geografia e a constituição da Geografia da População. Essa análise nos permite afirmar que as pessoas são seres da práxis, entendendo assim, que elas não só admiram e se impressionam com o mundo, mas se imergem nele para que possam conhecê-lo e transformá-lo, especialmente, por meio de seu trabalho, não do trabalho alienante, mas do trabalho como meio de exercício da autonomia e emancipador. A práxis, nesse sentido, é a transformação, isto é, a transformação do objeto em sujeito, e reflexão - ação que incide sobre as estruturas que devem ser constantemente transformadas.

A partir desse entendimento acreditamos que possamos transformar um tema ou disciplina que aparentemente nos parece esquecido, enfraquecido na Geografia brasileira, em algo que não tema sua expressividade e sua participação efetiva na construção do conhecimento. A nossa convicção é que quanto mais cedo começar o enfretamento de seus equívocos, de suas dificuldades, mas cedo poderá ocorrer sua transformação.

É preciso deixar claro que defendemos a práxis, como a teoria do fazer, não estamos propondo mais dicotomias que resulte na separação entre a etapa da reflexão e a da ação, a nosso ver, reflexão e ação se dão concomitantemente. Seríamos idealistas se separando a ação da reflexão, entendêssemos que a reflexão sobre a Geografia da População, por si só, levasse a sua transformação ou reformulação, e isso sozinho significasse mudanças substanciais, contudo, a reflexão já é um indicativo de mudança, e quiçá possamos gerar uma maior apropriação dos geógrafos por essa temática, e com isso possamos conduzir a uma transformação do atual cenário na qual se encontra a Geografia da População.

Desde o início desse trabalho não nos propusemos a nos posicionar como advogados da Geografia da População, por reconhecer que tudo tem limites, inclusive nós. E, assim sendo, nossa intenção foi através do modo como compreendemos o processo de construção de uma tese, entender para onde vão os estudos de população na Geografia, uma vez que a Geografia da População em si está em "descrédito". E, percebemos que os rumos desses estudos são bastante variados, e de certo modo estão envolvidos de forma mais concreta com os estudos de migração e de mobilidade.

A Geografia da População está de "roupa nova", e isso não significa que ela está bem, mais que está diferente, e também não significa que está melhor, mas que já não é mais a mesma que um dia foi, e isso é ao mesmo tempo bom e ruim. Bom, porque percebemos que há muitas possibilidades de estudos e avanços nessa área, e ruim por nos dar a impressão que ela esta ficando obsoleta, ocupando aqueles espaços que não faz falta, ou se quer são percebidos pela maioria, se ficar ou se sair não muda em nada. E a percepção resultante da inutilidade geralmente leva ao abandono, ao esquecimento, a perda, sobretudo do sentido de sua existência.

E diante deste cenário que concluímos esta tese, com a sensação de dever cumprido, sabemos que há muito para estudar, contudo, nos propomos a esse desafio não de forma pretensiosa, mas de forma corajosa, e principalmente, por considerarmos que vale a pena discutir população. Não obstante, estudar população nos causa uma espécie de estranhamento, pois ao falar de algo tão próximo parece que estamos tão distantes. Terminamos essa tese, mas ao mesmo tempo temos a agudeza que mal começamos e que nem saímos da "linha de largada". Há ainda muitos caminhos a ser percorrido, esse estudo nos possibilitou entender que há um diálogo entre população e Geografia e esse é fecundo,

e para os interessados certamente há nas reminiscências da história humana muito potencial encoberto que precisa ser explorado.

Estamos cientes de que trilhamos os caminhos que consideramos os mais proeminentes, que eles têm limites, sabemos e reconhecemos, entretanto, buscamos nas mais variadas fontes, percepções, sensações e até intuições as perguntas das respostas por nós almejadas, e mesmo não nos propondo a advogar em prol da Geografia da População, vou me valer da última frase que ouvi e depois transcrevi da entrevista concedida pelo professor Odeibler S. Guidugli “quanto ao futuro da Geografia da População este é excelente, já quanto aos geógrafos e suas Geografias já não posso dizer o mesmo” (entrevista concedida à pesquisadora em abril de 2011).

E para finalizar me aproprio da sensibilidade e criatividade do saudoso professor Aziz Nacib Ab’ Saber (1924-2012), e assim como ele, sou filha de libanês, e acredito numa Geografia que serve para cuidar das relações entre os homens e o meio ambiente, e que deve estar atenta a história em processo, na qual devemos inserir criticidade aos mais variados elementos que compõe o planeta Terra e, desse modo não só passaremos pela vida, mas vivemo-la em sua plenitude apoiando-nos naquilo em que acreditamos, por encontramos motivos para continuar vivendo, trabalhando por uma Geografia e por um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. B. de. Abordagem fenomenológica transcendental e existencial na geografia: as bases para o entendimento do espaço vivido. **Revista Geografar**. Curitiba, v.6, n.2, p.43-57, dez./2011.

ANDRADE, M.C. de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. In: SANTOS, M. (Ed) **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

______. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

______. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

______. **A AGB e o pensamento geográfico no Brasil**. Terra Livre. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros/ Marco Zero, n. 9, jul. dez. 1991.

______. **Geografia, ciência da sociedade:** uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1992.

______. **Caminhos e descaminhos da Geografia**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

______. **A Construção da Geografia Brasileira**. Finisterra, XXXIV, 67-68, 1999, p.21-30.

______. Trajetórias e compromissos da Geografia Brasileira. In: CARLOS, Ana Fani A. et al (Org.). **A Geografia na Sala de Aula.** São Paulo: Contexto, 2003.

ANDRIOLI, A. I. **O** lugar das ciências humanas na universidade. **Revista Iberoamericana de** Educación (ISSN: 1681-5653), 2010.

ARAÚJO, I. L. **Foucault e a crítica do sujeito**. In: Fragmenta. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2001.

ARAÚJO, J. T. N. de. **O centro liberal**. Brasília: Senado Federal, 1979.

ARAÚJO, I. L. **Introdução à filosofia da ciência**. Curitiba: Ed. UFPR, 2003.

ARISTÓTELES. **A Política**. Livro I. In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

AZEVEDO, A. de. **A Geografia a serviço da política** In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, Número 21, Outubro de 1955.

______. Dez anos de ensino superior de Geografia In: **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, Abril-Junho de 1946.

______. **Geografia Humana do Brasil.** 12. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.

______. SILVEIRA, J. D. da **O ensino da Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo** In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 1, Março de 1949.

AZEVEDO, A. de. **A Geografia em São Paulo e sua evolução**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº. 81, p. 57-76, 2004.

BACON, F. **Novum Organum:** Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza. In: Bacon. São Paulo: Nova Cultural, 1979, p. 13-231. (Col. Os Pensadores).

BARROW, apud CIPOLLA, C. M. **História econômica da população mundial**. Tradução de: Sergio Flaksman. Local: Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia da população**. São Paulo, 1974.

BITTENCOURT, C. M. F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

______. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

______. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, M. A. T. de; RANZI, S. M. F. (Orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BRASIL, T. P. S. **Compêndio elementar de geographia geral e especial do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa dos Editores, 1864.

______. População do Ceará em 1889. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará**, v.4, 1890.

______. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BESSE, J.M. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: perspectiva, 2006.

BOSI, A. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: PERRONE-MOISÉS, L. **Do positivismo desconstrução**: ideias francesas na América. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

BOURDIEU, P. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

______. **Os usos sociais da Ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo, UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRAUDEL, F. **Escritos Sobre História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

______. **A Gramática Das Civilizações**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989.

BRUNHES, J**. Géographie Humaine**. Paris, Alcan: 3 t. 1925.

______. **Geografia humana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969.

BUARQUE DE HOLANDA, S. **História geral da civilização brasileira**. t. II. O Brasil monárquico. Do Império à República. v. 5. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

BUTTIMER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p.165-193.

CAMPOS, R. R. de. **Aspectos demográficos na obra de Josué de Castro**. Mercator - volume 8, número 17, 2009: set./dez. p. 55 a 67

CANETTI, Elias. **Massa e poder.** São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

CAPEL, H. **Filosofia y Ciencia em La Geografia Contemporanea**. Barcelona: Temas Universitários, 1982.

______. **Historia de La Ciencia e Historia de las disciplinas Científicas**. Geocrítica. UNIVERSIDAD DE BARCELONA ISSN: 0210-0754 Depósito Legal: B. 9.348-1976 Año XII. Número: 84 - Diciembre de 1989.

______. **Geografia contemporânea**: ciência e filosofia. (org.). Jorge Ulisses Guerra Villalobos; tradução Jorge Ulisses Guerra Villalobos... [et al].Maringá: Eduem, 2010.

CARLOS, A.F. A ; ROSSINI, R. E. População e Processos de estruturação do Espaço Geográfico. **Revista do Departamento de Geografia**. Entregue para publicação em junho de 1982. p. 09 a 18.

______. **Benjamim Constant e a instrução pública no início da República**. 1994. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, 1994 (Tese de Doutorado).

CARVALHO, M. B. de. Geografia e Complexidade. **Scripta Nova**. (**Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**). Barcelona: n. 34, 1999.

CARVALHO, D. **Methodologia do Ensino Geographico**. São Paulo: Francisco Alves, 1925.

______. **O Ensino de Geografia no Curso de Humanidades** In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, Ano I, Número 10, Janeiro de 1944.

______. **Evolução da Geografia Humana** In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, Ano III, Número 33, Dezembro de 1945.

______. **O sentido geográfico** In: Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, Ano III, Número 25, Abril de 1945.

CARVALHO, J. A. M. **Crescimento Populacional e Estrutura Demográfica no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

CASTRO, J. de. **Geopolítica da fome**; ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Prefácios de Pearl S. Orr e Max Sorre. São Paulo, Editora Brasiliense, 1957.

CASTRO, Iná Elias de. & GOMES, Paulo César da Costa. ; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) Geografia**: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos, SP**. Campinas: Papirus, 1998.

CIPOLLA, C. M. **História econômica da população mundial**. Tradução de: Sergio Flaksman. Local: Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CHALMERS, A. F. **O que é Ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHANDNA, R.C. e SIDHU, M.S. **Introduction to Population Geography**. N. Delhi: Kalyani Publishers, 1980.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

______. **Experiência do pensamento**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

______. Democratização e transparência: a tarefa do PT contra a despolitização e pela construção de uma ética pública In: GUIMARÃES, J. **Leituras da Crise**. São Paulo, 2006.

______. **Cultura e democracia**. 12. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria; Educação, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

______. **Cultura e democracia**. 12. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

CHEVALLARD, Y. **La Transposition Didactique**: Du Savoir Savant au Savoir Ensigné. Grenoble, La pensée Sauvage, 1991.

CHIARAINI, T & VIEIRA, K. P. **Universidades como Produtoras de Conhecimento para o Desenvolvimento Econômico**: Sistema Superior de Ensino e as Políticas de CT;I. Rio de Janeiro v. 66 n. 1 / p. 117–132 Jan-Mar 2012.

CHISTOFOLETTI, A. Perspectivas da Geografia. São Paulo/SP: Difel, 1985.

______. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo: Edgar Blücher Ltda, 1991 e 1999.

COMTE, A. **Augusto Comte**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Pensadores).

CORRÊA, R. L. **Região organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

______. Espaço: Um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná e outros (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

______. Geografia brasileira: crise e renovação. In: MOREIRA, R. (Org.) **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

______. **A Geografia que desejamos**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 83, n. dez/2005, p. 57-90, 2005.

DEFFONTAINES, P. **Posições da Geografia Humana – Por que Geografia Humana?** IN: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, Número 81, Dezembro de 2004.

DEMANGEON, A. **Problémes de Géographie Humaine.** Paris: Armand Colin, 1952.

DEMO, P. **Pesquisa princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1992.

DESCARTES, R. **O Discurso do Método**. In: Descartes. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p.25-71. (Col. Os Pensadores).

DESCARTES, R apud RUSS, J. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alberto Alonso Muñhoz. São Paulo: Scipione, 1994.

DOLLFUS, O. **O Espaço Geográfico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

DOUGLAS, I. The influence of human geography on physical geography. **Revista Progress in Human Geography**, 1991.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Global, s.d.

FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. v.1, t.3. 2. ed. São Paulo: Difel, 1977.

FEBVRE, L. **Morfologia social ou Geografia humana**. In: Panorama da Geografia (Livro III – Geografia humana). Lisboa: Cosmos, 1954. p. 413-733

______. **A Terra e a Evolução Humana**. Ed. Cosmos: Lisboa, 1955.

FERRAZ, C. O.

B. **O discurso geográfico:** A obra de Delgado de Carvalho no contexto da Geografia brasileira – 1913 a 1942. São Paulo, 1995.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

______. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. rer. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1988] [2011].

FREITAS, M. C. de. A escrita da história da educação e a formação dos professores. Ou: Quando mestres foram promovidos a antropólogos. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José G. **Educação no Brasil**: História, cultura e política. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003. p.29-47.

FREITAS, I. A. **Em nome do pai: a geografia dos jesuítas no Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII**. Instituto Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992. (Dissertação de Mestrado).

FOUCAULT, M. En intervju med Michel Foucault. **Bonniers Litterare Magasin**, n. 37, 3, p. 202-211, mars 1968.

______. **Vigiar e punir**. O nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, [1987] [2007] [2009].

______. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collége de France (1975-1976), (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, [2000] [2005].

______. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977 – 1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

______. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal. [1979] [2011].

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa. Estampa, 1977.

GEORGE, P. **Geografia social do mundo**. São Paulo: Difel, 1969.

______. **Geografia da População**. São Paulo: Difel, 1971.

______. **Sociologia y Geografia**. Barcelona: Península, 1974.

______. **Populações ativas**. São Paulo: Difel, 1979.

GEORGE, P. ; GUGLIELMO, R.& KAYSER, B. ; LACOSTE, Y. **A Geografia Ativa**. São Paulo: Difel, 1966.

GIROUX, H. **Teoria Crítica e política cultural**: para além das teorias de reprodução. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOMES, Â. de C. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Â. de C. ; PANDOLF, D. C. ; ALBERT, V. (org.) **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002.

______. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro, FGVS, 1996.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GOMES, P. C. da C. O deslocamento geográfico dos conhecimentos e de seus intérpretes. Os exemplos de Pierre Monbeig e Roger Bastide no Brasil IN: SALGUEIRA, H. A.(Org.) **Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação**. BAURU, SP: EDUSC, 2006.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

______. **Quaderni del Carcere.** Ed. Valentino Gerratana, Turim: Einaudi, 4 v., 1975.

______. **Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1981.

______. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

GREENHALGH, Susan. Por uma abordagem reflexiva nos estudos de população para o século XXI. In: OLIVEIRA, M. C. F. A. (org.), **Demografia da Exclusão Social**. Campinas, Editora da Unicamp, p. 25-46, 2001.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel:** as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre, RS: L;PM, 1983.

GUIDUGLI, O. S. **O ensino da geografia da população em universidades brasileiras: características e problemas**. GEOGRAFIA, Rio Claro, 15 (1): 95-118, Abril 1990.

______. **Pesquisando e Ensinando a pesquisar na temática populacional**. Texto Apresentado ao Concurso de Livre-Docência na Disciplina Análise Populacional – IGCE – UNESP – Rio Claro, 1997.

GUIZZO, M. R. **A mobilidade do consumo e a produção do espaço aglomerado urbano de Maringá**. Maringá, Universidade Estadual de Maringá – Programa de Pós-Graduação. 2012. (Tese de Doutorado)

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa;** tradução de Flávio R. Kothe. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAESBAERT, R. **O Mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multirerritorialidade: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2004] [2007].

HARDMAN, F. F. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos vinte anos. São Paulo: Global, 1982.

HARVEY, D. **Explanation in Geography.** London: Edward Arnold, 1969.

______. **A condição pós-moderna**. 14. ed. São Paulo, Loyola, 1992.

______. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

______. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2006.

HEER, D. M. **Sociedade e População**. São Paulo: Pioneira, 1972.

HISTÓRICO da criação do Conselho Nacional de Geografia, in: **Revista Brasileira de Geografia**, v.1, nº1, Rio de Janeiro, IBGE, janeiro, 1939.

HOBSBAWM, E. J**. A era dos impérios (1875-1914).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
______. **Sobre História**. São Paulo: Companhias Das Letras, 1998.

______. **A Era das Revoluções:** A Revolução Francesa. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

______. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUMBOLDT, A.V**. Cosmos.** Description Physique du Monde. Paris: Gide et J. Daudry Libraires-éditeurs, Tomo I, 1848**.**

HUNT, L. História, Cultura e Texto. In: **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil** (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

JAPIASSU, H. **A Crise das Ciências Humanas**. São Paulo: Cortez, 2012.

KANT, I**. Crítica da Razão Pura.** Lisboa: fundação Calouste Gulbenkian, 2. ed. 1989**.**

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KUHLMANN, JR., Moysés. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais 1862 – 1922. Bragança Paulista, SP: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.

KUNSIG, R. Já somos 7 bilhões: os desafios de um mundo superpopuloso. **Revista National Geographic Brasil**. Janeiro 2011 – ano 11; nº 130. p. 56- 75.

LA BLACHE, V. **Príncipes de Géographie Humaine**. Paris: Colin, [1896] [1922].

LACOSTE, Y. **Geografia do Subdesenvolvimento**- Geopolítica de uma Crise. Difel, 7. ed. São Paulo, SP, 1985.

______. **A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3. ed. Campinas: Papirus, [1988]1993.

LACOSTE, Y apud MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

LAJOLO, M. (org). **Livro didático: um (quase) manual de usuário**. Em Aberto, Brasília, v. 16, n 69, jan./mar. 1996.

LAMBERT, P. Y. **La langue gauloise**, Edições Errance, 1994.

LEBON, J.H.G. **Introdução à Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Ática, 1991.

______. **O Direito à Cidade**. 3. ed. São Paulo, Centauro, 2004.

LEONEL, Z. **Geografia: do discurso pedagógico a uma questão anterior a qualquer discussão (crítica à ciência geográfica).** Universidade Federal de São Carlos, 1985. (Dissertação de mestrado).

______. **Contribuição à história da escola pública**. (Elementos para a crítica da teoria liberal da educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP, 1994. (Tese de Doutorado).

LEVASSEUR, E. **La population française**, Paris, Rosseau, 3 vol. (1889-1891).

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Nacional, 1959.

______. **Antologia de Pestalozzi.** Buenos Aires: Losada, 1946.

LYOTARD, J. F**. A condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo, José Olympio, 2002.

MACHADO, M. C. G. **Rui Barbosa:** Pensamento e ação. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2002.

MACHADO, M. S. **A Implantação da Geografia Universitária no Rio de Janeiro**. Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788] Nº 69 (5), 1 de agosto de 2000

______. Fontes e história das instituições escolares: O projeto educacional de Rui Barbosa no Brasil. In: LOMBARDI, J. C; NASCIMENTO, M. I. M (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. v.1. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 65-83.

MAGNOLI, D. **Globalização – estado nacional e espaço mundial**. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polêmica).

MAMIGONIAN, A. Gênese e objeto da geografia: passado e presente. **Revista Geosul**. Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 167-179, jul. 1999.

______. A escola francesa de Geografia e o papel de A. Cholley. **Cadernos geográficos**. Florianópolis, n. 6, p. 7-45, maio 2003

MARX, K apud IANNI, O. **Dialética e capitalismo – ensaio sobre o pensamento de Marx**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MARX, K. Introdução à crítica da economia política. In: ______. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 199-231.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

______. **A ideologia alemã**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

______. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MALTHUS, Robert. **Ensayo sobre el Principio de la Población**. Fundo de Cultura, 1789.

MELEZIN, A. **Trends and Issues in the Soviet Geography population**. Annals of the Assoc. of American Geographers, 1963.

MENDONÇA, F. **Geografia Física: Ciência Humana**. São Paulo: Contexto, 1998.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, [1994] 2002.

______. **Século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

______. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONBEIG, P. **Os modos de pensar na Geografia Humana** IN: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, Número 15, Outubro de 1953.

______. Papel e valor do ensino da geografia e de sua pesquisa, publicado originalmente in **Boletim Carioca de Geografia**, ano VII, 1954, n[os.] 1 e 2 ; e republicado como um capítulo do livro **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**, São Paulo, Difel, 1957.

MONTEIRO, C. A de F. **A Geografia no Brasil (1934-1977)** – Avaliação e Tendências. São Paulo. Instituto de Geografia/USP, 1980.

MORAES. A.C.R. de. **Geografia, pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1981[2007].

______. Renovação da geografia e filosofia da educação. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 1989.

______. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.p. 94-95.

______. Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.4, n. 8, p.166-176, 1991.

______. **Geografia – Pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 2003.

______. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MORAES, A. C. R. ; COSTA, W. M. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAIS, J. F. R. de. **Ciência e Tecnologia**. 2. ed. São Paulo. Cortez: Moraes Editora, 1978.

MORIN, E. **O Método I: A Natureza da Natureza**. Portugal: Publicações Europa-América, 1977.

____________. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Dulce Matos. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

______. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

______. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

______. A **cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento; tradução Eloá. Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2002] 2010.

MOREIRA, R. **Repensando o estudo da população**. AGB/UPEGE. s/d.

______. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1981[1994], [2009].

______. **O discurso do avesso**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

______. **Para onde vai o Pensamento Geográfico?** São Paulo: Contexto, 2006.

______. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

______. **O pensamento geográfico brasileiro:** as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, M. Pesquisa colaborativa: um foco na ação formativa. In: BARBOSA, R. L. **Trajetórias e perspectivas na formação de educadores**. Marília: Editora da UNESP, 2004. p. 257-284.

NADALIN, S. **História e Demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.

NAGEL, E. **La estructura de la ciencia:** problemas de la lógica de la investigación cientifica. Barcelona: Paidós, 1991.

NUNES, J. O. R.; SUERTEGARAY, D. M. A. **A Natureza da Geografia Física na Geografia**. São Paulo: Terra Livre - AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros. N.17, p. 11 – 24. 2º semestre/ 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. (Org). **Para onde vai o ensino da geografia?** 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, F. de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

OLIVEIRA, L.A.P.de. O Brasil através do censo. **Revista Carta na Escola**, edição nº50, publicado em 27 de outubro de 2010.

OLIVEIRA, L. **Percepção da paisagem geográfica**: Piaget, Gibson e Tuan. Geografia. Vol. 25, n. 2, 2000, Rio Claro.

PATARRA, N. L. (coord.); et al **Tendências demográficas recentes e perspectivas para a próxima década:** Demografia. São Paulo; FUNDAP; março, 1991, pág. 35-38;

PEREIRA, R.M.F. do A. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna. Florianópolis**: UFSC, 1999.

______. O significado da Alemanha para a gênese da geografia moderna. In: **Seminário de História da Ciência e Epistemologia**, Piracicaba – SP, 1992.

PETRONE, Pasquale. Geografia Humana. In. **História das Ciências No Brasil**. Coordenadores, Ferri, Mario [et.all]. São Paulo: EPU, Ed. USP, 1979.

______. O ensino da Geografia nos últimos 50 anos IN: **Revista Orientação**, São Paulo, Número 10, 1993.

______. Pasquale Petrone e a Geografia na USP IN: **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 8, n. 22, 1994.

POKSHISHEVSKIY, V.V. **Population Geography in the USSR**. Moscow: Institute of Scientific Information, 1966.

QUEIROZ, E. **A emigração como força civilizadora**. Lisboa: Perspectivas e realidades, 1979.

RATZEL, F**. Anthropogeographie**. Stutgarl. J. Engelhorn, 1891.

RATZEL, F. **La Terra E La Vota/** Geografia Comparativa (Vol. I). Torino: Unione Tipografico- Editrice, 1905.

RECLUS, É. **A evolução, a revolução e o ideal anarquista.** São Paulo: Imaginário, 2002.

REZENDE, D. F. de A. **REFLEXÕES SOBRE OS SISTEMAS DE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: PROPOSTA PARA UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DOS MECANISMOS INTERMEDIÁRIOS**. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais- Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2005. (Tese de doutorado em Demografia)

RIQUE, L. **Do senso comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

ROBINSON, apud SINGER, P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo, CEBRAP, 1970.

ROCHA, M. M. **A Espacialidade das Mobilidades Urbanas – Um olhar para o Norte Central Paranaense**. São Paulo, Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia, 1998. (Tese de Doutorado)

ROUSSEAU, J.J. **Discurso sobre as Ciências e as Artes:** discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2010.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, M e SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 11ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SASAKI, E. M. e ASSIS, G. de O. **Teoria das migrações internacionais**. ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), Outubro de 2000, Caxambu.

SAVIANI, D. Equidad o igualdad en educación? **Revista Argentina de Educación**. n. 25, p. 27-31, agosto de 1998.

SAUVY, A. **Elementos da Demografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SIMMEL, G. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio G (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

SIMÕES, L. M**. Origens e sistematização da Geografia.** VÉRTICES. ANO 5. Nº 2 MAIO / AGO. 2003, p.87-95.

SINGER, P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo, CEBRAP, 1970.

______. Economia Política do trabalho. São Paulo, HUCITEC, 1977.

______. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SORRE, M. **El Hombre en la Tierra**. Barcelona: Labor, 1961.

______. M. **Max. Sorre**: geografia / organizador: Januário Francisco Megale; coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1984.

SOUZA SANTOS, B. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

______. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez. 2010

SPENCER, H. **Educação intellectual, moral e physica**. Porto: Livraria Chardron, 1927.

SHAEFER, F. K. **O expepcionalismo na geografia: um estudo metodológico**. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, v.7, n.13, 1977, p. 5-37.

SCHWARTZMAN, S. **Ciência, Universidade e Ideologia: a política do conhecimento**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: www.bvce.org, 2008.

SUERTEGARAY, D. M. A. In: NUNES, J. O. R. **A Natureza da Geografia Física na Geografia**. São Paulo: Terra Livre - AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros. N.17, p. 11 – 24. 2º semestre/ 2001.

SZMRECSÁNYI, T. Retrospecto histórico de um debate. In: SANTOS, J. L. F; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (orgs.). **Dinâmica da População**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda, 1980.

TAVARES, L. P. de O. **São José dos Pinhais no contexto da recente industrialização metropolitana**: reflexos sócio-espaciais. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.108, p.33-59, jan./jun. 2005.

TREWARTHA, G.T. **The case for population Geography**. Ann. of. Assoc. of Am. Geographers, 1953, 43: 71-97.

______. **Geografia da população: padrão mundial**. Tradução de Veneranda Barreto Hellmeister. São Paulo, SP, Brasil: Atlas, 1974.

______. Mobilidade e migração In: TREWARTHA, Glenn T. **Geografia da população: padrão mundial**. Trad. Veneranda Barreto Hellmeister. São Paulo: Atlas, 1974.

TUAN, Y. F. **Topofília.** São Paulo/Rio de Janeiro: Difusão Editorial S.A., 1980.

VAINER, C.B. Interdisciplinaridade e estudos regionais. In: MELO, J.G. **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente: Gasperr, 1996. p. 11-32.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires: Consejo Latino americano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VERÍSSIMO, J**. A educação nacional**. 3. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

______. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1992.

VITTE, C. de. C. S. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfretamento da questão social. In: BAENINGER, Rosana (org.) **População e Cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/ Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. **O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi**. Caderno Cedes. Campinas, SP, v. 25, n. 66, p. 165-184, maio/ago. 2005.

ZELINSKY, W. **Introdução à Geografia da População**. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

APÊNDICE -

Roteiro de entrevista realizada com os professores que ministraram a disciplina de Geografia da População

Roteiro das entrevistas

1. Explicitar de modo sucinto sua trajetória no ensino e pesquisa em Geografia, especialmente no que diz respeito à Geografia da população?
2. Diante do quadro teórico e metodológico que hoje se configura os estudos populacionais como a Geografia vêm contribuindo para fomentar o debate em torno desses estudos?
3. Qual é o "lugar" dos estudos populacionais na pesquisa em Geografia? Qual a relevância dos estudos populacionais na Geografia?
4. Comente sobre as maiores dificuldades encontradas ao se trabalhar com população na Geografia. Embates políticos, entre outros.
5. De que forma os Institutos de Pesquisa em população e os Núcleos de estudos populacionais podem ou não contribuir para dinamizar ou reformular o ensino e pesquisa em população na Geografia?
6. Em sua opinião os estudos sobre população, ministrados na disciplina Geografia da população, contribuem para formação de qual sujeito e de qual Geografia?
7. Por que ao longo da trajetória da Geografia acadêmica os estudos de população foram se "esvaindo" em boa parte do projeto político pedagógico das universidades brasileiras?
8. Qual contribuição os teóricos clássicos da Geografia deixaram para os pesquisadores em população na Geografia brasileira?
9. Por que a Geografia da população foi perdendo "status" dentro da Geografia?
10. Qual é o futuro da Geografia da População? E de seus pesquisadores?
11. Indique quais são as tendências dominantes nos estudos populacionais, e de que forma podemos contribuir para que tanto a população na Geografia como a Geografia da população se fortaleça?
12. Qual sua opinião sofre os estudos de mobilidade e mobilização?